Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pela **2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITABORAÍ**, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127, caput e 129, III da CRFB, art. 25, IV da Lei Federal n. 8.625/93 e art. 34, VI da Lei Complementar Estadual n. 106/03, com fulcro na Lei Federal n. 7.347/85, na Resolução CNMP nº 174/17 e na Resolução GPGJ nº 2.227/2018 **RESOLVE** promover a instauração de **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, na forma que segue.

MPRJ nº: 2019.00978560	**Portaria nº: 210/2019**	**Prazo: 01 (um) ano**

Atribuição: Defesa e Proteção do Meio Ambiente.

Assunto/Ementa (Código: 10110): Meio Ambiente. Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.5 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. O INEA, no item 6.5 da cláusula terceira, obrigou-se a *"(...)O INEA apresentará, **no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC**, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00;*

Origem: Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023.

Reclamante(s): De ofício.

Reclamado(s): PETROBRAS, INEA e Estado do Rio de Janeiro.

Observação: ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DO TAC I DO COMPERJ

Para tanto, **determina-se.**

1. Registre-se e autue-se (art. 15 c/c 70, I e art. 16, § 1º, Resol. GPGJ 2.227/18);
2. Registre-se no Sistema MGP (art. 1º, Resol. GPGJ/CGMP 02/2010);
3. Dê-se publicidade ao presente ato publicando-o em quadro próprio deste órgão ministerial pelo prazo de 15 dias (art. 23, §1º, I, Resol. 2.227/18);
4. Dê-se cumprimento às diligências determinadas no **relatório inicial de investigação**.

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí, RJ (CEP:24.800-113)
Tel. 2645-6950

Itaboraí, 13 de setembro de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

RELATÓRIO INICIAL DE INVESTIGAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 210/2019

CONSIDERANDO que o MPRJ, presentado por esta Promotoria, ajuizou ação civil pública em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO (processo nº 0009919-12.2018.8.19.0023), questionando o licenciamento ambiental e seus impactos dos seguintes empreendimentos que compõem o COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro): (i) Unidade Petroquímica Básica – UPB (objeto do IC 314/09); (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09) e o abalo na estrutura dos imóveis dos moradores de Alto do Jacu, Sambaetiba, Itaboraí, causado por veículos pesados que transitavam pelas vias locais em razão do COMPERJ, conforme apurado no IC 34/14; (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13);

CONSIDERANDO que, após o ajuizamento da citada ACP, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão do processo, para tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC. Assim, foram realizadas reuniões quase que diárias sobre o assunto durante um ano (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, da Promotoria, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC;

CONSIDERANDO que, finalmente, no dia 09/08/19, foi assinado o TAC no bojo da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Governador, do Presidente da Petrobras, do Procurador-Geral de Justiça e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo já foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no bojo da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023, no dia 13/08/2019;

CONSIDERANDO que o citado TAC possui mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento;

CONSIDERANDO que incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC, sendo certo que,

03
1

diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), conforme promoção datada de 03/09/2019;

CONSIDERANDO que, assim, **o presente PA tem por objeto apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.5 da cláusula terceira, do termo de ajustamento de conduta** pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023, que possui a seguinte redação:

> ***"CLÁUSULA TERCEIRA:*** *(...) 6.5) O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00".*

CONSIDERANDO todos os demais elementos produzidos nos autos da ação civil pública especificada, bem como nos autos dos inquéritos civis públicos que ensejaram a sua propositura;

CONSIDERANDO que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*, sendo certo que *"para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade"*, nos termos do que dispõe o art. 225, *caput* e § 1º, inciso IV, da CRFB;

CONSIDERANDO que, segundo o art. 8º, I, da Resolução CNMP n.º 174/17 "*O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado*";

CONSIDERANDO que, de acordo com o disposto no art. 35, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.º 2.227/18, *"O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado judicialmente"*;

CONSIDERANDO, destarte, o objetivo Institucional do Ministério Público em atuar na tutela dos interesses sociais e na defesa do ordenamento jurídico (art. 127, *caput*, CRFB/88);

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, consoante o art. 129, inc. III, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que, a teor do que dispõem os arts. 127 e 129, III da CRFB/88, art. 173, inciso III, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e do art. 82, inciso I da Lei nº. 8.078/90, dentre outros, constitui função precípua do Ministério Público a salvaguarda dos valores aqui mencionados;

RESOLVE o Promotor de Justiça que a esta subscreve, instaurar o **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** em anexo, com a finalidade de obter informações sobre o efetivo cumprimento dos itens antes especificados do termo de ajustamento de conduta celebrado.

Após, **autuada, registrada e publicada** a portaria em anexo, proceda a Secretaria ao cumprimento das seguintes diligências:

I. **Autuar o presente**, com cópia do termo de ajustamento de conduta celebrado no bojo da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023, bem como da sentença judicial que o homologou, e da promoção em anexo, datada de 03/09/19;

II. **Oficiar à INEA/SEAS,** dando ciência da instauração do presente procedimento administrativo e de seu respectivo objeto, solicitando que, findo o prazo estabelecido na obrigação do item 6.5, cujo cumprimento ora se fiscaliza, qual seja, no prazo de 90 (noventa) dias após a homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) os documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela contendo informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo;

III. Com a chegada da resposta indicando o cumprimento da obrigação do item 6.5 **remeta-se o feito ao GATE**, via SEI, solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental;

IV. **Remeter ao CAO Ambiente** cópia da presente Portaria, em cumprimento ao determinado pelo artigo 80, da Resolução GPGJ nº 2227/2018.

Itaboraí, 13 de setembro de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

I- DAS PARTES

1) **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.305.936/0001-40, presentado pelo Promotor de Justiça TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, matrícula 3226, titular da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, órgão de execução com sede na Rua Liajane Carvalho da Silva, Lote B, Quadra 22, Nancilândia – Itaboraí/RJ, Salas 103/104, CEP: 24800-000, doravante denominado de **MPRJ**, como compromitente;

2) **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, ente federativo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 42.498.600/0001-71, neste ato representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), com endereço na Avenida Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro - RJ, 20081-312, na pessoa da Secretária ANA LÚCIA DE SOUZA SANTORO e do Governador do Estado do Rio de Janeiro WILSON JOSÉ WITZEL, doravante denominado ERJ, como compromitente em relação à Petrobras e como compromissário em relação ao MPRJ;

3) **INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**, autarquia estadual inscrita no CNPJ/RJ 10.598.957/0001-35, com sede na Avenida Venezuela n. 110, Saúde, no Rio de Janeiro, representado por seu Presidente CLÁUDIO BARCELOS DUTRA, e pelo Diretor de Licenciamento Ambiental, ALEXANDRE CRUZ, doravante **INEA**, como compromitente em relação à Petrobras e como compromissário em relação ao MPRJ;

4) **PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS**, sociedade de economia mista inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, com sede na Av. República do Chile, nº 65, Centro, Rio de Janeiro, representada pelo seu Presidente, ROBERTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO, com domicílio profissional nesta capital, doravante **PETROBRAS**, como compromissário;

MPRJSP2TCOITB 20190097B560 050919 14:18:51

II- DA FUNDAMENTAÇÃO

CONSIDERANDO que foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023, pelo MPRJ em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no dia 26/06/2018, questionando o licenciamento ambiental do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) e seus impactos, em especial os seguintes empreendimentos : (i) Unidade Petroquímica Básica – UPB (objeto do IC 314/09); (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09) e o abalo na estrutura dos imóveis dos moradores de Alto do Jacu, Sambaetiba, Itaboraí, causado por veículos pesados que transitavam pelas vias locais em razão do COMPERJ, conforme apurado no IC 34/14; (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13);

CONSIDERANDO que a citada ACP foi ajuizada com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 314/09 (MPRJ 200800200748), Inquérito Civil n.º 132/13 (MPRJ 201301218630), Inquérito Civil n.º 161/15 (MPRJ 20150067759), Inquérito Civil n.º 126/13 (MPRJ 201301201999) e Inquérito Civil nº 34/2014 (MPRJ 201400277033);

CONSIDERANDO que a Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13) é um empreendimento que consiste na implantação da barragem no Rio Guapiaçu com vistas à ampliação da oferta de água para a Região do Leste Fluminense, localizado no município de Cachoeiras de Macacu, a pretexto da previsão do adensamento populacional da região por conta da implantação do COMPERJ e outros empreendimentos, cenário original que se reduzirá em decorrência da revisão do tamanho do empreendimento;

CONSIDERANDO que as partes concordam em não realizar a Barragem de Guapiaçu como uma medida mitigatória e compensatória decorrente do empreendimento COMPERJ, ao menos até eventual resultado do estudo do reforço hídrico;

CONSIDERANDO que, como objeto específico da ACP em tela, foram formulados pedidos de medidas de compensação/reparação, mitigação e recuperação ambiental em razão dos fatos apurados no IC 126/13, ou seja, no entendimento do MPRJ há necessidade de revisão dos atos administrativos autorizativos, em especial no que toca: à adequação da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ;

CONSIDERANDO o acórdão prolatado pela Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região nos autos da ACP nº 0000503-53.2008.4.02.5107, que, em sede de apelação, no dia 05/06/2019, julgou procedente o pedido do Ministério Público Federal para deslocar a competência do licenciamento ambiental do COMPERJ para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

CONSIDERANDO que, nos autos da ação nº 2013.02.01.006894-8 (CNJ 0000503-53.2008.4.02.5107), perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ficou decidida a *"...suspensão dos efeitos da sentença proferida nos autos da ação civil pública nº 0000503-53.2008.4.02.5107 (2008.51.07.000503-2), **até o trânsito em julgado da mesma ou do acórdão que julgar recurso de apelação se interposto";***

CONSIDERANDO que, em razão da controvérsia judicial quanto à competência, o IBAMA realizou a delegação cautelar do licenciamento ambiental do COMPERJ para o INEA, na forma do art. 1º, § 2º, da IN 8/2019, e arts. 4º, inciso V, e 5º, ambos da Lei Complementar nº 140/2011;

CONSIDERANDO que o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TAC tem como finalidade pôr fim à ACP 9919-12.2018.819.0023, e contempla todas as obrigações necessárias ao adimplemento das obrigações do licenciamento ambiental dos empreendimentos em tela e outras medidas mitigatórias e compensatórias, excluindo-se aquelas as quais a Compromissária logrou êxito em comprovar já ter cumprindo, bem como alguns pedidos correlatos de outras ACPs que versam sobre o COMPERJ, conforme expressamente ressalvado nas cláusulas seguintes;

CONSIDERANDO que o TC-Restauração nº 3/2011 foi celebrado tendo como objeto a formalização dos compromissos e condições visando a restauração florestal e outras atividades relacionadas, decorrentes das medidas mitigatórias e compensatórias do empreendimento COMPERJ, dando cumprimento às condicionantes 8.4, 23, 24 e 30.1 da LP nº FE013990; às condicionantes 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 da ASV 009/2008 e Cláusulas do TCA celebrado com o IEF/RJ (atual INEA), Cláusula Segunda (Item 1), Cláusula Terceira (itens 1,3,5,6,7,9,10, 16 e 17), Cláusula Quarta (Itens 1 e 2) e Cláusula Quinta (Item 1) do licenciamento ambiental do COMPERJ que concerne às medidas necessárias à execução do programa de Restauração, bem como às obrigações relacionadas à condicionante 30.1 da LP nº nº FE013990 constantes do Termo de Referência – TR, criado pela Portaria INEA nº 43/2009;

CONSIDERANDO que a PETROBRAS foi comunicada sobre a rescisão unilateral do TC Restauração nº 3/2011, por meio do Ofício SEA/SE nº 292/2018, onde foi proposto um TAC;

CONSIDERANDO que, em resposta ao Ofício SEA/SE nº 291/2018 a PETROBRAS propôs que fosse celebrado um Termo de Compromisso de Restauração Florestal (TCRF), conforme Carta SMS/LA 0030/2018 protocolada em 24/08/2018;

CONSIDERANDO que a PETROBRAS, SEAS e INEA entendem pela possibilidade de ser feita a adesão ao mecanismo financeiro previsto na legislação vigente para viabilizar a restauração florestal;

CONSIDERANDO a Lei nº 6.572, de 31/10/2013, que dispõe sobre a compensação devida pelo empreendedor responsável por atividade de significativo impacto ambiental no estado do Rio de Janeiro, institui a contribuição por serviços ecossistêmicos nos termos da Lei Federal 9.985/00 e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução SEAS nº 12/2019, em especial seu art. 6º, § 1º, que regulamenta o mecanismo financeiro de compensação florestal previsto nos arts. 17, § 1º, da Lei federal nº 11.428/2006, e 3º-B da Lei estadual nº 6.572/2013;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta SEA/INEA nº 654 de 23/10/2017, que estabelece procedimentos para a celebração de TCRFs para cumprimento da obrigação referente à compensação de que trata o art. 3º-B da Lei nº 6.572/2013, introduzido pela Lei nº 7.061/2015, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o Parecer 59/09/2018 – EABM-ASJUR/SEA da Assessoria Jurídica da SEAS concorda em monetizar, utilizando o mecanismo financeiro, para cumprimento das condicionantes e que o Ministério Público excepcionalmente, no caso concreto, concorda com a proposição desde que sejam feitas medidas adicionais de revegetação, realizadas majoritariamente em áreas internas do COMPERJ as quais a PETROBRAS possa ter gestão;

CONSIDERANDO que, em que pese os diplomas normativos acima mencionados que criam e autorizam o uso do TCRF, a 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, de forma geral, não concorda com a tese de monetização da obrigação de revegetação, eis que entende que todo e qualquer empreendedor (portanto, o empreendedor-poluidor-pagador) deve realizar diretamente e *in natura* toda a sua obrigação de restauração. Assim, o MPRJ entende que qualquer legislação infraconstitucional que substitua aprioristicamente a obrigação do empreendedor de promover a revegetação *in natura* por obrigação de pagar quantia certa (ainda que seja depósito no FECAM com utilização necessária em restauração florestal) viola o art. 225 da Constituição da República e desnatura os princípios constitucionais ambientais. Ocorre que, no caso concreto, diante do amplíssimo objeto da ACP e do presente TAC, tendo vista que os Compromissários, em sede de acordo, concordaram com diversas teses do MPRJ, esta Promotoria (repete-se: apenas neste caso concreto) flexibilizou seu entendimento jurídico sobre a possibilidade de monetização da revegetação do COMPERJ, e isso só foi possível diante da assunção de novo compromisso adicional por parte da PETROBRAS de plantar e/ou manter mais 660 hectares, conforme cláusulas seguintes, em especial item 5.1.11.2;

CONSIDERANDO que nos anos de 2012 e 2013 foram apresentados aos órgãos ambientais relatórios do "*Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos do Impacto do COMPERJ sobre os Municípios da Região de Influência*", em atendimento às condicionantes 8.6 e 8.13 da Licença Prévia nº FE013990;

CONSIDERANDO que nos citados estudos, em que se realizou diagnóstico do sistema de coleta e tratamento de esgoto de Itaboraí e Maricá, restou confirmado que, ante a carência na infraestrutura de saneamento destes dois municípios e os incipientes esforços do Poder Público em implantar melhorias nesse sistema e a previsão de incremento e adensamento populacional decorrentes da instalação e da operação do

COMPERJ, se fazia necessária a adoção de medida compensatória, tal como constou do Parecer do INEA que subsidiou a emissão da Licença de Instalação nº IN001540[1];

CONSIDERANDO que em 30.03.2012 foram celebrados, entre a PETROBRAS, a Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, o INEA e a Fundação Bio-Rio, os convênios 6000.0074451.12.4 e 6000.0074452.12.4, tendo como objeto a implantação de sistemas de esgotamento sanitário nos municípios de Itaboraí e Maricá, respectivamente. Esses convênios foram iniciados quando da sua assinatura e foram encerrados por decurso de prazo em 01.11.2014, para o município de Maricá, e 30.01.2015, para o município de Itaboraí, sem a conclusão do objeto e com saldo remanescente. Também em 30.03.2012, foi celebrado, entre a PETROBRAS, SEA, INEA e Fundação Bio-Rio, o convênio 6000.0074450.12.4 para a construção da Barragem de Guapiaçu. Este convênio foi iniciado quando da sua assinatura e encerrado por decurso de prazo em 23.01.16, sem a conclusão do objeto e com saldo remanescente, tendo sido realizado apenas o projeto, e cujas obras não foram iniciadas, devido a não emissão da licença de instalação pelo órgão ambiental;

CONSIDERANDO que se encontra em trâmite na 5ª Vara de Fazenda Pública a ação de cobrança proposta pela PETROBRAS, e ainda tendo o Juízo da Vara Regional da Ilha do Governador declinado a sua competência para o aludido Juízo Fazendário, no entendimento de que a SEAS e o INEA deveriam integrar o polo passivo da referida ação;

---

[1] Confira-se o que constou do aludido estudo:
"[...] entre os anos 2000 e 2012, o município de Itaboraí apresentava o índice de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de esgoto de, respectivamente, 0,00% e 1,94%, o que representa uma pequena melhora, sendo inferiores ao índice dos municípios estudados do Conleste - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (20,06%) e muito distante de atingir sua meta de 20,00%. Além das obras de captação e distribuição de água, a Prefeitura também está implantando rede de águas pluviais em algumas ruas.
Nas áreas não atendidas do município, a solução é a ligação no sistema de águas pluviais ou o lançamento direto nas ruas ou nos cursos d'água. É importante ressaltar que, como não existe tratamento na rede de águas pluviais, não se pode considerar que no município exista rede mista (sistema unitário) ".
"[...] entre os anos 2000 e 2012, o município de Maricá apresentava o índice de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de esgoto, respectivamente 3,95% e 10,68%, que é muito baixo, mas representa uma pequena melhora, e inferiores ao índice dos municípios do Conleste estudados (20,06%) e, distante de atingir sua meta de 23,16%".

CONSIDERANDO que a aludida ação de cobrança se refere à prestação de contas no âmbito dos Convênios para construção do sistema de esgotamento sanitário em Itaboraí, do sistema de esgotamento sanitário em Maricá e da Barragem de Guapiaçu – Reforço Hídrico (Processo nº 0286071-57.2016.8.19.0001) e de uma reconvenção neste referido processo;

CONSIDERANDO que a condicionante nº **32** não possui a redação contida na petição inicial[2], mas sim a redação dada pela Deliberação CECA 6.019/2016, que determinou ao INEA a revisão e a unificação das condicionantes 32 e 34 estabelecidas na Averbação nº AVB001306 da Licença de Instalação nº 001540/2009, ora transcrita: *"32 - Executar e concluir as intervenções previstas nos convênios 6000.0074452.12.4 e 6000.0074451.12.4, referentes à implantação dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de Maricá e Itaboraí, incluindo escopo adicional relativo a Maricá e Itaboraí, de acordo com estudo de concepção a ser apresentado pela SEA, com posterior repasse pela SEA dos ativos aos titulares dos serviços de saneamento básico que serão os responsáveis pela operação dos sistemas, bem como contribuir para a viabilização da implantação da Barragem de Guapiaçu, objeto do Convênio 6000.0074450.12.4, obedecendo o limite máximo de R$ 410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais), resultante da readequação das anteriores condicionantes 32 e 34 para os investimentos citados nesta condicionante, computados os valores já aplicados naquelas condicionantes, e os custos diretos e indiretos a serem suportados pela PETROBRAS"*;

CONSIDERANDO que o Esgotamento Sanitário de Itaboraí e Maricá é a ação prioritária e fundamental porque já foram iniciadas e seu abandono se traduziria em dano ao erário e que são a condicionante 21 da LP 013990[3];

CONSIDERANDO o que dispõe a condicionante 33: *"Utilizar nos processos industriais do COMPERJ exclusivamente água de re-uso originárias de Estações de*

---

[2] A condicionante 32 na forma posta na petição inicial, possuía a seguinte redação: "32- Aplicar R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na construção da Barragem para regularização da vazão do Rio Guapiaçu visando o incremento da vazão do Rio Macacu em mais 5 m3/s, em período seco, incluindo o custeio das desapropriações necessárias e implantação de um Plano de Proteção da Área de Entorno do Reservatório, conforme projetos que serão fornecidos pela SEA/INEA", conforme Deliberação CECA/CLF 5.386, de 16/08/2011.

[3] Condicionante 21 da LP FE 013990: "Considerar no licenciamento do emissário submarino a implantação de sistema de esgotamento sanitário para atender a região que será cortada pela parte terrestre do emissário".

Tratamento de Esgoto - ETE, à exceção daqueles processos que comprovadamente não possam usar água de re-uso" e que apesar do contrato firmado em 25/11/2013 com a CEDAE – Companhia de Água e Esgoto do Rio de Janeiro, para que esta, através da Estação de Tratamento de Água – ETA do Guandu forneça para a PETROBRAS a água de reuso inicialmente prevista, não estará disponível para fornecimento para a partida da UPGN (Unidade de Processamento de Gás Natural), cuja previsão de início de operação é ao final de 2020,bem como para os anos posteriores;

CONSIDERANDO que, em 01/08/2017, a Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, por meio da DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.102, suspendeu a validade da condicionante 33, determinando que a PETROBRAS apresente ao INEA, um Estudo Hídrico Complementar abordando possíveis soluções para o suprimento de água do COMPERJ, o que também é postulado na ACP;

CONSIDERANDO a necessidade de prazo para elaboração do estudo suficiente pela PETROBRAS após a aprovação do Termo de Referência pelo INEA;

CONSIDERANDO que em 27/10/2017 a PETROBRAS protocolou no INEA a Carta PRGE/SGP/LA 154/2017 apresentando o Termo de Referência de Estudo Hídrico Complementar, em atendimento à Deliberação CECA Nº 6.102;

CONSIDERANDO que em 16/07/2018 foi recebido pela PETROBRAS a Notificação do INEA GELIRHNOT/01094464 solicitando revisão do referido Termo de Referência e que em 20/07/2018 a PETROBRAS protocolou no INEA a Carta PRGE/SGP/LA 112/2018 apresentando as revisões solicitadas;

CONSIDERANDO que em 22/11/2018 foi recebida pela PETROBRAS a Notificação do INEA GELIRHNOT/01096952 solicitando nova revisão do aludido Termo de Referência e que em 05/12/2018 a PETROBRAS protocolou no INEA a Carta SMS/LARE/ 0001/2018 apresentando as revisões solicitadas;

CONSIDERANDO que em 09/04/2019 foi recebida pela PETROBRAS a Notificação do INEA GELIRHNOT/01096952, aprovando o Termo de Referência, conforme parecer Técnico nº 142/2019/SEORH;

CONSIDERANDO que os efeitos da condicionante 33 estão suspensos até a manifestação formal do INEA com relação as conclusões obtidas no referido estudo;

CONSIDERANDO que as partes concordam com a utilização provisória da outorga de água já existente do Rio Guandu, atualmente sob titularidade da REDUC, nos exatos termos das cláusulas que seguem e desde que: (i) haja prestação de contas periódica sobre o volume de água utilizado pela REDUC e pela UPGN do COMPERJ, a fim de que se possa fiscalizar que não haverá utilização de água acima do volume permitido na outorga; (ii) de fato que tal utilização de água do Rio Guandu seja provisória, até que sejam implementadas as medidas do Estudo Hídrico Complementar abordando soluções para o suprimento de água do COMPERJ, de maneira que, nos prazos previstos em tais estudos aprovados pelo órgão ambiental e pelo MPRJ, haja a substituição de utilização de água do Rio Guandu por água prioritária de reuso para o suprimento de água de todos os processos industriais possíveis do COMPERJ, prevendo o reuso dos efluentes dos processos industriais e efluentes sanitários, quando possível[4],(iii) seja concedida pelo INEA a renovação da outorga do rio Saracuruna à PETROBRAS para sua utilização até dezembro de 2023;

CONSIDERANDO que, em 14/03/2008, foi assinado entre PETROBRAS e CEDAE o Convênio para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Porto das Caixas, na vazão de 100 litros por segundo, visando ampliar a capacidade de produção de água tratada (potável) do sistema de abastecimento do Município de Itaboraí, bem como atender à demanda necessária de água tratada (potável) durante as obras de implantação do COMPERJ, o que já viabilizou reforço hídrico na região;

CONSIDERANDO que o referido Convênio previa que a PETROBRAS arcaria com todos os recursos necessários à consecução de seu objeto e que ao término das obras, os ativos resultantes da execução do objeto foram transferidos à CEDAE;

CONSIDERANDO o ajuste no sentido de que em contrapartida à transferência de ativos à CEDAE, os investimentos realizados pela PETROBRAS, cerca de R$ 75 milhões, foram convertidos em volume de água potável para o COMPERJ (até 50 litros por segundo);

[4] Destaca-se que a condicionante 33 da UPB prevê: " Utilizar nos processos industriais do COMPERJ exclusivamente água de re-uso originárias de Estações de Tratamento de Esgoto – ETE, **à exceção daqueles processos que comprovadamente não possam usar água de re-uso.**

CONSIDERANDO que também em contrapartida à transferência de ativos à CEDAE e à obra realizada pela PETROBRAS, houve reforço hídrico de água potável para a população de Itaboraí de 50 litros por segundo;

CONSIDERANDO a necessidade de uma solução de fornecimento de água que viabilize a partida da UPGN em 2021 e por consequência permita o aumento da produção dos campos do Pré-Sal;

CONSIDERANDO que, em 20/05/2010, foi emitida Licença de Prévia Nº IN001543 para a concepção e localização da via principal de acesso rodoviário ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, com 7,8 km de extensão, interligando o complexo à BR-493;

CONSIDERANDO que a Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ é um empreendimento que consiste na construção da via principal de acesso rodoviário ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, com 7,8 km de extensão, interligando o complexo à BR-493;

CONSIDERANDO que antes desta Estrada ser construída e mesmo após, vinha e vem sendo utilizada, prioritariamente, a Estrada Sul, que substituiu a utilização da Estrada S, onde moradores relataram problemas com o trânsito de veículos pesados das empresas que prestavam serviços ao COMPERJ tendo, inclusive, segundo os moradores, havido abalo na estrutura de alguns imóveis, conforme IC 34/14;

CONSIDERANDO que, em atendimento à condicionante 5.4[5], mencionada na ACP equivocadamente na peça inicial como condicionante 6.7 da LP da EAP IN001543, que versa sobre cronograma de desapropriações, que este foi apresentado dentro do Programa de Desapropriação, cap. 5.5 do Plano Básico Ambiental, e protocolado quando da solicitação da Licença de Instalação da Estrada de Acesso Principal do COMPERJ, sendo necessário um tempo para resgate de tais informações;

CONSIDERANDO que a PETROBRAS apresentará em cumprimento ao TAC o cronograma de efetivação das desapropriações em 300 (trezentos) dias contados da homologação, pois será necessário realizar um resgate destes dados, já que parte foi feita extrajudicial e outra parte judicialmente;

---

[5]- *Apresentar na ocasião do requerimento de LI:*
5.4 – Cronograma para a efetivação das desapropriações que se fizerem necessárias à implantação da rodovia;

CONSIDERANDO que a Estrada para Transporte de Equipamentos Especiais, denominada UHOS (Ultra Heavy Over Size, objeto do IC 314/09 e IC 161/15) é um empreendimento que consiste em uma via destinada ao tráfego de veículos pesados, possuindo aproximadamente 18 quilômetros de extensão, atravessando várias comunidades que compõem o Complexo do Salgueiro, no Município de São Gonçalo. A Estrada UHOS interliga o "Píer de atracação localizado na Praia da Beira (Município de São Gonçalo)" à via projetada para acesso ao COMPERJ, a qual intercepta a Rodovia Federal BR-493 na altura do km 7, no Distrito de Itambí (Município de Itaboraí), fazendo parte do denominado "Sistema UHOS";

CONSIDERANDO que a PETROBRAS procurou dar atendimento à condicionante 12[6] da LP IN 019084 realizando um convênio com o Município de São Gonçalo onde estava prevista a transferência do SISTEMA DE UHOS para o Município;

CONSIDERANDO que através da Carta AB-PGI/COMPERJ 0018/2015 realizou a transferência de posse da Infraestrutura da UHOS para a Prefeitura de São Gonçalo e que cabe mencionar ainda, que conforme Convênio de Cooperação celebrado com o Município de São Gonçalo para a viabilização da implantação da via, estava previsto no item 2.1.4 o repasse da via ao Município:

> *"Repassar para o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO após a implantação da Via de transporte dois Equipamento Especiais do COMPERJ a infraestrutura que será realizada neste Município pelo Projeto PETROBRAS, em conformidade com o objeto do presente CONVÊNIO, para que seja adequada e ampliada, visando à implantação do Projeto Porto da Praia da Beira;"*

CONSIDERANDO que o Município de São Gonçalo e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, emitiram os Decretos nº 115/2011 e 43.472/2012, respectivamente, Declaração de Utilidade Pública para fins de construção da via, evidenciando o interesse público pela via;

---

[6] *"doar ao poder público, como medida socioambiental, o conjunto de obras e instalações do píer, retroporto e rodovia de acesso, após atendidas as necessidades relativas à movimentação de equipamentos pesados para implantação do COMPERJ, conforme condições específicas estabelecidas em Termo de Compromisso a ser celebrado com o Estado, em até 180 dias após a emissão da Licença de Instalação*

CONSIDERANDO que a PETROBRAS e empresas locais ainda possuem interesse na utilização da referida Estrada UHOS para passagem de equipamentos pesados, bem como considerando o interesse do Município de São Gonçalo no Prédio denominado de Centro de Integração, localizado na Av. Presidente Kenedy 765, Estrela do Norte, em São Gonçalo, que resultou de um investimento de cerca de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões reais) pela PETROBRAS;

CONSIDERANDO que a eventual destruição da Estrada UHOS não resolveria o problema de segurança pública no local, pois o trajeto já era utilizado para tráfego pelo tráfico, sendo certo que as partes concordam na substituição deste pedido por outros pedidos que tornem viável uma utilização da mencionada estrada que atenda ao interesse público (itens 5.6.1 até 5.6.4 deste TAC), bem como no estabelecimento de medidas compensatórias adicionais pela PETROBRAS em favor do Município de São Gonçalo, em razão da construção da Estrada UHOS, no valor total de R$ 30.750.000,00 (trinta milhões, setecentos e cinquenta mil reais), conforme itens 5.6.3, 11.1, 11.2 e 11.3 deste TAC;

CONSIDERANDO que em atendimento à condicionante 21, a PETROBRAS realizou a implantação dos dispositivos de proteção aos pedestres e sinalização para veículos, de modo a minimizar o risco de ocorrência de acidentes durante a realização das obras e que a empresa contratada para a realização da obra da estrada UHOS reportava mensalmente as evidências de atendimento através do relatório do Plano Ambiental da Construção as atividades de Gerenciamento de Tráfego Durante as Obras, informadas ao INEA trimestralmente através do PGA Cap. 6.7 (Plano de Gerenciamento de Tráfego durante as obras), inclusive com relatório fotográfico;

CONSIDERANDO que em atendimento à condicionante 23, a PETROBRAS atendeu as normas municipais quanto ao tráfego de veículos durante as obras e que a empresa contratada para a realização da obra da estrada UHOS atuava para o Gerenciamento de Tráfego (conforme reportado no Capítulo 6.7 do Plano de Gerenciamento de Trafego durante as obras) através do Plano de Gestão Ambiental protocolado trimestralmente no órgão ambiental estadual, assim como no atendimento aos requisitos legais aplicáveis, dentre eles os municipais;

CONSIDERANDO que em 2016 houve um incêndio em um prédio administrativo do COMPERJ sendo que foram perdidos os últimos Planos de Monitoramento Epidemiológico, razão pela qual a PETROBRAS se comprometerá a apresentar os

resultados obtidos que se refiram até o ano de 2014, que foram os quais conseguiu resgatar. Além disso, os planos de monitoramento epidemiológico deverão ser atualizados até 2017;

CONSIDERANDO que as partes que firmam este TAC esclarecem que o Município de Cachoeiras de Macacu não figura como beneficiário no presente TAC de obrigações de fazer e, sobretudo, das obrigações referentes a novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares. O motivo de Cachoeiras de Macacu não ter sido contemplado no presente TAC é que o empreendimento que seria construído no território de Cachoeiras de Macacu (a chamada "Barragem do Guapiaçu") em decorrência do COMPERJ, não o será mais implantado como medida compensatória do empreendimento, sendo certo que o presente TAC estabeleceu a obrigação da PETROBRAS de realizar estudos para o reforço hídrico da região. Caso futuramente seja escolhido e executado algum empreendimento com este objetivo de reforço hídrico da região no Município de Cachoeiras de Macacu pelo Estado do Rio de Janeiro, o MPRJ, no exercício de suas funções institucionais, diligenciará para acompanhar e fiscalizar o processo de licenciamento ambiental do novo empreendimento;

CONSIDERANDO o aumento de recolhimento de royalties e participações especiais para a União, Estados e Municípios, decorrente da partida da UPGN em 2021 e do crescimento econômico associado a operação do empreendimento COMPERJ, em especial para o Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO que a SEAS e o INEA são os órgãos ambientais legalmente competentes do Estado do Rio de Janeiro para o licenciamento e para fiscalização do empreendimento COMPERJ;

CONSIDERANDO que, após o ajuizamento da presente ACP, o MPRJ oficiou à PETROBRAS para dar notícia do ajuizamento das ACPs e, em resposta, a PETROBRAS, manifestou seu interesse em tentar celebrar TAC, o que foi aceito, razão pela qual o MPRJ pleiteou ao juízo a suspensão do feito. A partir de então, foram realizadas diversas reuniões entre MPRJ, PETROBRAS, SEAS e INEA que culminaram na celebração do presente TAC que ora é submetido à homologação do Judiciário;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1°, c/c art. 5°, parágrafo 6°, da Lei Federal n° 7.347/85;

CONSIDERANDO todos os demais elementos produzidos nos autos do Inquérito Civil Público n. 239/2017;

CONSIDERANDO que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida"*, entendido esse como o *"conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas"* (art. 225, caput, da CF/88 e art. 3°, I, da Lei n° 6938/81);

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público e da coletividade a defesa e a preservação do meio ambiente, para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que os art. 1°, inciso I, art. 2°, *caput*, art. 3°, art. 4° e art. 5°, inciso I, e §6°, da Lei 7.347/1985, dispõem que:

> *Art. 1° Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as **ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados**: (Redação dada pela Lei n° 8.884, de 11.6.1994)*
> ***I - ao meio-ambiente;***
> *(...)*
> *Art. 2° As ações previstas nesta Lei serão **propostas no foro do local onde ocorrer o dano**, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.*
> *(...)*
> *Art. 3° A ação civil poderá ter **por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.***
> *Art. 4°**Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente**, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO). (Redação dada pela Lei n° 10.257, de 10.7.2001)*
> *Art. 5° **Têm legitimidade** para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei n° 11.448, de 2007).*
> ***I - o Ministério Público**; (Redação dada pela Lei n° 11.448, de 2007).*
> *(...)*

> *§6º - Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.*

CONSIDERANDO que, o MPRJ é, segundo disposições das Leis 7347/87, arts. 1º e 5º, e 8078/90, arts. 81, 82 e 91, legitimado à promoção de ação civil pública e celebração de termo de ajustamento de conduta para a defesa coletiva dos direitos e interesses meta individuais, entre eles os relativos à proteção do Meio Ambiente;

RESOLVEM, com fundamento no disposto no *art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85,* celebrar **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, para pôr fim à ACP nº 9919-12.2018.819.0023, na forma que se segue.

III- DAS DISPOSIÇÕES

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) tem como objeto chegar a um acordo sobre a integralidade dos pedidos feitos na ACP 9919-12.2018.819.0023 em tela, havendo o ajustamento de conduta com aquelas obrigações as quais a Compromissária não cumpriu ainda ou são por meio do presente TAC alteradas.

Parágrafo primeiro - Além disso, são objeto do presente TAC os seguintes pedidos:

(i) ACP 0009884-52.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil n.º 95/2011) – Emissário terrestre e Submarino: pedidos 4.2.1, 4.2.2, 4.3.1, 4.3.2, 10;

(ii) ACP 0009859-39.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil n.º 102/2011) – Linhas de Transmissão: pedidos 4.3, 4.4.4, 4.4.5, 10.

(iii) ACP 0009869-83.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil n.º 01/2013) - UPGN – ULUB: pedidos: 4.2.3.a, 4.2.3b, 4.2.3c, 4.2.3d, 10.

(iv) ACP 0009897-51.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil nº 106/2010) – Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ: pedidos C.3f, C8, C9, C10, C11, C12, C14, C16, 10.

Parágrafo Segundo - O presente TAC põe fim e se traduz em termo final a todos os pedidos da ACP 9919-12.2018.8.190023, bem como aos pedidos elencados no parágrafo primeiro (anterior ao presente), o qual deverá ser devidamente homologado por sentença judicial, que tramita perante a Justiça Estadual de Itaboraí, fazendo coisa julgada material.

Parágrafo Terceiro – As partes declaram estar cientes do julgamento dos recursos de apelação interpostos nos autos da ACP nº 0000503-53.2008.4.02.5107, em trâmite perante o Juízo da 2ª Vara Federal de Itaboraí/RJ, que deslocou a competência do licenciamento ambiental do COMPERJ para o IBAMA. Declaram, ainda, estar cientes de que foi deferida a suspensão de execução de sentença nº 2013.02.01.006894-8, movida pelo ERJ, determinando a suspensão dos efeitos da aludida decisão até o trânsito em julgado da mesma ou do acórdão que julgou os recursos de apelação. Finalmente, as partes declaram estar de acordo de que o presente TAC não trará qualquer prejuízo para a coletividade ou para o meio ambiente, nem inviabilizará ao MPF e ao IBAMA o exercício de suas atribuições legais, na medida em que, caso haja o deslocamento superveniente da competência do órgão ambiental para licenciar os empreendimentos em questão por força de decisão judicial transitada em julgado, vigorarão as condicionantes impostas pelo INEA e as obrigações previstas neste TAC até que o IBAMA conceda nova licença com suas próprias condicionantes, além de restarem preservadas as licenças que já estejam exauridas. Assim, o MPF e/ou o IBAMA poderão, se assim entenderem conveniente, aderir total ou parcialmente aos termos deste TAC, inclusive fiscalizando seu cumprimento, na hipótese de o ajuste ainda estar vigente, eis que o presente instrumento regulariza as pendências ambientais do empreendimento em relação aos fatos narrados na inicial, mantendo o IBAMA o seu poder de autotutela e resguardada ao MPF a sua atribuição/legitimidade de acompanhar e fiscalizar os licenciamentos ambientais em questão;

Parágrafo Quarto - Após a conclusão do Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro previsto no item 2 da cláusula segunda, que incluirá a avaliação acerca das alternativas para abastecimento hídrico na região do Comperj, caso haja confirmação da implantação da Barragem de Guapiaçu como melhor opção, com as devidas e prévias alterações no EIA/RIMA próprio considerando o teor do estudo

referido no mencionado item 2, ou outra solução que fora apontada pelo Plano, o Compromissário Estado do Rio de Janeiro deverá elaborar o projeto, obra e desapropriações, servindo dos recursos previstos na cláusula segunda, item 3, como apoio à sua implementação.

Parágrafo Quinto – As partes declaram que o presente TAC está sendo celebrado considerando que o COMPERJ terá futuramente em operação apenas a UPGN e a Refinaria (TREM 1), não sendo consideradas as demais Unidades inicialmente previstas, tendo em vista o redimensionamento para menor do empreendimento.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS

CLÁUSULA SEGUNDA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a promover as obrigações de fazer e de pagar abaixo especificadas e a apresentar no bojo do processo de licenciamento ambiental e nos autos da presente ação civil pública ao MP e a este Juízo, o que segue, nos prazos constantes do Cronograma de Execução das Ações, que é o ANEXO 1, parte integrante do presente instrumento.

1) A PETROBRAS se compromete a apresentar, em até **16 (dezesseis) meses** após a aprovação do Termo de Referência do INEA (o qual deverá contar com prévia manifestação do MPRJ), Estudo Hídrico Complementar, em atendimento à Deliberação CECA Nº 6.102, com vistas a avaliar alternativas de águas de reuso para o Comperj, devendo tal estudo abordar possíveis soluções para o suprimento de água para todos os processos industriais do COMPERJ, inclusive para a UPGN e Trem 1, sendo certo que o estudo a ser apresentado deve prever e priorizar o reuso dos efluentes nos processos industriais em que isto for possível.

2) A PETROBRAS se compromete a depositar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, a importância de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) em conta específica a ser indicada pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, para que seja elaborado pelo ERJ o Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro, a partir de sua Subsecretaria de Recursos Hídricos e Sustentabilidade da SEAS, que deverá contemplar capítulo específico acerca do abastecimento da região do Leste Fluminense, incluindo a

avaliação da Barragem de Guapiaçu e alternativas para abastecimento da região, com regular análise das alternativas locacionais e tecnológicas, visando à indicação de uma opção que atenda à demanda hídrica esperada. O Termo de Referência a ser feito pelo INEA/SEAS para tal plano deverá ser apresentado ao MPRJ, para fins de prévio e imprescindível consenso técnico antes de sua execução. Tal estudo deverá abordar todos os itens da conclusão da IT nº 239/2017 do GATE/MPRJ, inclusive sugerindo as alterações necessárias no projeto inicial da Barragem do Guapiaçu, a fim de tornar o projeto viável do ponto de vista ambiental e social. No momento seguinte, o órgão licenciador deverá observar a adequada avaliação dos impactos ambientais e sociais, além da justa e prévia indenização pela desapropriação (quando for o caso). Caso o valor do estudo seja inferior à importância depositada, o recurso sobressalente será utilizado em ações que aumentem a segurança hídrica do estado do Rio de Janeiro.

3) A PETROBRAS se obriga a depositar no INEA ou na SEAS, em duas contas específicas a serem indicadas pelo beneficiário e referendadas pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, respectivamente, as importâncias remanescentes de: (i) R$ 98.642.130,83 (noventa e oito milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e trinta reais e oitenta e três centavos), para atender à finalidade de término das obras de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, incluindo escopo adicional; e (ii) R$ 131.952,702,96 (cento e trinta e um milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e dois reais e noventa e seis centavos) para ações de execução do reforço hídrico da região (a ser definido a partir do estudo do item 2 anterior, sendo certo que na hipótese de eventual estudo apontar pela necessidade de implantação da Barragem do Guapiaçu, a efetiva intervenção somente será realizada pelo ERJ, com os recursos aportados, após o consenso técnico entre o INEA e o MPRJ acerca da proposta, sendo que ambos os valores serão sempre depositados em 3 (três) parcelas trimestrais iguais e sucessivas contados da homologação do TAC, sendo a primeira parcela em 60 dias contados da homologação do instrumento, em atendimento à condicionante 32 conforme redação dada pela Deliberação CECA 6.019/2016[7].

[7] *Os valores discriminados neste item constam na memória de cálculo abaixo, elaborada pela Petrobras que não possui efeito jurídico liberatório, os quais foram obtidos levando em consideração os valores efetivamente pagos pela Petrobras à Fundação Bio-Rio e os valores remanescentes pendentes de pagamento, em cumprimento às condicionantes 32 e 34. Os valores pagos foram apresentados pela Petrobras por meio dos extratos bancários dos respectivos convênios. A SEAS/INEA, a quem cabia a entrega de relatórios da aplicação dos recursos, poderá estabelecer processo regular de apuração, no qual se perquirirá, inclusive, a aplicação dos recursos já recebidos e sua correção, com a finalidade, entre outras, de prestar as informações respectivas*

3.1) A título de atualização monetária dos valores acima referidos para esgotamento sanitário e reforço hídrico, a PETROBRAS se compromete ainda a depositar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, nas mesmas contas mencionadas acima (a serem indicadas pelo INEA ou pela SEAS e referendadas pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 – trinta e cinco – dias), a importância de R$ 30.753.172,38 (trinta milhões, setecentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e trinta e oito centavos), que será utilizada da seguinte maneira: (a) a importância de até R$ 13.744.020,00, para gerenciamento das ações de execução do reforço hídrico da região; e (b) a importância de até R$ 12.903.617,28, para o gerenciamento das obras de esgotamento sanitário.

3.2) O saldo remanescente desta atualização monetária, que soma R$ 4.105.535,10 (quatro milhões, cento e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais e dez centavos), será depositado em 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, devendo ser utilizado como medida compensatória, para fortalecimento das ações de licenciamento e fiscalização ambiental no COMPERJ.

---

ao MPRJ, nos termos deste TAC, bem assim de esquadrinhar, se for o caso, responsabilidades por eventuais irregularidades. Não é objeto do presente TAC fazer juizo de valor e atestar o cumprimento dos convênios anteriormente firmados para a execução das obras.

MEMÓRIA DE CÁLCULO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE ITABORAÍ E MARICÁ E REFORÇO HÍDRICO			
Rubricas	**Valores Previstos**	**Valores aportados à Fundação Rio Rio**	**Referência**
Valor do convênio barragem de Guapiaçu	250.000.000,00	26.919.000,00	Condicionante 34: Convênio de esgot. Itaboraí nº 6000.0074451.12.4 Condicionante 34: Convênio de esgot. Maricá nº 6000.0074452.12.4 Condicionante 32: Convênio barragem Guapiaçu nº 6000.00.74450.12.4 (Averbação Nº AV8001306 da LI Nº IN001540)
Valor do convênio esgotamento sanitário Itaboraí	99.446.000,00	94.997.822,80	
Valor do convênio esgotamento sanitário Maricá	60.554.000,00	57.488.343,41	
Total	410.000.000,00	179.405.166,21 *	
Saldo dos convênios de esgotamento e barragem:	230.594.833,79		410.000.000,00 - 179.405.166,21
Este saldo foi subdividido no TAC conforme abaixo:			
Total orçado pela CEDAE para conclusão do escopo remanescente do esgotamento sanitário de Itaboraí e Maricá	98.642.130,83	Não aplicável	Orçamento da CEDAE encaminhado em 12/09/2018
Remanescente será aplicado em ações de Reforço hídrico	131.952.702,96	Não aplicável	Saldo dos 3 convênios menos orçamento da CEDAE
Ademais, foram inseridos os valores a serem pagos à título de atualização monetária do saldo dos convênios de esgotamento e barragem (índice: IPCA)	30.753.172,38	Não aplicável	Valores a serem pagos a título de atualização monetária (IPCA), conforme item 3.1 da cláusula segunda do TAC do Comperj: R$ 13.744.020,00: gerenciamento das ações de execução do reforço hídrico; R$ 12.903.617,28: gerenciamento das obras de esgotamento sanitário; R$ 4.105.535,10: medida compensatória para fortalecimento das ações de licenciamento e fiscalização ambiental no Comperj.

* Este valor não considera a atualização monetária. O valor atualizado efetivamente pago, conforme extratos apresentados pela Petrobras, foi de R$ 193.448.115,00.

4) A PETROBRAS poderá utilizar a outorga já existente do Rio Guandu (atualmente destinada à Refinaria Duque de Caxias - REDUC), para fornecimento de água para a UPGN e utilidades necessárias à sua operação, enquanto não for possível o fornecimento de água de reuso, que depende da conclusão do Estudo Hídrico Complementar e da implementação da solução apontada pelo referido Estudo, conforme item 1 anterior, desde que:

(i) haja prestação de contas periódica (trimestralmente) sobre o volume de água utilizado pela REDUC e pela UPGN do COMPERJ, a fim de que se possa fiscalizar se não haverá utilização de água acima do volume permitido na outorga;

(ii) a utilização de água do Rio Guandu seja efetivamente provisória, até a implementação da solução apontada pelo referido Estudo Hídrico Complementar para o suprimento de água do COMPERJ, de maneira que, nos prazos previstos neste estudo aprovado pelo órgão ambiental e pelo MPRJ, haja a substituição de utilização de água do Rio Guandu preferencialmente por água de reuso para o suprimento de água para os processos industriais do COMPERJ que forem possíveis, prevendo o reuso dos efluentes de todos os processos industriais e efluentes sanitários possíveis;

(iii) seja concedida pelo INEA a renovação da outorga do rio Saracuruna à PETROBRAS para sua utilização até dezembro de 2023.

(iv) A licença de operação do COMPERJ somente será emitida após a comprovação da utilização de 100% de água de reuso para o suprimento de todos os processos industriais do COMPERJ, à exceção daqueles processos que comprovadamente não possam usar água de reuso.

5.1) No que concerne à Licença Prévia FE013990 (AVB000621) que autoriza a localização do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ):

5.1.1) Em relação à condicionante 6.9 – Apresentar o Projeto da estrada de acesso interna que ligará a área à RJ-116, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.2) Em relação à condicionante 6.16 – Apresentar o Plano Logístico de Transporte, contemplando o transporte de material e de pessoal e medidas para a

minimização dos impactos a serem gerados no tráfego, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.3) Em relação à condicionante 6.17 – Apresentar o Inventário, incluindo registro fotográfico, das vias principais, secundárias e marginais que foram utilizadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.4) Em relação à condicionante 6.20 – Apresentar o estudo de projeções populacionais apresentado no Anexo 2 da Parte 1 – Atendimento às Condições de Validade da LP no Plano Básico Ambiental (PBA), no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.5) Em relação à condicionante 7.4 – Apresentar comparativo de alterações do projeto de tratamento de efluentes, em decorrência do redimensionamento para menor do COMPERJ, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

5.1.6) Em relação à condicionante 7.9: (i) Apresentar o Estudo Regional de Caracterização Hidrogeológica e Determinação de Fluxos de Água Subterrânea, já realizado, em 30 dias, contados da homologação do TAC, em CD eletrônico; (ii) Realizar estudo de "Background geoquímico" complementando as informações dos estudos hidrogeológicos já existentes na área de influência do COMPERJ a ser apresentado no prazo de 24 (cinte e quatro) meses contados da homologação do TAC; (iii) atualizar o Cenário Hidroquímico e Avaliação com base na Resolução CONAMA 420/2009, incluindo - se for o caso - a definição da solução mitigadora e/ou compensatória de redução das concentrações das Substâncias Químicas de Interesse (SQI) para a hipótese de ser identificada alteração na qualidade do aquífero, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da homologação do TAC, em CD eletrônico; (iv) considerar como condicionante da licença de operação a realização de monitoramento analítico ao longo de dois ciclos hidrogeológicos, por 24 (vinte e quatro) meses, considerando os resultados dos itens (ii) e (iii).

5.1.7) Em relação à condicionante 7.11 – (i) Apresentar ao MPRJ o Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macro Drenagem (MD-6000.67-8000-113-HBQ-001) e no Desenho (DE-6000.67-8000-182-HBQ-004) que contempla o levantamento detalhado de áreas susceptíveis a inundações e áreas encharcadas, com as soluções

propostas para a viabilização das construções e utilização da área, em 30 dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.8) Em relação à condicionante 7.12 – (i) Apresentar os estudos geológicos da região (capítulo 4.2.3 do EIA/RIMA), no qual está anexo o mapa de erodibilidade da Área de Influência Direta (anexo 5_Erodibilidade_AID); e levantamento geotécnico do terreno que consta do Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macro Drenagem (MD-6000.67-8000-113-HBQ-001) e desenhos DE- 6000.67-8000-114-HBQ-001 à 009, que contemplam as investigações geotécnicas citadas no referido Estudo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.

5.1.9) Em relação à condicionante 8.1 – (i) Apresentar o Programa de Monitoramento de Qualidade da Água no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico; (ii) Apresentar os relatórios dos monitoramentos já realizados até 2015, levando em consideração a fase de obras de implantação da Unidade de Petroquímicos Básicos (UPB – Infraestrutura de Urbanização), a Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ e a Via de Acesso de Equipamentos Especiais (UHOS), conforme determinado nas condicionantes 8.1 da licença LP nº FE013990, 24 e 26 da licença LI nº IN021327, 37 e 40 da licença LI nº FE014032, 7.3 da licença LP nº IN019084 e 5.16 da licença LP nº IN001543, e os demais relatórios dos monitoramentos realizados com a retomada das obras em 2018, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico; (iii) executar novas medidas mitigadoras adicionais e medidas de recuperação ambiental, caso seja necessário, para redução das concentrações das substâncias mencionadas na Resolução CONAMA nº 357/2005 e/ou medidas compensatórias, dentro da área intermuros do COMPERJ, sendo que estas ações deverão ser consideradas como condicionantes da licença de operação;

5.1.10) Em relação à condicionante 8.3 – Apresentar o Programa de Monitoramento da Biota Aquática, os relatórios de acompanhamento com conclusões técnicas de avaliação dos parâmetros dos monitoramentos da Biota Aquática já realizados, de acordo com a condicionante 23 da LI IN021327, em 30 dias da homologação do TAC, em CD eletrônico; (ii) Dar continuidade ao Programa de Monitoramento da Biota Aquática e aos Relatórios de acompanhamento com conclusões técnicas de avaliação dos parâmetros dos monitoramentos da Biota Aquática até a emissão da Licença de

Operação da UPGN; (iii) Apresentar trimestralmente os relatórios, em CD eletrônico, a partir de 3 meses da homologação do TAC até o término do prazo de sua vigência.

5.1.11) Em relação à condicionante 8.4 - (i) Celebrar Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF com a INEA/SEAS, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do TAC, desde que o INEA já tenha: (i) informado à PETROBRAS as áreas que foram quitadas, com termo de quitação; (ii) enviado a minuta do TCRF antes da celebração do presente instrumento, com pagamento em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira em 60 (sessenta dias) após a homologação do TAC e a segunda em março de 2020, monetizando pelo mecanismo financeiro as obrigações não dadas por quitadas pela SEAS relativas à: (i) obrigação de restaurar 5.005,8[8] ha, dando cumprimento às condicionantes 8.4, 23, 24 e 30.1 da LP nº FE013990; às condicionantes 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 da ASV 009/2008 e Cláusulas do TCA celebrado com o IEF/RJ (atual INEA), Cláusula Segunda (Item 1), Cláusula Terceira (itens 1,3,5,6,7,9,10, 16 e 17), Cláusula Quarta (Itens 1 e 2) e Cláusula Quinta (Item 1) do licenciamento ambiental do COMPERJ que concerne às medidas necessárias à execução do programa de Restauração, bem como às obrigações relacionadas à condicionante 30.1 da LP nº nº FE013990 constantes do Termo de Referência – TR, criado pela Portaria INEA nº 43/2009, no qual será estabelecido mecanismo financeiro de contribuição aos serviços ecossistêmicos, relativo ao quantitativo de áreas em hectares que não for dado como quitado pelo INEA, mediante depósito na conta do TCRF, nos prazos a serem estabelecidos no TCRF; (ii) condicionantes 30, 31, 32 e 33 da LI Nº 0016106 (LI Estrada de Acesso Principal); (iii) condicionantes 30, 31, 32, 33, 34e 35 da LI Nº IN020319 (LI UHOS); (iv) condicionantes 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17daLI Nº IN023703 e e condicionantes 3, 4,e 5 da Averbação 002721 (Emissário); (v) condicionantes 38, 39, 40, 41, 42 e 43 da LI Nº IN024121 (DUTOS); (vi) condicionantes 37, 38, 39, 40 e 41 da LI Nº IN024202 (GASODUTOS);

OBJETO DA LICENÇA	COMPROMISSO (ha)
LP COMPERJ + ASV 9/2008	4.564,40
Estrada convento	221,00
Estrada UHOS	35,00
UPB	33,40
Dutos	119,00
Emissário	7,50
Linha de transmissão	1,50
Gasodutos	3,00
Canteiros Serra de Inoã	1,00
Total	5.005,80

(vii)condicionante 25, 26, 27, 28 e 29 da LAS Nº IN025668 (LAS INOÃ); (viii) condicionante 5.2 da Licença Prévia IN001543 (Estrada de Acesso Principal); (ix) condicionantes 13, 14 e 15 da LI Nº IN024123 (LT 345 kV) ou a que vier a substituí-la; (x) Cap. 8.6 do Plano Básico Ambiental da Urbanização e da UPB.

5.1.11.1) Para que seja viabilizado o cumprimento do parágrafo quarto da cláusula terceira, que autoriza a SEAS/INEA a utilizar 10% (dez por cento) dos valores do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula 5.1.11 *supra* com a finalidade de planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF, será estabelecido no instrumento que, quando do depósito no âmbito do mecanismo finaceiro, este valor já seja separado para tal finalidade. Com efeito, será realizado um depósito específico no Fundo Mata Atlântica da importância de 10% para atendimento dessa finalidade, em 60 (sessenta) dias após a homologação do TAC. Tal valor será subtraído da importância total do TCRF.

5.1.11.2) De forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021.

5.1.12) Em relação à condicionante 8.5 – Apresentar o Plano de Monitoramento da Biota Terrestre, os relatórios de acompanhamento já realizados no prazo de 30 dias da homologação do TAC em CD eletrônico e dar continuidade ao Plano de Monitoramento da Biota Terrestre no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da homologação do TAC.

5.1.13) Em relação à condicionante 8.6 – Apresentar o Programa de monitoramento da evolução demográfica e das demandas de serviços públicos na região do entorno do COMPERJ, bem como os boletins elaborados sobre os dados dos municípios e

apresentar estudo de evolução demográfica da Área Diretamente Afetada – ADA, atualizado até 2017, até 30/06/2021, em CD eletrônico.

5.1.14) Em relação às condicionantes 8.7 e 10 – Apresentar a relação de participantes do programa de qualificação profissional voltado à população da região do entorno do Complexo, visando a maximizar a participação de mão-de-obra local a ser utilizada no empreendimento e nas oportunidades que surgirem na região, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.15) Em relação à condicionante 8.9 – Apresentar os 42 (quarenta e dois) relatórios relativos ao Programa de Comunicação Social, incluindo subprograma de Ações Sociais Integradas que contemple medidas de integração do empreendimento com as comunidades, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.17) Em relação à condicionante 11 – (i) Apresentar os relatórios do Plano de Monitoramento Epidemiológico realizado até 2014, no prazo de 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico, com a identificação formal de autoria pela instituição contratada (FIOCRUZ/ENSP); (ii) Atualizar o Plano de Monitoramento Epidemiológico até o ano de 2017, até 30/06/2021.

5.1.18) Em relação à condicionante 12 – Apresentar os produtos gerados do Programa de Valorização Cultural, contemplando: (i) livro com os resultados da pesquisa sobre o Patrimônio Cultura do Leste Fluminense; (ii) Relatório Final do Programa de Capacitação em educação Patrimonial e arqueologia do Vale do Macacu; (iii) Documento de aprovação pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - Inepac do Projeto Executivo de Consolidação das Ruínas do Convento São Boaventura, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.19) Em relação à condicionante 13 – Apresentar o Cap. 7.7. do PBA, da Urbanização, referente ao Plano de Monitoramento da Evolução Demográfica e das Demandas por serviços públicos na ADA, bem como os resultados obtidos, no prazo de 60 (sessenta) dias da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.20) Em relação à condicionante 13.4 – Depositar a importância de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em conta judicial a ser destinada às ações de fortalecimento das atividades de fiscalização e licenciamento do Município de

Itaboraí, cuja liberação ao Município será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

5.1.21) Em relação à condicionante 14 – Apresentar o contrato com o SENAI para prestação de serviços técnicos especializados para realização de eventos de sensibilização e capacitação para habilitação de empresas para prestação de serviços de gestão de resíduos sólidos e fornecimento de areia, em atendimento a parceria institucional tendo em vista a inovação tecnológica pró-ambiental (Tecnologias Limpas) com foco nas micro e pequenas empresas, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.22) Em relação à condicionante 15 – Apresentar os relatórios, o convênio, as fotos e dados da operação da Rede Hidrometeorológica contendo estações pluviométricas, fluviométricas e meteorológicas, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.1.26) Em relação à condicionante 24 - Apresentar os relatórios nos quais constem as ações de apoio aos hortos existentes na área de influência do COMPERJ, para a produção de mudas destinadas aos projetos de recomposição vegetal, em 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.27) Em relação à condicionante 27 - Apresentar ao MPRJ as Autorizações e Outorgas obtidas até o momento relacionadas à captação de água, no prazo de atendimento de 30 (trinta) dias contados a partir da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.28) Em relação à condicionante 28 - Apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.1.30) Em relação à condicionante 30.2 - Apresentar comprovantes de pagamento, carta e publicação no DOERJ do TC do Parque Águas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.

5.1.31) Em relação à condicionante 30.4 – Apresentar Estudo de Vazão Ecológica, em até 500 (quinhentos) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.2) **Licença de Instalação IN001540 (AVB001306; AVB001465; AVB001474) para realizar a obra de implantação de Unidade Petroquímica Básica (UPB) e áreas de apoio industrial e administrativo**

5.2.1) **Em relação à condicionante** 5 - Realizar e apresentar revisão da Análise de Riscos (Trem 1 e UPGN), no prazo de 600 (seiscentos) dias contados da homologação do TAC; e Plano de Resposta a Emergência do COMPERJ atualizado, da fase de implantação, este no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, ambos em CD eletrônico.

5.2.2) **Em relação às condicionantes** 13, 14, 16 e 26: (i) 14 - Manter atualizado o Plano de Ação de Emergência – PAE, revisando-o no máximo a cada 900 (novecentos) dias, e encaminhando cópia ao INEA sempre que houver mudança significativa, principalmente na coordenação da Equipe de Emergência e nos telefones de contato; (ii) 16 - Remeter relatório que evidencie que dotou a Unidade com recursos que permitam a inspeção periódica dos tanques, tubulação, acessórios e equipamentos, bem como a supervisão e o controle permanente das condições operacionais, no prazo de 60 (sessenta) dias antes do início da operação da UPGN; (iii) realizar estudo para avaliação quanto à dimensão do grupo de combate a focos de incêndios e o tempo de respostas às emergências, e posteriormente se adequar às medidas indicadas no estudo para atender satisfatoriamente à demanda, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a homologação do TAC.

5.2.3) **Em relação à condicionante** 17 - (i) Apresentar projeto de tratamento de efluentes líquidos industriais e sanitários da fase de operação visando ao reuso dos efluentes, sempre que possível; (ii) esclarecer, ainda, qual será a composição do efluente final e se as mudanças que ocorreram, ou ocorrerão, no projeto da Estação de Tratamento de Despejos Industriais (ETDI) resultarão em aumento significativo nas cargas de constituintes dos efluentes de forma que a modelagem hidrodinâmica apresentada no EIA do Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ seja validada ou não, 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.2.5) **Em relação à condicionante** 34 - Comprovar em CD eletrônico, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até

o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio.

5.2.5.1) Eventual saldo de recursos decorrente de valores previstos na unificação das condicionantes 32 e 34 e ainda não utilizados deverão ser depositados em conta a ser indicada pelo INEA, na forma do item 3 da cláusula segunda.

5.3) Licença de Instalação IN021327 (renovação da LI nºFE014032) para implantação da estrutura de urbanização do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, que contempla as obras de terraplenagem, drenagem, anel viário, canteiro de obras referente a esta etapa, instalações de segurança patrimonial, Centro Integrado de Segurança e Centro de informação;

5.3.1) Em relação à condicionante 13 – Apresentar o Projeto Executivo de Urbanização licenciado pelo INEA, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.3.2) Em relação à condicionante 19 - Apresentar Manifestos e Plano de Gerenciamento de Efluentes, reportado no PGA, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC.

5.3.3) Em relação à condicionante 21 - Implementar, em continuidade ao já realizado, o Programa de Monitoramento dos Manguezais, devendo incluir no monitoramento dos sedimentos os parâmetros coprostranol e colesterol, no prazo de 500 (quinhentos) dias, contados da homologação do TAC.

5.3.4) Em relação à condicionante 23 - Implementar, em continuidade ao feito, o Plano de monitoramento da biota aquática dos rios Macacu e Caceribu, até a emissão da Licença de Operação da UPGN, de acordo com critérios e parâmetros aprovados pelo órgão ambiental, apresentando relatórios trimestrais, contados a partir de 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, em CD eletrônico

5.3.5) Em relação à condicionante 29 - Manter o programa de manejo, resgate e monitoramento da fauna terrestre na ADA, por, no mínimo, dois anos após o início da fase de operação, apresentando relatório semestral em CD eletrônico, a partir de 500

(quinhentos) dias contados da homologação do TAC, que comprove o cumprimento da obrigação;

5.3.6) Em relação à condicionante 31 – Apresentar a atualização do plano do acompanhamento epidemiológico e sanitário no estabelecimento da correlação entre os impactos gerados pelo COMPERJ com os possíveis incrementos e/ou decréscimos das doenças pré-existentes, até 30/06/2021, em CD eletrônico.

5.3.7) Em relação à condicionante 32 - (i) Apresentar a atualização do plano de monitoramento da evolução demográfica e das demandas de serviços públicos na região do COMPERJ (apresentado do 21° relatório do PGA), de acordo com o Censo Demográfico de 2010, do IBGE, que contemple os seguintes aspectos: considere a natalidade, mortalidade por causas, nupcialidade e a mobilidade espacial da população: (ii) 32.1- Uma matriz "DE PARA", no caso da população residente na AID; (iii) 32.2- Taxas de Imigração; (iv) 32.3- Com base na PEA formal, calcular, também, a pendularidade, podendo utilizar a RAIs e RAIs Migra do Ministério do Trabalho, para cruzamento das informações; (v) 32.4- Seletividade migratória para a população total residente e para a PEA, considerando a escolaridade, rendimento e ocupações, no prazo de 300 (trezentos) dias contados da homologação do TAC em CD eletrônico; (vi) Apresentar os relatórios do Plano de Monitoramento da Evolução Demográfica e das Demandas de Serviços Públicos na Região do COMPERJ, a identificação formal de autoria pela instituição contratada (UFF), para garantir a autenticidade da origem do texto, a ser comprovada documentalmente em 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC em CD eletrônico.

5.3.8) Em relação à condicionante 45 - (i) Apresentar os produtos gerados do Programa de Valorização Cultural, contemplando, dentre outros: (i) livro com os resultados da pesquisa sobre o Patrimônio Cultura do Leste Fluminense; (ii) Relatório Final do Programa de Capacitação em educação Patrimonial e arqueologia do Vale do Macacu; (iii) Documento de aprovação pelo Inepac do Projeto Executivo de Consolidação das Ruínas do Convento São Boaventura, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico;

5.4) Licença Prévia IN001543 para a concepção e localização da via principal de acesso rodoviário ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, com 7,8 km de extensão, interligando o complexo à BR-493;

5.4.1) Em relação à condicionante 5: (i) 5.1- Comprovar, por meio de relatórios do PGA, a elaboração e execução do Projeto de remoção de vegetação; (ii) Apresentar o projeto executivo da rodovia que permita o deslocamento da fauna ao longo dos seus trechos, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.4.2) Em relação à condicionante 6.7: (i) Apresentar o cronograma de desapropriações que se fizeram necessárias à implantação da rodovia; (ii) apresentar planilha com todas as desapropriações feitas, se foram consensuais ou judiciais, quais os valores pagos nos imóveis e se houve divergência entre o valor avaliado pela PETROBRAS e o utilizado pelo Juízo nos casos judiciais, no prazo de 300 (trezentos) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.5) Licença de Instalação IN016106 para as obras de implantação da estrada principal de acesso com 7,8 km de extensão, interligando o complexo Petroquímico a BR-493:

5.5.2) Em relação à condicionante 17 - Combater os processos erosivos dos aterros e da coleta e condução de águas superficiais, de forma a evitar os processos erosivos nos taludes de aterro e nas encostas adjacentes, evitando-se, com isso, o carreamento de partículas sólidas para o corpo receptor;

5.5.7) Em relação à condicionante 33 - Apresentar ao MPRJ os relatórios do Plano de Supressão da Vegetação enviados ao INEA, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, em CD eletrônico.

5.5.8) Em relação à condicionante 34 - Apresentar comprovação no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação do TAC, em CD eletrônico, de contratação de profissional habilitado para supervisionar trabalhos de supressão de vegetação.

5.6) Licença Prévia IN019084 aprovando a concepção e localização para as obras de um canal de navegação, um cais e um retroporto, e de uma estrada de 20 km de extensão, para o transporte de cargas especiais: Estrada UHOS (IC 161/2015)[9]

[9]Além dos quatro subitens abaixo (5.6.1 até 5.6.4) referentes às obrigações de fazer para viabilizar uma utilização da Estrada UHOS que atenda ao interesse público, as partes do presente TAC acordaram nos itens 11.1, 11.2 e 11.3 abaixo três medidas compensatórias adicionais pela PETROBRAS em favor do Município de São Gonçalo, em razão da construção da Estrada UHOS, no valor total de R$ 10.750.000,00 (dez milhões, setecentos e

5.6.1) Apresentar relatório técnico sobre a integridade dos sistemas de drenagem implantados e sobre ajustes necessários à melhoria da drenagem, bem como indicar as soluções de revestimento da Estrada UHOS, no trecho localizado no município de São Gonçalo, considerando os diferentes fluxos de veículos e a qualidade de vida da população do entorno, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da vistoria no local autorizada previamente pelo Batalhão de Policia Militar responsável pela área;

5.6.2) Implementar as ações de melhoria constantes do relatório técnico da UHOS citado no item anterior, no prazo de até 500 (quinhentos) dias contados da data da aprovação do relatório pelo GATE, sem prejuízo da eventual necessidade de licença ambiental, comprovando e evidenciando sua realização, por meio de registro fotográfico, desde que seja autorizada a execução das ações no local pelo Batalhão de Policia Militar responsável pela área, que deverá garantir a segurança para execução dos serviços; Caso não seja possível executar as ações de melhoria constante do relatório técnico dentro do prazo de vigência do TAC, por questões de segurança pública, esta obrigação deverá ser repactuada entre MPRJ e PETROBRAS, sendo acordada nova obrigação com a finalidade e valor semelhantes;

5.6.3) Efetuar a transferência não onerosa ao Município de São Gonçalo da acessão na propriedade do imóvel de São Gonçalo consistente em prédio denominado Centro de Integração, onde era realizada a capacitação laboral, cujo custo de construção foi de cerca de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), como medida compensatória pela não destruição da Estrada UHOS, no prazo de 260 (duzentos e sessenta) dias contados da homologação do TAC, competindo às Pastas e às entidades de Segurança Pública

---

cinquenta mil reais) quais sejam: "11.1) Colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, integrado aos planos diretores dos Municípios de (...) São Gonçalo (...) mediante o depósito em conta judicial específica do valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para o Município de São Gonçalo"; "11.2) Colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano de Habitação dos Municípios de (...) São Gonçalo (...) mediante o depósito do valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para o Município de São Gonçalo"; "11.3) Apoiar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSBs) dos Municipais de (...) São Gonçalo, mediante depósito em conta judicial específica da importância para São Gonçalo de R$ 10.000.000,00"

do Poder Público (e não à Compromissária) assegurar questões relativas à segurança pública. O prédio deverá ser entregue conforme relatório fotográfico e descritivo em anexo, em especial quanto às regulares condições operacionais dos elevadores, do gerador e do sistema de incêndio e, em relação à ETE, em condição funcional.

5.6.4) Apoiar financeiramente a SEAS com a importância de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), mediante depósito em conta a ser indicada pelo beneficiário com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, para que seja elaborado pela SEAS/INEA estudo de controle de cheias da Bacia Hidrográfica do Rio Alcântara, de acordo com o Termo de Referência a ser elaborado pelo INEA, mediante consenso técnico com MPRJ;

5.7) Licença de Instalação IN020319 para realizar obras de dragagem de um canal de acesso e bacia de evolução, construção de píer de atracação, retroárea e via de acesso de cargas especiais, com supressão de vegetação nativa em 5,4 ha de floresta ombrófila densa em estágio inicial de sucessão e 1,0 ha de vegetação típica de manguezal, e implantação do Plano de Resgate, Salvamento e Monitoramento da Fauna Terrestre;

5.7.1) Comprovar o cumprimento do TCCA nº 10/2012, no que tange à responsabilidade da PETROBRAS de depositar o valor estipulado no documento, correspondente ao licenciamento ambiental do Píer e da Via Especial de Acesso para Transporte dos Grandes Equipamentos do COMPERJ (Via UHOS), quitado em maio/2013, o que deve ser feito no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, por meio da apresentação de arquivos em CD eletrônico.

5.7.2) Em relação às condicionantes 21 e 23 – Apresentar relatórios fotográficos, que comprovem que implantou dispositivos de proteção aos pedestres e sinalização para veículos, de modo a minimizar o risco de ocorrência de acidentes durante a realização das obras futuras; no prazo de 60 (sessenta) dias contados do início das obras futuras;

5.7.6 e 5.7.7) Em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61: Comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do TAC.

5.10) Quanto ao Risco Ambiental: (i) promover a revisão do Estudo de Análise de Risco (EAR), para a Refinaria Trem 1 e a UPGN, em relação à prevenção de acidentes operacionais para avaliar tanto a implementação quanto a operação do COMPERJ no que se refere aos perigos envolvendo a operação com produtos perigosos (químicos tóxicos, inflamáveis ou explosivos), em conformidade com a Resolução CONAMA n. 01, de 23 de janeiro de 1986, a Resolução CONAMA n. 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 1°, III), tanto para a comunidade do entorno, quanto para o meio ambiente, incluindo o dimensionamento dos possíveis impactos das unidades componentes do empreendimento aos ecossistemas existentes e incremento nos planos de emergência, no prazo de 600 (seiscentos) dias, contados da homologação do TAC; (ii) promover e executar Planos de Ação de Emergência contendo: dados dos programas internos de treinamento e simulações para controle de acidentes ambientais, a constituição ou composição das equipes, as atribuições de cada equipe, de seu líder e do coordenador, as ações em caso de vazamento, evacuação, atendimento a acidentados; ações de caráter externo: os sistemas de comunicação e sistemas alternativos de energia, o tipo de treinamento e periodicidade, o apoio prestado por outras empresas e a existência e divulgação dos mapas com as rotas de fuga e os pontos de encontro definidos, quando da operação da UPGN; (iii) comprovar por meio de relatório fotográfico que foi disponibilizado kit de mitigação e contenção de possíveis vazamentos para a via de acesso ao COMPERJ (Estrada Convento) para Brigada Militar, sendo que essa estrada intercepta corpos hídricos de grande importância para a região, como os rios Caceribu e o Macacu, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da homologação do TAC.

5.11) Executar as seguintes novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares, seja em razão do entendimento do MP pela necessidade de fixação de medidas adicionais nas licenças já deferidas pelo INEA, seja pelo descumprimento das várias condicionantes que já perderam o objeto:

5.11.2) Quanto à alteração da qualidade do ar: Implantar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, as principais recomendações propostas na reavaliação da Avaliação Ambiental Estratégica - AAE (Cenário de Sustentabilidade), a saber: (i) Dar continuidade ao monitoramento da qualidade do ar e parâmetros meteorológicos; (ii) Implantar monitoramento contínuo de emissões de fontes fixas; (iii) Priorizar a utilização do gás natural como combustível para redução das emissões das diversas fontes; (iv) Revisar Projeto de Sistema de Detecção e Controle de Vazamentos desde o início da operação das atividades do COMPERJ para

redução das emissões fugitivas; e (v) Elaborar Plano de Emergência para Episódios Críticos de Poluição do Ar até a obtenção da Licença de Operação da UPGN, conforme estabelecido na Resolução CONAMA n. 491/18, para a região.

5.11.5) Em relação ao dano decorrente do crescimento urbano desordenado: apresentar estudo de evolução demográfica atualizado da Área Diretamente Afetada – ADA, atualizado até 2017, respeitado o termo final de 30/06/2021, em CD eletrônico.

10) A PETROBRAS se compromete, em OBRIGAÇÃO DE DAR, a pagar indenizações às pessoas da comunidade local de Sambaetiba, Itaboraí, eventual, direta ou indiretamente atingidas pelos danos ambientais, urbanísticos e à saúde causados em razão do abalo e dos danos estruturais nas casas por força do fluxo intenso de veículos pesados nas ruas suportado pelos moradores antes da construção da Estrada de Acesso ao COMPERJ, o que será definido em posterior fase de liquidação, na forma do art. 97 da Lei n. 8.078/90, limitando-se à área delimitada no anexo ao presente instrumento, incluindo-se, além da área delimitada no mapa em anexo, também os três seguintes moradores: (i) Sr. Catalino José Nunes, (ii) Sra. Ângela Maria Venâncio Peixoto; e (iii) Sra. Marly Maria da Conceição, sendo que os interessados e os três moradores nominados poderão ajuizar as respectivas liquidações, na forma do art. 97 da Lei n. 8.078/90. OBS.: O Mapa segue em anexo.

11) A PETROBRAS se compromete a promover OBRIGAÇÃO DE FAZER consistente em executar as seguintes novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares, seja em razão do entendimento do MPRJ pela necessidade de fixação de medidas adicionais nas condicionantes nas licenças já deferidas pelo INEA, seja pelo entendimento do MPRJ de descumprimento das várias condicionantes que já perderam o objeto, seja em atenção aos pedidos 12 e 13 da inicial:

11.1) Colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, integrado aos planos diretores dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, em cumprimento do art. 41, § 2º, do Estatuto da Cidade e do art. 24 da Política Nacional de Mobilidade Urbana, mediante o depósito em duas contas correntes específicas vinculadas ao Juízo, num valor total de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil de reais), sendo que R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) será destinado ao Município de Itaboraí e R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ao Município de São Gonçalo, a ser realizado no prazo de 150

(cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, sendo que a liberação das respectivas quantias aos Municípios beneficiários será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS, mediante apresentação pelos beneficiários de prévio projeto para cada etapa do plano, com prestação de contas durante e após a utilização do valor;

11.2) Colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano de Habitação dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, considerando a execução de programas de regularização fundiária para as Áreas ou Zonas de Especial Interesse Social (AEIS ou ZEIS)[10], identificação de conflitos de ocupações ou tendências à ocupação em áreas de risco, protegidas ou com fragilidade ambiental, mediante o depósito do valor de R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), sendo R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para o Município de Itaboraí e R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para o Município de São Gonçalo, em duas contas correntes específicas vinculada a este Juízo, e a liberação das respectivas quantias aos Municípios beneficiários será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS, mediante apresentação de prévio projeto para cada etapa do plano e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC;

11.3) Apoiar financeiramente o poder público municipal, no prazo de 200 (duzentos) dias contados da homologação do TAC, na elaboração e execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, mediante depósito em **duas contas judiciais** específicas da importância total de R$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) da seguinte forma: para Itaboraí R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) e para São Gonçalo R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para execução de obras previstas nos respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico ou nos TACs sobre saneamento básico firmados com o MPRJ, sendo certo que a liberação das respectivas quantias aos Municípios beneficiários será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e INEA/SEAS, mediante apresentação de prévio projeto para cada etapa do plano e com prestação de contas durante e após a utilização do valor. Em relação ao valor do Município de São Gonçalo, o projeto a ser contemplado será indicado pelo responsável pelo Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de

[10] Para municípios que ainda não possuem a definição das AEIS ou ZEIS, estas devem ser delimitadas para consequente regularização fundiária, tendo como preceito as diretrizes do Ministério das Cidades.

Guanabara (PSAM), mediante justificativa que demonstre o benefício ambiental para a população residente no entorno da Estrada UHOS, e a execução das obras ficará a cargo do Município;

11.4) Em substituição aos pedidos 11.3 e 11.4 da petição inicial, em decorrência de solicitação do MPRJ, a PETROBRAS irá apoiar financeiramente o Município de Itaboraí na realização dos Projetos Socioambientais no valor total de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) a ser depositado em conta judicial específica, cuja liberação ao Município beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e SEAS/INEA, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

11.5) Apoiar financeiramente a SEAS no valor total de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para viabilizar o apoio técnico e financeiro para elaboração e execução do PET-Leste[11] ou outro projeto que tenha o mesmo escopo de mitigar os impactos da expansão regional urbana, a ser depositado em conta judicial específica, cuja liberação à SEAS beneficiária será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

11.6) Depositar, no prazo de 200 (duzentos) dias contados da homologação do TAC, em conta judicial, o valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), que será liberado mediante solicitação do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro - DRM e/ou SEAS, com a concordância do MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor, com escopo de viabilizar obras de recuperação do prédio do DRM (situado na Rua Marechal Deodoro, 351, Centro, Niterói) para que seja possível acomodar o Comando de Polícia Ambiental (CPAM) do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de contribuir com a segurança pública e ambiental da região do entorno do COMPERJ.

[11] O Plano de Estruturação Territorial do Leste Fluminense (PET-LESTE) visa à elaboração de um Plano Diretor Regional com a finalidade de promover o desenvolvimento regional, atuando de forma preventiva, ordenando e fazendo a concertação social entre empreendedores, o território, a população e os poderes locais, viabilizando o planejamento urbano integrado de 15 municípios localizados no entorno do Comperj: Itaboraí (sede do empreendimento), São Gonçalo, Niterói, Maricá, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Magé, Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Teresópolis, Araruama, Saquarema e Nova Friburgo.

Dessa forma, em sendo o ERJ beneficiário, a obrigação da Compromissária PETROBRAS se exaure com o depósito da citada quantia.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO ACOMPANHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA PETROBRAS E DAS OBRIGAÇÕES DO INEA

6.1) Compete ao INEA e ao MPRJ o acompanhamento e fiscalização de todas as ações e obrigações da Compromissária PETROBRAS assumidas no presente TAC.

6.2) A PETROBRAS depositará o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ.

6.2.1) A auditoria independente deverá acompanhar as ações de cumprimento das medidas mitigatórias e compensatórias e de todas as demais obrigações assumidas no presente TAC pelo empreendedor, mediante a adoção, ao menos, das seguintes medidas: (i) A fiscalização não pode se limitar à simples leitura e aceitação dos relatórios das obrigações específicas decorrentes do TAC apresentados e elaborados unilateralmente pelo empreendedor; (ii) Deverá ser promovida avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS, por meio de relatórios elaborados por sua equipe técnica; (iii) Deverá realizar vistorias *in loco* para apurar o devido cumprimento de cada uma das obrigações do TAC, devendo estas vistorias serem levadas em conta na confecção dos relatórios a que alude o item anterior (exceto quando a obrigação se restringir à apresentação de documentos); (iv) A cada documento relativo ao cumprimento da respectiva obrigação protocolado pela PETROBRAS, deverá ser realizada vistoria, se for o caso, com registros fotográficos, e elaborado um parecer técnico esclarecendo se as informações prestadas no respectivo documento condizem com a realidade do campo, se são suficientes e eficientes. Os serviços serão exclusivamente para acompanhamento das obrigações de TAC.

6.2.2) Sem prejuízo das ações a cargo da auditoria independente, o INEA se obriga a fiscalizar diretamente o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais do COMPERJ contempladas no presente TAC, devendo: (i) Semestralmente, realizar vistorias *in loco* e elaborar relatórios técnicos com avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS e dos relatórios apresentados pela auditoria independente; (ii) Os relatórios apresentados pela auditoria independente na forma do item 6.2 da presente cláusula e os relatórios produzidos pelo INEA indicados no item (i) anterior deverão ser publicados no sítio eletrônico do INEA de modo a garantir transparência para a sociedade das ações realizadas pelo empreendedor; (iii) Caso a PETROBRAS descumpra alguma condicionante das licenças, o INEA, no regular emprego de seu poder de polícia, deverá adotar as medidas legais cabíveis para sancionar e compelir o empreendedor a cumpri-la.

6.3) O INEA se compromete a realizar o gerenciamento das obras de esgotamento sanitário e reforço hídrico com os recursos disponibilizados no item 3.1 da cláusula segunda, bem como a realizar a fiscalização ambiental de todo o empreendimento e ações decorrentes desse TAC com os valores previstos no item 3.2 da cláusula segunda;

6.4) As obrigações acordadas no âmbito do presente TAC são consideradas automaticamente acrescidas àquelas estabelecidas no âmbito dos procedimentos de licenciamento ambiental do COMPERJ, sem necessidade de realização de averbação das licenças ambientais;

6.5) O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00;

6.6) O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA nº 07/2008, correspondente à fase de implantação da Infraestrutura e Urbanização do COMPERJ, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00;

6.7) O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA nº 01/2011 correspondente à construção da Estrada de Acesso Principal, relativo à aplicação de R$ 1.093.116,71, em 200 (duzentos) dias, em medidas compensatórias, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00;

6.8) O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compromisso de compensação ambiental TCCA Nº 10/2012, correspondente à implantação do Pier e Via Especial de Acesso para Transporte dos Grandes Equipamentos do COMPERJ (Via UHOS), quitado em maio/2013;

6.9) O INEA e/ou a SEAS apresentará(ão), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda item 3 deste TAC, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga[12];

6.10) O INEA apresentará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados

[12] Os convênios números 6000.0074451.12.4, 6000.0074452.12.4 e 6000.0074450.12.4, citados nos considerandos e firmados com a Fundação Bio Rio para a execução das obras referentes às condicionantes 32 e 34 da LI IN001540, são objeto do processo judicial nº 0286071-57.2016.8.19.0001 (em trâmite perante a 5ª Vara de Fazenda Pública da Capital), que consiste em ação de cobrança proposta pela PETROBRAS em face da Fundação Bio Rio, referente à prestação de contas no âmbito dos Convênios firmados para a construção dos sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá e da Barragem de Guapiaçu – Reforço Hídrico. O Juízo da Vara Regional da Ilha do Governador declinou a sua competência para o aludido Juízo Fazendário diante do entendimento de que a SEAS e o INEA deveriam integrar o pólo passivo da referida ação. Na aludida ação de cobrança há, ainda, uma reconvenção.
O presente TAC, como indicado na nota de rodapé número 7, não se presta a atestar o cumprimento das obras objeto dos citados convênios com a Fundação Bio Rio (que poderá ser perquirido pelos legitimados na via própria, como no processo judicial nº 0286071-57.2016.8.19.0001). Caso exista alguma pendência ou discordância sobre as responsabilidades em razão de eventual descumprimento dos citados convênios, os interessados devem buscar a via própria para deduzirem suas pretensões.
Finalmente, as partes declaram estar de acordo que, no presente TAC, a obrigação da PETROBRAS se restringe aos pagamentos dos valores remanescentes para integralização do montante relativo às condicionantes 32 e 34 da LI IN001540, na forma da cláusula segunda, item 3 .

pela PETROBRAS em relação às condicionantes 35 e 30.2 da IN001540, referentes ao Parque Natural Municipal Águas de Guapimirim;

Parágrafo Primeiro: O cumprimento das obrigações da PETROBRAS constantes do presente TAC implicará na obrigação do INEA de dar quitação das condicionantes ambientais respectivas, em especial das condicionantes 32 e 34 unificadas pela estabelecidas na Averbação nº AVB001306 da Licença de Instalação nº 001540/2009;

Parágrafo Segundo: O valor a ser depositado pela PETROBRAS relativo à cláusula

(Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF) deverá ser utilizado em ações de restauração florestal na mesma bacia hidrográfica onde o COMPERJ está situado, salvo no caso de inviabilidade técnica devidamente justificada, hipótese em que, mediante anuência expressa do MPRJ, a compensação poderá beneficiar outra região.

Parágrafo Terceiro: Os valores depositados em razão do TCRF relativo à cláusula segunda item 5.1.11 deverão ser utilizados na forma da Resolução nº 143/2017 do INEA, devendo ser observados: (i) o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do depósito de cada parcela, para o INEA/SEAS apresentar os projetos que serão contemplados com os respectivos cronogramas físico/financeiro; (ii) o início da execução de tais projetos deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a apresentação dos projetos, sendo que o restaurador INEA/SEAS deverá monitorar periodicamente as áreas em restauração até o atingimento dos indicadores ecológicos estabelecidos para a quitação no Anexo II da citada Resolução, respeitando-se o período mínimo de 4 (quatro) anos, a contar da data de aprovação da Certificação da Implantação.

Parágrafo Quarto – SEAS/INEA está autorizado(a) a utilizar até 10% (dez por cento) dos valores constantes do TCRF a ser celebrado em razão da cláusula segunda item 5.1.11 para planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Compete ao Compromissário ESTADO DO RIO DE JANEIRO exercer, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), a regular fiscalização do

INEA e da PETROBRAS para o cumprimento das obrigações objeto do presente TAC, bem como das obrigações estabelecidas em todo processo de licenciamento ambiental do empreendimento em tela, seja na fase anterior à emissão das licenças, seja na fase de fiscalização do cumprimento das condicionantes das licenças;

Parágrafo primeiro - Os valores para reforço hídrico e esgotamento sanitário, os quais serão depositados pela PETROBRAS em conta específica indicada pelo INEA, conforme previstos na cláusula segunda, se configuram valores estimados os quais poderão, no caso de não atingimento do total, ser remanejados pela SEAS, desde que restritos a ações de reforço hídrico e obras de esgotamento sanitário, tudo na mesma região.

Parágrafo segundo – Na hipótese de existência de recursos de outras fontes do ERJ para fins da conclusão das obras de saneamento de Maricá e/ou Itaboraí, os recursos previstos na cláusula segunda, item 3, poderão ser utilizados em outras obras de saneamento em Itaboraí e Maricá, sendo necessária prévia comunicação ao MPRJ.

Parágrafo terceiro - O estudo previsto no item 2 da cláusula segunda deverá servir como balizador acerca da necessidade de implantação da Barragem de Guapiaçu, assim como acerca da existência de alternativas mais eficientes para reforço hídrico da região. Eventual discordância acerca dos termos do estudo mencionado deverá ser fundamentada em documentação técnica e estudos relevantes, suficientes para embasar a revisão do estudo anterior ou a tomada de decisão acerca de qual a melhor solução hídrica para a região, possuindo a SEAS e o MPRJ poder de veto em relação ao empreendimento a ser escolhido.

Parágrafo quarto – Considerando a previsão de disponibilização de recursos para fins de elaboração de projetos e de intervenções pela SEAS/INEA, deverão ser apresentados pelas equipes responsáveis pela execução dos projetos, ao MPRJ, relatórios sobre a evolução de execução, termos de referência, cronogramas, orçamentos e demais informações relevantes, devendo o INEA/SEAS, ao final, promover a prestação de contas da utilização dos recursos ao MPRJ;

DA CONTAGEM DOS PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA: O presente termo de ajustamento de conduta terá validade desde a data de sua homologação judicial, renunciando as partes, desde já, ao direito de recorrer e a questionar sua validade.

Parágrafo único. Os prazos previstos no presente TAC são computados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

DA COMPROVAÇÃO
DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES
E DA RESPECTIVA QUITAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA: A PETROBRAS deverá apresentar ao MPRJ, ao INEA e à SEAS, para fins de comprovação do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC, todos os laudos, relatórios ou documentos relativos às medidas executadas, com indicação precisa da obrigação a que se relacionam, independentemente de requisição neste sentido.

Parágrafo primeiro: Sem prejuízo do disposto no *caput* desta cláusula, o MPRJ, o INEA e a SEAS poderão, para fins de verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, realizar diretamente ou mediante requisição aos órgãos ou entidades pertinentes, as vistorias ou fiscalizações devidas.

Parágrafo segundo: O MPRJ dará quitação quando do cumprimento das obrigações de fazer conforme o cronograma do Anexo 1, após análise a ser feita pelo GATE e após o regular cumprimento de todas as etapas dos itens 6.1 a 6.4 da cláusula terceira.

Parágrafo terceiro: O INEA e a SEAS, cumpridas as obrigações aqui avençadas, darão por quitadas as obrigações nele descritas, bem como as condicionantes contidas na cláusula primeira, após o regular cumprimento de todas as etapas dos itens 6.1 a 6.4 da cláusula terceira.

Parágrafo quarto – As obrigações de pagar/aportar estabelecidas no âmbito deste acordo estarão automaticamente quitadas com o envio do comprovante de depósito em contas judiciais e nas contas indicadas pela SEAS/INEA, conforme estabelecido nos itens anteriores.

Parágrafo quinto – A responsabilidade das Compromissárias pela elaboração dos orçamentos, termos de referência, contratos e eventuais contratações recaem única e

exclusivamente sobre os contratantes de cada projeto, não cabendo responsabilidade aos compromitentes acerca da execução de tais recursos.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMITENTE, DO ÓRGÃO LICENCIADOR E DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA SÉTIMA: O MPRJ, o INEA e o ERJ não serão responsáveis por quaisquer ônus, direitos ou obrigações relativos à legislação tributária, previdenciária, trabalhista ou securitária, decorrentes da execução deste TAC, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à PETROBRAS.

Parágrafo Primeiro: O MPRJ, o INEA e o ERJ não serão responsáveis por quaisquer compromissos assumidos pela PETROBRAS com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TAC, bem como por qualquer dano ou indenização a terceiros, em decorrência de seus próprios atos, de seus dirigentes, empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Segundo: A celebração do presente Termo não implica em reconhecimento de qualquer irregularidade, vício, ilegalidade, improbidade ou inadequação nos procedimentos de licenciamento ambiental tratados no presente TAC, tampouco nas condutas da SEAS, do INEA ou de quaisquer de seus servidores.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA: O disposto no presente TAC não limita, impede ou suspende a fiscalização ampla, irrestrita e permanente da PETROBRAS, pelos Compromitentes ou pelos demais órgãos e instituições ambientais, no exercício de suas demais atribuições e prerrogativas legais.

Parágrafo Único: A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da PETROBRAS, no que concerne às obrigações ajustadas e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

DO VALOR

CLÁUSULA NONA: O valor total estimado do investimento para realização das medidas previstas neste TAC, para todos os efeitos legais, é de R$ 814.550.501,69 (oitocentos e quatorze milhões, quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e um reais e

sessenta e nove centavos) não contemplando a obrigação do item 10 da cláusula segunda, sendo o seu desembolso de inteira responsabilidade da PETROBRAS.

Parágrafo único – O valor das obrigações de pagar previstas neste TAC é de R$ 770.522.920,03 (setecentos e setenta milhões, quinhentos e vinte e dois mil, novecentos e vinte reais e três centavos), incluindo-se nesta importância o valor do Centro de Integração, que será transferido ao Município de São Gonçalo (conforme item 5.6.3 da cláusula segunda), sendo o restante do valor total a importância estimada das obrigações de fazer previstas neste TAC.

DAS SANÇÕES DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DO AJUSTADO

CLÁUSULA DÉCIMA: Sem prejuízo da execução da obrigação de fazer, o não cumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas sujeitará a PETROBRAS ao pagamento de multa diária no valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), para cada situação de descumprimento verificada, até o adimplemento comprovado da obrigação assumida. Por sua vez, sem prejuízo das obrigações de fazer, o descumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas sujeitará os Compromissários INEA e ERJ ao pagamento de multa trimestral no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para cada situação de descumprimento, até o adimplemento comprovado da obrigação assumida.

Parágrafo Primeiro: A multa não será aplicada caso exista justificado motivo técnico para eventual atraso ou descumprimento das obrigações de fazer, devendo ser apresentado por escrito pela Compromissária, em até 5 (cinco) dias após constatada a impossibilidade de cumprimento.

Parágrafo Segundo: A multa, ainda, não incidirá caso a obrigação tenha sido realizada, mas o MPRJ entenda pela necessidade de complemento ou ajuste, e a PETROBRAS, devidamente notificada, cumpra a exigência em prazo estipulado pelo notificante, não inferior a 10 dias úteis, findo o qual a multa será aplicada, sem prejuízo do exercício do poder de polícia pelo INEA e pela SEAS, inclusive para o devido cumprimento das obrigações decorrentes das licenças ambientais do COMPERJ.

Parágrafo Terceiro: As multas sobre as quais trata a presente cláusula serão corrigidas pela UFIR, ou índice de correção que a substitua, e recolhidas ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM.

Parágrafo Quarto: A notificação das multas será remetida ao endereço do respectivo destinatário, constante neste TAC, e será considerada efetivada pela sua simples recepção.

Parágrafo Quinto: Depois do recebimento da comunicação prevista no item anterior, a Compromissária terá 20 (vinte) dias úteis para o seu recolhimento e 05 (cinco) dias úteis para a remessa da comprovação do recolhimento ao MPRJ.

Parágrafo Sexto: As multas previstas na presente cláusula não têm caráter compensatório e, assim, o seu pagamento não eximirá a PETROBRAS da eventual responsabilidade por perdas e danos decorrentes de infrações a este TAC ou à legislação ambiental.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O termo inicial do prazo de vigência do presente TAC é a data da homologação e o termo final, 30/12/2021, podendo ser prorrogado mediante ajuste entre as partes.

DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua homologação, deverá a PETROBRAS promover a publicação de extrato do presente TAC, contendo as partes, o objeto, as obrigações, o valor e o prazo total do instrumento, no Diário Oficial do Município de Itaboraí, no D.O.E.R.J e em jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, correndo os respectivos encargos às suas expensas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FORO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Este TAC, após a homologação, tem natureza jurídica de título executivo judicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei 7347/85, e somente poderá ser alterado por escrito, mediante a celebração de termo aditivo entre as partes, homologado judicialmente, podendo ser prorrogado mediante prévio ajuste.

Parágrafo Único – Na impossibilidade de acordo entre o Compromitente e as Compromissárias, quanto à alteração das cláusulas do presente TAC, permanecerão em vigor e serão plenamente exigíveis as obrigações originalmente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro da Comarca de Itaboraí, local do empreendimento COMPERJ, para dirimir questões ou disputas, envolvendo o presente TAC, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 06 (seis) vias de igual teor, para um só efeito, destinadas ao MPRJ, à PETROBRAS, ao ERJ (SEAS) e ao INEA, obrigando-se a fazê-lo firme e valioso por si e seus eventuais sucessores.

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

WILSON JOSÉ WITZEL
Governador do Estado do Rio de Janeiro

ANA LÚCIA DE SOUZA SANTORO
Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro

CLÁUDIO BARCELOS DUTRA
Presidente do INEA

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

ALEXANDRE CRUZ
Diretor de Licenciamento Ambiental do INEA

ROBERTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO
Petrobras

TESTEMUNHAS:

1.

2.

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca de Itaboraí
Cartório da 1ª Vara Cível
Av. Vereador Herminio Moreira, 380 2º andar - sala 217CEP: 24800-201 - Centro - Itaboraí - RJ e-mail: itb01vara@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado
Página
9371
Carimbado Eletr

Processo: 0009919-12.2018.8.19.0023 Fls.

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 13/08/2019

Sentença

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado às fls. 9323/9369 e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, consoante o art. 487, III, alínea "b" do Código de Processo Civil.

Quanto às custas processuais, nos termos do art. 90, §3º do Código de Processo Civil, tendo em vista que a transação ocorreu antes da prolação de sentença, ficam as partes dispensadas do pagamento das custas remanescentes, se houver.

Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se.

Sentença registrada eletronicamente.

Publique-se e intimem-se.

Itaboraí, 13/08/2019.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ___/___/____

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Pasta de Acompanhamento da Ação Civil Pública nº 009919-12.2018.8.19.0023

PROMOÇÃO APÓS TAC I COMPERJ

Em junho de 2018, o Ministério Público do Rio de Janeiro, por meio da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, ajuizou cinco Ações Civis Públicas em face da Petrobras, do INEA e do Estado do Rio de Janeiro, em razão de danos ambientais relacionados aos empreendimentos intramuros e extramuros do COMPERJ.

Trata-se dos processos judiciais 0009919-12.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.8.19.0023, 0009897-89.2018.8.19.0023 e 0009869-83.2018.8.19.0023, que tramitam nessa 1ª Vara Cível de Itaboraí. Neste tema de instalação do COMPERJ, em 2014, esta Promotoria já havia ajuizado em face da Petrobras e do Município de Itaboraí a ACP 0006164-19.2014.8.19.0023 em razão da poluição atmosférica em Sambaetiba, Alto do Jacu, Itaboraí. Veja-se a tabela abaixo:

Nº do Inquérito Civil	Nº da Ação Civil Pública	Vara Competente	Objeto	Data do ajuizamento	Valor da Causa
314/09 132/13 161/15 126/13 34/2014	0009919-12.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental dos seguintes empreendimentos do: (i) projeto principal do COMPERJ em Itaboraí, qual seja, a UPB – Unidade de Petroquímicos Básicos, objeto do IC 314/09; (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09); (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13).	26/06/2018	R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais)
95/2011	0009884-52.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento do Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
102/2011	0009852-39.8.19.0023	1ª Cível de	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento "Linhas de Transmissão 345 KV do COMPERJ"	26/06/2018	R$ 500.000.000,00 (quinhentos

		Itaboraí			milhões de reais)
106/2010	0009897-89.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento do sistema de dutos e terminais do COMPERJ.	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
01/2013	0009869-83.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes (ULUB) e Instalações Auxiliares do COMPERJ	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
82/2013	0006164-19.2014.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Poluição atmosférica causada pelo "pó de pedra" colocado em via pública pela Petrobras sem autorização do poder público em Alto do Jacu, Sambaetiba.	19/03/2014	R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Nas mais de mil páginas das cinco petições iniciais de ACP, com valor total das causas de 7,5 bilhões de reais, foram deduzidos diversos pedidos, como mais de uma centena de obrigações de fazer relativas à complementação de estudos ambientais e instituição e execução de novas medidas recuperatórias, mitigatórias e compensatórias/reparatórias na seara ambiental, dano moral coletivo, condenação genérica em favor dos moradores que sofreram danos com as obras do COMPERJ.

Após o ajuizamento das ACP's, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão dos processos, para tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC.

Foram realizadas reuniões quase que diárias sobre o assunto durante um ano (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC.

No dia 28 de junho de 2019, MPRJ, ERJ (por meio da SEAS e do INEA) e PETROBRAS chegaram à minuta final do TAC referente à ACP 0009919-12.2018.819.0023, com consenso técnico jurídico e ambiental sobre as obrigações assumidas pela PETROBRAS e pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Em seguida, a minuta de TAC tramitou internamente na Petrobras e obteve a aprovação formal de seus gestores: Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

No dia 29/07/19, por convite do Deputado Estadual Luiz Paulo (formalizado por meio do ofício CPI nº 202/219 - Resolução 01/2019, da ALERJ), este Promotor compareceu à ALERJ e, no bojo da CPI da Crise Fiscal do Rio de Janeiro, palestrou em audiência pública, sobre a atuação do MPRJ no caso COMPERJ, com destaque para: (i) as

investigações levadas a cabo por meio de todos os inquéritos civis que deram azo ao ajuizamento das ACP's; (ii) o teor das petições iniciais das ACP's do COMPERJ; (iii) o teor da minuta de TAC referente à ACP em tela[1].

Finalmente, o TAC I DO COMPERJ foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença do Governador, Presidente da Petrobras, do Procurador-Geral de Justiça e demais autoridades interessadas na questão. Este primeiro TAC foi juntado às fls. 9323/9369 da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 no mesmo dia 09/08/19 e foi homologado pelo douto Juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí por meio da r. sentença de fl. 9371, datada de dia 13/08/2019.

É o breve relato do caso COMPERJ.

Em prosseguimento à atuação do MPRJ no caso COMPERJ, esta Promotoria, neste ato, de forma paralela, inicia três frentes de atuação:

1ª) Ampla publicidade ao TAC, inclusive para viabilizar o controle social e pela administração pública na fiscalização do cumprimento das obrigações: Não obstante a imediata publicidade do TAC, seja pelo próprio andamento processual no site do TJRJ, seja pela publicação de matéria na página principal do site do MPRJ no mesmo dia em que o TAC foi assinado (inclusive com disponibilização da versão final e assinada do TAC em pdf)[2], seja por diferentes veículos da imprensa nacional que noticiam o acordo, numa linha de proporcionar a maior publicidade possível à atuação do MPRJ no caso em tela, neste ato, determina-se a expedição dos ofícios abaixo (da mesma forma como foi feito em 26/06/18 após o ajuizamento das ACP's);

2ª) Instauração de Procedimentos Administrativos para fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, ERJ e INEA no TAC: Incumbe ao MPRJ, na forma do art. 8°, I, da Resolução CNMP n.° 174/17 e do art. 35, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.° 2.227/18, acompanhar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), conforme determinado abaixo;

[1] A íntegra da audiência pública da ALERJ e a reportagem sobre o evento constam nos vídeos disponíveis nos seguintes link: https://youtu.be/3e92-FOhAMY e https://youtu.be/N6GyKs6oLL8
[2] https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/75201 publicado em 09/08/2019.

3ª) Realização de tratativas junto à PETROBRAS, INEA e Estado do Rio de Janeiro, para tentar firmar novo acordo nas ACPs 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.8.19.0023, 0009897-89.2018.8.19.0023 e 0009869-83.2018.8.19.0023.

Pelo exposto, para dar concretude e iniciar os trabalhos nas três frentes acima mencionadas, à Secretaria para cumprimento das seguintes diligências:

1) **Extraiam-se 63 cópias** do TAC I DO COMPERJ e da presente promoção, autuando-as como notícia de fato autônomas (cada uma com número MPRJ próprio), abrindo-se imediata conclusão para instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas);

2) **Com auxílio da Assessoria Jurídica, elaborar planilha** contendo o número de cada MPRJ e cada PA, com seu respectivo objeto;

3) **Oficiar ao Procurador-Geral de Justiça do MPRJ,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 768/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

4) **Oficiar ao Corregedor-Geral do MPRJ,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 769/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

5) **Oficiar ao Coordenador do CAO AMBIENTE,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 770/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

6) **Oficiar ao Presidente da PETROBRAS**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

7) **Oficiar ao Coordenador do GAEMA,** com cópia da presente promoção informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Neste ato, esta Promotoria vem oportunizar ao festejado grupo de apoio especializado em meio ambiente que, se assim entender conveniente do ponto de vista estratégico para o MPRJ e para o próprio GAEMA, que indique quais PA's da planilha em anexo esse grupo teria interesse em prestar auxílio, sendo certo que esta Promotoria requererá o auxílio em todos os eventuais PA's indicados;

8) **Oficiar ao Presidente do INEA**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

9) **Oficiar ao Secretário de Estado de Ambiente e Sustentabilidade**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

10) **Oficiar ao Coordenador do GATE,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 771/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

11) **Oficiar à Promotoria de Tutela Coletiva do Meio Ambiente de São Gonçalo,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 773/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de São Gonçalo);

12) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Magé,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 774/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como

encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Cachoeiras de Macacu);

13) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Niterói,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 787/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Maricá);

14) **Oficiar ao Ministério Público Federal** (Procuradoria da República com atribuição na matéria meio ambiente na área de Itaboraí), em complemento e com cópia digital dos nossos ofícios anteriores 2ª PJTC nº 758/18, nº 759/18, nº 760/18, nº 762/18, nº 763/18, nº 766/2018, nº 775/2018, nº 555/19, nº 883/2019 e nº 990/2019 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Registre-se que, como apontado nos ofícios anteriores, eventuais danos ambientais em unidade de conservação federal ou bem da União não fizeram parte do objeto das ACP's e do TAC firmado;

15) **Oficiar ao Prefeito, Secretário de Obras, Secretário de Meio Ambiente, Secretário Municipal de Desenvolvimento e Integração ao COMPERJ e Procurador-Geral de Itaboraí,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nºs 776/18, 777/18, 778/18, 779/18 e 780/18, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Itaboraí);

16) **Oficiar ao Presidente da Câmara Municipal de Itaboraí,** informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e

acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Itaboraí);

17) **Oficiar ao Prefeito de Cachoeiras de Macacu,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 781/18, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Cachoeiras de Macacu);

18) **Oficiar ao Prefeito de São Gonçalo,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 782/18, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de São Gonçalo);

19) **Oficiar à Assembleia Legislativa, na pessoa de Sua Excelência, o** Deputado Estadual Luiz Paulo, que preside a CPI da Crise Fiscal do Rio de Janeiro, em complemento ao e-mail enviado por este Promotor em 09/08/19 e com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

20) **Oficiar ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, via PGJ, com** cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

21) **Oficiar ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, via PGJ,** com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e

acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

22) Os itens 1 e 2 da presente promoção devem ser cumpridos imediatamente. Os ofícios dos itens 3 a 21 deverão ser expedidos tão logo sejam instaurados os PA's referidos nos itens 1 e 2.

Itaboraí, 03 de setembro de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, faço juntada de resposta da PETROBRAS.

Itaboraí, 25 de outubro de 2019

Renata Simões da Silva
Matr. 3182

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ
MEIO AMBIENTE*ORDEM URBANÍSTICA*PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL*CONSUMIDOR
Itaboraí, Tanguá e Rio Bonito
Rua Liajane Carvalho da Silva, Lote B, Quadra 22, Sala 105, Nancilândia – Itaboraí/RJ,
CEP: 24800-000

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Nesta data faço vistas ao Exmo. Promotor de Justiça
09/09/2019

À Secretaria, para juntar a presente ao P.A. nº 210/2019.
Itaboraí, 10/09/19.

TIAGO GONÇALVES VIEIRAS GOMES
Promotor de Justiça
Matr 3226

PETROBRAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROMOTOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

Referência: Cláusula Décima Segunda do TAC do Comperj, assinado no âmbito da ACP 9919-12.2018.819.0023.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, sociedade de economia mista, com sede na Avenida República do Chile, nº 65, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ 33.000.167/0001-01, onde receberá citações, notificações e intimações, respeitosamente, vem comprovar a publicação do extrato do TAC do Comperj, firmado em 09/08/2018, o qual foi feito estritamente, seguindo as seguintes comprovações:

a) Publicação no Diário Oficial do Município de Itaboraí;
b) Publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro;
c) Jornal de Grande Circulação no Estado do Rio de Janeiro

Aguarda deferimento.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2018.

Margareth Michels Bilhalva
OAB/RJ 171.623

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
Gerência Jurídica de Direito Ambiental
Av. República do Chile, 65, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro - CEP 20031-912 SAPE 1347F
Telefones: (021) 32249399 /32240346 e FAX: 3224-8149
contenciosopetrobras@petrobras.com.

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO II, PERFIL PROGRAMADOR, ESPECIALIDADE PHP/PHYTON

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS resolve, em conformidade com o Edital do Concurso Público em epígrafe, e observando a Lei Complementar Federal nº 159/2017 e o Decreto Federal nº 9.109/2017, tornar pública a eliminação de **LEIDIANE BORGES DE MORAES**, 20ª classificada por desistência da vaga, e a convocação da candidata **GLAUCO FERREIRA MORAIS DA SILVA**, 21º classificado, em substituição à vacância gerada pela exoneração de **CARLOS RAFAEL SIMONELLI C. DE C. SOUZA, matrícula 38264-6**, Portaria nº 715/SRH/2016, publicada no DOERJ de 06/09/2016. A candidata convocada deverá aguardar o recebimento do comunicado de convocação com as informações de agendamento, para o cumprimento das etapas de entrega de documentação e realização de exame médico admissional, conforme **Proc. nº E-26/007/10127/2014.**

Id: 2204236

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR, PERFIL MÉDICO - ESPECIALIDADE PLANTÃO GERAL

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS resolve, em conformidade com o Edital do Concurso Público em epígrafe, e observando a Lei Complementar Federal nº 159/2017 e o Decreto Federal nº 9.109/2017, eliminar a candidata **RAQUEL COELHO DE OLIVEIRA, 57ª** classificada por não comparecimento, e convocar, em substituição, o candidato **VILLEM MARLOS LOPES DOS SANTOS, 58º** classificado, na vacância gerada pela exoneração de **JOAO MARCELO BAZZARELLA GOMES COSTA**, matr nº 39984-1, Portaria nº 084/SRH/2018, publicada no Diário Oficial do Rio de Janeiro em 26/02/2018. O candidato convocado deverá aguardar o recebimento do comunicado de convocação com as informações de agendamento, para o cumprimento das etapas de entrega de documentação e realização de exame médico admissional, conforme Proc. nº 16975/2012

Id: 2204233

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR, PERFIL BIÓLOGO ESPECIALIDADE HEMATOLOGIA E CITOGENÉTICA

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS resolve, em conformidade com o Edital do Concurso Público em epígrafe, observando a Lei Complementar Federal nº 159/2017 e o decreto Federal nº 9.109/2017, convocar os candidatos listados na tabela 1, nas vacâncias geradas pelas aposentarias dos servidores listados na tabela 2. Os candidatos convocados deverão aguardar o recebimento do comunicado de convocação com as informações de agendamento, para o cumprimento das etapas de entrega de documentação e realização de exame médico admissional, conforme **Proc. nº E- 26/007/8969/2010**

(Tabela 1 - candidatos convocados)

Class.	Nome
2º	WALLACE ANDRADE DA SILVA
3º	LAURA DE ANDRADE MOURA
4º	CARLOS ALBERTO SANCHES PEREIRA
5º	DIMARIO ALUIZIO PESCE DE CASTRO

(Tabela 2 - servidores aposentados ou exonerados)

Matr.	NOME	PORTARIA	DOERJ
27810-1	Leila Lopes Leite	619/2018	25/10/2018
26875-5	Monica Maria Cavalcante Bruzzi Porto	639/2018	07/11/2018
25085-2	Paulo Cesar Vianna Pinto	141/2018	19/03/2018
26579-3	Rosaura Monteiro Mariano da Costa	032/2018	01/02/2018

Id: 2204231

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR, BIÓLOGO ESPECIALIDADE MICOLOGIA/ CULTURA DE CÉLULAS

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS resolve, em conformidade com o Edital do Concurso Público em epígrafe, e observando a Lei Complementar Federal nº 159/2017 e o Decreto Federal nº 9.109/2017, convocar a candidata **ANA CAROLINA AOR ZAQUEU, 2ª** classificada, na vacância gerada pelo falecimento da servidora **ANDREA PUSSENTI DEROSSI, matrícula 30692-8**, ocorrido em 21/01/2015. A candidata convocada deverá aguardar o recebimento do comunicado de convocação com as informações de agendamento, para o cumprimento das etapas de entrega de documentação e realização de exame médico admissional, conforme **Proc. nº E-26/007/8969/2010**

Id: 2204242

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE PROFESSOR ASSISTENTE, 01 (UMA) VAGA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS, DO DEPARTAMENTO DE ESPECIALIDADES CIRÚRGICAS, ÁREA DE NEUROCIRURGIA, COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) H/S.

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS, de acordo com o Regulamento do Concurso Público, torna pública a eliminação do candidato **BRUNO LOYOLA GODOY**, 2º classificado, por não ter concluído as etapas, entrega de documentação e exames médicos, do ato da convocação. Proc. nº E-26/007/8684/2014.

Id: 2204213

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 07.08.2019
PÁGINA 39 - 1ª COLUNA

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR - PERFIL ASSISTENTE SOCIAL

Onde se lê:
(Tabela 2 - servidoras aposentadas ou exoneradas)

Matr.	NOME	PORTARIA	DOERJ
34356-6	Susidarley Fidelis da Mota	345/2013	21/05/2013

Leia-se:
(Tabela 2 - servidoras aposentadas ou exoneradas)

Matr.	NOME	PORTARIA	DOERJ
31507-7	Maria de Lourdes Ancora da Luz	551/2011	22/07/2011

Id: 2204239

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO ELETRÔNICO DA UENF torna público que realizará no portal SIGA, endereço eletrônico www.comprasnet.rj.gov.br a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, abaixo mencionada:

PE Nº 007/2019
TIPO: Menor Preço Global por Lote
DATA/HORA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: 12.09.2019, às 14 horas.
DATA/HORA DA FASE DE LANCES: 12.09.2019, às 15 horas (horário de Brasília).
OBJETO: prestação de serviços de acesso em banda larga à internet para atender as necessidades da UENF, no valor estimado total de contratação de R$ 95.711,94 (noventa e cinco mil setecentos e onze reais e noventa e quatro centavos).
PROCESSO Nº E-26/009/455/2019

O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no portal SIGA, endereço eletrônico www.comprasnet.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa, mediante a permuta de 100 folhas A4, na UENF (www.uenf.br), localizada na Av. Alberto Lamego, 2000, sala 214, Setor de Licitação, prédio E1 (Reitoria), Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ.

Id: 2204526

Secretaria de Estado de Transportes

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DOESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 003/2019. **PARTES:** CODERTE e P&P TURISMO EIRELLE - EPP. **OBJETO:** Prestação de Serviços de Agência de Viagem, compreendendo o fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, reserva, emissão, marcação, endosso, entrega de bilhetes, reserva de hotéis e serviços correlatos, na forma do Termo de Referência Anexo I e do instrumento convocatório. **DATA DE SSINATURA:** 28/08/2019. **PRAZO:** 12 (doze) meses, contados a partir de data da assinatura, desde que anterior à data de publicação do extrato no D.O, valendo a data de publicação como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula. **VALOR TOTAL:** R$ 15.000,00 (quinze mil reais). **FUNDAMENTO DO ATO:** Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei Estadual nº 287/79 e Decretos nºs 3.149/80 e 42.301/2010. Processo nº E-10/004/361/2018.

Id: 2204494

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

***INSTRUMENTO:** Contrato INEA nº 18/2019 **PARTES:** INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA e a ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA. **OBJETO:** O contrato tem por objeto a prestação de serviços de suporte técnico e atualização dos softwares Oracle na forma do termo de referência, com base no artigo 25, inciso I, da Lei nº 8666/1993. **VALOR:** R$ 2.797.986,34 (dois milhões, setecentos e noventa e sete mil novecentos e oitenta e seis reais e trinta e quatro centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 28/08/2019. **PRAZO:** 12 (doze) meses, contados a partir de 29/08/2019. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, Decretos nºs 3.149/80 e 42.301/2010. **PROCESSO Nº E-07/002/105780/2018.**
*Omitido no D.O. de 29/08/2019.

Id: 2204569

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajustamento de Conduta (TAC.INEA.02/19). **PROCESSO AÇÃO CIVIL PÚBLICA:** 9919-12.2018.819.0023, 1ª Vara Cível de Itaboraí/RJ - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado em 09/08/2019. **PARTES:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MPRJ, como COMPROMITENTE, PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS, CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01, como COMPROMISSÁRIA; o ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ERJ, COMPROMITENTE em relação à PETROBRAS e COMPROMISSÁRIO em relação ao MPRJ, e o INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, COMPROMITENTE em relação à PETROBRAS e COMPROMISSÁRIO em relação ao MPRJ. **OBJETO:** Chegar a um acordo sobre a integralidade dos pedidos feitos na ACP 9919-12.2018.819.0023 do COMPERJ, havendo o ajustamento de conduta com aquelas obrigações as quais a COMPROMISSÁRIA não cumpriu ainda ou não por meio do presente TAC alteradas, além dos seguintes pedidos: ACP 0009864-52.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil nº 95/2011) pedidos 4.2.1, 4.4.4, 4.3.1, 4.3.2, 10, ACP 0009859-39.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil nº 102/2011) pedidos 4.3, 4.4.4, 4.4.5, 10, ACP 0009869-83.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil nº 01/2013) pedidos 4.2.3.a, 4.2.3b, 4.2.3c, 4.2.3d, 10 e ACP 0009897-51.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil nº 106/2010), pedidos C.3f, C8, C9, C10, C11, C12, C14, C16, 10. **OBRIGAÇÕES DAS PARTES:** A COMPROMISSÁRIA PETROBRAS deverá: apresentar, em 16 meses, Estudo Hídrico Complementar com vistas a avaliar alternativas de águas de reuso para o Comperj, devendo tal estudo abordar possíveis soluções para o suprimento de água para todos os processos industriais do COMPERJ, inclusive para a UPGN e Trem 1; depositar a importância de R$ 2.500.000,00, no prazo de 150 dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada pelo INEA ou pela SEAS, para elaboração de um Plano de Segurança Hídrica pelo Estado do Rio de Janeiro, que deverá contemplar capítulo específico acerca do abastecimento de região do Leste Fluminense, incluindo a avaliação da Barragem de Guapiaçu e alternativas para abastecimento da região, com regular análise das alternativas locacionais e tecnológicas, visando à indicação de uma opção que atenda à demanda hídrica esperada; depositar no INEA ou na SEAS, em duas contas específicas ,respectivamente, as importâncias (I) R$ 98.642.130,83 para atender à finalidade de término das obras de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, incluindo escopo adicional; e (II) R$ 131.952.702,96 para ações de execução do reforço hídrico da região, sendo que ambos os valores serão sempre depositados em 3 parcelas trimestrais iguais e sucessivas, contados da homologação do TAC, sendo a primeira parcela em 60 dias contados da homologação do instrumento; a título de atualização monetária dos valores para esgotamento sanitário e reforço hídrico, depositar, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC, a importância de R$ 30.753.172,38, que será utilizada da seguinte maneira: (a) R$ 13.744.020,00 para gerenciamento das ações de execução do reforço hídrico da região e (b) R$ 12.903.617,28 para gerenciamento das obras de esgotamento sanitário e o saldo remanescente de (c) R$ 4.105.535,10, será depositado em 60 dias contados da homologação do TAC, será utilizado como medida compensatória para fortalecimento das ações de licenciamento e fiscalização ambiental no COMPERJ; a PETROBRAS poderá utilizar a outorga já existente do Rio Guandu para fornecimento de água para a UPGN e utilidades necessárias à sua operação, enquanto não for possível o fornecimento de água de reuso, que depende da conclusão do Estudo Hídrico Complementar e da implementação da solução apontada pelo referido Estudo conforme condições ali estabelecidas; em relação à LP FE013990: no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC, apresentar projeto da estrada de acesso que ligará a área à RJ 116 (condicionante 6.9); apresentar o Plano Logístico de Transporte (condicionante 6.16), apresentar o inventário, incluindo registro fotográfico, das vias principais, secundárias e marginais que foram utilizadas (condicionante 6.17); apresentar o estudo de projeções populacionais apresentado no Anexo 2 da Parte 1 do PBA (condicionante 6.20), no prazo de 120 dias contados da homologação do TAC, apresentar comparativo de alterações do projeto de tratamento de efluentes (condicionante 7.4), em relação à condicionante 7.9: (i) apresentar estudo regional de caracterização hidrogeológica e determinação de fluxos de água subterrânea, em 30 dias contados da homologação do TAC, (ii) realizar estudo de "background geoquímico" complementando as informações dos estudos já existentes no prazo de 24 meses contados da homologação do TAC; (iii) atualizar Cenário Hidroquímico e Avaliação com base na Res. CONAMA 420/2009, em 24 meses contados da homologação do TAC; (iv) considerar como condicionante da licença de operação a realização de monitoramento analítico ao longo de dois ciclos hidrogeológicos durante 24 meses; em relação à condicionante 7.11, apresentar ao MPRJ o Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macrodrenagem, em 30 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 7.12, apresentar os estudos geológicos da região, levantamento geotécnico do terreno que consta do Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macrodrenagem e desenhos, no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 8.1, apresentar o programa de monitoramento de Qualidade da Água, em 30 dias contados da homologação do TAC; (ii) apresentar os relatórios de monitoramento já realizados em 2015 e os demais relatórios dos monitoramentos realizados com a retomada das obras em 2018, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC; (iii) executar novas medidas mitigadoras adicionais e medidas de recuperação ambiental, caso seja necessário, para redução das concentrações das substâncias mencionadas na Res. CONAMA 357/2005 e/ou medidas compensatórias dentro da área intermuros do COMPERJ, ações estas que serão consideradas como condicionantes da licença de operação; em relação à condicionante 8.3, (i) apresentar o Programa de Monitoramento da Biota Aquática, em 30 dias da homologação do TAC; (ii) dar continuidade ao Programa de Monitoramento de Biota Aquática e aos Relatórios de acompanhamento com conclusões técnicas de avaliação dos parâmetros de monitoramentos da Biota Aquática até a emissão da LO da UPGN; (iii) apresentar trimestralmente os relatórios, a partir de 3 meses da homologação do TAC; em relação à condicionante 8.4 celebrar Termo de Compromisso de Restauração Florestal - TCRF com a INEA/SEAS para dar quitação à obrigação de restaurar 5.005,8 hectares de vegetação; no prazo de 60 dias contados da assinatura do TAC, com pagamento em 2 parcelas, sendo a primeira em 60 dias após a homologação do TAC e a segunda em março de 2020, monetizando pelo mecanismo financeiro as obrigações ali descritas; estando autorizado a SEAS/INEA a utilizar 10% dos valores do TCRF com a finalidade de planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF; e como medida compensatória adicional de reflorestamento, plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do Comperj na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP até 30/12/2021; executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do Comperj até 30/12/2021; e plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida até 30/12/2021; em relação à condicionante 8.5, apresentar o Plano de Monitoramento da Biota Terrestre, no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 8.6, apresentar o programa de monitoramento da evolução demográfica e das demandas de serviços públicos na região do entorno do COMPERJ, bem como os boletins elaborados sobre os dados dos municípios e apresentar estudo de evolução demográfica da Área Diretamente Afetada - ADA, atualizado até 2017, até 30/06/2021; em relação às condicionantes 8.7 e 10, Apresentar a relação de participantes do programa de qualificação profissional voltado à população da região do entorno do Complexo, no prazo de 90 dias, contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 8.9, apresentar os 42 relatórios relativos ao Programa de Comunicação Social, no prazo de 60 dias, contados da homologação do TAC em CD eletrônico; em relação à condicionante 11, (i) apresentar os relatórios do Plano de Monitoramento Epidemiológico realizado até 2014, no prazo de 60 dias da homologação do TAC, (ii) Atualizar o Plano de Monitoramento Epidemiológico até o ano de 2017, até 30/06/2021; em relação à condicionante 12, apresentar os produtos gerados do Programa de Valorização Cultural, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 13, apresentar o Cap. 7.7. do PBA, da Urbanização, referente ao Plano de Monitoramento da Evolução Demográfica e das Demandas por serviços públicos na ADA, bem como os resultados obtidos, no prazo de 60 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 13.4, depositar a importância de R$ 1.000.000, em conta judicial a ser destinada às ações de fortalecimento das atividades de fiscalização e licenciamento do Município de Itaboraí, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 14, apresentar o contrato com o SENAI para prestação de serviços técnicos especializados para realização de eventos de sensibilização e capacitação para habilitação de empresas para prestação de serviços de gestão de resíduos sólidos e fornecimento de areia, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em relação à condicionante 15, apresentar os relatórios, o convênio, as fotos e dados da operação da Rede Hidrometeorológica contendo estações pluviométricas, fluviométricas e meteorológicas, no prazo de 30 dias da homologação do TAC, em relação à condicionante 24, apresentar os relatórios nos quais constem as ações de apoio aos hortos existentes na área de influência do COMPERJ, para a produção de mudas destinadas aos projetos de recomposição vegetal, em 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 27, apresentar ao MPRJ as Autorizações e Outorgas obtidas até o momento relacionadas à captação de água, no prazo de atendimento de 30 dias contados a partir da homologação do TAC; em relação à condicionante 28, apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, no prazo de 30 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 30.2, apresentar comprovantes de pagamento, carta e publicação no DOERJ do TC do Parque Águas, no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 30.4, apresentar Estudo de Vazão Ecológica, em até 500 (quinhentos) dias da homologação do TAC; em relação à LI IN001540: em relação à condicionante 5, realizar e apresentar revisão da Análise de Riscos (Trem 1 e UPGN), no prazo de 600 dias contados da homologação do TAC; e Plano de Resposta a Emergência do COMPERJ atualizado, da fase de implantação, este no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC; em relação às condicionantes 13, 14, 16 e 26: (i) 14 - Manter atualizado o Plano de Ação de Emergência - PAE; (ii) 16 - Remeter relatório que evidencie que dotou a Unidade

Imprensa Oficial | Governo do Rio de Janeiro
documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 30 de Agosto de 2019 às 04:43:26 -0300.

com recursos que permitam a inspeção periódica dos tanques, tubulação, acessórios e equipamentos, bem como a supervisão e o controle permanente das condições operacionais, no prazo de 60 dias antes do início da operação da UPGN; (iii) realizar estudo para avaliação quanto à dimensão do grupo de combate a focos de incêndios e o tempo de respostas às emergências, no prazo de 180 dias após a homologação do TAC; em relação à condicionante 17, (i) apresentar projeto de tratamento de efluentes líquidos industriais e sanitários da fase de operação visando ao reuso dos efluentes, sempre que possível; (ii) esclarecer, ainda, qual será a composição do efluente final e se as mudanças que ocorreram, ou ocorrerão, no projeto de ETDI em 60 sessenta) dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 34, comprovar, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio; sendo que eventual saldo de recursos decorrente de valores previstos na unificação das condicionantes 32 e 34 e ainda não utilizados deverão ser depositados em conta a ser indicada pelo INEA; em relação à LI IN021327: em relação à condicionante 13, apresentar o Projeto Executivo de Urbanização licenciado pelo INEA, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 19, apresentar Manifestos e Plano de Gerenciamento de Efluentes, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 21, implementar, em continuidade ao já realizado, o Programa de Monitoramento dos Manguezais, no prazo de 500 dias de homologação do TAC; em relação à condicionante 23, implementar, em continuidade ao feito, o Plano de monitoramento da biota aquática dos rios Macacu e Caceribu, até a emissão da Licença de Operação da UPGN, a partir de 60 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 29, manter o programa de manejo, resgate e monitoramento da fauna terrestre na ADA, por, no mínimo, dois anos após o início da fase de operação, a partir de 500 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 31, apresentar a atualização do plano do acompanhamento epidemiológico e sanitário no estabelecimento da correlação entre os impactos gerados pelo COMPERJ com os possíveis incrementos e/ou decréscimos das doenças pré-existentes, até 30/06/2021; em relação à condicionante 32: (i) apresentar a atualização do plano de monitoramento da evolução demográfica e das demandas de serviços públicos na região do COMPERJ; (ii) uma matriz "DE PARA", no caso da população residente na AID; (iii) Taxas de imigração; (iv) com base na PEA formal, calcular, também, a pendularidade; (v) seletividade migratória para a população total residente e para a PEA, em 300 dias contados da homologação do TAC; (vi) apresentar os relatórios do Plano de Monitoramento da Evolução Demográfica e das Demandas de Serviços Públicos na Região do COMPERJ, em 60 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 45: (i) apresentar os produtos gerados do Programa de Valorização Cultural, contemplando, dentre outros: (i) livro com os resultados da pesquisa sobre o Patrimônio Cultura do Leste Fluminense; (ii) Relatório Final do Programa de Capacitação em educação Patrimonial e arqueologia do Vale do Macacu; (iii) Documento de aprovação pelo Inepac do Projeto Executivo de Consolidação das Ruínas do Convento São Boaventura, no prazo de 90 dias contados da homologação do TAC; em relação à LP IN001543: em relação à condicionante 5: (i) comprovar, por meio de relatórios do PGA, a elaboração e execução do Projeto de remoção de vegetação; (ii) apresentar o projeto executivo da rodovia que permita o deslocamento da fauna ao longo dos seus trechos, no prazo de 90 dias de homologação do TAC; em relação à condicionante 6.7: (i) apresentar o cronograma de desapropriações que se fizeram necessárias al implantação da rodovia; (ii) apresentar planilha com todas as desapropriações feitas, se foram consensuais ou judiciais, quais os valores pagos nos imóveis e se houve divergência entre o valor avaliado pela PETROBRAS e o utilizado pelo Juízo nos casos judiciais, no prazo de 300 dias contados da homologação do TAC; em relação à LI IN016106: em relação à condicionante 17, combater os processos erosivos dos aterros e da coleta e condução de águas superficiais, de forma a evitar os processos erosivos nos taludes de aterro e nas encostas adjacentes, evitando-se, com isso, o carreamento de partículas sólidas para o corpo receptor; em relação à condicionante 33, apresentar ao MPRJ os relatórios do Plano de Supressão da Vegetação enviados ao INEA, no prazo de 90 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 34, apresentar comprovação no prazo de 30 dias após a homologação do TAC de contratação de profissional habilitado para supervisionar trabalhos de supresseão de vegetação; em relação à LP IN019084: apresentar relatório técnico sobre a integridade dos sistemas de drenagem implantados e sobre ajustes necessários à melhoria da drenagem, bem como indicar as soluções de revestimento da Estrada UHOS, no prazo de 150 dias contados da vistoria no local; implementar as ações de melhoria constantes do relatório técnico da UHOS citado no item anterior, no prazo de até 500 dias contados da data da aprovação do relatório pelo GATE; caso não seja possível executar as ações de melhoria constante do relatório técnico dentro do prazo de vigência do TAC, por questões de segurança pública, esta obrigação deverá ser repactuada entre MPRJ e PETROBRAS, sendo acordada nova obrigação com a finalidade e valor semelhantes; efetuar a transferência não onerose ao Município de São Gonçalo da acessão na propriedade do imóvel de São Gonçalo consistente em prédio denominado Centro de Integração, onde era realizada a capacitação laboral, cujo custo de construção foi de cerca de R$ 20 milhões, como medida compensatória pela não destruição da Estrada UHOS, no prazo de 260 dias contados da homologação do TAC; apoiar financeiramente a SEAS com a importância de R$ 1 milhão, no prazo de 120 dias contados da homologação do TAC, para que seja elaborado pela SEAS/INEA estudo de controle de cheias da Bacia Hidrográfica do Rio Alcântara; em relação à LI IN020319: comprovar o cumprimento do TCCA nº 10/2012, no que tange à responsabilidade de depositar o valor estipulado no documento, correspondente ao licenciamento ambiental do Pier e da Via Especial de Acesso para Transporte dos Grandes Equipamentos do COMPERJ (Via UHOS), no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC; em relação às condicionantes 21 e 23, apresentar relatórios fotográficos, que comprovem que implantou dispositivos de proteção aos pedestres e sinalização para veículos, de modo a minimizar o risco de ocorrência de acidentes durante a realização das obras futuras; no prazo de 60 dias contados do início das obras futuras; em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61: comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC; quanto ao Risco Ambiental: (i) promover a revisão do Estudo de Análise de Risco (EAR), para a Refinaria Trem 1 e a UPGN, em relação à prevenção de acidentes operacionais no prazo de 600 dias da homologação do TAC; (ii) promover e executar Planos de Ação de Emergência; (iii) comprovar por meio de relatório fotográfico que foi disponibilizado kit de mitigação e contenção de possíveis vazamentos para a via de acesso ao COMPERJ (Estrada Convento) para Brigada Militar, no prazo de 60 dias da homologação do TAC; executar as seguintes novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares: quanto à alteração da qualidade do ar: implantar, no prazo de 150 dias contados da homologação do TAC, as principais recomendações propostas na reavaliação da AAE, a saber: (i) dar continuidade ao monitoramento da qualidade do ar e parâmetros meteorológicos; (ii) implantar monitoramento contínuo de emissões de fontes fixas; (iii) priorizar a utilização do gás natural como combustível; (iv) revisar Projeto de Sistema de Detecção e Controle de Vazamentos desde o início da operação; e (v) Elaborar Plano de Emergência para Episódios Críticos de Poluição do Ar até a obtenção da LO da UPGN; em relação ao dano decorrente do crescimento urbano desordenado: apresentar estudo de evolução demográfica atualizado da Área Diretamente Afetada - ADA, atualizado até 2017, respeitado o termo final de 30/06/2021; a pagar indenizações às pessoas da comunidade local de Sambaetiba, Itaboraí, eventual, direta ou indiretamente atingidas pelos danos ambientais, urbanísticos e à saúde causados em razão do abalo e dos danos estruturais nas casas por força do fluxo intenso de veículos pesados nas ruas suportado pelos moradores antes da construção da Estrada de Acesso ao COMPERJ, o que será definido em posterior fase de liquidação incluindo-se, além da área delimitada no mapa em anexo, também os três seguintes moradores: (i) Sr. Catalino José Nunes, (ii) Sra. Ângela Maria Venâncio Peixoto; e (iii) Sra. Maely Maria da Conceição; colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, integrado aos planos diretores dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, mediante o depósito em duas contas correntes específicas vinculadas ao Juízo, num valor total de R$ 1,5 milhão, sendo que R$ 1 milhão será de Itaboraí e R$ 500 mil de São Gonçalo, no prazo de 150 dias contados da homologação do TAC; colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano de Habitação dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, considerando a execução de programas de regularização fundiária AEIS ou ZEIS, , mediante o depósito de R$ 750 mil, sendo R$ 500 mil para Itaboraí e R$ 250 mil para São Gonçalo, no prazo de 150 dias contados da homologação do TAC; apoiar financeiramente o poder público municipal, no prazo de 200 dias contados da homologação do TAC, na elaboração e execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, mediante depósito em duas contas judiciais específicas de R$ 70 milhões da seguinte forma: para Itaboraí R$ 60 milhões e para São Gonçalo R$ 10 milhões, para execução de obras previstas nos respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico ou nos TACs sobre saneamento básico firmados com o MPRJ; apoiar financeiramente o Município de Itaboraí na realização dos Projetos Socioambientais no valor total de R$ 8 milhões a ser depositado em conta judicial específica, no prazo de 180 dias contados da homologação do TAC; apoiar financeiramente a SEAS no valor total de R$ 3 milhões para viabilizar o apoio técnico e financeiro para elaboração e execução do PET-Leste ou outro projeto que tenha o mesmo escopo de mitigar os impactos da expansão regional urbana, a ser depositado em conta judicial específica, no prazo de 180 dias contados da homologação do TAC; depositar, no prazo de 200 dias contados da homologação do TAC, em conta judicial, o valor de R$ 3 milhões, com escopo de viabilizar obras de recuperação do prédio do DRM (situado na Rua Marechal Deodoro, 351, Centro, Niterói) para que seja possível acomodar o Comando de Polícia Ambiental (CPAM) do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de contribuir com a segurança pública e ambiental da região do entorno do COMPERJ. A COMPROMISSÁRIA INEA deverá: fiscalizar diretamente o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais do Comperj contempladas no presente TAC; realizar o gerenciamento das obras de esgotamento sanitário e reforço hídrico, bem como a realizar a fiscalização ambiental de todo o empreendimento e ações decorrentes desse TAC com os recursos disponibilizados pela COMPROMISSADA PETROBRAS; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da Unidade Petroquímica Básica - UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA nº 01/2011 correspondente à construção da Estrada de Acesso Principal, relativo à aplicação de R$ 1.093.116,71; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compromisso de compensação ambiental TCCA Nº 10/2012, correspondente à implantação do Pier e Via Especial de Acesso para Transporte dos Grandes Equipamentos do COMPERJ (Via UHOS), quitado em maio/2013; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da LI IN001540, bem como se obrigat(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda item 3 deste TAC, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS em relação às condicionantes 35 e 30.2 da LI IN001540, referentes ao Parque Natural Municipal Águas de Guapimirim. O COMPROMISSÁRIO ERJ deverá: regular a fiscalização do INEA e da PETROBRAS para o cumprimento das obrigações objeto do presente TAC, bem como das obrigações estabelecidas em todo processo de licenciamento ambiental do empreendimento em tela, seja na fase anterior à emissão das licenças, seja na fase de fiscalização do cumprimento das condicionantes das licenças. **VALOR TOTAL ESTIMADO DO TAC:** R$ 814.550.501,69, sendo que desse valor R$ 770.522.920,03 são obrigações de pagar e o restante são obrigações de fazer. **VIGÊNCIA:** até 30/12/2021, podendo ser prorrogado mediante ajuste entre as partes. **ASSINAM:** Tiago Gonçalves Veras Gomes pelo MPRJ, Wilson José Witzel pelo Estado do Rio de Janeiro, Ana Lúcia de Souza Santoro pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, Cláudio Barcelos Dutra pela Presidência do INEA, Alexandre Cruz pela Diretoria de Licenciamento Ambiental do INEA e Roberto da Cunha Castello Branco pela PETROBRAS. A íntegra do TAC original assinado pode ser acessada pelo link https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/75201. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-07/026.228/19.**

Id: 2203326

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EDITAIS

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a NOTIFICAÇÃO nº SUPPIBNOT/01107423, PROCESSO Nº E-07/002.008978/2019.

CONVOCA:

NOME: Marília da Fonseca Católico. **CNPJ/CPF Nº** 806.820.657-49 **ENDEREÇO:** Rua Ferreira de Castro, 336 Agriões - Teresópolis/RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 10 dias para tomar ciência da Notificação SUPPIBNOT/01107423, na Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis/RJ. O procedimento terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o AUTO DE CONSTATAÇÃO nº SUPPIBCON/01019639. PROCESSO Nº E-07.002.008928/2019.

CONVOCA:

NOME: Marília da Fonseca Católico. **CNPJ/CPF Nº** 806.820.657-49 **ENDEREÇO:** Rua Ferreira de Castro, 336 Agriões - Teresópolis/RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 10 dias apara tomar ciência da Auto de Constatação nº SUPPIBCON/01019639, na Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis/RJ. O procedimento terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infração Nº SUPSULEAI/00152343, emitido com a sanção de Multa Simples, no valor de R$2.000,00, em 13/03/2019, com enquadramento no artigo 76, da mesma Lei. PROCESSO Nº E-07/002.102903/2018.

CONVOCA:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Mineração Scaramussa LTDA. **CNPJ/CPF Nº:** 10.587.795/0001-30. **ENDEREÇO:** Rua Tecônio Ferreira de Araújo, Santa Maria, Campos dos Goytacazes.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Av. José Alves de Azevedo, 483, Pq. Rosário - Campos dos Goytacazes - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

Id: 2204566

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE-INEA, designada pela Portaria INEA/PRES nº 643, de 03 de maio de 2019, comunica aos interessados que, por razões administrativas, o pleito da CONCORRÊNCIA NACIONAL CN Nº 001/2019 para "SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE CORPOS HÍDRICOS NAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS DA BAÍA DA ILHA GRANDE (RH I) E GUANDU (RH II) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO" - ESTADO DO RIO DE JANEIRO". Anteriormente marcado para o dia 02/09/2019, às 11:00 horas fica remarcado para o dia 03/09/2019, às 15:00 horas. O Aviso encontra-se disponível no site do INEA www.inea.rj.gov.br.

Id: 2204566

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2019.
OBJETO: O objeto do presente pregão eletrônico é a aquisição de Toners e Cartuchos, conforme especificação detalhada no Termo de Referência - Anexo I do Edital.
FONTE DE RECURSO: 230 - RECURSOS PROPRIOS.
DATA DA ABERTURA: 12/09/2019, às 10h.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.
PROCESSO Nº E-02/004/801/2019.

O Edital encontra-se à disposição no site: http://www.compras.rj.gov.br, podendo ser retirado, na forma impressa, no Setor de Licitações e Contratos da CEASA-RJ, situada na Av. Brasil, 19.001- Irajá - RJ - Prédio da Administração - 5º andar - sala 509, de 2ª a 6ª feira, das 09:00h às 16:00h, mediante a permuta de uma resma de papel A4 (quinhentas folhas). Para retirada do edital, informações pelo telefone (21) 2333-8266 ou pelo e-mail: procedimentoslicitatorios.ceasa@gmail.com.

Id: 2204551

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2017. **PARTES:** Empresa De Assistência Técnica E Extensão Rural Do Estado Do Rio De Janeiro- EMATER-RIO e a Empresa CLARO S/A **OBJETO:** Prorrogação do prazo contratual. **VALOR ESTIMADO:** R$ 23.548,40 (vinte e três mil quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 16/08/2019. **PRAZO:** o prazo de vigência será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 16/08/2019. **FUNDAMENTO:** Artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-02/002/009/2017.**

Id: 2204294

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Parceria Rural Reg. nº 002/16
PARTES: PESAGRO-RIO e ALMY RIBEIRO DA SILVA
OBJETO: Promover a supressão do parágrafo segundo da cláusula décima primeira e alteração na redação da cláusula décima segunda do Contrato de Parceria Rural nº 002/16 firmado em 12 de janeiro 2016.
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2019. **Nº DE REGISTRO:** 020/19
FUNDAMENTO: Processo nº E-02/003/45/2015.

Id: 2204259

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Parceria Rural Reg. nº 003/2016.
PARTES: PESAGRO-RIO X ALCENIR GREGÓRIO DA SILVA.
OBJETO Promover a Supressão do Parágrafo Segundo da Cláusula Décima Primeira e Alteração na Redação da Cláusula Décima Segunda do Contrato de Parceria Rural nº 003/16 Firmado em 12 de janeiro de 2016.
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2019. **Nº DE REGISTRO:** 021/2019
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-02/003/45/2015.

Id: 2204262

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Parceria Rural Reg. nº 004/16.
PARTES: PESAGRO-RIO X CARLOS DA ROSA OLIVEIRA
OBJETO: Promover a supressão do § 2º, da cláusula décima primeira e alteração na redação da cláusula décima segunda do Contrato de Parceria Rural nº 003/16, firmado em 12 de janeiro de 2016.
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2019.
Nº DE REGISTRO: 022/19.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-02/003/45/2015.

Id: 2204270

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Distrato do Contrato de Prestação de Serviços, Reg.019/2018.
PARTES: PESAGRO-RIO X MEDSEG - ASSESSORIA EM MEDICINA E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA.
OBJETO As Partes Resolvem de Comum Acordo, Distratar a partir da data do pedido da MEDSEG-ASSESSORIA em Medicina e Engenharia de Segurança do Trabalho datado de 02 de janeiro 2019 o Contrato de prestação de Serviços de Segurança e Medicina do trabalho Reg. 019/2018, firmado em 25/09/2018.
DATA DA ASSINATURA: 23/08/2019. **Nº DE REGISTRO:** 023/2019
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-02/003/66/2018.

Id: 2204271

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

EDITAL

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO, em cumprimento ao disposto na Lei nº 8266 de 27 de dezembro de 2018, torna público o deferimento da inscrição do projeto cultural em caráter excepcional e a Certificação de Aprovação de Projeto Cultural, conforme estabelecido no art. 10 da Resolução nº 36 de 17 de junho de 2019.

Área Cultural: Música e dança

01 I- Número do processo E-18/007/850/2019
II- Título do projeto Festival Harmonia

Impresa Oficial — Governo do Rio de Janeiro — documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 30 de Agosto de 2019 às 04:43:28 -0300.

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta:

Processo Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023, 1ª Vara Cível de Itaboraí/RJ - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado em 09/08/2019, cujas PARTES são MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – MPRJ, como COMPROMITENTE, PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS, CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01, como COMPROMISSÁRIA; o ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ERJ, COMPROMITENTE em relação à PETROBRAS e COMPROMISSÁRIO em relação ao MPRJ; e o INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA, COMPROMITENTE em relação à PETROBRAS e COMPROMISSÁRIO em relação ao MPRJ. OBJETO: chegar a um acordo sobre a integralidade dos pedidos feitos na ACP 9919-12.2018.819.0023 do Comperj, havendo o ajustamento de conduta com aquelas obrigações as quais a COMPROMISSÁRIA não cumpriu ainda ou são por meio do presente TAC alteradas, além dos seguintes pedidos: ACP 0009884-52.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil nº 95/2011) pedidos 4.2.1, 4.4.4, 4.3.1, 4.3.2, 10, ACP 0009859-39.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil nº 102/2011) pedidos 4.3, 4.4.4, 4.4.5, 10, ACP 0009869-83.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil nº 01/2013) pedidos 4.2.3.a, 4.2.3b, 4.2.3c, 4.2.3d, 10 e ACP 0009897-51.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil nº 106/2010), pedidos C.3f, C8, C9, C10, C11, C12, C14, C16, 10. OBRIGAÇÕES das PARTES: A COMPROMISSÁRIA PETROBRAS deverá: apresentar, em 16 meses, Estudo Hídrico Complementar com vistas a avaliar alternativas de águas de reuso para o Comperj, devendo tal estudo abordar possíveis soluções para o suprimento de água para todos os processos industriais do COMPERJ, inclusive para a UPGN e Trem 1; depositar a importância de R$ 2.500.000,00, no prazo de 150 dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada pelo INEA ou pela SEAS, para elaboração de um Plano de Segurança Hídrica pelo Estado do Rio de Janeiro, que deverá contemplar capítulo específico acerca do abastecimento da região do Leste Fluminense, incluindo a avaliação da Barragem de Guapiaçu e alternativas para abastecimento da região, com regular análise das alternativas locacionais e tecnológicas, visando à indicação de uma opção que atenda à demanda hídrica esperada; depositar no INEA ou na SEAS, em duas contas específicas ,respectivamente, as importâncias (i) R$ 98.642.130,83 para atender à finalidade de término das obras de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, incluindo escopo adicional; e (ii) R$ 131.952,702,96 para ações de execução do reforço hídrico da região, sendo que ambos os valores serão sempre depositados em 3 parcelas trimestrais iguais e sucessivas, contados da homologação do TAC, sendo a primeira parcela em 60 dias contados da homologação do instrumento; a título de atualização monetária dos valores para esgotamento sanitário e reforço hídrico, depositar, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC, a importância de R$ 30.753.172,38, que será utilizada da seguinte maneira: (a) R$ 13.744.020,00 para gerenciamento das ações de execução do reforço hídrico da região e (b) R$ 12.903.617,28 para gerenciamento das obras de esgotamento sanitário e o saldo remanescente de (c) R$ 4.105.535,10, será depositado em 60 dias contados da homologação do TAC, será utilizado como medida compensatória para fortalecimento das ações de licenciamento e fiscalização ambiental no COMPERJ; a PETROBRAS poderá utilizar a outorga já existente do Rio Guandu para fornecimento de água para a UPGN e utilidades necessárias à sua operação, enquanto não for possível o fornecimento de água de reuso, que depende da conclusão do Estudo Hídrico Complementar e da implementação da solução apontada pelo referido Estudo conforme condições ali estabelecidas; em relação à LP FE013990: no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC, apresentar projeto da estrada de acesso que ligará a área à RJ 116 (condicionante 6.9); apresentar o Plano Logístico de Transporte (condicionante 6.16), apresentar o inventário, incluindo registro fotográfico, das vias principais, secundárias e marginais que foram utilizadas (condicionante 6.17); apresentar o estudo de projeções populacionais apresentado no Anexo 2 da Parte 1 do PBA (condicionante 6.20), no prazo de 120 dias contados da homologação do TAC, apresentar comparativo de alterações do projeto de tratamento de efluentes (condicionante 7.4), em relação à condicionante 7.9: (i) apresentar estudo regional de caracterização hidrogeológica e determinação de fluxos de água subterrânea, em 30 dias contados da homologação do TAC, (ii) realizar estudo de "background geoquímico" complementando as informações dos estudos já existentes no prazo de 24 meses contados da homologação do TAC; (iii) atualizar Cenário Hidroquímico e Avaliação com base na Res. CONAMA 420/2009, em 24 meses contados da homologação do TAC; (iv) considerar como condicionante da licença de operação a realização de monitoramento analítico ao longo de dois ciclos hidrogeológicos durante 24 meses; em relação à condicionante 7.11, apresentar ao MPRJ o Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macrodrenagem, em 30 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 7.12, apresentar os estudos geológicos da região, levantamento geotécnico do terreno que consta do Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macrodrenagem e desenhos, no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 8.1, apresentar o programa de monitoramento de Qualidade da Água, em 30 dias contados da homologação do TAC; (ii) apresentar os relatórios de monitoramento já realizados em 2015 e os demais relatórios dos monitoramentos realizados com a retomada das obras em 2018, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC; (iii) executar novas medidas mitigadoras adicionais e medidas de recuperação ambiental, caso seja necessário, para redução das concentrações das substâncias mencionadas na Res. CONAMA 357/2005 e/ou medidas compensatórias dentro da área intermuros do COMPERJ, ações estas que serão consideradas como condicionantes da licença de operação; em relação à condicionante 8.3, (i) apresentar o Programa de Monitoramento da Biota Aquática, em 30 dias da homologação do TAC; (ii) dar continuidade ao Programa de Monitoramento da Biota Aquática e aos Relatórios de acompanhamento com conclusões técnicas de avaliação dos parâmetros de monitoramentos da Biota Aquática até a emissão da LO da UPGN; (iii) apresentar trimestralmente os relatórios, a partir de 3 meses da homologação do TAC; em relação à condicionante 8.4 celebrar Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF com a INEA/SEAS para dar quitação à obrigação de restaurar 5.005,8 hectares de vegetação; no prazo de 60 dias contados da assinatura do TAC, com pagamento em 2 parcelas, sendo a primeira em 60 dias após a homologação do TAC e a segunda em março de 2020, monetizando pelo mecanismo financeiro as obrigações ali descritas; estando autorizado a SEAS/INEA a utilizar 10% dos valores do TCRF com a finalidade de planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF; ecomo medida compensatória adicional de reflorestamento, plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do Comperj na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP até 30/12/2021; executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do Comperj até 30/12/2021; e plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida até 30/12/2021; em relação à condicionante 8.5, apresentar o Plano de Monitoramento da Biota Terrestre, no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 8.6, apresentar o programa de monitoramento da evolução demográfica e das demandas de serviços públicos na região do entorno do COMPERJ, bem como os boletins elaborados sobre os dados dos municípios e apresentar estudo de evolução demográfica da Área Diretamente Afetada – ADA, atualizado até 2017, até 30/06/2021; em relação às condicionantes 8.7 e 10, Apresentar a relação de participantes do programa de qualificação profissional voltado à população da região do entorno do Complexo, no prazo de 90 dias, contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 8.9, apresentar os 42 relatórios relativos ao Programa de Comunicação Social, no prazo de 60 dias, contados da homologação do TAC em CD eletrônico; em relação à condicionante 11, (i) apresentar os relatórios do Plano de Monitoramento Epidemiológico realizado até 2014, no prazo de 60 dias da homologação do TAC, (ii) Atualizar o Plano de Monitoramento Epidemiológico até o ano de 2017, até 30/06/2021; em relação à condicionante 12, apresentar os produtos gerados do Programa de Valorização Cultural, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 13, apresentar o Cap. 7.7. do PBA, da Urbanização, referente ao Plano de Monitoramento da Evolução Demográfica e das Demandas por serviços públicos na ADA, bem como os resultados obtidos, no prazo de 60 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 13.4, depositar a importância de R$ 1.000.000, em conta judicial a ser destinada às ações de fortalecimento das atividades de fiscalização e licenciamento do Município de Itaboraí, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 14, apresentar o contrato com o SENAI para prestação de serviços técnicos especializados para realização de eventos de sensibilização e capacitação para habilitação de empresas para prestação de serviços de gestão de resíduos sólidos e fornecimento de areia, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em relação à condicionante 15, apresentar os relatórios, o convênio, as fotos e dados da operação da Rede Hidrometeorológica contendo estações pluviométricas, fluviométricas e meteorológicas, no prazo de 30 dias da homologação do TAC, em relação à condicionante 24, apresentar os relatórios nos quais constem as ações de apoio aos hortos existentes na área de influência do COMPERJ, para a

produção de mudas destinadas aos projetos de recomposição vegetal, em 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 27, apresentar ao MPRJ as Autorizações e Outorgas obtidas até o momento relacionadas à captação de água, no prazo de atendimento de 30 dias contados a partir da homologação do TAC; em relação à condicionante 28, apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, no prazo de 30 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 30.2, apresentar comprovantes de pagamento, carta e publicação no DOERJ do TC do Parque Águas, no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 30.4, apresentar Estudo de Vazão Ecológica, em até 500 (quinhentos) dias da homologação do TAC; em relação à LI IN001540: em relação à condicionante 5, realizar e apresentar revisão da Análise de Riscos (Trem 1 e UPGN), no prazo de 600 dias contados da homologação do TAC; e Plano de Resposta a Emergência do COMPERJ atualizado, da fase de implantação, este no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC; em relação às condicionantes 13, 14, 16 e 26: (i) 14 - Manter atualizado o Plano de Ação de Emergência – PAE; (ii) 16 - Remeter relatório que evidencie que dotou a Unidade com recursos que permitam a inspeção periódica dos tanques, tubulação, acessórios e equipamentos, bem como a supervisão e o controle permanente das condições operacionais, no prazo de 60 dias antes do início da operação da UPGN; (iii) realizar estudo para avaliação quanto à dimensão do grupo de combate a focos de incêndios e o tempo de respostas às emergências, no prazo de 180 dias após a homologação do TAC; em relação à condicionante 17, (i) apresentar projeto de tratamento de efluentes líquidos industriais e sanitários da fase de operação visando ao reuso dos efluentes, sempre que possível; (ii) esclarecer, ainda, qual será a composição do efluente final e se as mudanças que ocorreram, ou ocorrerão, no projeto da ETDI em 60 sessenta) dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 34, comprovar, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio; sendo que eventual saldo de recursos decorrente de valores previstos na unificação das condicionantes 32 e 34 e ainda não utilizados deverão ser depositados em conta a ser indicada pelo INEA; em relação à LI IN021327: em relação à condicionante 13, apresentar o Projeto Executivo de Urbanização licenciado pelo INEA, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 19, apresentar Manifestos e Plano de Gerenciamento de Efluentes, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 21, implementar, em continuidade ao já realizado, o Programa de Monitoramento dos Manguezais, no prazo de 500 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 23, implementar, em continuidade ao feito, o Plano de monitoramento da biota aquática dos rios Macacu e Caceribu, até a emissão da Licença de Operação da UPGN, a partir de 60 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 29, manter o programa de manejo, resgate e monitoramento da fauna terrestre na ADA, por, no mínimo, dois anos após o início da fase de operação, a partir de 500 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 31, apresentar a atualização do plano do acompanhamento epidemiológico e sanitário no estabelecimento da correlação entre os impactos gerados pelo COMPERJ com os possíveis incrementos e/ou decréscimos das doenças pré-existentes, até 30/06/2021; em relação à condicionante 32: (i) apresentar a atualização do plano de monitoramento da evolução demográfica e das demandas de serviços públicos na região do COMPERJ; (ii) uma matriz "DE PARA", no caso da população residente na AID; (iii) Taxas de Imigração; (iv) com base na PEA formal, calcular, também, a pendularidade; (v) seletividade migratória para a população total residente e para a PEA, em 300 dias contados da homologação do TAC; (vi) apresentar os relatórios do Plano de Monitoramento da Evolução Demográfica e das Demandas de Serviços Públicos na Região do COMPERJ, em 60 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 45: (i) apresentar os produtos gerados do Programa de Valorização Cultural, contemplando, dentre outros: (i) livro com os resultados da pesquisa sobre o Patrimônio Cultura do Leste Fluminense; (ii) Relatório Final do Programa de Capacitação em educação Patrimonial e arqueologia do Vale do Macacu; (iii) Documento de aprovação pelo Inepac do Projeto Executivo de Consolidação das Ruínas do Convento São Boaventura, no prazo de 90 dias contados da homologação do TAC; em relação à LP IN001543:em relação à condicionante 5: (i) comprovar, por meio de relatórios do PGA, a elaboração e execução do Projeto de remoção de vegetação; (ii) apresentar o projeto executivo da rodovia que permita o deslocamento da fauna ao longo dos seus trechos, no prazo de 90 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 6.7: (i) apresentar o cronograma de desapropriações que se fizeram necessárias à implantação da rodovia; (ii) apresentar planilha com todas as desapropriações feitas, se foram consensuais ou judiciais, quais os valores pagos nos imóveis e se houve divergência entre o valor avaliado pela PETROBRAS e o utilizado pelo Juízo nos casos judiciais, no prazo de 300 dias contados da homologação do TAC; em relação à LI IN016106: em relação à condicionante 17, combater os processos erosivos dos aterros e da coleta e condução de águas superficiais, de forma a evitar os processos erosivos nos taludes de aterro e nas encostas adjacentes, evitando-se, com isso, o carreamento de partículas sólidas para o corpo receptor; em relação à condicionante 33, apresentar ao MPRJ os relatórios do Plano de Supressão da Vegetação enviados ao INEA, no prazo de 90 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 34, apresentar comprovação no prazo de 30 dias após a homologação do TAC de contratação de profissional habilitado para supervisionar trabalhos de supressão de vegetação; em relação à LP IN019084: apresentar relatório técnico sobre a integridade dos sistemas de drenagem implantados e sobre ajustes necessários à melhoria da drenagem, bem como indicar as soluções de revestimento da Estrada UHOS, no prazo de 150 dias contados da vistoria no local; implementar as ações de melhoria constantes do relatório técnico da UHOS citado no item anterior, no prazo de até 500 dias contados da data da aprovação do relatório pelo GATE; caso não seja possível executar as ações de melhoria constante do relatório técnico dentro do prazo de vigência do TAC, por questões de segurança pública, esta obrigação deverá ser repactuada entre MPRJ e PETROBRAS, sendo acordada nova obrigação com a finalidade e valor semelhantes; efetuar a transferência não onerosa ao Município de São Gonçalo da acessão na propriedade do imóvel de São Gonçalo consistente em prédio denominado Centro de Integração, onde era realizada a capacitação laboral, cujo custo de construção foi de cerca de R$ 20 milhões, como medida compensatória pela não destruição da Estrada UHOS, no prazo de 260 dias contados da homologação do TAC; apoiar financeiramente a SEAS com a importância de R$ 1 milhão, no prazo de 120 dias contados da homologação do TAC, para que seja elaborado pela SEAS/INEA estudo de controle de cheias da Bacia Hidrográfica do Rio Alcântara; em relação àLI IN020319: comprovar o cumprimento do TCCA nº 10/2012, no que tange à responsabilidade de depositar o valor estipulado no documento, correspondente ao licenciamento ambiental do Píer e da Via Especial de Acesso para Transporte dos Grandes Equipamentos do COMPERJ (Via UHOS), no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC; em relação às condicionantes 21 e 23, apresentar relatórios fotográficos, que comprovem que implantou dispositivos de proteção aos pedestres e sinalização para veículos, de modo a minimizar o risco de ocorrência de acidentes durante a realização das obras futuras; no prazo de 60 dias contados do início das obras futuras; em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61: comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC; quanto ao Risco Ambiental: (i) promover a revisão do Estudo de Análise de Risco (EAR), para a Refinaria Trem 1 e a UPGN, em relação à prevenção de acidentes operacionais no prazo de 600 dias da homologação do TAC; (ii) promover e executar Planos de Ação de Emergência; (iii) comprovar por meio de relatório fotográfico que foi disponibilizado kit de mitigação e contenção de possíveis vazamentos para a via de acesso ao COMPERJ (Estrada Convento) para Brigada Militar, no prazo de 60 dias da homologação do TAC; executar as seguintes novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares: quanto à alteração da qualidade do ar: implantar, no prazo de 150 dias contados da homologação do TAC, as principais recomendações propostas na reavaliação da AAE, a saber: (i) dar continuidade ao monitoramento da qualidade do ar e parâmetros meteorológicos; (ii) implantar monitoramento contínuo de emissões de fontes fixas; (iii) priorizar a utilização do gás natural como combustível; (iv) revisar Projeto de Sistema de Detecção e Controle de Vazamentos desde o início da operação; e (v) Elaborar Plano de Emergência para Episódios Críticos de Poluição do Ar até a obtenção da LO da UPGN; em relação ao dano decorrente do crescimento urbano desordenado: apresentar estudo de evolução demográfica atualizado da Área Diretamente Afetada – ADA, atualizado até 2017, respeitado o termo final de 30/06/2021;a pagar indenizações às pessoas da comunidade local de Sambaetiba, Itaboraí, eventual, direta ou indiretamente atingidas pelos danos ambientais, urbanísticos e à saúde causados em razão do abalo e dos danos estruturais nas casas por força do fluxo intenso de veículos pesados nas ruas suportado pelos moradores antes da construção da Estrada de Acesso ao COMPERJ, o que será definido em posterior fase de liquidação incluindo-se, além da área delimita-

da no mapa em anexo, também os três seguintes moradores: (i) Sr. Catalino José Nunes, (ii) Sra. Ângela Maria Venâncio Peixoto; e (iii) Sra. Marly Maria da Conceição; colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, integrado aos planos diretores dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, mediante o depósito em duas contas correntes específicas vinculadas ao Juízo, num valor total de R$ 1,5 milhão, sendo que R$ 1 milhão será de Itaboraí e R$ 500 mil de São Gonçalo, no prazo de 150 dias contados da homologação do TAC; colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano de Habitação dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, considerando a execução de programas de regularização fundiária AEIS ou ZEIS, , mediante o depósito de R$ 750 mil, sendo R$ 500 mil para Itaboraí e R$ 250 mil para São Gonçalo, no prazo de 150 dias contados da homologação do TAC; apoiar financeiramente o poder público municipal, no prazo de 200 dias contados da homologação do TAC, na elaboração e execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, mediante depósito em duas contas judiciais específicas de R$ 70 milhões da seguinte forma: para Itaboraí R$ 60 milhões e para São Gonçalo R$ 10 milhões, para execução de obras previstas nos respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico ou nos TACs sobre saneamento básico firmados com o MPRJ; apoiar financeiramente o Município de Itaboraí na realização dos Projetos Socioambientais no valor total de R$ 8 milhões a ser depositado em conta judicial específica, no prazo de 180 dias contados da homologação do TAC; apoiar financeiramente a SEAS no valor total de R$ 3 milhões para viabilizar o apoio técnico e financeiro para elaboração e execução do PET-Leste ou outro projeto que tenha o mesmo escopo de mitigar os impactos da expansão regional urbana, a ser depositado em conta judicial específica, no prazo de 180 dias contados da homologação do TAC; depositar, no prazo de 200 dias contados da homologação do TAC, em conta judicial, o valor de R$ 3 milhões, com escopo de viabilizar obras de recuperação do prédio do DRM (situado na Rua Marechal Deodoro, 351, Centro, Niterói) para que seja possível acomodar o Comando de Polícia Ambiental (CPAM) do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de contribuir com a segurança pública e ambiental da região do entorno do COMPERJ. A COMPROMISSÁRIA INEA deverá: fiscalizar diretamente o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais do Comperj contempladas no presente TAC; realizar o gerenciamento das obras de esgotamento sanitário e reforço hídrico, bem como a realizar a fiscalização ambiental de todo o empreendimento e ações decorrentes desse TAC com os recursos disponibilizados pela COMPROMISSADA PETROBRAS; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA nº 01/2011 correspondente à construção da Estrada de Acesso Principal, relativo à aplicação de R$ 1.093.116,71; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compromisso de compensação ambiental TCCA Nº 10/2012, correspondente à implantação do Píer e Via Especial de Acesso para Transporte dos Grandes Equipamentos do COMPERJ (Via UHOS), quitado em maio/2013; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da LI IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda item 3 deste TAC, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS em relação às condicionantes 35 e 30.2 da LI IN001540, referentes ao Parque Natural Municipal Águas de Guapimirim. O COMPROMISSÁRIO ERJ deverá: regular a fiscalização do INEA e da PETROBRAS para o cumprimento das obrigações objeto do presente TAC, bem como das obrigações estabelecidas em todo processo de licenciamento ambiental do empreendimento em tela, seja na fase anterior à emissão das licenças, seja na fase de fiscalização do cumprimento das condicionantes das licenças. O valor total estimado do TAC é de R$ 814.550.501,69, sendo que desse valor R$ 770.522.920,03 são obrigações de pagar e o restante são obrigações de fazer, com vigência até 30/12/2021, podendo ser prorrogado mediante ajuste entre as partes. Assinam: Tiago Gonçalves Veras Gomes pelo MPRJ, Wilson José Witzel pelo Estado do Rio de Janeiro, Ana Lúcia de Souza Santoro pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, Cláudio Barcelos Dutra pela Presidência do INEA, Alexandre Cruz pela Diretoria de Licenciamento Ambiental do INEA e Roberto da Cunha Castello Branco pela PETROBRAS. A íntegra do TAC original assinado pode ser acessada pelo link https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/75201

Portaria:

Pt n.º 1679/2019. O Secretário Municipal De Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 76, de 11 de setembro de 2009, Resolve: Conceder Licença Especial ao (a) servidor (a) Vicente José Ribeiro, Contínuo, matrícula nº 1645, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Administração, pelo período de 03 (três) meses, com início em 07/10/2019 e término em 05/01/2020, referente ao período aquisitivo de 2005/2015 (excluindo-se os anos de 2007 e 2008 em que teve mais de 5 (cinco) faltas não justificadas, bem como exclusão dos anos de 2011, 2012 e 2013 em que o servidor usufruiu de licença sem vencimento) de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Itaboraí (Lei n.º 1.392/96). Processo n.º 2426/2017. Edvaldo Mendonça Daumas - Secretário Municipal de Administração.

Pt n.º 1680/2019. O Secretário Municipal De Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 76, de 11 de setembro de 2009, Resolve: Conceder Licença Especial ao (a) servidor (a) Cristina de Souza Baptista, Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 3334, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03 (três) meses, com início em 01/08/2019 e término em 30/10/2019, referente ao período aquisitivo de 2006/2011 de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Itaboraí (Lei n.º 1.392/96). Processo n.º 2014/2016. Edvaldo Mendonça Daumas - Secretário Municipal de Administração.

Pt n.º 1681/2019. O Secretário Municipal De Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 76, de 11 de setembro de 2009, Resolve: Conceder Exoneração a Pedido ao (a) servidor (a) Renata Azevedo De Souza Bezerra, Professor (a) Coord. Pedagógico, matrícula nº 30.583, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, com efeito retroativo a contar de 06/08/2019, de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Itaboraí (Lei n.º 1.392/96). Processo n.º 3109/2019. Edvaldo Mendonça Daumas - Secretário Municipal de Administração.

Pt n.º 1682/2019. O Secretário Municipal De Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 76, de 11 de setembro de 2009, Resolve: Conceder Exoneração a Pedido ao (a) servidor (a) Marina Antonia Ribeiro Rabello, Professor (a) Educação Infantil, matrícula nº 23.277, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, com efeito retroativo a contar de 05/08/2019, de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Itaboraí (Lei n.º 1.392/96). Processo n.º 3080/2019. Edvaldo Mendonça Daumas - Secretário Municipal de Administração.

Pt n.º 1683/2019. O Secretário Municipal De Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 76, de 11 de setembro de 2009, Resolve: Conceder Exoneração a Pedido ao (a) servidor (a) Francimar Barbosa Dos Santos, Professor (a) Docente II, matrícula nº 8432, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, com efeito retroativo a contar de 29/07/2019, de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Itaboraí (Lei n.º 1.392/96). Processo n.º 2946/2019. Edvaldo Mendonça Daumas - Secretário Municipal de Administração.

Pt n.º 1684/2019. O Secretário Municipal De Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 76, de 11 de setembro de 2009, Resolve: Conceder Exoneração a Pedido ao (a) servidor (a) Adriana De Menezes, Professor (a) Docente II, matrícula nº 13.047, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, com efeito retroativo a contar de 29/07/2019, de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Itaboraí (Lei n.º 1.392/96). Processo n.º 2945/2019. Edvaldo Mendonça Daumas - Secretário Municipal de Administração.

Pt n.º 1685/2019. O Secretário Municipal De Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 76, de 11 de setembro de 2009, Resolve: Conceder Exoneração a Pedido ao (a) servidor (a) Sirlane Silva Freitas, Professor (a) Docente II, matrícula nº 13.365, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, com efeito retroativo a contar de 29/07/2019, de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Itaboraí (Lei n.º 1.392/96). Processo n.º 2940/2019. Edvaldo Mendonça Daumas - Secretário Municipal de Administração.

Pt n.º 1686/2019. O Secretário Municipal De Administração, no uso de suas atribuições

PETRONAS

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

INSTRUMENTO: Termo de Ajustamento de Conduta (TAC INEA 0276), PROCESSO AÇÃO CIVIL PÚBLICA: SEI nº E-07/518.418/2021, 1ª Vara Cível de Itaboraí/RJ. Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, firmado em 04/08/2021, **PARTES:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – MPRJ, como COMPROMITENTE; PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS, CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01, como COMPROMISSÁRIA; e ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ERJ, COMPERJ/MMA em relação à PETROBRAS e COMPERJ/MMA/INEA em relação ao MPRJ; e o INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA, COMPROMITENTE em relação à PETROBRAS e COMPERJ/MMA/INEA em relação ao MPRJ. **OBJETO:** Cingir a um acordo sobre a integralidade das medidas listas na ACP de 19.12.2018 (Proc. SEI nº E-07/518.418/2021 do COMPERJ), havendo o ajustamento de condutas e outras obrigações ali ajustadas e COMPROMISSÁRIA não cumprir ainda ou não estiver no prazo de prazo TAC alterados, além das seguintes medidas: ACP (Processo nº 0012884-82.2018.8.19.0028 (Inquérito Civil nº 2018.00.011 medidas 4.2.1, 4.4.4, 4.4.5, 4.4.6, 10, ACP 0000618-06.2018.8.19.0028 (Inquérito Civil nº 2018.00.11) medidas 4.3, 4.4.4, 4.4.5, 10, ACP 0000618-06.2018.8.19.0028 (Inquérito Civil nº 2018.00.011) medidas 4.2.3a, 4.2.3b, 4.2.3c, 4.2.3d, 10 e ACP 0000618-06.2018.8.19.0028 (Inquérito Civil nº 2018.00.011) medidas C.07, C11, C9, C10, C11, C12, C14, C15, 10. **OBRIGAÇÕES DAS PARTES:** A COMPROMISSÁRIA PETROBRAS deverá apresentar, em 15 meses, Estudo Hídrico Complementar com Vistas a ajudar alternativas de locais de reuso para o Comperj, devendo tal estudo abordar possíveis soluções para o suprimento de água para todos os processos industriais do COMPERJ, incluindo para a UFN3N e Trem 1, devendo a empreiteira de R$ 2.530.000,00, no prazo de 180 dias contados da homologação do TAC, em ponto específico a ser indicado pelo INEA ou pelo SEAS, para elaboração de um Plano de Segurança Hídrica pelo Estado do Rio de Janeiro, que deverá contemplar medidas estruturais e não estruturais de gestão de Lagos Piratininga, incluindo a ampliação da Barragem de Congonhas e alternativas para abastecimento de região, como também as demais alternativas locacionais e tecnológicas, visando à indicação de uma solução que atenda à demanda hídrica apresentada, devendo ser PNEA no(s) SEAS, em datas porões específicos, respectivamente, em importâncias (i) R$ 50.640.140,60 para atender à finalidade de abrir a obra de empreendimento sensível em Itaboraí e Maricá, incluindo recurso adicional e (ii) R$ (31.665.702,86 para ações de execução do referido Hídrico da região, sendo que ambos os valores serão atrelados aos 3 percentuais financeiros ligados à economia, contados da homologação do TAC, sendo a primeira parcela em (6) dias contados da homologação do instrumento, a título de antecipação, correspondente aos valores para aquisição de terrenos e relação hídrica, depositar, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC, a importância de R$ 30.396.084,36, que será utilizada da seguinte maneira: (a) R$ 13.744.000,00 para pagamento das ações de execução do relógio hídrico da região e (b) R$ 16.652.084,36 para pagamento das obras de engolimento sensível; e o saldo remanescente de (c) R$ 4.168.058,50, para depositado em 60 dias contados da homologação do TAC, será utilizado como medida compensatória para fortalecimento das ações de licenciamento e fiscalização ambiental no COMPERJ e PETROBRAS poderá utilizar a outorga já existente do Rio Guandu, para fornecimento de água para a UFN3N e utilizadas necessárias à sua operação, enquanto não for possível o fornecimento de água de reuso, que depende da construção do Estudo Hídrico Complementar e Da Implementação das medidas estruturais pelo estado Estudo, conforme condições já estabelecidas em relação à LP FEEMA/IAP, no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC, apresentar projeto de extensão da adutora (que ligará a área à RJ 116 (condicionante 6.6), apresentar o Plano Logístico de Transporte (condicionante 6.12), apresentar o inventário florístico florestal (condicionante 6.16), apresentar o Plano de Monitoramento de Fauna Silvestre (condicionante 6.17), apresentar o estudo de projeções populacionais (condicionante 6.20), no prazo de 120 dias contados da homologação do TAC, apresentar comparativo de alternativas do projeto de tratamento das adutoras (condicionante 7.4), em relação à condicionante 7.5, (i) apresentar estudo regional de caracterização hidrogeológica e diferenciação de áreas de aquíferos subterrâneos, em 30 dias contados da homologação do TAC, (ii) realizar estudos de "background geoquímico" com determinação de hidrogeologia dos estudos já existentes no prazo de 24 meses contados da homologação do TAC, (iii) atualizar Cenário Hidrogeológico e Avaliação com base na Res. CONAMA 420/2009, em 24 meses contados da homologação do TAC, (iv) complementar como condicionante da licença de operação a realização de monitoramento analítico ao longo de duas chuvas hidrogeológicas, e cerca 24 meses, em relação à condicionante 7.11, apresentar ao MPRJ o Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macrodrenagem, em 60 dias contados da homologação do TAC, em relação à condicionante 7.12, apresentar os estudos geológicos da região, bem como o geológico do terreno que consta do Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macrodrenagem e desenhos, no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 8.1, apresentar o programa de monitoramento da Qualidade de Água, em 30 dias contados da homologação do TAC; (i) apresentar os relatórios de monitoramento já realizados em 2015 e os demais relatórios dos monitoramentos com a periodicidade dos anos de 2018, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC; (ii) executar novas medidas mitigadoras adicionais e medidas de recuperação ambiental, caso seja necessário, para redução das concentrações das substâncias não conformes na Res. CONAMA 357/2005 ou medidas compensatórias dentro da área Impactada no COMPERJ, ações estas que serão consideradas como condicionantes da licença de operação, em relação à condicionante 8.3, (i) apresentar o Programa de Monitoramento da Biota Aquática, em 30 dias da homologação do TAC; (ii) dar continuidade ao Programa de Monitoramento da Biota Aquática e aos Relatórios das ações já executadas com periodicidade semestral de avaliação dos parâmetros do Programa de Biota Aquática até a emissão da LO da UFN3N; (iii) apresentar 3 (três) relatórios, a cada 24 meses da homologação do TAC, em relação à condicionante 8.4 (termo Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF com a INEA/MMA/AS para dar quitação à compensação de mata no 6.000,0 hectares de vegetação no prazo de 60 dias contados da assinatura do TAC, com pagamento em 3 parcelas, sendo a primeira em 60 dias após a homologação do TAC e a segunda em março de 2020, monitorando pelo reflorestamento florestal na obrigação, bem até descrever, restando estabelecido a SEA/SEIMA a utilizar 10% dos valores do TCRF para a finalidade de planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações descritas no TCRF, e como medida compensatória adicional de reflorestamento, plantar e manutenar 400 hectares na Fazenda da Compeq na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP até 30/12/2020 e manutenar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no interior do Complexo até 30/12/2021, e plantar e manutenar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi/Macacu, sem de mais de 100 hectares já plantadas. Por meio do projeto de Responsabilidade Social da Bacia **Grande Vida até 30/12/2021**, em relação à condicionante 8.5, apresentar o Plano de Monitoramento da Biota Terrestre, no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC, em relação à condicionante 8.6, apresentar o programa de monitoramento da evolução demográficas e das demandas dos serviços públicos na região do entorno do COMPERJ, bem como os balanços elaborados sobre as áreas não-críticas e apresentar estudo de evolução demográfica das Áreas Diretamente Afetadas – ADA, atualizado em 2017, até 30/12/2021, em relação às condicionantes 8.7 e 10, Apresentar a relação de participantes do programa de qualificação profissional voltado à população da região do entorno do Complexo, no prazo de 90 dias, por todos da homologação do TAC em relação à condicionante 8.9, apresentar os 40 relatórios referentes ao Programa de Comunicação Social, no prazo de 60 dias, contados da homologação do TAC em CD eletrônico, em relação à condicionante 11, (i) apresentar os relatórios do Plano de Monitoramento Ecotoxicológico realizado até 2014, no prazo de 60 dias da homologação do TAC, (ii) Atualizar o Plano de Monitoramento Ecotoxicológico até o ano de 2017, até 30/12/2021, em relação à condicionante 12, apresentar os produtos gerados do Programa de Valorização Cultural, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, em relação à condicionante 13, apresentar o Cap. 7.7 do RIA, da Urbanização, referente ao Plano de Monitoramento da Evolução Demográfica e das Demandas por serviços públicos na ADA, bem como os resultados obtidos, no prazo de 60 dias da homologação do TAC em relação à condicionante 13.4, depositar a importância de R$ 1.000.000, em conta bloqueada em nome do Estado do Rio de Janeiro, em relação à condicionante 13.5, apresentar os relatórios do Monitoramento da Ictiofauna, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, em relação à condicionante 14, apresentar o contrato com o SEPAN para prestação de serviços técnicos especializados para realização de ações de remediação e requerimento para habilitação de empresas para prestação de serviços de gestão de resíduos sólidos e hazardous do setor, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em relação à condicionante 15, apresentar os relatórios, o cronograma, as fichas e dados da operação da Rede Hidrometeorológica contendo estações pluviométricas, fluviométricas e meteorológicas, no prazo de 30 dias da homologação do TAC, em relação à condicionante 24, apresentar os relatórios mais quatro completos de anos e aos bancos existentes na área de influência do COMPERJ, para a preservação de espécies determinadas pelas de recomposição vegetal, em 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, em relação à condicionante 27, apresentar ao MPRJ os Autos de ações e Cadernos citados até o momento, relacionadas à captação de água, no prazo de atendimento de 30 dias contados a partir da homologação do TAC, em relação à condicionante 28, apresentar o Projeto Executivo de sistema de drenagem, no prazo de 30 dias da homologação do TAC em relação à condicionante 30.2, apresentar comprovantes de pagamento, cada a publicação no DO/RJ ou TC do Fiança de Águas, no prazo de 20 dias contados da homologação do TAC, em relação à condicionante 30.4, apresentar Estudo de Viabilidade Econômica, em até 600 (seiscentos) dias da homologação do TAC, em relação à LI FEEMA/IAP, em relação à condicionante 31, realizar e apresentar revisão da Análise de Riscos (Item 1 e UFN3N), no prazo de 600 dias contados da homologação do TAC, o Plano de Resposta a Emergências do COMPERJ, atualizado, da fase de implantação, bem no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC, em relação às condicionantes 13, 14, 16 e 26, (i) 14 - Manter atualizado o Plano de Ação de Emergências – PAE, (j) 16 - Remeter anualmente, que evidenciem que todos a Unidade com recursos que permitem a inspeção periódica dos sensores, tubulações, acessórios e equipamentos, bem como a observância e o controle permanente das condições operacionais, no prazo de 60 dias antes do início da operação da UFN3N, (k) realizar estudo para avaliação quanto a dimensão do grupo de controle e fauna de indivíduos e o tempo de resposta de emergências, no prazo de 180 dias após a homologação do TAC, em relação à condicionante 17, (l) apresentar projeto de tratamento de efluentes líquidos industriais e sanitários da fase de operação, visando ao reúso dos efluentes, sempre que possível; (ii) readequar, ainda qual será a composição do efluente final e as características que contiverem, ou acrescido, no projeto da ETDI em 60 apresentar) dos contados da homologação do TAC, em relação à condicionante 24, apresentar, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC, o resumo das técnicas realizadas até o momento, para fins de conservação de sedimentos de assoreamento existentes em National e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Rio Rios, sendo que eventual saldo de recursos decorrente de valores previstos na planilhas dos convênios nos 53 e 54 e ainda não utilizado deverão ser depositados em conta a ser indicada pelo INEA; em relação à LI FEEM21827, em relação à condicionante 13, apresentar o Projeto Executivo da Urbanização licenciado pelo INEA, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC, em relação à condicionante 15, apresentar Manifestos e Plano de Gerenciamento de

Efluentes, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 21, implementar, em continuidade ao já realizado, o Programa de Monitoramento dos Manguezais, no prazo de 600 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 23, implementar, em continuidade ao feito, o Plano de monitoramento da bacia aquífera dos rios Macacu e Caceribu, até a emissão da Licença de Operação da UPGN, a partir de 60 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 29, manter o programa de manejo, resgate e monitoramento da fauna terrestre na ADA, por, no mínimo, dois anos após o início da fase de operação, a partir de 600 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 31, apresentar a atualização do plano de acompanhamento epidemiológico e sanitário no estabelecimento da correlação entre os impactos gerados pelo COMPERJ com os possíveis incrementos e/ou decréscimos das doenças pré-existentes, até 30/09/2021; em relação à condicionante 32: (i) apresentar a atualização do plano de monitoramento da evolução demográfica e das demandas de serviços públicos na região do COMPERJ; (ii) uma matriz "DE PARA", no caso da população residente na AID; (iii) Taxas de Imigração; (iv) com base na PEA formal, calcular também, a pendularidade; (v) seletividade migratória para a população total residente e para a PEA, em 300 dias contados da homologação do TAC; (vi) apresentar os relatórios do Plano de Monitoramento da Evolução Demográfica e das Demandas de Serviços Públicos na Região do COMPERJ, em 60 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 46: (i) apresentar os produtos gerados do Programa de Valorização Cultural, contemplando, dentre outros: (i) livro com os resultados da pesquisa sobre o Patrimônio Cultural da Leste Fluminense; (ii) Relatório Final do Programa de Capacitação em educação Patrimonial e arqueologia do Vale do Macacu; (iii) Documento de aprovação pelo Iphan do Projeto Executivo de Consolidação das Ruínas do Convento São Boaventura, no prazo de 90 dias contados da homologação do TAC; em relação à LP IN001540, em relação à condicionante 5: (i) comprovar, por meio de relatórios do PGA, a elaboração e execução do Projeto de remoção de vegetação; (ii) apresentar o projeto executivo da rodovia que permite o deslocamento da fauna ao longo dos seus trechos, no prazo de 90 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 6.7: (i) apresentar o cronograma de desapropriações que se fizeram necessárias à implantação da rodovia; (ii) apresentar planilha com todas as desapropriações feitas, se foram consensuais ou judiciais, quais os valores pagos nos imóveis e se houve divergência entre o valor avaliado pela PETROBRAS e o utilizado pelo Juízo nos casos judiciais, no prazo de 300 dias contados da homologação do TAC; em relação à LI IN016106; em relação à condicionante 17, combater os processos erosivos dos aterros e de coleta e condução de águas superficiais, de forma a evitar os processos erosivos nos taludes de aterro e nas encostas adjacentes, evitando-se, com isso, o carreamento de partículas sólidas para o corpo receptor; em relação à condicionante 33, apresentar ao MPRJ os relatórios do Plano de Supressão da Vegetação enviados ao INEA, no prazo de 90 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 34, apresentar comprovação no prazo de 30 dias após a homologação do TAC de contratação de profissional habilitado para supervisionar trabalhos de supressão de vegetação; em relação à LP IN0 [illegible]: apresentar relatório técnico sobre a integridade dos sistemas de drenagem implantados e sobre ajustes necessários à melhoria da drenagem, bem como indicar as soluções de reassentamento da Estrada UHOS, no prazo de 150 dias contados da vistoria no local; implementar as ações de melhoria constantes do relatório técnico da UHOS citado no item anterior, no prazo de até 600 dias contados da data da aprovação do relatório pelo GATE, caso não seja possível executar as ações de melhoria constante do relatório técnico dentro do prazo de vigência do TAC, por questões de segurança pública, esta obrigação deverá ser repactuada entre MPRJ e PETROBRAS, sendo acordada nova obrigação com a finalidade e valor correlatos; efetuar a transferência não onerosa ao Município de São Gonçalo da cessão na propriedade do imóvel da São Gonçalo consistente em prédio denominado Centro de Integração, onde era realizada a capacitação laboral, cujo custo de construção foi de cerca de R$ 30 milhões, como medida compensatória pela não construção da Estrada UHOS, no prazo de 360 dias contados da homologação do TAC; apoiar financeiramente a SEAS com a importância de R$ 1 milhão, no prazo de 120 dias contados da homologação do TAC, para que seja elaborado pela SEAS/INEA estudo de controle de cheias da Bacia Hidrográfica do Rio Alcântara; em relação à LI IN001519: comprovar o cumprimento do TCCA nº 10/2012, no que tange à responsabilidade de dispender o valor estipulado no documento, correspondente ao licenciamento ambiental do Píer e da Via Especial de Acesso para Transporte dos Grandes Equipamentos do COMPERJ (Via UHOS), no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC; em relação às condicionantes 21 e 23, apresentar relatórios fotográficos, que comprovem que implantou dispositivos de proteção aos pedestres e sinalização para veículos, de modo a minimizar o risco de ocorrência de acidentes durante a realização das obras futuras, no prazo de 60 dias contados da início das obras futuras; em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61: comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC; quanto ao Píer e Ambiental: (i) promover a revisão do Estudo de Análise de Risco (EAR), para a Refinaria Item 1 e a UPGN, em relação à prevenção de acidentes operacionais no prazo de 600 dias da homologação do TAC; (ii) promover e executar Planos de Ação de Emergência; (iii) comprovar por meio de relatório fotográfico que foi disponibilizado kit de mitigação e contenção de possíveis vazamentos para a via de acesso ao COMPERJ (Estrada Conventa) para Brigada Militar, no prazo de 60 dias da homologação do TAC; executar as seguintes ações mitigadoras, mitigadoras e compensatórias complementares: quanto à alteração da qualidade do ar: implantar, no prazo de 150 dias contados da homologação do TAC, as principais recomendações propostas na reavaliação da AAE, a saber: (i) dar continuidade ao monitoramento da qualidade do ar e parâmetros meteorológicos; (ii) implantar monitoramento contínuo de emissões de fontes fixas; (iii) priorizar a utilização do gás natural como combustível; (iv) revisar Projeto de Sistema de Detecção e Controle da Vazamentos desde o início da operação; e (v) Elaborar Plano de Emergência para Episódios Críticos de Poluição do Ar até a obtenção da LO da UPGN; em relação ao dano decorrente do crescimento urbano desordenado: apresentar estudo de evolução demográfica atualizado da Área Diretamente Afetada – ADA, atualizado até 2017, respeitado o termo final de 30/09/2021; e pagar indenizações às pessoas da comunidade local de Sambaetiba, Itaboraí, eventual, direta ou indiretamente atingidas pelos danos ambientais, urbanísticos e à saúde causados em razão do aterro e dos danos estruturais nas casas por conta do fluxo intenso de veículos pesados nas ruas suportado pelos moradores antes da construção da Estrada de Acesso ao COMPERJ, o que será definido em posterior fase de liquidação incluindo-se, além de área delimitada no mapa em anexo, também os não residentes moradores; (i) Sr. Cassiano José Nunes (§ 6ºs. Angela Maria Venâncio Peixoto; e (ii) Sra. Marly Maria da Conceição; colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, integrado aos planos diretores dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, mediante o depósito em duas contas correntes específicas vinculadas ao Juízo, cujo valor total de R$ 1,6 milhão, sendo que R$ 1 milhão será de Itaboraí e R$ 500 mil de São Gonçalo, no prazo de 150 dias contados da homologação do TAC; colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano de Habitação dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, considerando a execução de programas de regularização fundiária AEIS ou ZEIS, , mediante o depósito de R$ 700 mil, sendo R$ 500 mil para Itaboraí e R$ 200 mil para São Gonçalo, no prazo de 150 dias contados da homologação do TAC; apoiar financeiramente o poder público municipal, no prazo de 300 dias contados da homologação do TAC, na elaboração e execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, mediante depósito em duas contas judiciais específicas de R$ 70 milhões da seguinte forma: para Itaboraí R$ 40 milhões e para São Gonçalo R$ 30 milhões, para execução de obras previstas nos respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico ou nos TACs sobre saneamento básico firmados com o MPRJ; apoiar financeiramente o Município de Itaboraí na realização dos Projetos Socioambientais no valor total de R$ 8 milhões, a ser depositado em conta judicial específica, no prazo de 180 dias contados da homologação do TAC; apoiar financeiramente a SEAS no valor total de R$ 3 milhões para viabilizar o apoio técnico e financeiro para elaboração e execução do PET Leste, ou outro projeto que tenha o mesmo escopo de mitigar os impactos da expansão regional urbana, a ser depositado em conta judicial específica, no prazo de 180 dias contados da homologação do TAC; depositar, no prazo de 200 dias contados da homologação do TAC, em conta judicial, o valor de R$ 3 milhões, com escopo de viabilizar obras de recuperação do prédio do DRM (situado na Rua Marechal Deodoro, 351, Centro, Niterói) para que seja possível acomodar o Comando de Polícia Ambiental (CPAM) do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de contribuir com a segurança pública e ambiental da região do entorno do COMPERJ; A COMPROMISSÁRIA INEA deverá fiscalizar diretamente o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais do Comperj contempladas no presente TAC; realizar o gerenciamento das obras de saneamento sanitário e esgoto hídrico, bem como a realizar a fiscalização ambiental de todo o empreendimento e ações decorrentes desse TAC com os recursos disponibilizados pela COMPROMISSADA PETROBRAS; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir da outorga do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir da outorga do termo de compensação ambiental TCCA nº 01/2011 correspondente à construção da Estrada de Acesso Principal, relativo à aplicação de R$ 1.000.116,71; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir da outorga do termo de compromisso de compensação ambiental TCCA Nº 10/2012, correspondente à implantação do Píer e Via Especial de Acesso para Transporte dos Grandes Equipamentos do COMPERJ (Via UHOS), outorgado em maio/2013; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da LI IN001540, bem como se obrigam(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda item 3 deste TAC, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da cada parcela faltante a ser paga; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS em relação às condicionantes 35 e 30.2 da LI IN001540, referentes ao Parque Natural Municipal Águas de Guaxindiba. O COMPROMISSÁRIO ERJ deverá regular a fiscalização do INEA e da PETROBRAS para o cumprimento das obrigações objeto do presente TAC, bem como das obrigações estabelecidas em todo processo de licenciamento ambiental do empreendimento em tela, seja na fase anterior à emissão das licenças, seja na fase de fiscalização do cumprimento das condicionantes das licenças. VALOR TOTAL ESTIMADO DO TAC: R$ 814.580.501,69, sendo que desse valor R$ 7.0.522.920,03 são obrigações de pagar e o restante são obrigações de fazer. VIGÊNCIA: até 30/12/2021, podendo ser prorrogado mediante ajuste entre as partes. ASSINAM: Tiago Gonçalves Veras Gomes pelo MPRJ, Wilson José Witzel pelo Estado do Rio de Janeiro, Ana Lúcia de Souza Santoro pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, Cláudio Bernardo Dutra pela Presidência do INEA, Alexandre Cruz pela Diretoria de Licenciamento Ambiental do INEA e Roberto da Cunha Castello Branco pela PETROBRAS. A íntegra do TAC original assinado pode ser acessada pelo link https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/75201. PROCESSO ADMINISTRATIVO: E-07/006.228/19.

Ofício 2ª PJTC n° 1789/19
Ref: PA 210/2019 – MPRJ 201900978560
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 18 de outubro de 2019.

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 6.5 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023.** O INEA, no item 6.5 da cláusula terceira, obrigou-se a *"(...)O INEA apresentará, **no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC**, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00."*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça **vem esta Promotoria de Justiça dar ciência a Vossa Excelência da instauração do presente procedimento administrativo e de seu respectivo objeto, bem como solicitar que, findo o prazo estabelecido na obrigação do item 6.5, cujo cumprimento ora se fiscaliza, qual seja, no prazo de 90 (noventa) dias após a homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) os documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela contendo informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

Expedido em
29/10/19
Servidor

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 1790/19
Ref: **PA 210/2019 – MPRJ 201900978560**
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 18 de outubro de 2019.

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 6.5 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023.** O INEA, no item 6.5 da cláusula terceira, obrigou-se a *"(...)O INEA apresentará, **no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC,** informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00."*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça **vem esta Promotoria de Justiça dar ciência a Vossa Excelência da instauração do presente procedimento administrativo e de seu respectivo objeto, bem como solicitar que, findo o prazo estabelecido na obrigação do item 6.5, cujo cumprimento ora se fiscaliza, qual seja, no prazo de 90 (noventa) dias após a homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) os documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela contendo informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-312

Expedido em 29/10/19

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, faço juntada Of SEAS/OUV SEI n 60/

Itaboraí, 09 de dezembro de 2019

Renata Simões da Silva
Matr. 3182

22
23

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Ouvidoria

Of.SEAS/OUV SEI Nº60 Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2019

MPRJ/SP2TCDITB 201901343455 061219 08:19:15

Ilmo. Sr. Promotor
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP: 24800-113

Referência: Ofícios nº 2ª PJTC Nº 1785/19 (PA 211/2019 - MPRJ 2019.00978555); 1465/19 (PA 158/2019 - MPRJ 2019.00977717); 1516/19 (PA 160/2019 - MPRJ 2019.00978785); 1523/19 (PA 161/2019 - MPRJ 2019.00978783); 1518/19 (PA 164/2019 - MPRJ 2019.00978775); 1572/19 (PA 160/2019 - MPRJ 2019.00978785); 1562/19 (PA 156/2019 - MPRJ 2019.00977721); 1753/19 (PA 212/2019 - MPRJ 2019.00982797); 1745/19 (PA 193/2019 - MPRJ 2019.00978743); 1745/19 (PA 193/2019 - MPRJ 2019.00978743); 1733/19 (PA 165/2019 - MPRJ 2019.00978774); 1727/19 (PA 166/2019 - MPRJ 2019.00978764); 1743/19 (PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821); 1736/19 (PA 174/2019 MPRJ 2019.00978806); 1793/19 (PA 175/2019 - MPRJ 2019.00978805); 1756/19 (PA 176/2019 - MPRJ 2019.00978802); 1802/19 (PA 183/2019 - MPRJ 2019.00978680); 1832/19 (PA 201/2019 - MPRJ 2019.00978654); 1796/19 (PA 192/2019 - MPRJ 2019.00978745); 1806/19 (PA 191/2019 - MPRJ 2019.00978748); 1759/19 (PA 195/2019 - MPRJ 2019.00978738); 1790/19 (PA 210/2019 - MPRJ 2019.00978560).

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos dos ofícios em epígrafe, informamos que, considerando o teor das solicitações contidas naquelas correspondências, as respectivas foram prontamente encaminhadas para o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, o qual, em resposta, informou que foi solicitada dilação de prazo a esse i. *Parquet* para apresentação das informações icitadas, não havendo resposta daquele órgão à demanda ministerial até o presente momento.

Em razão disso, solicitamos dilação de prazo para apresentação de resposta aos ofícios desse órgão, nos comprometendo desde já a, assim que obtivermos resposta, encaminhar imediatamente.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Cláudia Estellita
Ouvidora
ID Funcional 5097710-5

Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Estellita, Ouvidora,** em 03/12/2019, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **2151806** e o código CRC **C25CEA7A**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/002/004466/2019 SEI nº 2151806

Avenida Venezuela,, nº 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: - http://www.rj.gov.br/web/sea

of PGM n 769 / 2019

09 12 19

210

PREFEITURA DE ITABORAÍ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete do Procurador-Geral do Município
Rua Antônio José de Marins, 296, Centro, Itaboraí/RJ, CEP.: 24.800-105
Telefone: (021) 2635-3836

OF PGM Nº 764/2019 **Itaboraí, 14 de novembro de 2019**

Da: Procuradoria-Geral do Município

Assunto: OF 2ª PJTC nº 1647/2019 – Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023

Junte-se ao PA correspondente
20/11/19.
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça
Matr 3226

Excelentíssimo Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, pelo presente, em atenção ao ofício em epígrafe, encaminhar a V.Ex.ª resposta apresentada pela Secretaria Municipal de Governo (CI GAB.SEGOV Nº 239/2019), na qual informa que o TAC foi devidamente atendido no tocante ao que lhe cabia.

Sem mais para o momento, o Município de Itaboraí se coloca à disposição para eventuais esclarecimentos.

MPRJ.SP2TCDITB 201901315757 291119 09:21:29

Respeitosamente,

Luciana Cardoso Costa Bastos
Procuradora do Município
Mat. 31.700

EXMO. SR. PROMOTOR
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça da Tutela Coletiva

46

Itaboraí, 07e Novembro de 2019.

CI GAB.SEGOV nº 239/19.
DA: Secretaria de Governo
PARA: Procuradoria Geral do Município

Senhor Procurador,

Com relação a CI PGM nº 2.042/2019, através da qual a PGM solicita o cumprimento dos itens 1,2 e 3 do documento do Ministério Público, Ref. Of. Nº 1635/2019 e 1647/2019 – Ação nº 0009919-12.2018.8.19.0023, venho informar que o item 1 foi devidamente atendido pela Secretaria de Governo, pois o referido TAC foi publicado no dia 26 de agosto de 2019, conforme comprovante em anexo.

Atenciosamente,

JORGE ANTÔNIO SANTOS DA SILVA
Secretário Municipal de Governo
Mat. 35907

RECEBI O ORIGINAL
PGM ITABORAÍ
12 NOV 2019
NOME E MATRÍCULA

investigações levadas a cabo por meio de todos os inquéritos civis que deram azo ao ajuizamento das ACP's; (ii) o teor das petições iniciais das ACP's do COMPERJ; (iii) o teor da minuta de TAC referente à ACP em tela[1].

Finalmente, o TAC I DO COMPERJ foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença do Governador, Presidente da Petrobras, do Procurador-Geral de Justiça e demais autoridades interessadas na questão. Este primeiro TAC foi juntado às fls. 9323/9369 da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 no mesmo dia 09/08/19 e foi homologado pelo douto Juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí por meio da r. sentença de fl. 9371, datada de dia 13/08/2019.

É o breve relato do caso COMPERJ.

Em prosseguimento à atuação do MPRJ no caso COMPERJ, esta Promotoria, neste ato, de forma paralela, inicia três frentes de atuação:

1ª) Ampla publicidade ao TAC, inclusive para viabilizar o controle social e pela administração pública na fiscalização do cumprimento das obrigações: Não obstante a imediata publicidade do TAC, seja pelo próprio andamento processual no site do TJRJ, seja pela publicação de matéria na página principal do site do MPRJ no mesmo dia em que o TAC foi assinado (inclusive com disponibilização da versão final e assinada do TAC em pdf)[2], seja por diferentes veículos da imprensa nacional que noticiam o acordo, numa linha de proporcionar a maior publicidade possível à atuação do MPRJ no caso em tela, neste ato, determina-se a expedição dos ofícios abaixo (da mesma forma como foi feito em 26/06/18 após o ajuizamento das ACP's);

2ª) Instauração de Procedimentos Administrativos para fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, ERJ e INEA no TAC: Incumbe ao MPRJ, na forma do art. 8º, I, da Resolução CNMP n.º 174/17 e do art. 35, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.º 2.227/18, acompanhar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), conforme determinado abaixo;

[1] A íntegra da audiência pública da ALERJ e a reportagem sobre o evento constam nos vídeos disponíveis nos seguintes link: https://youtu.be/3e92-FOhAMY e https://youtu.be/N6GyKs6oLL8
[2] https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/75201 publicado em 09/08/2019.

3ª) Realização de tratativas junto à PETROBRAS, INEA e Estado do Rio de Janeiro, para tentar firmar novo acordo nas ACPs 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.8.19.0023, 0009897-89.2018.8.19.0023 e 0009869-83.2018.8.19.0023.

Pelo exposto, para dar concretude e iniciar os trabalhos nas três frentes acima mencionadas, à Secretaria para cumprimento das seguintes diligências:

1) **Extraiam-se 63 cópias** do TAC I DO COMPERJ e da presente promoção, autuando-as como notícia de fato autônomas (cada uma com número MPRJ próprio), abrindo-se imediata conclusão para instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas);

2) **Com auxílio da Assessoria Jurídica, elaborar planilha** contendo o número de cada MPRJ e cada PA, com seu respectivo objeto;

3) **Oficiar ao Procurador-Geral de Justiça do MPRJ,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 768/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

4) **Oficiar ao Corregedor-Geral do MPRJ,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 769/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

5) **Oficiar ao Coordenador do CAO AMBIENTE,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 770/18 e cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

6) **Oficiar ao Presidente da PETROBRAS**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

I- DAS PARTES

1) **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.305.936/0001-40, presentado pelo Promotor de Justiça TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, matrícula 3226, titular da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, órgão de execução com sede na Rua Liajane Carvalho da Silva, Lote B, Quadra 22, Nancilândia – Itaboraí/RJ, Salas 103/104, CEP: 24800-000, doravante denominado de **MPRJ,** como compromitente;

2) **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, ente federativo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 42.498.600/0001-71, neste ato representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), com endereço na Avenida Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro - RJ, 20081-312, na pessoa da Secretária ANA LÚCIA DE SOUZA SANTORO e do Governador do Estado do Rio de Janeiro WILSON JOSÉ WITZEL, doravante denominado ERJ, como compromitente em relação à Petrobras e como compromissário em relação ao MPRJ;

3) **INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE,** autarquia estadual inscrita no CNPJ/RJ 10.598.957/0001-35, com sede na Avenida Venezuela n. 110, Saúde, no Rio de Janeiro, representado por seu Presidente CLÁUDIO BARCELOS DUTRA, e pelo Diretor de Licenciamento Ambiental, ALEXANDRE CRUZ, doravante **INEA,** como compromitente em relação à Petrobras e como compromissário em relação ao MPRJ;

4) **PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS,** sociedade de economia mista inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, com sede na Av. República do Chile, nº 65, Centro, Rio de Janeiro, representada pelo seu Presidente, ROBERTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO, com domicílio profissional nesta capital, doravante **PETROBRAS,** como compromissário;

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Processo Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023, 1ª Vara Cível de Itaboraí/RJ - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado em 09/08/2019, cujas PARTES são MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – MPRJ, como COMPROMITENTE, PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS, CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01, como COMPROMISSÁRIA; o ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ERJ, COMPROMITENTE em relação à PETROBRAS e COMPROMISSÁRIO em relação ao MPRJ; e o INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA, COMPROMITENTE em relação à PETROBRAS e COMPROMISSÁRIO em relação ao MPRJ. OBJETO: chegar a um acordo sobre a integralidade dos pedidos feitos na ACP 9919-12.2018.819.0023 do Comperj, havendo o ajustamento de conduta com aquelas obrigações as quais a COMPROMISSÁRIA não cumpriu ainda ou são por meio do presente TAC alteradas, além dos seguintes pedidos: ACP 0009884-52.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil nº 95/2011) pedidos 4.2.1, 4.4.4, 4.3.1, 4.3.2, 10, ACP 0009859-39.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil nº 102/2011) pedidos 4.3, 4.4.4, 4.4.5, 10, ACP 0009869-83.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil nº 01/2013) pedidos 4.2.3.a, 4.2.3b, 4.2.3c, 4.2.3d, 10 e ACP 0009897-51.2018.8.19.0023 (Inquérito Civil nº 106/2010), pedidos C.3f, C8, C9, C10, C11, C12, C14, C16, 10. OBRIGAÇÕES das PARTES: A COMPROMISSÁRIA PETROBRAS deverá: apresentar, em 16 meses, Estudo Hídrico Complementar com vistas a avaliar alternativas de águas de reuso para o Comperj, devendo tal estudo abordar possíveis soluções para o suprimento de água para todos os processos industriais do COMPERJ, inclusive para a UPGN e Trem 1; depositar a importância de R$ 2.500.000,00, no prazo de 150 dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada pelo INEA ou pela SEAS, para elaboração de um Plano de Segurança Hídrica pelo Estado do Rio de Janeiro, que deverá contemplar capítulo específico acerca do abastecimento da região do Leste Fluminense, incluindo a avaliação da Barragem de Guapiaçu e alternativas para abastecimento da região, com regular análise das alternativas locacionais e tecnológicas, visando à indicação de uma opção que atenda à demanda hídrica esperada; depositar no INEA ou na SEAS, em duas contas específicas ,respectivamente, as importâncias (i) R$ 98.642.130,83 para atender à finalidade de término das obras de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, incluindo escopo adicional; e (ii) R$ 131.952,702,96 para ações de execução do reforço hídrico da região, sendo que ambos os valores serão sempre depositados em 3 parcelas trimestrais iguais e sucessivas, contados da homologação do TAC, sendo a primeira parcela em 60 dias contados da homologação do instrumento; a título de atualização monetária dos valores para esgotamento sanitário e reforço hídrico, depositar, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC, a importância de R$ 30.753.172,38, que será utilizada da seguinte maneira: (a) R$ 13.744.020,00 para gerenciamento das ações de execução do reforço hídrico da região e (b) R$ 12.903.617,28 para gerenciamento das obras de esgotamento sanitário e o saldo remanescente de (c) R$ 4.105.535,10, será depositado em 60 dias contados da homologação do TAC, será utilizado como medida compensatória para fortalecimento das ações de licenciamento e fiscalização ambiental no COMPERJ; a PETROBRAS poderá utilizar a outorga já existente do Rio Guandu para fornecimento de água para a UPGN e utilidades necessárias à sua operação, enquanto não for possível o fornecimento de água de reuso, que depende da conclusão do Estudo Hídrico Complementar e da implementação da solução apontada pelo referido Estudo conforme condições ali estabelecidas; em relação à LP FE013990: no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC, apresentar projeto da estrada de acesso que ligará a área à RJ 116 (condicionante 6.9); apresentar o Plano Logístico de Transporte (condicionante 6.16), apresentar o inventário, incluindo registro fotográfico, das vias principais, secundárias e marginais que foram utilizadas (condicionante 6.17); apresentar

o estudo de projeções populacionais apresentado no Anexo 2 da Parte 1 do PBA (condicionante 6.20), no prazo de 120 dias contados da homologação do TAC, apresentar comparativo de alterações do projeto de tratamento de efluentes (condicionante 7.4), em relação à condicionante 7.9: (i) apresentar estudo regional de caracterização hidrogeológica e determinação de fluxos de água subterrânea, em 30 dias contados da homologação do TAC, (ii) realizar estudo de "background geoquímico" complementando as informações dos estudos já existentes no prazo de 24 meses contados da homologação do TAC; (iii) atualizar Cenário Hidroquímico e Avaliação com base na Res. CONAMA 420/2009, em 24 meses contados da homologação do TAC; (iv) considerar como condicionante da licença de operação a realização de monitoramento analítico ao longo de dois ciclos hidrogeológicos durante 24 meses; em relação à condicionante 7.11, apresentar ao MPRJ o Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macrodrenagem, em 30 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 7.12, apresentar os estudos geológicos da região, levantamento geotécnico do terreno que consta do Estudo Conceitual de Terraplenagem e de Macrodrenagem e desenhos, no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 8.1, apresentar o programa de monitoramento de Qualidade da Água, em 30 dias contados da homologação do TAC; (ii) apresentar os relatórios de monitoramento já realizados em 2015 e os demais relatórios dos monitoramentos realizados com a retomada das obras em 2018, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC; (iii) executar novas medidas mitigadoras adicionais e medidas de recuperação ambiental, caso seja necessário, para redução das concentrações das substâncias mencionadas na Res. CONAMA 357/2005 e/ou medidas compensatórias dentro da área intermuros do COMPERJ, ações estas que serão consideradas como condicionantes da licença de operação; em relação à condicionante 8.3, (i) apresentar o Programa de Monitoramento da Biota Aquática, em 30 dias da homologação do TAC; (ii) dar continuidade ao Programa de Monitoramento da Biota Aquática e aos Relatórios de acompanhamento com conclusões técnicas de avaliação dos parâmetros de monitoramentos da Biota Aquática até a emissão da LO da UPGN; (iii) apresentar trimestralmente os relatórios, a partir de 3 meses da homologação do TAC; em relação à condicionante 8.4 celebrar Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF com a INEA/SEAS para dar quitação à obrigação de restaurar 5.005,8 hectares de vegetação; no prazo de 60 dias contados da assinatura do TAC, com pagamento em 2 parcelas, sendo a primeira em 60 dias após a homologação do TAC e a segunda em março de 2020, monetizando pelo mecanismo financeiro as obrigações ali descritas; estando autorizado a SEAS/INEA a utilizar 10% dos valores do TCRF com a finalidade de planejamento, implementação e monitoramento necessários para ações decorrentes do TCRF; e como medida compensatória adicional de reflorestamento, plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do Comperj na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP até 30/12/2021; executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do Comperj até 30/12/2021; e plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida até 30/12/2021; em relação à condicionante 8.5, apresentar o Plano de Monitoramento da Biota Terrestre, no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 8.6, apresentar o programa de monitoramento da evolução demográfica e das demandas de serviços públicos na região do entorno do COMPERJ, bem como os boletins elaborados sobre os dados dos municípios e apresentar estudo de evolução demográfica da Área Diretamente Afetada – ADA, atualizado até 2017, até 30/06/2021; em relação às condicionantes 8.7 e 10, Apresentar a relação de participantes do programa de qualificação profissional voltado à população da região do

entorno do Complexo, no prazo de 90 dias, contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 8.9, apresentar os 42 relatórios relativos ao Programa de Comunicação Social, no prazo de 60 dias, contados da homologação do TAC em CD eletrônico; em relação à condicionante 11, (i) apresentar os relatórios do Plano de Monitoramento Epidemiológico realizado até 2014, no prazo de 60 dias da homologação do TAC, (ii) Atualizar o Plano de Monitoramento Epidemiológico até o ano de 2017, até 30/06/2021; em relação à condicionante 12, apresentar os produtos gerados do Programa de Valorização Cultural, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 13, apresentar o Cap. 7.7. do PBA, da Urbanização, referente ao Plano de Monitoramento da Evolução Demográfica e das Demandas por serviços públicos na ADA, bem como os resultados obtidos, no prazo de 60 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 13.4, depositar a importância de R$ 1.000.000, em conta judicial a ser destinada às ações de fortalecimento das atividades de fiscalização e licenciamento do Município de Itaboraí, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 14, apresentar o contrato com o SENAI para prestação de serviços técnicos especializados para realização de eventos de sensibilização e capacitação para habilitação de empresas para prestação de serviços de gestão de resíduos sólidos e fornecimento de areia, no prazo de 30 (trinta) dias da homologação do TAC, em relação à condicionante 15, apresentar os relatórios, o convênio, as fotos e dados da operação da Rede Hidrometeorológica contendo estações pluviométricas, fluviométricas e meteorológicas, no prazo de 30 dias da homologação do TAC, em relação à condicionante 24, apresentar os relatórios nos quais constem as ações de apoio aos hortos existentes na área de influência do COMPERJ, para a produção de mudas destinadas aos projetos de recomposição vegetal, em 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 27, apresentar ao MPRJ as Autorizações e Outorgas obtidas até o momento relacionadas à captação de água, no prazo de atendimento de 30 dias contados a partir da homologação do TAC; em relação à condicionante 28, apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, no prazo de 30 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 30.2, apresentar comprovantes de pagamento, carta e publicação no DOERJ do TC do Parque Águas, no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 30.4, apresentar Estudo de Vazão Ecológica, em até 500 (quinhentos) dias da homologação do TAC; em relação à LI IN001540: em relação à condicionante 5, realizar e apresentar revisão da Análise de Riscos (Trem 1 e UPGN), no prazo de 600 dias contados da homologação do TAC; e Plano de Resposta a Emergência do COMPERJ atualizado, da fase de implantação, este no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC; em relação às condicionantes 13, 14, 16 e 26: (i) 14 - Manter atualizado o Plano de Ação de Emergência – PAE; (ii) 16 - Remeter relatório que evidencie que dotou a Unidade com recursos que permitam a inspeção periódica dos tanques, tubulação, acessórios e equipamentos, bem como a supervisão e o controle permanente das condições operacionais, no prazo de 60 dias antes do início da operação da UPGN; (iii) realizar estudo para avaliação quanto à dimensão do grupo de combate a focos de incêndios e o tempo de respostas às emergências, no prazo de 180 dias após a homologação do TAC; em relação à condicionante 17, (i) apresentar projeto de tratamento de efluentes líquidos industriais e sanitários da fase de operação visando ao reuso dos efluentes, sempre que possível; (ii) esclarecer, ainda, qual será a composição do efluente final e se as mudanças que ocorreram, ou ocorrerão, no projeto da ETDI em 60 sessenta) dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 34, comprovar, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC, o repasse de recursos realizados até o momento para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá, bem assim apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação

Bio-Rio; sendo que eventual saldo de recursos decorrente de valores previstos na unificação das condicionantes 32 e 34 e ainda não utilizados deverão ser depositados em conta a ser indicada pelo INEA; em relação à LI IN021327: em relação à condicionante 13, apresentar o Projeto Executivo de Urbanização licenciado pelo INEA, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 19, apresentar Manifestos e Plano de Gerenciamento de Efluentes, no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 21, implementar, em continuidade ao já realizado, o Programa de Monitoramento dos Manguezais, no prazo de 500 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 23, implementar, em continuidade ao feito, o Plano de monitoramento da biota aquática dos rios Macacu e Caceribu, até a emissão da Licença de Operação da UPGN, a partir de 60 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 29, manter o programa de manejo, resgate e monitoramento da fauna terrestre na ADA, por, no mínimo, dois anos após o início da fase de operação, a partir de 500 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 31, apresentar a atualização do plano do acompanhamento epidemiológico e sanitário no estabelecimento da correlação entre os impactos gerados pelo COMPERJ com os possíveis incrementos e/ou decréscimos das doenças pré-existentes, até 30/06/2021; em relação à condicionante 32: (i) apresentar a atualização do plano de monitoramento da evolução demográfica e das demandas de serviços públicos na região do COMPERJ; (ii) uma matriz "DE PARA", no caso da população residente na AID; (iii) Taxas de Imigração; (iv) com base na PEA formal, calcular, também, a pendularidade; (v) seletividade migratória para a população total residente e para a PEA, em 300 dias contados da homologação do TAC; (vi) apresentar os relatórios do Plano de Monitoramento da Evolução Demográfica e das Demandas de Serviços Públicos na Região do COMPERJ, em 60 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 45: (i) apresentar os produtos gerados do Programa de Valorização Cultural, contemplando, dentre outros: (i) livro com os resultados da pesquisa sobre o Patrimônio Cultura do Leste Fluminense; (ii) Relatório Final do Programa de Capacitação em educação Patrimonial e arqueologia do Vale do Macacu; (iii) Documento de aprovação pelo Inepac do Projeto Executivo de Consolidação das Ruínas do Convento São Boaventura, no prazo de 90 dias contados da homologação do TAC; em relação à LP IN001543: em relação à condicionante 5: (i) comprovar, por meio de relatórios do PGA, a elaboração e execução do Projeto de remoção de vegetação; (ii) apresentar o projeto executivo da rodovia que permita o deslocamento da fauna ao longo dos seus trechos, no prazo de 90 dias da homologação do TAC; em relação à condicionante 6.7: (i) apresentar o cronograma de desapropriações que se fizeram necessárias à implantação da rodovia; (ii) apresentar planilha com todas as desapropriações feitas, se foram consensuais ou judiciais, quais os valores pagos nos imóveis e se houve divergência entre o valor avaliado pela PETROBRAS e o utilizado pelo Juízo nos casos judiciais, no prazo de 300 dias contados da homologação do TAC; em relação à LI IN016106: em relação à condicionante 17, combater os processos erosivos dos aterros e da coleta e condução de águas superficiais, de forma a evitar os processos erosivos nos taludes de aterro e nas encostas adjacentes, evitando-se, com isso, o carreamento de partículas sólidas para o corpo receptor; em relação à condicionante 33, apresentar ao MPRJ os relatórios do Plano de Supressão da Vegetação enviados ao INEA, no prazo de 90 dias contados da homologação do TAC; em relação à condicionante 34, apresentar comprovação no prazo de 30 dias após a homologação do TAC de contratação de profissional habilitado para supervisionar trabalhos de supressão de vegetação; em relação à LP IN019084: apresentar relatório técnico sobre a integridade dos sistemas de drenagem implantados e sobre ajustes necessários à melhoria da drenagem, bem como indicar as soluções de revestimento da Estrada UHOS, no prazo de 150 dias contados da vistoria no local; implementar as ações de melhoria constantes

do relatório técnico da UHOS citado no item anterior, no prazo de até 500 dias contados da data da aprovação do relatório pelo GATE; caso não seja possível executar as ações de melhoria constante do relatório técnico dentro do prazo de vigência do TAC, por questões de segurança pública, esta obrigação deverá ser repactuada entre MPRJ e PETROBRAS, sendo acordada nova obrigação com a finalidade e valor semelhantes; efetuar a transferência não onerosa ao Município de São Gonçalo da acessão na propriedade do imóvel de São Gonçalo consistente em prédio denominado Centro de Integração, onde era realizada a capacitação laboral, cujo custo de construção foi de cerca de R$ 20 milhões, como medida compensatória pela não destruição da Estrada UHOS, no prazo de 260 dias contados da homologação do TAC; apoiar financeiramente a SEAS com a importância de R$ 1 milhão, no prazo de 120 dias contados da homologação do TAC, para que seja elaborado pela SEAS/INEA estudo de controle de cheias da Bacia Hidrográfica do Rio Alcântara; em relação à LI IN020319: comprovar o cumprimento do TCCA nº 10/2012, no que tange à responsabilidade de depositar o valor estipulado no documento, correspondente ao licenciamento ambiental do Píer e da Via Especial de Acesso para Transporte dos Grandes Equipamentos do COMPERJ (Via UHOS), no prazo de 60 dias contados da homologação do TAC; em relação às condicionantes 21 e 23, apresentar relatórios fotográficos, que comprovem que implantou dispositivos de proteção aos pedestres e sinalização para veículos, de modo a minimizar o risco de ocorrência de acidentes durante a realização das obras futuras; no prazo de 60 dias contados do início das obras futuras; em relação às condicionantes 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 58, 59, 60 e 61: comprovar o atendimento das condicionantes por meio do Relatório Consolidado relativo ao Plano de Salvamento, Resgate e Monitoramento da fauna terrestre, no prazo de 30 dias contados da homologação do TAC; quanto ao Risco Ambiental: (i) promover a revisão do Estudo de Análise de Risco (EAR), para a Refinaria Trem 1 e a UPGN, em relação à prevenção de acidentes operacionais no prazo de 600 dias da homologação do TAC; (ii) promover e executar Planos de Ação de Emergência; (iii) comprovar por meio de relatório fotográfico que foi disponibilizado kit de mitigação e contenção de possíveis vazamentos para a via de acesso ao COMPERJ (Estrada Convento) para Brigada Militar, no prazo de 60 dias da homologação do TAC; executar as seguintes novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares: quanto à alteração da qualidade do ar: implantar, no prazo de 150 dias contados da homologação do TAC, as principais recomendações propostas na reavaliação da AAE, a saber: (i) dar continuidade ao monitoramento da qualidade do ar e parâmetros meteorológicos; (ii) implantar monitoramento contínuo de emissões de fontes fixas; (iii) priorizar a utilização do gás natural como combustível; (iv) revisar Projeto de Sistema de Detecção e Controle de Vazamentos desde o início da operação; e (v) Elaborar Plano de Emergência para Episódios Críticos de Poluição do Ar até a obtenção da LO da UPGN; em relação ao dano decorrente do crescimento urbano desordenado: apresentar estudo de evolução demográfica atualizado da Área Diretamente Afetada – ADA, atualizado até 2017, respeitado o termo final de 30/06/2021; a pagar indenizações às pessoas da comunidade local de Sambaetiba, Itaboraí, eventual, direta ou indiretamente atingidas pelos danos ambientais, urbanísticos e à saúde causados em razão do abalo e dos danos estruturais nas casas por força do fluxo intenso de veículos pesados nas ruas suportado pelos moradores antes da construção da Estrada de Acesso ao COMPERJ, o que será definido em posterior fase de liquidação incluindo-se, além da área delimitada no mapa em anexo, também os três seguintes moradores: (i) Sr. Catalino José Nunes, (ii) Sra. Ângela Maria Venâncio Peixoto; e (iii) Sra. Marly Maria da Conceição; colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, integrado aos planos diretores dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, mediante o depósito em duas contas

correntes específicas vinculadas ao Juízo, num valor total de R$ 1,5 milhão, sendo que R$ 1 milhão será de Itaboraí e R$ 500 mil de São Gonçalo, no prazo de 150 dias contados da homologação do TAC; colaborar financeiramente com o poder público municipal, na elaboração e execução do Plano de Habitação dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, considerando a execução de programas de regularização fundiária AEIS ou ZEIS, , mediante o depósito de R$ 750 mil, sendo R$ 500 mil para Itaboraí e R$ 250 mil para São Gonçalo, no prazo de 150 dias contados da homologação do TAC; apoiar financeiramente o poder público municipal, no prazo de 200 dias contados da homologação do TAC, na elaboração e execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo, mediante depósito em duas contas judiciais específicas de R$ 70 milhões da seguinte forma: para Itaboraí R$ 60 milhões e para São Gonçalo R$ 10 milhões, para execução de obras previstas nos respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico ou nos TACs sobre saneamento básico firmados com o MPRJ; apoiar financeiramente o Município de Itaboraí na realização dos Projetos Socioambientais no valor total de R$ 8 milhões a ser depositado em conta judicial específica, no prazo de 180 dias contados da homologação do TAC; apoiar financeiramente a SEAS no valor total de R$ 3 milhões para viabilizar o apoio técnico e financeiro para elaboração e execução do PET-Leste ou outro projeto que tenha o mesmo escopo de mitigar os impactos da expansão regional urbana, a ser depositado em conta judicial específica, no prazo de 180 dias contados da homologação do TAC; depositar, no prazo de 200 dias contados da homologação do TAC, em conta judicial, o valor de R$ 3 milhões, com escopo de viabilizar obras de recuperação do prédio do DRM (situado na Rua Marechal Deodoro, 351, Centro, Niterói) para que seja possível acomodar o Comando de Polícia Ambiental (CPAM) do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de contribuir com a segurança pública e ambiental da região do entorno do COMPERJ. A COMPROMISSÁRIA INEA deverá: fiscalizar diretamente o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais do Comperj contempladas no presente TAC; realizar o gerenciamento das obras de esgotamento sanitário e reforço hídrico, bem como a realizar a fiscalização ambiental de todo o empreendimento e ações decorrentes desse TAC com os recursos disponibilizados pela COMPROMISSADA PETROBRAS; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA n° 01/2011 correspondente à construção da Estrada de Acesso Principal, relativo à aplicação de R$ 1.093.116,71; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compromisso de compensação ambiental TCCA Nº 10/2012, correspondente à implantação do Píer e Via Especial de Acesso para Transporte dos Grandes Equipamentos do COMPERJ (Via UHOS), quitado em maio/2013; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS dos valores oriundos das condicionantes 32 e 34 da LI IN001540, bem como se obriga(m) a apresentar novas informações sobre os pagamentos complementares na forma da cláusula segunda item 3 deste TAC, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de cada parcela faltante a ser paga; apresentar informações referentes às ações realizadas a partir dos pagamentos já efetuados pela PETROBRAS em relação às condicionantes 35 e 30.2 da LI IN001540, referentes ao Parque Natural Municipal Águas de Guapimirim. O COMPROMISSÁRIO ERJ deverá: regular a fiscalização do INEA e da PETROBRAS para o cumprimento das obrigações objeto do presente TAC, bem como das obrigações estabelecidas em todo processo de licenciamento ambiental do empreendimento em tela, seja na fase anterior à emissão das licenças, seja na fase de fiscalização do cumprimento das condicionantes das licenças. O valor total estimado do TAC é

de R$ 814.550.501,69, sendo que desse valor R$ 770.522.920,03 são obrigações de pagar e o restante são obrigações de fazer, com vigência até 30/12/2021, podendo ser prorrogado mediante ajuste entre as partes. Assinam: Tiago Gonçalves Veras Gomes pelo MPRJ, Wilson José Witzel pelo Estado do Rio de Janeiro, Ana Lúcia de Souza Santoro pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, Cláudio Barcelos Dutra pela Presidência do INEA, Alexandre Cruz pela Diretoria de Licenciamento Ambiental do INEA e Roberto da Cunha Castello Branco pela PETROBRAS. A íntegra do TAC original assinado pode ser acessada pelo link https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/75201

PUBLICADO
EM 26 DE agosto DE 2019
no, DOE-ITA, edição nº 325
fls 40151 Grego.

VISTA

Nesta data, faço vista dos autos ao(à)

Promotor de Justiça

12 / 12 / 19

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 12/12/2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

57

Ref.: Procedimento Administrativo n. 210/2019 (MPRJ nº 2019.00978560)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- Defiro o pedido de dilação de prazo de fls. 43/44 por mais de 60 (sessenta) dias. **Oficie-se** em resposta;

2- **Ciente** do acrescido de fls. 45/56;

3- **Reitere-se** o ofício não respondido;

4- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 12 de dezembro de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Autos devolvidos do gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 27/12/19.

38

Ofício 2ª PJTC n° 2232/19
Ref: **PA 210/2019 – MPRJ 201900978560**
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 27 de dezembro de 2019

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 6.5 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. O INEA, no item 6.5 da cláusula terceira, obrigou-se a "*(...)O INEA apresentará, **no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC**, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00.*"

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, acusando o recebimento do Ofício SEAS/OUV SEI Nº 60 vem esta Promotoria de Justiça **vem esta Promotoria de Justiça deferir a dilação de prazo por mais 60 (sessenta) dias.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-312

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Recebido em 16/01/20
Servidor

of ENEA/ouv. n 2441/2015

15/ 22

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente
Ouvidoria

OF INEA/OUVID nº 2441 /19 Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2019.

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua Liajane Carvalho da Silva, Lote B, Quadra 22, Sala 105, Nancilândia – Itaboraí/RJ
CEP: 24800-000

Ref.: Ofícios 2ª PJTC nºs 1740/2019 (PA 175/2019 – MPRJ 2019.00978805); 1776/2019 (PA 204/2019 – MPRJ 2019.00978625); 1781/2019 (PA 186/2019 – MPRJ 2019.00978666); 1807/2019 (PA 202/2019 – MPRJ 2019.00978628); 1796/2019 (PA 192/2019 – MPRJ 2019.00978745); 1773/2019 (PA 205/2019 – MPRJ 2019.00978623); 1804/2019 (PA 191/2019 – MPRJ 2019.00978748); 1766/2019 (PA 206/2019 – MPRJ 2019.00978615); 1760/2019 (PA 195/2019 – MPRJ 2019.00978738); 1770/2019 (PA 194/2019 – MPRJ 2019.00978740); 1763/2019 (PA 196/2019 – MPRJ 2019.00978733); 1789/2019 (PA 210/2019 – MPRJ 2019.00978560); 1832/2019 (PA 201/2019 – MPRJ 2019.00978654), 1801/2019 (PA 183/2019 – MPRJ 2019.00978680); 1798/2019 (PA 182/2019 – MPRJ 2019.00978681); 1757/2019 (PA 176/2019 – MPRJ 2019.00978802); 1734/2019 (PA 165/2019 – MPRJ 2019.00978774); 1752/2019 (PA 212/2019 – MPRJ 2019.00982797); 1744/2019 (PA 193/2019 – MPRJ 2019.00978743); 1742/2019 (PA 171/2019 – MPRJ 2019.00978821); 1746/2019 (PA 173/2019 – MPRJ 2019.00978810); 1728/2019 (PA 166/2019 – MPRJ 2019.00978764); 1737/2019 (PA 174/2019 – MPRJ 2019.00978806) e 1784/2019 (PA 211/2019 – MPRJ 2019.00978555)

MPRJ:SP2TCOTTB 20190136073 111219 10:58:32

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção aos ofícios em epígrafe, referentes ao citados procedimentos, instaurados para apurar o cumprimento de obrigação contida em diversos itens do Termo de Ajustamento de Conduta, pactuado entre esse i. *Parquet*, a PETROBRAS, este INEA e o Estado do Rio de Janeiro, nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023, foi solicitado o encaminhamento de informações e documentos

probatórios do adimplemento das obrigações descritas no indigitado procedimento, tendo sido concedidos variados prazos, em sua maioria, contados a partir da homologação do TAC, ocorrida no dia 13/08/2019, e com o mesmo prazo de resposta do concedido no próprio ajuste, para atendimento da obrigação.

Neste sentido, após o recebimento da demanda em questão, que perfaz o volume de 48 ofícios, endereçados a este INEA e a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, e em que pese a solicitação, em alguns deles, encontrar-se duplicada entre este INEA e a SEAS, informamos que o acompanhamento dessas requisições envolve mais de um setor de cada instituição, abertura de processos administrativos de acompanhamento de cada procedimento deflagrado, registro em planilha do conteúdo, tramitação interna, sem embargo de que o TAC em questão constitui instrumento complexo de ser controlado, em razão das inúmeras obrigações nele pactuadas, com escopos bem distintos.

Assim sendo, sem embargo da grande demanda deste órgão ambiental, e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet*, com todas as vênias devidas, vimos rogar a V.Sa. se digne determinar dilação de prazo por mais 30 (trinta) dias, para cada prazo concedido, para atendimento de cada uma das requisições oriundos nos ofícios supracitados, e prazo de 60 (sessenta) dias para as requisições cujo prazo concedido foi de período inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da homologação do ajuste.

Diante do exposto, e sem mais para o momento, renovamos os protestos de elevada estima e consideração.

Maria Helena Chianca
Ouvidora do INEA

INEA/ASSPRE SEI n° 7/20

04 02 2020
8502

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Presidência

Of.INEA/ASSPRE SEI Nº007/2020 Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2020

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, 207, sala 606, Centro – Itaboraí/RJ – CEP: 24800-113

Ref.: Ofícios 2ª PJTC nº 1789/2019, 1790/2019 e 2232/2019
PA 210/2019 - MPRJ 2019.00978560

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção aos ofícios em epígrafe, que visam apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.5 da Cláusula Terceira do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC pactuado entre esse *Parquet*, a PETROBRAS, este Inea e o Estado do Rio de Janeiro, nos autos da Ação Civil Pública nº 0009919-12.2018.8.19.0023, foi solicitado o encaminhamento de informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação descrita no indigitado procedimento.

Inicialmente, informo que fui nomeada como a atual Coordenadora do Grupo de Trabalho formado para acompanhar o referido TAC, conforme ata da 461ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do Condir do dia 09/01/2020 (2657435), e ponto focal com esse i. *Parquet* para comunicações relacionadas ao TAC.

No que tange à solicitação em questão, vimos encaminhar a manifestação do Superintendente de Fundos de Interesse Público – SUPFIP/SUBEXEC/SEAS, com as informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do TCCA nº 03/2010, e documentação comprobatória das respectivas informações.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Maria Helena da Costa Chianca
Coordenadora do TAC.INEA.02/19

Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena da Costa Chianca, Assessora**, em 03/02/2020, às 09:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **2994323** e o código CRC **92DED7B6**.

Avenida Venezuela,, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Presidência

ATA DE REUNIÃO

63.01.01.01

ATA da 461ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do Condir do dia 09/01/2020

Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, às dez horas e trinta minutos, em sua sede na Avenida Venezuela, cento e dez, segundo andar, na sala de reuniões da presidência do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), na cidade do Rio de Janeiro, realizou-se a quadringentésima sexagésima primeira Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do Conselho Diretor do INEA (CONDIR), na forma instituída pelo Decreto Estadual nº 46.619, de dois de abril de dois mil e dezenove. Na Reunião, estavam presentes os Senhores Conselheiros: Carlos Henrique Netto Vaz, Presidente; Márcio de Azevedo Beranger, Diretor Adjunto de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas (DIBAPE); Fernando Gouveia de Holanda, Diretor Adjunto de Gente e Gestão (DIGGES); Fabio Dalmasso Coutinho, Diretor de Licenciamento Ambiental (DILAM); Julia Kishida Bochner, Diretora Adjunta de Pós-Licença (DIPOS); e Renata da Matta dos Santos, Diretora Adjunta de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental (DISEQ). **I. Abertura:** Abrindo os trabalhos, o Presidente cumprimentou a todos e deu início à reunião. **II.** Requerimento: Definição dos segundos substitutos eventuais da DILAM e da DIRAM para as reuniões do CONDIR. Decisão: O Conselho Diretor determinou que os segundos substitutos eventuais das Diretorias para as reuniões do CONDIR serão: Cauê Bielschowsky, id. funcional 4359412-3, da DILAM e Renata de Oliveira e Oliveira, id. funcional 5097894-2, da DIRAM. **III. E-07/026.228/19 - Solicitação de Informação.** Requerimento: Solicitação de substituição da servidora Flávia de Oliveira, id. funcional 580926-6, na coordenação do Grupo de Trabalho criado por meio da Resolução Conjunta SEAS/INEA 12/19 e alterado pela Resolução Conjunta SEAS/INEA 14/19, de 14/11/19, para acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC.INEA.02/19) celebrado em 09/08/19 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), referente ao COMPERJ, homologado pela juíza em 13/08/2019. Decisão: Conforme considerações do Presidente, os Conselheiros deliberaram por nomear a servidora Maria Helena da Costa Chianca, id. funcional 4423210-1, como coordenadora do referido TAC. O CONDIR determinou, ainda, a alteração da composição do Grupo de Trabalho criado por meio da Resolução Conjunta SEAS/INEA nº 12, de 23/09/19, alterada pela Resolução Conjunta SEAS/INEA nº 14, de 19/11/19, para: (i) excluir os servidores Pierre Alex Domiciano Batista, id funcional 5101278-2 e Flávia de Oliveira Teixeira, id funcional 580926-6; (ii) incluir os servidores a seguir: Maria Helena da Costa Chianca, id. funcional 4423210-1, como coordenadora, Flavio Dias Wanderley Valente, id. funcional 4347916-2; Victor Abreu de Araujo, id. funcional 4461242-7; Alexandre Cruz, id. funcional 4351452-9; Paulina Maria Porto Silva Cavalcanti, id. funcional 2151026-1, Ricardo Marcelo da Silva, id. funcional 4459432-1, Cláudio Nogueira Vignoli, id. funcional 4326641-0 e Flávia de Carvalho Dias Monteiro, id. 4315394-1; e (iii) manter os servidores Cauê Bielschowsky, id funcional nº 4359412-3, Cristiane Fernandes Nunes Moragas Madeira, id funcional nº 4366903-4 e Giselle Fundão de Menezes Lousada, id funcional nº 4347792-5. Essa alteração do GT será realizada por meio de Resolução Conjunta SEAS/INEA, a ser publicada no Diário Oficial do Estado. **IV. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação de todos. Em seguida, lavrou a presente ata que vai assinada por ele e por todos os Conselheiros do Instituto Estadual do Ambiente presentes nesta data.

CARLOS HENRIQUE NETTO VAZ

Presidente

Id. f. 5101549-8

MÁRCIO DE AZEVEDO BERANGER

Diretor Adjunto de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

Id. f. 4348049-7

FERNANDO GOUVEIA DE HOLANDA

Diretor Adjunto de Gente e Gestão

Id. f. 4355791-0

FABIO DALMASSO COUTINHO

Diretor de Licenciamento Ambiental

Id. f. 570451-0

JULIA KISHIDA BOCHNER

Diretora Adjunta de Pós-Licença

Id. f. 4347935-9

RENATA DA MATTA DOS SANTOS

Diretora Adjunta de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental

Id. f. 4276575-7

Documento assinado eletronicamente por **Renata da Matta dos Santos**, **Diretora Adjunta**, em 13/01/2020, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **Fernando Gouveia de Holanda**, **Diretor Adjunto**, em 13/01/2020, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **Márcio de Azevedo Beranger**, **Diretor Adjunto**, em 13/01/2020, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **Julia Kishida Bochner**, **Diretora Adjunta**, em 13/01/2020, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **Fabio Dalmasso Coutinho**, **Diretor**, em 14/01/2020, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Netto Vaz**, **Presidente**, em 14/01/2020, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **2657435** e o código CRC **E5F45BAF**.

Referência: Processo nº SEI-070002/000163/2020

SEI nº 2657435

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO CCA Nº 28/2011 DE DE JULHO DE 2011

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº 101, de 04 de maio de 2009 e conforme decisão na 31ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de abril de 2011.

DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar os projetos abaixo discriminados, com apoio financeiro das medidas compensatórias, decorrentes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previstas pelo art. 36 da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
"Elaboração de Sistema de Informações Geográficas e Plano de Manejo da APA da Bacia do Rio Macacu" (E-07/000.211/11)	INEA/DIBAP	R$229.970,00	COMPERJ (E-07/500.056/2009)
"Estruturação para a Gestão e uso público do Parque Natural Municipal de Petrópolis" (E-07/000.306/10)	Prefeitura Municipal de Petrópolis	R$1.297.349,09	Arco Metropolitano - segmento C (E-07/507.106/2009)

Art. 2º - Aprovar o encerramento do projeto **"Programa Estadual de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) – Fase I"** (E-07/000.069/08), com saldo remanescente de R$202.559,64 (duzentos e dois mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 3º - Aprovar o encerramento do projeto **"Estruturação do Núcleo de Regularização Fundiária (NUREF) – Fase I"** (E-07/000.068/08), com saldo remanescente de R$96.842,30 (noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e dois reais e trinta centavos).

Art. 4º - Aprovar a alteração do valor do projeto **"Uma Área Natural Protegida de Mata Atlântica Acessível aos Portadores de Necessidades Especiais – REBIO**

ORIGINAL ASSINADO

União" (E-07/000.191/2008) para R$311.778,92 (trezentos e onze mil, setecentos e setenta e oito reais e noventa e dois centavos).

Art. 5º – Aprovar como fonte de financiamento do projeto **"Obras civis para implantação da sede da Estação Ecológica Estadual da Guaxindiba"** (E-07/000.601/10), a compensação ambiental do empreendimento "Pátio Logístico e Operações Portuárias no Porto do Açu" (E-07/ 505.928/09), pactuada por meio do TCCA nº12/2009, sob responsabilidade da empresa LLX Açu Operações Portuárias S.A.

Art. 6º – Aprovar o aporte inicial de R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) no Instrumento Financeiro Fiduciário do Mecanismo para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro, com a seguinte composição: R$7.000.000,00 (sete milhões de reais) da compensação ambiental do empreendimento COMPERJ, sob responsabilidade da empresa Petrobrás, pactuada por meio do TCCA nº03/2010 (E-07/500.056/2009); R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) da compensação ambiental do empreendimento GASDUC III e Estação de Compressão de Campos Elíseos, sob responsabilidade da empresa Transportadora Associada de Gás, pactuado por meio do TCCA nº12/2008 (E-07/200.186/2007); R$3.000.000,00 (três milhões de reais) da compensação ambiental do empreendimento Porto do Açu, sob responsabilidade da empresa LLX Açu Operações Portuárias S.A., pactuado por meio do TCCA nº12/2009 (E-07/505.928/09).

Art. 7º – Cancelar o projeto "**Reconhecimento Fundiário da APA Guandu"** (E-07/000.054/2008).

Art. 8º – Aprovar o aporte adicional de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ao projeto **Provisionamento de Fundos para Regularização Fundiária** de UCs de Proteção Integral Estaduais (E-07/000.161/08) contemplando todas as UCs de proteção integral sob gestão do INEA, com recursos da compensação ambiental do empreendimento COMPERJ, sob responsabilidade da empresa Petrobrás, pactuada por meio do TCCA nº03/2010 (E-07/500.056/2009).

Art. 9º - Aprovar o limite de 20% (vinte por cento) para remanejamento de recursos pelo gerente de cada projeto, sem aumento de despesas, sem mudança de escopo, e sem necessidade de retornar à CCA.

Art. 10º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, de julho de 2011

CARLOS MINC
Presidente

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO CCA Nº 29/2011 DE DE JULHO DE 2011

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº 101, de 04 de maio de 2009 e conforme decisão na 32ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de maio de 2011.

DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar os projetos abaixo discriminados, com apoio financeiro das medidas compensatórias, decorrentes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previstas pelo art. 36 da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
"Cercamento, sinalização e aquisição de viaturas para o Parque Estadual da Pedra Branca" (E-07/000.272/11)	INEA/DIBAP	R$1.905.534,78	Transoeste - trecho 4 do Anel Viário da cidade (E-07/501.764/2010) TCCA nº08/2010
"Sistema de sustentabilidade das UCs de proteção Integral da Ilha Grande" (E-07/000.258/11)	INEA/DIBAP	R$672.004,28	COMPERJ (E-07/500.056/2009) TCCA nº02/2010

Art. 2º - Retificar o valor aprovado para o projeto **"Estruturação do Núcleo de Regularização Fundiária (NUREF) – Fase I"** (E-07/000.068/08) para R$1.135.764,19 (um milhão, cento e trinta e cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e dezenove centavos).

Art. 3º - Aprovar o aporte adicional de R$120.000,00 (cento e vinte mil reais) da compensação ambiental do empreendimento Companhia Siderúrgica do Atlântico, sob responsabilidade da empresa THYSSENKRUPP CSA COMPANHIA SIDERÚRGICA, pactuada por meio do TCCA nº11/2007, para elaboração dos Termos de Referência para contratação dos projetos executivos do projeto **"Implantação do Plano de Manejo do Parque Municipal de Nova Iguaçú"** (E-07/000.128/08).

Art. 4º - Aprovar a revisão do orçamento e plano de trabalho do projeto **"Elaboração de Projetos Executivos de Reforma e Construção de Infraestruturas para as Sedes do Parque Estadual da Serra da Concórdia, da Reserva Biológica e Arqueológica**

ORIGINAL ASSINADO

de Guaratiba e da Reserva Biológica de Araras" (E-07/000.232/2010) passando para o teto orçamentário de R$535.000,00 (quinhentos e trinta e cinco mil reais) mantendo como fonte orçamentária a compensação ambiental do empreendimento Companhia Siderúrgica do Atlântico, sob responsabilidade da empresa THYSSENKRUPP CSA COMPANHIA SIDERÚRGICA, pactuada por meio do TCCA nº11/2007.

Art. 5º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, de julho de 2011

CARLOS MINC
Presidente

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL
ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 30 de julho de 2014

As quatorze horas do dia trinta de julho de dois mil e quatorze, na sala de reuniões do 5° andar da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), sita à Av. Venezuela, nº 110, na capital do Estado, sob a presidência do Secretário de Estado do Ambiente, Sr. **Carlos Portinho** e secretaria-executiva do Sr. **Rafael Ferreira**, Subsecretário-Executivo da SEA, reuniu-se em caráter ordinário a Câmara de Compensação Ambiental, de agora em diante denominada CCA, na forma instituída pela Resolução SEA nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA nº 101, de 04 de maio de 2009, estando presentes os seguintes conselheiros: **Guido Gelli**, representando a Diretoria de Biodiversidade de Áreas Protegidas do INEA (INEA/DIBAP); **Marcela De Biase**, representando a Diretoria de Licenciamento Ambiental (/INEA/DILAM); **Luiz Felipe de Luca de Souza**, representando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); **Pedro Couto**, representando Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN); **Carlos Alberto Mesquita**, representando a Rede de ONGs (RMA); **Janete Abrahão**, representando a Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro (AEMERJ); e **Sergio Bonecker**, representando a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Participaram também como convidados: Patrícia Figueiredo, Daniella Albuquerque, Manuela Tambellini, Alexandre Reis, Claudio Kuhnert Filho, Roberta Guagliardi, Marcelo Felippe e Alexandre Pedroso (INEA/DIBAP); Denise Rambaldi (SEA/SBF); Renata Tavares (SEA/SSEEV); Bruno de Hollanda (SEA/GAB); Ana Claudia Contarini (SEA/DGAF). **I – ABERTURA**: Abrindo os trabalhos, foi aprovada a ata da 50ª reunião ordinária da CCA, sendo assinada por todos os representantes presentes. **II – FMA – RESSARCIMENTO DE CUSTOS:** De acordo com o Convênio SEA 03/2009, e a proposta do Convenente decorrente dos valores executados por TCCA no período, foi aprovado o reembolso dos custos operacionais do Convenente no valor de R$ 105.103,43 (cento e cinco mil, cento e três reais e quarenta e três centavos), relativos ao mês de março de 2014, a ser debitado das seguintes contas: PORTO DO AÇU - LLX (TCCA 12/2009): R$24.790,16 (vinte e quatro mil, setecentos e noventa reais e dezesseis centavos); GASDUC III (TCCA 12/2008): R$23.970,17 (vinte e três mil, novecentos e setenta reais e dezessete centavos); UTE BAIXADA (TCCA 11/2011): R$19.583,69 (dezenove mil, quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e nove centavos); COMPERJ - UPB (TCCA 03/2010): R$13.009,12 (treze mil, nove reais e doze centavos); OSX (TCCA 05/2011): R$12.470,88 (doze mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e oito centavos); GASJAP (TCCA 13/2007): R$6.974,57 (seis mil novecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos); e R$110.905,33 (cento e dez mil, novecentos e cinco reais e trinta e três centavos), relativos ao mês de abril de 2014, a ser debitado das seguintes contas: PORTO DO AÇU – LLX (TCCA 12/2009): R$54.712,36 (cinquenta e quatro mil, setecentos e doze reais e trinta e seis centavos); VIA PRINCIPAL – COMPERJ (TCCA 01/2001) R$28.026,91 (vinte e oito mil, vinte e seis reais e noventa e um centavos); GASDUC III (TCCA 12/2008): R$9.826,74 (nove mil, oitocentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos); ILHA GUAÍBA – VALE TCCA (12/2012): R$7.764,36 (sete mil, setecentos e sessenta e quatro reais e trinta e seis centavos); CSA (11/2007) R$5.655,35 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos); GASJAP (TCCA 13/2007): R$4.795,79 (quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos); OSX (TCCA 05/2011) R$123,82 (cento e vinte e três reais e oitenta e dois centavos). **III – NORMAS E PROCEDIMENTOS CCA:** Foram reavaliados e discutidos os critérios de elegibilidade e procedimentos atuais da CCA, bem como trazidos para discussão novas questões pela secretaria-executiva (Secex/CCA) e pelos conselheiros, ficando definido: i) os critérios de elegibilidade passam a ser critérios de prioridade, ressalvados os critérios de elegibilidade estabelecidos em leis e decretos; ii) novos projetos devem ser enviados à Secex/CCA, em meio digital, com 15 dias úteis de antecedência à reunião subsequente da CCA para pré-análise; iii) a pré-análise será realizada pela Superintendência de Biodiversidade e Florestas da SEA, que emitirá parecer técnico e de habilitação sobre cada projeto em até 7 dias úteis de seu recebimento; iv) projetos

ORIGINAL ASSINADO

apresentados pela SEA terão relator nomeado pela CCA para realizar a pré-análise; v) o parecer de pré-análise será encaminhado ao proponente do projeto para eventuais ajustes; vi) o projeto a ser apresentado na reunião da CCA deverá ser protocolado formalmente, em meio físico e digital, na Secex/CCA, com antecedência mínima de 7 dias úteis à reunião subsequente da CCA; vii) a observância desses prazos não garante a entrada do projeto na reunião subsequente; viii) em cada reunião serão apresentados, no máximo, 6 novos projetos, cabendo à Secex/CCA reduzir esse número tendo em vista a complexidade dos projetos, bem como outros assuntos a serem tratados, a fim de que cada tópico tenha tempo de ser devidamente analisado; ix) os projetos terão no máximo 2 anos de duração, prorrogáveis por 1 ano ou igual período (o que for menor) mediante justificativa à Secex/CCA; x) projetos aprovados cujos proponentes não firmaram Termo de Cooperação e/ou não iniciaram a execução no prazo de 6 meses, injustificadamente, serão cancelados; xi) os produtos resultantes dos projetos atribuirão crédito ao beneficiário, à SEA, ao INEA, ao empreendimento licenciado (exemplo: COMPERJ/Petrobrás) e, quando for o caso, ao FMA, conforme o seguinte texto padrão: "[VEÍCULO/DOCUMENTO/MATERIAL/OBRA/REFORMA/etc.] [ADQUIRIDO (A)/ FINANCIADO (A)] COM RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL SNUC (ART. 36º, LEI FEDERAL Nº 9.985/2000) DECORRENTE DO LICENCIAMENTO DO [EMPREENDIMENTO/EMPREENDEDOR], PELO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO". Nota: a menção ao nome do empreendimento licenciado foi aprovado por maioria: votou contra o representante da Rede de ONGs, e se absteve o representante do ICMBio; xii) uma instituição com direito a voto que não se fizer representada pelos seus representantes titular ou suplente em três reuniões seguidas, terá seus representantes automaticamente destituídos; ficando suspensa das reuniões da CCA até a nomeação de novos representantes, não sendo permitida a recondução dos representantes faltosos. Nota: enquanto suspensa, a instituição não será considerada para fins de computo de quórum ou aprovação de projetos e outros pleitos; **IV - NOVO PROJETO: "Trilhas e Atrativos do Parque Estadual da Pedra Branca e Trilha Transcarioca"** (E-07/001/383/2014). Proponente: INEA/DIBAP. Valor estimado: R$ 3.399.801,54 (três milhões, trezentos e noventa e nove mil, oitocentos e um reais e cinquenta e quatro centavos). Este projeto tem como objetivo a execução de obras civis destinadas à implantação de infraestrutura das trilhas e atrativos do Parque Estadual da Pedra Branca e da Trilha Transcarioca. Serão implantadas e sinalizadas 10 (dez) trilhas e atrativos, dentre estas, uma com estruturas que atenderá portadores de deficiência física e mobilidade reduzida, no Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) – de forma que as atividades de administração, fiscalização e uso público sejam efetivamente desenvolvidas no âmbito de suas atribuições. Entre os atrativos contemplados no Parque Estadual da Pedra Branca destaca-se a Trilha Transcarioca, uma trilha de longo percurso que cruzará o Rio de Janeiro por um percurso de aproximadamente 180 km, saindo da Barra de Guaratiba até o Pão de Açúcar. Beto Mesquita (rede de ONG´s) pediu a palavra para ressaltar que este é um projeto prioritário para o Mosaico Carioca, que já vem sendo implantado pelas diversas UC´s do mesmo, e que a implementação do trecho no PEPB dará grande impulso ao mesmo. Posto em votação foi **APROVADO**, por unanimidade, conforme Art. 11, I, do Regimento Interno. Foi estabelecida como fonte orçamentária a compensação ambiental do empreendimento Corredor Transolímpico, sob responsabilidade da PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, pactuado por meio do TCCA nº 01/2013. **V – ALTERAÇÃO DE ESPECIFICAÇÃO: V.1)** Foi **APROVADA** a alteração da especificação de uma das embarcações a ser adquirida pelo projeto "**Aquisição de Embarcação para Deslocamento Marítimo e Lagunar do Parque Estadual da Serra da Tiririca, Reserva Extrativista Marinha Itaipu e Reserva Ecológica da Juatinga**" (E-07/001.835/2013), substituindo por um tipo de embarcação mais adequado às condições marítimas da região de Paraty para atender a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, a qual consiste em um modelo

ORIGINAL ASSINADO

67

cabinado de maior porte. **V.2)** Foi **APROVADA** a alteração da especificação técnica do veículo a ser adquirido pelo projeto "**Implementação e Fortalecimento APA Preguiça-de-Coleira**" (E-07/001.370/2013), substituindo uma pick-up 4x4 cabine dupla por um veículo utilitário esportivo (SUV) 4x4 flex, com capacidade para 5 passageiros, potência e capacidade para o circuito "off road", consumo de combustível aceitável (com média de consumo superior a 9,0 km/l, na gasolina) e com boa capacidade de carga (porta mala com capacidade superior a 390 l). **VI - ENCERRAMENTO**: Em seguida, agendei a próxima reunião da CCA para o dia 03 de setembro, às 14hs, agradeci a participação de todos e dei por encerrada a reunião. Eu, Rafael Ferreira, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por todos os representantes da Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro presentes nesta data. Rio de Janeiro, trinta de julho de dois mil e quatorze.....

ADO

RAFAEL FERREIRA
Secretário-Executivo da CCA

GUIDO GELLI
INEA / DIBAP

MARCELA DE BIASI
INEA/DILAM

LUIZ FELIPEDE SOUZA
ICMBio

PEDRO COUTO
FIRJAN

SERGIO BONECKER
UFRJ

JANETE ABRAHÃO
AEMERJ

CARLOS ALBERTO MESQUITA
Rede de ONGs

ORIG

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Câmara de Compensação Ambiental
Ata da 73ª Reunião Ordinária – 82ª Deliberação
30 de maio de 2019

Às quinze horas e trinta minutos do dia trinta de maio de dois mil e dezenove, na sala de reunião do 5° andar da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), sito à Av. Venezuela, nº 110, na capital do Estado, sob a presidência da Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, **Ana Lucia Santoro** e do Subsecretário Executivo, Sr. **José Mauro de Farias Junior**, reuniu-se em caráter ordinário a Câmara de Compensação Ambiental, de agora em diante denominada CCA, na forma instituída pela Resolução SEA nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA nº 101, de 04 de maio de 2009, modificada pela Resolução SEA Nº377, de 23 de dezembro de 2013, modificada pela Resolução SEA nº456, de 30 de março de 2015, modificada pela Resolução SEA nº 518, de 02 de junho de 2016, modificada pela Resolução SEA nº 519, de 02 de junho de 2016, modificada pela Resolução SEA nº 524, de 22 de julho de 2016 e modificada pela Resolução SEAS nº 12, de 08 de maio de 2019, estando presentes os seguintes conselheiros: **Eline Martins** representando a Subsecretaria de Conservação da Biodiversidade e Mudanças do Clima (SEAS/SUBCON); **Fabio Pinho** representando a Superintendência de Combate aos Crimes Ambientais (SEAS/CICCA); **Claudio Barcelos Dutra,** representando o Instituto Estadual do Ambiente (INEA); **Alexandre Cruz** representando a Diretoria de Licenciamento Ambiental do INEA (INEA/DILAM); **Julia Bochner** representando a Diretoria de Biodiversidade de Áreas Protegidas do INEA (INEA/DIBAP); **Jorge Chaves Junior** representando a Diretoria de Recuperação Ambiental (INEA/DIRAM); **Sergio Câmara de Souza** representando a Diretoria de Pós-Licença do INEA (INEA/DIPOS); **Nero Augusto,** representando a Coordenação Regional 8 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio); **Sergio Bonecker**, representando a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); **Pedro Couto** representando a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); **Luiz Antônio da Silva Santos** representando a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA) e **Flavio Villela Ahmed** representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio de Janeiro (OAB/RJ). Os representantes da Rede de ONGs da Mata Atlântica, Associação Comercial do Rio de Janeiro e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro não compareceram à reunião. Participaram também, como convidados: Thais Laque (SEAS/GAB); Fabio Cardoso Pereira e Marcos Gaspar (SEAS/SUBEXEC); Diego Alves, Diego Kouri, Marcio Beranger, Gabriela Campagna, Claudia Almeida, Karina Simini, Monique Rieiro e Kamilla Machado (SEAS/SUPFIP); Mariana Iguatemy, Renata Lopes, Telmo Borges e Roberta Brasileiro (SEAS/SUBCON); Thabata Paz, Celina Oliveira e Milena Alves da Silva (INEA/DIBAPE); João Vicente de Mattos (INEA/DIRAM); Edson Magalhães Araujo (INEA/DILAM); Fernando Holanda (INEA/DIGGES); Helio Vanderlei Coelho (ANAMMA); Marcus Lima (OAB); Andre Dantas e Eurico P. Bernardes (Prefeitura de Paty de Alferes); Thiago Gonçalves Pereira (Prefeitura de São Gonçalo); André Luís Marques e Arcenio Jubim Jr. (Prefeitura de Santo Antônio de Pádua); Denise Rambaldi (Prefeitura de Casimiro de Abreu); Valeria Ferro, Daniela Albuquerque e Roberta Guimarães (IDG); **I – APRESENTAÇÃO DA NOVA GESTÃO:** A secretária Ana Lucia saudou a todos os presentes, falou da importância da primeira reunião da CCA na nova gestão e de estar presidindo essa reunião e essa Câmara tão importante para os desafios ambientais do Estado. Essa é uma reunião importante de apresentação do que se propõe a nova gestão. Foi preciso um tempo para que houvesse um diagnóstico profundo do que já havia sido aprovado, visando a qualidade dos gastos e a sustentabilidade do Fundo como um todo. Foi feito todo esse diagnóstico pela Subsecretaria Executiva coordenada pelo Mauro para que hoje se pudesse mostrar o que foi encontrado e o que se pensa com relação a esse Fundo. Disse que queria que essa reunião de hoje fosse uma reunião emblemática. A Secretaria está com algumas pautas prioritárias, como por exemplo, a restauração florestal que terá agora, com a nova gestão, um avanço significativo. Isso vem a ser um legado pessoal da Secretária e se pretende discutir aqui tendo a visão dos conselheiros para aprovarem projetos e efetivamente avançar com

a pauta do reflorestamento no Estado. A restauração é uma pauta transversal a todos os desafios ambientais do Estado e por isso é prioritária. Se pretende trazer esse avanço para a CCA e estreitar a conversa com os municípios que são quem conhecem os desafios locais. Se tem buscado uma parceria muito estreita, através da ANAMMA, com os Secretários Municipais de Meio Ambiente. Diante disso, o Subsecretário Mauro apresentou um pouco dos números do FMA e a preocupação com a sustentabilidade do mesmo, que é tão importante para promover esses avanços, otimizar e acelerar as intenções com relação aos desafios ambientais do Estado. Ele abriu a sessão se colocando inteiramente à disposição de todos e solicitou que os conselheiros se apresentassem. Após a apresentação dos conselheiros, Mauro colocou que esperava conseguir passar a percepção que se tem do mecanismo, o que pode ser melhorado, aquilo que pode ser aperfeiçoado e o que se pode dialogar com a sociedade civil aqui representada pelos senhores conselheiros presentes. **II – APROVAÇÃO DA ATA**: Foi aprovada a ata da 72ª Reunião Ordinária da CCA, sendo assinada pelos Conselheiros presentes na última reunião. Pedro Couto comentou que a ata da última reunião está bem resumida não espelhando com fidelidade o que realmente aconteceu. Foi uma apresentação ampla de todo o trabalho da última gestão e gostaria, a título de registro, parabenizar a gestão anterior pela apresentação que foi feita no Museu do Amanhã. Espera que a partir de agora, tenhamos este mesmo resultado. **III – ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO FMA**: o Subsecretário Mauro iniciou dizendo que foi encontrado um cenário que deve ter sido exposto na última reunião do ano passado, de muitas coisas empreendidas e muitos ganhos ambientais na gestão anterior. Foi feito um estudo mais aprofundado caso a caso, projeto a projeto, conversando com praticamente todos os proponentes. Fez-se questão de se aproximar dos proponentes até para respeitar o caráter democrático da decisão da Câmara. A pauta do reflorestamento, tamanha sua importância, foi trazida para dentro da CCA. Foram feitas algumas alterações na composição da CCA acreditando ter sido dada uma paridade, uma multidisciplinaridade para a Câmara. Após a deliberação de aprovação na CCA, o projeto é encaixado numa das carteiras que existe no mecanismo, que opera os recursos oriundos da compensação ambiental e são destinados à gestão dos projetos pelos gestores operacionais ficando a parte da gestão financeira por conta do Bradesco. A nova gestão da SEAS encontrou dois gestores operacionais contratados; e sendo assim, elaborou uma análise crítica do volume que era empreitado junto a esses gestores operacionais, bem como o ressarcimento mensal que, em tese, seria a maneira de como remunerar essas instituições. Mauro apontou que após conversa da SEAS com os dois gestores operacionais, o Funbio declarou que entendeu que seria o momento oportuno, até em função da nova gestão sobre esses recursos, de interromper esse ciclo que tinha com a SEAS de forma amigável. Hoje está se passando por uma fase de migração, de transição dos projetos que estavam no Funbio para o outro gestor operacional que é o IDG. Ainda se tem a relação contratual através do Acordo com o Funbio, mas em breve vai estar se encerrando. Foi sinalizado que há pautas principalmente na área de restauração florestal, que vão trazer um volume atípico de recursos para a carteira de restauração e talvez, se tenha que qualificar um outro gestor operacional especializado em determinado tema. **III – CENÁRIO FINANCEIRO DO FMA:** o Subsecretário Mauro apresentou o slide relacionado ao cenário inicial dos projetos onde se tem 27 projetos aprovados e não enviados aos gestores operacionais; 55 projetos aprovados, enviados aos gestores operacionais e em execução; 17 projetos aprovados, enviados aos gestores operacionais e não iniciados e 08 projetos ainda em revisão e não submetidos à CCA. No slide de dados e estimativas 2019, foi apresentado o saldo dos instrumentos por conta: compensação ambiental, regularização fundiária, instrumento fiduciário, restauração florestal, instrumento TAC, compensação ambiental federal e outras fontes, perfazendo um total de R$ 241.195.387 milhões. Os ressarcimentos previstos anteriormente montariam um valor de 6 milhões e quatrocentos mil. Após conversa com o Funbio e o próprio IDG se pode observar que o ressarcimento vem caindo mês a mês. Conseguiu-se dar

uma racionalidade a como esse dinheiro de ressarcimento era empregado dentro dos gestores operacionais. Estima-se que se terá um decréscimo desse valor de praticamente 50% gerando uma economia. Acredita-se que o Estado deva retomar um ambiente de confiabilidade, que o empreendedor voltará a empreender e com isso se tenha um aumento na celebração de TCCAs. **IV– STATUS DOS PROJETOS APROVADOS E PROPOSTAS DE ADEQUAÇÃO:** o Subsecretário Mauro explicou que a equipe se preparou para esse dia porque a decisão da Câmara é soberana para esse momento. Tomou-se como medida imediata a suspensão de 13 projetos, totalizando R$ 26 milhões, que haviam sido aprovados e não haviam sido enviados ao gestor operacional. Vai ser preciso readequar, conversar com o proponente, para que seja uma coisa factível e que se adapte bem ao plano de recuperação da saúde financeira do Fundo. Foi apresentado o cancelamento de 13 projetos, totalizando R$ 14 milhões, que haviam sido deliberados, aprovados e por desinteresse do proponente não foram levados adiante. O marco temporal divisor para essa ação foi 31 de dezembro de 2017. Pedro Couto colocou que, como esses projetos foram aprovados na Câmara, seria interessante trazê-los para se tomar conhecimento de quais são e porque ficaram parados. A mesma analogia foi feita com os projetos que já estavam com os gestores em execução e aqueles aprovados que tinham sido enviados aos gestores operacionais e não iniciados. Foi realizada a suspensão de 16 projetos, totalizando R$ 46 milhões; o cancelamento de 22 projetos, totalizando R$ 53 milhões; a execução de 31 projetos, totalizando R$ 133 milhões e a redução de 03 projetos, totalizando R$ 7 milhões. Nesse grupo de suspensão tem diversos projetos da DIBAPE e do próprio INEA. Outra medida proposta foi revogar os efeitos do art. 3º, da Deliberação CCA nº 26/2010, que destinou o limite de 15% (quinze por cento) do total das compensações ambientais para utilização por Municípios e RPPNs. Foi sinalizado que essa vinculação nesse momento talvez pudesse ser contraproducente. Pedro Couto salientou que tem que se ter um certo cuidado com relação a isso. As vezes a vinculação teve um objetivo de evitar uma desvinculação futura ou evitar um problema futuro. José Mauro argumentou que entendia a preocupação do Pedro e poderia refletir a respeito, sensibilizados com o cenário financeiro, buscando fazer a coisa com mais parcimônia, mais calma e tomar essa decisão mais à frente. Talvez em vez de revogar, que é um ato que vai trazer efeitos imediatos, se poderia suspender a validade desse ato durante algum tempo. Só não gostaria de fazer nada contrário a decisão tomada pelo colegiado. Ponderou-se que hoje o Estado tem uma enxurrada de ações que arrestam dinheiro, ações civis públicas em diversas áreas, justamente por não poder fugir da desvinculação legal. Isso lhe traz um conforto administrativo e jurídico inclusive. Decidiu-se então pela suspensão. Flavio Ahmed se manifestou dizendo que gostaria de louvar a iniciativa. Acha muito nobre a posição tomada em relação a projetos que foram aprovados e não iniciaram a execução durante 1 ano. Pedro lembrou que 90% dos projetos apresentados aqui são do próprio Estado e 10% dos municípios. Mauro informou que o próprio Estado fez uma revisão e o proponente está fazendo uma redução. Não vê nenhum problema desde que os conselheiros tivessem ciência de quais foram as reduções. A sua sugestão é que esses projetos fossem mandados por e-mail para que todos tomassem ciência, fossem relacionados os projetos suspensos e votariam aqui de forma coletiva para todos os projetos. Nero Augusto se manifestou achando que os projetos que estão parados poderiam sim ser cancelados por não haver interesse do proponente. Deve-se lembrar também, que as vezes há falha com relação ao encaminhamento de alguns projetos. Mauro esclareceu que todos aqueles projetos em que houve pendência da subsecretaria, não estão cancelados, mas no máximo suspensos. Afirmou ainda, que a gestão de hoje, sem nenhuma crítica às gestões anteriores, tem o compromisso com a celeridade. Foi feita uma projeção, idealizando alguns cenários sem antes conversar com nenhum proponente, para se entender até aonde o mecanismo sobreviveria. Constatou-se que, na melhor das hipóteses, em 2023 o Fundo acabaria. O cancelamento, segundo Mauro, já é unanimidade. O que se está conversando é a suspensão. A

suspensão é uma garantia da decisão da câmara. Nada mais legitimo do que conversar com o proponente e isso será registrado com uma carta de anuência do proponente para que se tenha documentado que o proponente foi ouvido e concordou com essa redução. Sergio Bonecker colocou que no seu entendimento, vai ser respeitado aquilo que foi aprovado pela Câmara e que os projetos que serão executados serão decididos com os proponentes. Pedro salientou que o papel da Câmara não é discutir a qualidade do projeto nem a prioridade do processo dentro da política pública estabelecida pelo Estado. Tem que se avaliar se o projeto está dentro dos critérios técnicos, dentro dos parâmetros legais e encaixado dentro do plano estratégico que foi definido. Inclusive foi apresentado aqui na Câmara, um plano estratégico por solicitação dos conselheiros. Mauro informou que um dos enfrentamentos que se teve com os gestores operacionais foi o caso de um projeto aprovado de 2 milhões, que no momento do processo de contratação no gestor operacional, o processo caiu para 1 milhão e duzentos mil. Se o projeto fosse de execução de 2 anos, esse saldo de 800 mil ficaria bloqueado. Os gestores operacionais entendiam que esse saldo ficava bloqueado e não poderia ser utilizado. Explicou-se ao gestor que não faz sentido ter essa reserva de contingência e que se deveria liberar o recurso para ser destinado a outra empreitada. Hélio Vanderlei disse que o Estado fez o dever de casa efetivamente. Mas existe uma lista de municípios com projetos aprovados, projetos em andamento, e seria importante que os municípios fizessem também o dever de casa. Mauro explicou que já está sendo feito contato com as prefeituras municipais cujos projetos tinham o valor que impactava no fluxo, para negociação. Eles se encontram na categoria de suspensos. Como exemplo, o município de Carmo. O prefeito esteve aqui e já aceitou uma redução do projeto. Ficou sensibilizado e entendeu que o projeto dele vai custar 30% do valor que havia sido aprovado aqui. Essa decisão será comunicada à CCA. Nero colocou que, quando o Mauro deu exemplo de um projeto de uma casa aprovada de 3 quartos e o proponente disse que 1 quarto estaria bom, o projeto teria que voltar à Câmara, uma vez que os conselheiros aprovaram 3 quartos. Mauro esclareceu que a finalidade e a pertinência temática são as mesmas. Não se está trocando uma casa por um carro. Isso não vai ser aceito. Se ele distorcer o projeto, se irá propor aos senhores que se cancele e que ele apresente um novo projeto de tamanho menor. Luiz Antônio Santos solicitou que num momento futuro a questão dos municípios fosse vista com mais atenção e que se definisse as prioridades. Mauro esclareceu que uma das pautas da Secretária é o apoio aos municípios. Propôs então votarem a aprovação dos cancelamentos, reduções e supressões dos projetos, sendo aprovado por unanimidade. Pedro reforçou que todos esses projetos fossem encaminhados por e-mail aos conselheiros. Colocou em votação para que os projetos que foram colocados na categoria suspensão, assim que fossem revisados pelos proponentes, fossem retomados com parcial ou total execução, com comunicação à CCA na reunião subsequente. Foi aprovado por unanimidade. Colocou em votação a suspensão dos efeitos do art. 3º, da Deliberação CCA nº 26/2010 que vinculou a destinação de 15% do recurso de compensação ambiental para utilização por municípios e RPPN, para avaliação em tempo futuro, em face do cenário financeiro do mecanismo. Foi aprovado por unanimidade. Mauro informou que novos projetos serão apreciados, não necessariamente serão aprovados. Julia Bochner complementou que a DIBAPE tem trabalhado também na questão dos patrocínios. Hoje já estão elaborando uma minuta de Resolução, de regulamentação para fomentar a questão do patrocínio que entraria num dos instrumentos do FMA. Esse instrumento seria o Outras Fontes. Claudio Dutra informou que existe um mecanismo dentro do FMA que é o mecanismo da doação e nunca foi utilizado. Um trabalho está sendo feito para se fazer algum tipo de divulgação, implementação disso junto a alguns empreendedores, que além da obrigatoriedade que eles teriam dos seus empreendimentos, também pudessem fazer doações de maneira voluntária. Mauro aproveitou para colocar que hoje já se iniciou conversa com o IDG, para fazer uma interlocução junto ao BID para tentar conseguir recursos do BID para entrar em paridade com os recursos do Fundo em projetos

de conservação. Pedro colocou que, olhando a Resolução nº 12/19, viu que existem algumas questões como por exemplo, a aprovação do Regimento Interno da Câmara. A Câmara já tem seu regimento e precisará ser aprovado um novo Regimento. Acha que já se poderia marcar uma reunião extraordinária para se ter um esqueleto e se começar a discutir. Mauro esclareceu que a ideia era que fosse discutido previamente um esqueleto do regimento por e-mail, com diversas colocações e que fosse submetido a assessoria jurídica da SEAS também. Quando se chegasse a um consenso, e se houvesse divergência se traria para votação. Se não houvesse divergência seria aprovado por unanimidade. Outro assunto levantado pelo Pedro, ainda em relação à Resolução nº 12/19, foi sobre o parágrafo 1º, do artigo 2º, que repete a ordem de prioridade de investimento do Decreto 4340/2002 e coloca que deve observar a ordem de prioridade dos recursos em conformidade com o Decreto 4340/2002. Acha que é importante deixar claro que essa ordem de prioridade não necessariamente deverá ser preferencialmente cumprida porque senão, só com regularização fundiária, acabaria o dinheiro do Fundo. Outra questão, tanto no parágrafo 3º quanto no parágrafo 4º, do art 3º, é dito que todos os projetos terão como lastro um parecer técnico das áreas correspondentes. Somente 1 projeto foi encaminhado para os conselheiros com o respectivo parecer, que no seu entendimento, não é um parecer que ele esperava. Ele não trata dos aspectos relacionados ao art 17 da Lei 11.428, que é o investimento. Somente foi citado no parecer que o projeto é de relevância ecológica. Espera que os pareceres tenham como fundamento o art 36, da Lei do SNUC ou o art 17, da Lei 11.428/06 e, tendo esses dois elementos, se poderá saber se o projeto é cabível ou não. Esses pareceres são fundamentais. **V - NOVOS PROJETOS: V.1) "Restauração Florestal de 13 Hectares de Mata Atlântica no Núcleo São João Batista e no Núcleo Bela Vista, Ambos Pertencentes à UC PNM da Mata Atlântica".** (E-07/026.1426/19) Proponente: Município de Santo Antônio de Pádua. Valor estimado: R$ 381.848,85 (trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta e cinco centavos). Posto em votação, foi **APROVADO** por unanimidade, conforme Art. 11, I, do Regimento Interno. Eline Martins esclareceu que a carteira de Restauração Florestal, que vem sendo construída desde 2016, nunca foi implementada. Não teve um projeto que tenha passado pela aprovação da Comissão Estadual de Restauração Florestal – CERF, que agora se uniu à CCA. Hoje é a primeira vez que se traz projetos de restauração florestal para serem implementados. Hoje se tem um recurso de 7 milhões na carteira, mas nenhum projeto tinha sido aprovado ainda. Mauro salientou que hoje é um dia histórico porque pela primeira vez o Estado do Rio de Janeiro tem a chance de aprovar o primeiro projeto de restauração florestal. A Secretária enfatizou que é muito importante, mostra um avanço muito grande nessa área, de uma carteira que estava represada e agora se pode finalmente utilizar esse recurso, numa pauta que é tão importante. Foi um trabalho da Subsecretaria da Eline em viabilizar isso, em dar esse suporte aos municípios, construir junto esses processos com todas as restrições relacionadas a utilização dessa carteira para finalmente viabilizar essa implementação. Eline colocou que se utilizará esses recursos para fitofisionomia correta e para a RH correta de acordo com a supressão que foi feita. Julia complementou que todos esses projetos passam por uma análise técnica da SUBCON e recentemente foi lançado o Atlas dos Mananciais de Abastecimento Hídrico do Estado do Rio de Janeiro, onde foi mapeado, baseado em diversos critérios, as áreas consideradas como prioritárias para restauração no Estado, voltadas para a questão do abastecimento hídrico. Todas as áreas que estão sendo trazidas hoje pelos municípios, passaram pelo crivo para saber se estão dentro da área mapeada como prioritária. **V.2) "Restauração Florestal de 05 Hectares de Mata Atlântica na Área de Proteção Ambiental de Palmares"** (E-07/001.402/17). Proponente: Município Paty do Alferes. Valor estimado: R$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais). A Subsecretária Eline explicou que, como a CCA juntou com a CERF, foi utilizado o modelo de CFF e apresentação de projeto da CCA. SEAS e INEA estão discutindo a reformulação de apresentação de projetos de restauração florestal.

Mauro informou que se está em vias de, após longos 3, 4 anos de conversa entre Ministério Público, a Petrobras e o Estado, se deva retomar o licenciamento do COMPERJ. Só aí há a previsão de 350 milhões de reais em restauração florestal. Posto em votação, foi **APROVADO** por unanimidade, conforme Art. 11, I, do Regimento Interno. **V.3) "Restauração da Área de Preservação Permanente do Rio Indaiaçu – 1º Distrito de Casimiro de Abreu" -** (E-07/026.1424/19) Proponente: Município de Casimiro de Abreu. Valor estimado: R$ 437.889,55 (quatrocentos e trinta e sete mil, oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos). Denise Rambaldi fez a apresentação e colocou uma preocupação quanto a suspensão da deliberação que vinculava 15% dos recursos da Câmara para os municípios. Posto em votação, foi **APROVADO** por unanimidade, conforme Art. 11, I, do Regimento Interno. **V.4) "Apoio Técnico à Implantação de Infraestrutura das Unidades de Conservação do Estado do RJ" –** (E-07/026.1418/2019) Proponente: INEA/DIRAM. Valor estimado: R$ 4.588.461,60 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos). Posto em votação, foi **APROVADO** por unanimidade, conforme Art. 11, I, do Regimento Interno. **V.5) "Restauração Florestal de Mata Atlântica nas Áreas de Atuação do Projeto Conexão Mata Atlântica na Região Norte Noroeste do Estado do RJ" –** (E-07/026.1428/2019) Proponente: SEAS/SUBCON. Valor estimado: R$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais). A Secretária colocou que esse projeto, além de ser o primeiro, foi um desafio para essa gestão que tinha que viabilizar o orçamento represado da restauração florestal. Parabenizou toda a equipe da Subsecretária Eline pelo esforço. Pedro perguntou porque um projeto tão importante ser só de 5 hectares. Aline respondeu que é um projeto piloto e que o recurso só dava para fazer 5 hectares. Posto em votação, foi **APROVADO** por unanimidade, conforme Art. 11, I, do Regimento Interno. **V.6) "Olho no Verde - Monitoramento e Detecção de Mudança de Cobertura Florestal – 4ª Fase" -** E-07/026.1457/2019 Proponente: SEAS/SUBCON. Valor estimado: R$ 1.712.644,88 (um milhão, setecentos e doze mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos). Posto em votação, foi **APROVADO** por unanimidade, conforme Art. 11, I, do Regimento Interno. **SOLICITAÇÃO DE ADITIVOS: VI.1)** Foi aprovado a solicitação de aditivo de valor e de prazo proposto pela SEAS/SUBCON, ao Projeto **"Olho no Verde" – Monitoramento e Detecção de Mudança de Cobertura Florestal – 3ª Fase"**, (E-07/001.384/17), no valor de R$ 890.039,00 (oitocentos e noventa mil e trinta e nove reais) e prazo de 06 meses. Mauro explicou que a estratégia seria aprovar o aditivo de 06 meses para gerar um conforto e já deixar previamente aprovado o orçamento para 1 ano após esses 06 meses. Todavia seria um compromisso da Secretaria fazer um esforço para contemplar esse projeto em outra fonte orçamentária para não precisar contratar dentro do mecanismo. **VI.2)** - Foi aprovado a solicitação de aditivo de valor e de prazo, proposto pelo **INEA**/DIRAM, ao Projeto "**Apoio Técnico à Implantação de Infraestrutura das Unidades de Conservação do Estado do RJ – Fase 3**" (E-07/001.416/16), no valor de R$ 1.529.487,20 (um milhão, quinhentos e vinte e nove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte centavos) e prazo de 04 meses. **VII - ENCERRAMENTO**: Agradeci a equipe da SUPFIP e da SUBEXE, bem como a participação de todos e dei por encerrada a reunião. Eu, José Mauro de Farias Jr, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por todos os representantes da Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro presentes nesta data. Rio de Janeiro, 30 de maio de dois mil e dezenove.

ANA LUCIA SANTORO SEAS	**MAURO FARIAS** SEAS/SUBEXEC	**SERGIO BONECKER** UFRJ
JULIA BOCHNER INEA/ DIBAPE	**CLAUDIO DUTRA** INEA	**NERO AUGUSTO** ICMBio
JORGE CHAVES INEA/DIRAM	**PEDRO COUTO** FIRJAN	**SERGIO CÂMARA** INEA/DIPOS
FABIO PINHO CICCA	**FLAVIO AHMED** OAB	**DOUGLAS NASCIMENTO** INEA/DILAM
ELINE MARTINS SEAS/SUBCON	**LUIZ ANTONIO SANTOS** ANAMMA	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO CCA Nº 05 **DE 20 DE FEVEREIRO DE 2008**

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, e conforme decisão na 10ª Reunião, realizada em caráter ordinário, em 20 de fevereiro de 2008.

DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar o projeto abaixo discriminado, com apoio financeiro das medidas compensatórias, decorrentes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previstas pelo art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

PROJETO	VALOR (R$)
Projeto para Provisionamento de Fundos para Regularização Fundiária das Unidades de Conservação de Projeto Integral Estaduais	R$ 5.000.000,00

Art. 2º - Altera a fonte de financiamento do Projeto de Implementação de Guaritas e Pórtico para o Parque Estadual dos Três Picos, de Guascor (atual AES Rio PCH Ltda.)

Art. 3º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2008.

CARLOS MINC
Presidente

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO CCA Nº 33/2011 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº 101, de 04 de maio de 2009 e conforme decisão na 35ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de setembro de 2011.

DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar os projetos abaixo discriminados, com apoio financeiro da compensação ambiental decorrente do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previstas pelo art. 36 da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
Plano de Manejo do Monumento Natural da Pedra do Colégio (E-07/000.539/11)	Prefeitura de Cachoeiras de Macacu	R$ 213.550,00	Acesso Rodoviário ao COMPERJ (E-07/502.034/2011) TCCA nº01/2011
Projeto Executivo para Implantação do Núcleo Babilônia no Parque Estadual do Desengano (E-07/000.576/11)	INEA	R$ 340.000,00	Pátio Logístico e Operações Portuárias no Porto do Açu (E-07/505.928/2009) TCCA nº12/2009
Projetos executivos para trilhas e atrativos dos parques da copa 2014 (E-07/000.573/11)	INEA	R$ 601.219,98	COMPERJ – infra-estrutura de urbanização (E-07/204.068/2006) TCCA nº07/2008
Ações prioritárias para implantação do Parque Estadual da Costa do Sol (E-07/000.575/11)	INEA	R$ 1.696.575,00	COMPERJ – infra-estrutura de urbanização (E-07/204.068/2006) TCCA nº07/2008
Implantação de rede de comunicação operacional via radio nas UCs (E-07/000.574/11)	INEA	R$ 1.080.028,80	Porto do Açu (E-07/200.239/2007) TCCA nº01/2009
Gerenciamento de projetos e obras em UCs estaduais de proteção integral (E-07/000.665/11)	INEA	R$ 1.500.000,00	Pátio Logístico e Operações Portuárias no Porto do Açu (E-07/505.928/2009) TCCA nº12/2009

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art. 2º - Retificar o Art. 1º da Deliberação CCA nº 29/2011 para corrigir a numeração atribuída ao TCCA por meio do qual foi pactuada a compensação ambiental do COMPERJ (E-07/500.056/2009), passando de TCCA nº02/2010 para TCCA nº03/2010.

Art. 3º - Aprovar a revisão orçamentária do projeto **"Implantação do Plano de Manejo do Parque Municipal de Nova Iguaçú"** (E-07/000.128/08), passando a ter teto orçamentário total de R$ 1.628.773,35 (um milhão, seiscentos e vinte e oito mil, setecentos e setenta e três reais e trinta e cinco centavos), a ser financiado pela compensação ambiental do empreendimento Companhia Siderúrgica do Atlântico, sob responsabilidade da empresa THYSSENKRUPP CSA COMPANHIA SIDERÚRGICA, pactuada por meio do TCCA nº11/2007.

Art. 4º - Aprovar a revisão orçamentária do projeto **"Obras civis para implantação da sede da Estação Ecológica Estadual da Guaxindiba"** (E-07/000.601/10), passando a ter teto orçamentário total de R$ 2.897.426,01 (dois milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e vinte e seis reais e um centavo), a ser financiado pela compensação ambiental do empreendimento "Pátio Logístico e Operações Portuárias no Porto do Açu" (E-07/ 505.928/09), pactuada por meio do TCCA nº12/2009, sob responsabilidade da empresa LLX Açu Operações Portuárias S.A.

Art. 5º - Aprovar a destinação de R$7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais) da compensação ambiental do empreendimento "TAIC, TAIR e dutos GLP" (E-07/200.199/2007), pactuada por meio do TCCA nº16/2008, sob responsabilidade da PETROBRÁS, para o projeto **"Regularização Fundiária do Parque Natural Municipal de Grumari"** (E-07/000.088/11), apresentado pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Parágrafo Único – O saldo remanescente dos valores previstos no TCCA nº16/2008, incluindo multas e juros, será depositado no Instrumento Financeiro Fiduciário do FMA.

Art. 6º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ORIGINAL ASSINADO

Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2011

CARLOS MINC
Presidente

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO CCA Nº 34/2011 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº 101, de 04 de maio de 2009 e conforme decisão na 36ª Reunião Ordinária, realizada em 02 de dezembro de 2011.

DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar os projetos abaixo discriminados, com apoio financeiro da compensação ambiental decorrente do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previstas pelo art. 36 da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

ORIGINAL ASSINADO

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
Estruturação do Parque Natural Municipal do Curió: 1º etapa – projetos executivos (E-07/000.354/2010)	Prefeitura de Paracambi	R$135.000,00	Berço de Atracação e Carregadeira – Vale do Rio Doce (E-07/202.751/2007) TCCA nº27/2008
Implantação e Fortalecimento do Refúgio da Vida Silvestre da Ventania (E-07/000.726/11)	Prefeitura de Miracema	R$497.508,00	Pátio Logístico e Operações Portuárias no Porto do Açu (E-07/505.928/2009) TCCA nº12/2009
Fortalecimento e Implementação da Gestão do Uso Público para Incremento da Visitação nos Parques Estaduais do ERJ (E-07/000.714/11)	INEA	R$ 4.375.600,00	GASDUC III e Estação de Compressão de Campos Elíseos (E-07/200.186/2007) TCCA nº12/2008
Elaboração do Primeiro Censo da Mata Atlântica do ERJ como Subsídio à Criação, Avaliação e Monitoramento das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro (E-07/000.707/11)	SEA	R$2.800.000,00	Porto do Açu (E-07/200.239/2007) TCCA nº01/2009
Programa Estadual de Controle, Monitoramento e/ou Erradicação de Espécies Exóticas Invasoras em	SEA/INEA	R$175.000,00	Porto do Açu (E-07/200.239/2007) TCCA nº01/2009

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Unidades de Conservação (E-07/000.709/11)			
Estruturação da Fiscalização, Combate aos Crimes Ambientais e Incêndios nas UCs do ERJ (E-07/000.720/11)	SEA	R$771.210,00	COMPERJ – Unidade Petroquímica Básica (E-07/500.056/2009) TCCA nº03/2010

Art. 2º – Aprovar o aporte adicional de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ao projeto **Provisionamento de Fundos para Regularização Fundiária** de UCs de Proteção Integral Estaduais (E-07/000.161/08) contemplando todas as UCs de proteção integral sob gestão do INEA, com recursos da compensação ambiental do empreendimento "Unidade de Construção Naval do Açu", sob responsabilidade da empresa OSX Construção Naval S.A., pactuada por meio do TCCA nº05/2011 (E-07/503.375/2011).

Art. 3º - Aprovar a destinação do saldo remanescente da compensação ambiental do empreendimento "Porto do Açu", sob responsabilidade das empresas Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. e LLX Minas-Rio Logística Comercial, pactuado por meio do TCCA nº01/2009 (E-07/200.239/2007), para o Instrumento Financeiro Fiduciário do FMA.

Art. 4º - Retificar o Art. 1º da Deliberação CCA nº 33/2011 para corrigir a fonte de financiamento dos projetos **"Projetos executivos para trilhas e atrativos dos parques da copa 2014"** (E-07/000.573/11) e **"Ações prioritárias para implantação do Parque Estadual da Costa do Sol"** (E-07/000.575/11), passando do TCCA nº07/2008 para o TCCA nº03/2010, sob responsabilidade da empresa Petrobrás, referente ao licenciamento do empreendimento "COMPERJ – Unidade Petroquímica Básica" (E-07/500.056/2009).

Art. 5º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ORIGINAL ASSINADO

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2011

CARLOS MINC
Presidente

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO CCA Nº 44/2014 **DE 02 DE JANEIRO DE 2014**

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº 101, de 04 de maio de 2009 e conforme decisão na 46ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de dezembro de 2013;

DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar os projetos abaixo discriminados, com apoio financeiro da compensação ambiental decorrente do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previstas pelo art. 36 da Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Federal Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
"Aquisição de Embarcação para Deslocamento Marítimo e Lagunar do Parque Estadual da Serra da Tiririca, Reserva Extrativista Marinha de Itaipu e Reserva Ecológica da Juatinga" (E-07/001/835/2013)	INEA/DIBAP	R$ 606.320,00	LINHA DE TRANFERÊNCIA - TRANSPETRO (TCCA 10/2011)
"Consolidação da Gestão do Uso Público nas Unidades de Conservação Estaduais do Estado do Rio de Janeiro" (E-07/001/834/2013)	INEA/DIBAP	R$ 3.482.080,00	UNIDADE PETROQUÍMICA - COMPERJ (TCCA 03/2010)
"Fortalecimento das Ações de Educação Ambiental em Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro" (E-07/001/833/2013)	INEA/DIBAP	R$ 3.590.100,00	UNIDADE PETROQUÍMICA - COMPERJ (TCCA 03/2010)
"Ação Prioritária para a Melhoria de Gestão da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macacu – Aquisição de Veículo" (E-07/001/839/2013)	INEA/DIBAP	R$ 150.683,00	INFRAESTRUTURA - COMPERJ (TCCA 08/2012)
"Ação Prioritária para a Melhoria de Gestão da Área de Proteção Ambiental do Alto	INEA/DIBAP	R$ 150.683,00	CORREDOR TRANSOLÍMPICO

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Iguaçu – Aquisição de Veículo" (E-07/001/838/2013)			(TCCA 01/2013)
"Melhoria da Estrutura de Uso Público do Parque Nacional do Itatiaia" (E-07/001/828/2013)	ICMBio	R$ 343.051,50	AÇOS LONGOS - CSN (TCCA 15/2012)

Art. 2º – Aprovar o encerramento do projeto **"Infraestrutura EEE Paraíso"** (E-07/000/035/2010).

Art. 3º – Aprovar o encerramento do projeto **"Cercamento e Sinalização RBG"** (E-07/000/234/2010).

Art. 4º – Aprovar aporte adicional de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ao projeto **Provisionamento de Fundos para Regularização Fundiária** de UCs de Proteção Integral Estaduais (E-07/000/161/08) contemplando todas as UCs de Proteção Integral sob gestão do INEA, com recursos da compensação ambiental do empreendimento "Unidade Petroquímica - COMPERJ", sob responsabilidade da empresa Petrobrás S.A., pactuada por meio do TCCA nº 03/2010.

Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 2014.

CARLOS MINC
Presidente

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO CCA Nº 51/2014 **DE 11 DE SETEMBRO DE 2014**

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº 101, de 04 de maio de 2009 e conforme decisão na 52ª Reunião Ordinária, realizada em 03 de setembro de 2014;

DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar o projeto abaixo discriminado, com apoio financeiro da compensação ambiental decorrente do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previsto pelo art. 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
"Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro: Análises e Estratégias para Conservação da Flora Endêmica Ameaçada" (E-07/001.428/2014)	SEA/SBF	R$ 1.997.489,00	COMPERJ (TCCA 03/2010)

Art. 2º – Aprovar, de acordo com o Convênio SEA 03/2009, o reembolso dos custos operacionais do Convenente no valor de R$227.837,69 (duzentos e vinte e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais e sessenta e nove centavos) relativos aos meses de maio e junho de 2014, a ser debitado das seguintes contas:

a) COMPERJ - UPB (TCCA 03/2010): R$86.499,57 (oitenta e seis mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos);
b) PORTO DO AÇU - LLX (TCCA 12/2009): R$55.573,02 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e setenta e três reais e dois centavos);
c) UTE BAIXADA (TCCA 11/2011): R$32.720,99 (trinta e dois mil, setecentos e vinte reais e noventa e nove centavos);
d) OSX (TCCA 05/2011): R$14.379,17 (quatorze mil, trezentos e setenta e nove reais e dezessete centavos);
e) INFRAESTRUTURA URBANIZAÇÃO COMPERJ (TCCA 08/2012): R$11.612,77 (onze mil, seiscentos e doze reais e setenta e sete centavos);

ORIGINAL ASSINADO

f) TRANSOLÍMPICA (TCCA 01/2013): R$11.612,77 (onze mil, seiscentos e doze reais e setenta e sete centavos);
g) VIA PRINCIPAL - COMPERJ (TCCA 01/2011): R$8.235,10 (oito mil, duzentos e trinta e cinco reais e dez centavos);
h) GROTA FUNDA (TCCA 08/2010): R$5.847,66 (cinco mil, oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos);
i) TERMINAL MARÍTIMO DA ILHA GUAÍBA (TCCA 12/2012): R$1.140,70 (um mil, cento e quarenta reais e setenta centavos);
j) GASDUC III (TCCA 12/2008); R$140,84 (cento e quarenta reais e oitenta e quatro centavos);
k) CSA (TCCA 11/2007) R$57,77 (cinquenta e sete reais e setenta e sete centavos);
l) GASJAP (TCCA 13/2007) R$17,33 (dezessete reais e trinta e três centavos)

Art. 3º – Aprovar o encerramento do projeto **"Realização de Levantamento Topográfico e Obras para Regularização do Uso Público Religioso de Áreas Estratégicas do Parque Nacional da Tijuca"** (E-07/000.363/12), com saldo remanescente de R$ 92.773,14 (noventa e dois mil, setecentos e setenta e três reais e quatorze centavos).

Art. 4º – Aprovar o encerramento do projeto **"Plano de Manejo Monumento Natural Municipal Pedra do Colégio"** (E-07/000.539/11), com saldo remanescente no valor de R$10.011,70 (dez mil, onze reais e setenta centavos).

Art. 5º – Aprovar o encerramento do projeto **"Estruturação de Instrumentos de Gestão para o Parque Natural Municipal da Prainha e Parque Natural Municipal de Grumari, através da Elaboração dos Planos de Manejo"** (E-07/000.370/10).

Art. 6º – Aprovar o encerramento do projeto **"Estruturação de Instrumentos de Gestão para o Parque Natural Municipal do Mendanha através da Elaboração do Plano de Manejo"** (E-07/000.344/10).

Art. 7º – Aprovar o encerramento do projeto **"Estruturação de Instrumentos de Gestão para o Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca através da Elaboração do Plano de Manejo"** (E-07/000.369/10).

Art. 8º - Aprovar a retificação do valor do projeto **"Aquisição de Mobiliários, Equipamentos, Utensílios e Veículos para a Sede do Parque Estadual Cunhambebe"**, passando o valor de R$ 565.578,31 (quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e setenta e oito reais e trinta e um centavos) para R$ 573.201,31 (quinhentos e setenta e três mil, duzentos e um reais e trinta e um centavos).

Art. 9º - aprovar o cancelamento do projeto **"Elaboração de SIG e Plano de Manejo da APA da Bacia do Rio Macacu"** (E-07/001.297/2014).

Art. 10º - Autorizar aditivo de 12 (doze) meses no prazo de execução do projeto **"Estruturação do Programa de Unidades de Polícia Ambiental – UPAm, nos Parques Estaduais do Rio de Janeiro"** (E-07/001.578/2013).

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art. 11º – Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11de setembro de 2014.

CARLOS PORTINHO
Presidente

ORIGINAL ASSINADO

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente
Câmara de Compensação Ambiental

DELIBERAÇÃO CCA Nº 58/2015 **DE 10 DE AGOSTO DE 2015.**

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº377, de 23 de dezembro de 2013, modificada pela Resolução SEA nº456, de 30 de março de 2015, e conforme decisão na 58ª Reunião Ordinária, realizada em 05 de agosto de 2015;

DELIBERA:

Art. 1º – Aprovar o projeto abaixo discriminado, com apoio financeiro da compensação ambiental decorrente do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previsto pelo art. 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
"Projeto de Fortalecimento Operacional das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro" (E-07/001.248/2015)	INEA/DIBAP	R$6.746.230,56	UNIDADE PETROQUÍMICA - COMPERJ (TCCA 03/2010)

Art. 2º – Autorizar a Secretaria-Executiva a definir destinação para o saldo residual da compensatória Ampliação REDUC (TCCA 15/07 repactuado pelo TCCA 12/11), atualmente em R$16.048,19.

Art. 3º - Aprovar, de acordo com o Convênio SEA 03/2009, o reembolso dos custos operacionais do Convenente no valor R$201.714,75 (duzentos e um mil, setecentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos) relativos ao mês de maio de 2015, a ser debitado das seguintes contas:

a) COMPERJ (TCCA 03/2010): R$71.420,23 (setenta e um mil, quatrocentos e vinte reais e vinte e três centavos);
b) TECAR (TCCA 15/2012): R$69.855,95 (sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e cinco centavos);
c) PCH PARACAMBI (TCCA 28/2008): R$30.348,28 (trinta mil, trezentos e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos);
d) URB COMPERJ (TCCA 08/2012): R$22.455,43 (vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos);
e) CSA (TCCA 11/2007): R$5.364,02 (cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais e dois centavos);
f) GASJAP (TCCA 13/2007): R$1.142,23 (um mil, centos e quarenta e dois reais e vinte e três centavos);

ORIGINAL ASSINADO

g) PORTO DO AÇU (TCCA 12/2009): R$889,51 (oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e um centavos);
h) OSX (TCCA 05/2011) R$239,10 (duzentos e trinta e nove reais e dez centavos);

Art. 4º – O Projeto **"Unidade de Polícia Ambiental"** (E-07/001.158/2015) passa a ser custeado pelos seguintes TCCAs, distribuído da forma descrita abaixo:

a) AMPLIAÇÃO DA VIA LIGHT LOTE 1 / DER-RJ (TCCA 01/2014): R$189.767,09
b) NOVO JOÁ / Fundação Instituto de Geotécnica (TCCA 02/2014): R$372.520,18
c) CORREDOR TRANSOLÍMPICO/ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (TCCA 01/2013): R$2.195.887,48
d) TRANSOCEÂNICA/ Prefeitura Municipal de Niterói (TCCA 01/2015): R$ 193.225,25

Art. 5º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2015.

ISAURA FREGA
Presidente

ORIGINAL ASSINADO

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente
Câmara de Compensação Ambiental

DELIBERAÇÃO CCA Nº 61/2016 **DE 16 DE MAIO DE 2016.**

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº377, de 23 de dezembro de 2013, modificada pela Resolução SEA nº456, de 30 de março de 2015, e conforme decisão na 61ª Reunião Ordinária, realizada em 05 de maio de 2016;

DELIBERA:

Art. 1º – Aprovar os projetos abaixo discriminados, com apoio financeiro da compensação ambiental decorrente do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previsto pelo art. 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002:

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
"UCs do Estado do RJ: Análises e Estratégias para Conservação da Flora Endêmica Ameaçada - Projeto Complementar para Consolidação de Dados sobre a Flora do Estado, em Especial em UCs Estaduais" (E-07/001.053/2016)	SEA/SUPBIO	R$1.312.820,00	COMPERJ PEROBRÁS (TCCA 07/2013)
"Fortalecimento Operacional das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro" (E-07/001.189/16)	INEA/DIBAP	R$ 6.600.000,00	TERMINAL SUL LLX AÇU OPERAÇÕES PORTUÁRIAS (TCCA 11/2012)
"Revalorização do Rio Carioca no Parque Nacional da Tijuca: Restauração dos Reservatórios da Mãe D'água, recuperação de vazão e interpretação ambiental" (E-07/001.161/16)	SEA/SUBSEGS	R$ 10.800.000,00	COMPERJ PETROBRÁS (TCCA 03/2010)
"Adequação Ambiental da Estrada Parque Capelinha-Mauá, trecho da RJ-163, no PE da Pedra Selada – FASE II"	INEA/DIBAP	R$1.900.000,00	Diversos TCCAs Nos termos do art. 2º

ORIGINAL ASSINADO

(E-07/001.179/2016)			
"Aquisição de Uniformes, Equipamentos e Viaturas para o Serviço de Guarda-Parques do INEA" (E-07/001.190/16)	INEA/DIBAP	R$ 4.290.609,00	AUMENTO DE RECEBIMENTO DE MINÉRIO PORTO SUDESTE (TCCA 06/2015) TERMINAL FLEXÍVEL DE GNL PETROBRÁS (TCCA 07/2015) IMPLANTAÇÃO TRANSOESTE PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO (TCCA 08/2010) Nos termos do art. 3º
"Ampliação do Fortalecimento das Ações de Educação Ambiental em UCs do ERJ - Protetores do Parque" (E-07/001.165/16)	INEA/DISAM	R$ 5.224.009,06	INTERLIGAÇÃO LINHA 4 (TCCA 06/2012(CONCESSIONÁRIA RIO BARRA S/A. (TCCA 06/2012) Nos termos do art. 4º

Art. 2º – O projeto **"Adequação Ambiental da Estrada Parque Capelinha-Mauá, trecho da RJ-163, no PE da Pedra Selada – FASE II"** (E-07/001.179/2016) será custeado pelos seguintes TCCAs, até o teto orçamentário de R$1.900.000,00:

a) DUPLICAÇÃO BR116 / CCR NOVA DUTRA. (TCCA 06/2013) – R$1.721.358,19
b) CTR SANTA ROSA / CERB SANEAMENTO E ENERGA RENOVÁVEL (TCCA 02/2010) – R$46.562,08
c) GRUPAMENTO DE EDIFICAÇÕES / QUITUMBA ANGRA RESORT (TCCA 04/2012) – R$37.288,40
d) EXPANSÃO DO TERMINAL II DE CONTAINER DO PORTO DO RJ / MULTI-RIO OPERAÇÕES PORTUÁRIAS (TCCA 05/2013) – R$58.433,13
e) AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DA UTE SANTA CRUZ / FURNA CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. (TCCA 06/2014) – R$36.359,20

Art. 3º – O projeto **"Aquisição de Uniformes, Equipamentos e Viaturas para o Serviço de Guarda-Parques do INEA"** (E-07/001.190/16) será custeado pelos seguintes TCCAs, até o teto orçamentário de R$ 4.290.609,00:

a) AUMENTO DE RECEBIMENTO DE MINÉRIO / PORTO SUDESTE. (TCCA 06/2015) – R$ 2.076.393,36
b) TERMINAL FLEXÍVEL DE GNL / PETROBRÁS. (TCCA 07/2015) – R$1.765.218,70
c) IMPLANTAÇÃO TRANSOESTE / PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO (TCCA 08/2010) – R$448.996,94

Art. 4º – O projeto **"Ampliação do Fortalecimento das Ações de Educação Ambiental em UCs do ERJ - Protetores do Parque"** (E-07/001.165/16), será custeado pelos seguintes TCCAs, até o teto orçamentário de R$ 5.224.009,06:

ORIGINAL ASSINADO

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente
Câmara de Compensação Ambiental

a) INTERLIGAÇÃO LINHA 4 / CONCESSIONÁRIA RIO BARRA S/A. (TCCA 06/2012) – R$ 3.300.989,47
b) RESIDUAL DO PROJETO "Fortalecimento das Ações de Educação Ambiental em UCs do Estado do Rio de Janeiro" (E07/001.833/13) (TCCA 03/2010) – R$ 1.923.019,59

Art. 5º - Aprovar, de acordo com o Convênio SEA 03/2009, o reembolso dos custos operacionais do Convenente no valor de R$203.000.46 (duzentos e três mil e quarenta e seis centavos) relativos ao mês de **outubro** de 2015, a ser debitado das seguintes contas:

a) OSX (TCCA 05/2011): R$96.685,10 (noventa e seis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e dez centavos)
b) COMPERJ (TCCA 03/2010): R$47.877,32 (quarenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais trinta e dois centavos);
c) CSN (TCCA 13/2010): R$19.745,11 (dezenove mil, setecentos e quarenta e cinco reais e onze centavos);
d) UTE BAIXADA FLUMINENSE (TCCA 11/2011): R$12.808,87 (doze mil, oitocentos e oito reais e oitenta e sete centavos);
e) URB COMPERJ (TCCA 08/2012): R$12.778,32 (doze mil, setecentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos);
f) TECAR (TCCA 15/2012): R$11.779,24 (onze mil, setecentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos);
g) CSA (TCCA 11/2007): R$1.217,93 (um mil, duzentos e dezessete reais e noventa e três centavos);
h) PORTO DO AÇU (TCCA 12/2009): R$55,45 (cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos);
i) PCH PARACAMBI (TCCA 28/2008): R$31,63 (trinta e um reais e sessenta e três centavos);
j) TRANSPETRO – COMPERJ (TCCA 10/2011): R$21,49 (vinte e um reais e quarenta e nove centavos).

Art. 6º - Aprovar, de acordo com o Convênio SEA 03/2009, o reembolso dos custos operacionais do Convenente no valor de R$207.480,55 (duzentos e sete mil, quatrocentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos) relativos ao mês de **novembro** de 2015, a ser debitado das seguintes contas:

a) COMPERJ (TCCA 03/2010): R$130.097,73 (cento e trinta mil, noventa e sete reais e setenta e três centavos);
b) OSX (TCCA 05/2011): R$71.067,53 (setenta e um mil e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos);
c) CSN (TCCA 13/2012): R$5.697,78 (cinco mil, seiscentos e noventa e sete reais e setenta e oito centavos);
d) INFRA URB (TCCA 08/2012): R$309,50 (trezentos e nove reais e cinquenta centavos);
e) TECAR (TCCA 15/2012): R$216,38 (duzentos e dezesseis reais e trinta e oito centavos);
f) PCH PARACAMBI (TCCA 28/2008): R$49,17 (quarenta e nove reais e dezessete centavos);
g) LLX (TCCA 12/2009): R$42,46 (quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos).

Art. 7º - Aprovar, de acordo com o Convênio SEA 03/2009, o reembolso dos custos operacionais do Convenente no valor de R$203.159,93 (duzentos e três mil, cento e cinquenta nove reais e

ORIGINAL ASSINADO

noventa e três centavos) relativos ao mês de **dezembro** de 2015, a ser debitado das seguintes contas:

a) COMPERJ (TCCA 03/2010): R$96.934,55 (noventa e seis mil, novecentos trinta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos);
b) OSX (TCCA 05/2011): R$56.943,70 (cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e três reais e setenta centavos);
c) METRO (TCCA 06/2012): R$24.192,49 (vinte e quatro mil, cento e noventa e dois reais e quarenta e nove centavos);
d) INFRA URB (TCCA 08/2012): R$10.919,92 (dez mil, novecentos e dezenove reais e noventa e dois centavos);
e) CSN (TCCA 13/2012): R$5.817,53 (cinco mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos);
f) CSA (TCCA 11/2007): R$4.074,49 (quatro mil, setenta e quatro reais e quarenta e nove centavos).
g) TECAR (TCCA 15/2012): R$3.561,71 (três mil, quinhentos e sessenta e um reais e setenta e um centavos)
h) UTE BAIXADA (TCCA 11/2011): R$290,33 (duzentos e noventa reais e trinta e três centavos)
i) TRANSOLIMPICA (TCCA 01/2013): R$250,49 (duzentos e cinquenta reais e quarenta e nove centavos)
j) PCH PARACAMBI (TCCA 28/2008): R$146,02 (cento e quarenta e seis reais e dois centavos)
k) LLX (TCCA 12/2009): R$16,33 (dezesseis reais e trinta e três centavos)
l) VIA PRINCIPAL COMPERJ (TCCA 01/2011): R$12,37 (doze reais e trinta e sete centavos)

Art. 8º - Aprovar, de acordo com o Convênio SEA 03/2009, o reembolso dos custos operacionais do Convenente no valor de R$196.935,70 (cento e noventa e seis mil, novecentos e trinta e cinco reais e setenta centavos) relativos ao mês de **janeiro** de 2016, a ser debitado das seguintes contas:

a) COMPERJ (TCCA 03/2010): R$140.450,61 (cento e quarenta mil, quatrocentos e cinquenta reais e sessenta e um centavos);
b) INFRA URB (TCCA 08/2012): R$24.117,79 (vinte e quatro mil, cento e dezessete reais e setenta e nove centavos);
c) TECAR (TCCA 15/2012): R$12.636,27 (doze mil, seiscentos e trinta e seis reais e vinte e sete centavos);
d) METRO (TCCA 06/2012): R$5.457,63 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e três centavos);
e) OSX (TCCA 05/2001): R$5.164,94 (cinco mil, cento e sessenta e quatro reais e noventa e quatro centavos);
f) CSN (TCCA 13/2012): R$3.874,28 (três mil, oitocentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos);
g) UTE BAIXADA (TCCA 11/2011): R$2.843,32 (dois mil, oitocentos e quarenta e três reais e trinta e dois centavos);
h) CSA (TCCA 11/2007): R$1.977,00 (hum mil, novecentos e setenta e sete reais);
i) PCH PARACAMBI (TCCA 28/2008): R$312,83 (trezentos e doze reais e oitenta e três centavos);
j) LLX (TCCA 12/2009): R$101,03 (cento e um reais e três centavos);

ORIGINAL ASSINADO

Art. 9º - Aprovar, de acordo com o Convênio SEA 03/2009, o reembolso dos custos operacionais do Convenente no valor de R$192.973,70 (cento e noventa e dois mil, novecentos e setenta e três reais e setenta centavos) relativos ao mês de **fevereiro** de 2016, a ser debitado das seguintes contas:

a) COMPERJ (TCCA 03/2010): R$143.078,97 (cento e quarenta e três mil, setenta e oito reais e noventa e sete centavos);
b) OSX (TCCA 05/2011): R$21.095,40 (vinte e um mil, noventa e cinco reais e quarenta centavos);
c) INFRA URB (TCCA 08/2012): R$13.430,46 (treze mil, quatrocentos e trinta reais e quarenta e seis centavos);
d) TCAR (TCCA 15/2012): R$7.087,33 (sete mil, oitenta e sete reais e trinta e três centavos);
e) LLX (TCCA 12/2009): R$4.306,23 (quatro mil, trezentos e seis reais e vinte e três centavos);
f) UTE BAIXADA (TCCA 11/2011): R$2.291,72 (dois mil, duzentos e noventa e um reais e setenta e dois centavos);
g) GASDUC III (TCCA 12/2008): R$767,39 (setecentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos);
h) CSN (TCCA 13/2012): R$632,71 (seiscentos e trinta e dois reais e setenta e um centavos);
i) PCH PARACAMBI (TCCA 28/2008): R$283,49 (duzentos e oitenta e três reais e quarenta e nove centavos).

Art. 10º - Aprovar a mudança de fonte orçamentária do Projeto "Mirante de Vigilância e Visitação Turística do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (E-07/000.380/2012), passando do TCCA nº 04 /2011 (Prefeitura de Quissamã – Reabilitação Ambiental), para o TCCA nº 02/2013 (PETROBRÁS – Emissário Terrestre e Submarino COMPERJ).

Art. 11º - Aprovar o provisionamento de recursos financeiros para cobertura de riscos trabalhistas do gestor operacional junto ao Projeto "Fortalecimento Operacional das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro" (E-07/002.7544/15), no valor total de R$ 956.181,60, representando 20% do valor das contratações de empresas especializadas em serviços gerais e de jardinagem para as Unidades de Conservação.

Art. 12º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2016.

Rafael Ferreira
Presidente

ORIGINAL ASSINADO

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

À ASPPAM/SEAS,

Encaminhamos informações relativas aos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCAs) mencionados nas cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta do COMPERJ, ressaltando que as informações sobre os quatro TCCAs serão inseridas em todos os processos administrativos relacionados ao tema. Solicitamos que a Assessoria de Planejamento em Políticas Ambientais submeta os esclarecimentos prestados abaixo a quem julgar necessário.

1. "*O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA nº 07/2008, correspondente à fase de implantação da Infraestrutura e Urbanização do COMPERJ, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00*";

O TCCA 07/2008 foi celebrado em 28 de março de 2008, com vigência inicial de três anos, expirada em 28 de março de 2011, sem que houvesse tempo hábil para celebração de Termo Aditivo para cumprimento de seu item 3.5. Assim, optou-se por celebrar novo TCCA, recebendo a numeração 08/2012. Esse Termo de Compromisso de Compensação Ambiental teve por objeto estabelecer as condições para efetivação da compensação ambiental previamente acordada no âmbito do TCCA 07/2008, em face do licenciamento do empreendimento denominado "Infraestrutura de urbanização do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ". O valor do novo TCCA foi fixado em R$ 9.350.000,00 (nove milhões trezentos e cinquenta mil reais), que corresponde ao percentual de 0,5% em relação ao valor total declarado para o empreendimento, seguindo a forma de cálculo prevista.

A utilização dos recursos de compensação ambiental provenientes de obrigações definidas pela Lei Federal nº 9.985/2000 deve respeitar decisões da Câmara de Compensação Ambiental (CCA), colegiado que delibera sobre aprovação de projetos e complementações financeiras direcionados a Unidades de Conservação. Os registros da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) indicam que, ao longo do tempo, foram aprovados 06 (seis) projetos pela CCA cuja fonte de recursos apontada foi o TCCA 08/2012, os quais elencamos abaixo:

- Considerando as Deliberações n. 37 e 38 da Câmara de Compensação Ambiental, em suas 39ª e 40ª Reuniões Ordinárias, respectivamente, foi aprovado o "*Projeto de Ações Prioritárias para Implantação do Parque Estadual da Pedra Selada*", no valor de R$ 1.664.481,86. Seu encerramento aconteceu em 10 de setembro de 2019, conforme Termo em anexo, por meio do qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 40 da Câmara de Compensação Ambiental, em sua 42ª Reunião Ordinária foi aprovado o "*Projeto de Reforma e Manutenção das Edificações dos Núcleos Piraquara e Camorim do Parque Estadual da Pedra Branca*", no valor de R$ 950.000,00. Seu encerramento aconteceu em 30 de abril de 2019, conforme Termo anexo, por meio do qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 49, em sua 50ª Reunião Ordinária foi aprovado o "*Projeto de Regularização Fundiária das UCs Estaduais – SERF*", no valor de R$ 3.422.741,43. Seu encerramento aconteceu em 28 de agosto de 2019, conforme Termo anexo, por meio do qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 49, em sua 50ª Reunião Ordinária foi aprovado o "*Projeto Programa Estadual de Reservas Particulares do Patrimônio Particular (SERPPN)*", no valor de R$ 2.577.741,43. Seu encerramento aconteceu em 23 de agosto de 2019, conforme Termo anexo, por meio do qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 40, em sua 42ª Reunião Ordinária foi aprovado o "*Projeto de Elaboração de Projetos Executivos de Implantação da Infraestrutura da Nova Sede do Parque Estadual da Serra da Tiririca*", no valor de R$ 400.000,00. O projeto encontra-se suspenso, conforme registrado na ata da 73ª Reunião Ordinária do Colegiado e nas documentações enviadas por *e-mail* aos Conselheiros.

- Considerando a Deliberação n. 44, em sua 46ª Reunião Ordinária, foi aprovado o "*Projeto Ação Prioritária para a melhoria da Gestão da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macacu*", no valor de R$ 150.683,00. Seu encerramento aconteceu em 07 de março de 2016, conforme Termo anexo, por meio do qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

2. "*O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA n° 01/2011 correspondente à construção da Estrada de Acesso Principal, relativo à aplicação de R$ 1.093.116,71, em 200 (duzentos) dias, em medidas compensatórias, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei n° 9.985, de 18.07.00*";

O TCCA 01/2011 foi celebrado por conta do licenciamento ambiental da via principal de acesso rodoviário ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, com 7,8 quilômetros de extensão, interligando o complexo à BR-493. Foi depositado o valor de R$ 1.093.116,71 (um milhão noventa e três mil cento e dezesseis reais e setenta e um centavos), que corresponde ao percentual de 0,5% sobre o valor total declarado para o empreendimento.

Esse Termo de Compromisso de Compensação Ambiental foi alocado como fonte de recursos para dois projetos na Câmara de Compensação Ambiental, os quais elencamos abaixo:

- Considerando a Deliberação n. 33, em sua 35ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Elaboração do Plano de Manejo com vistas a estruturação e dotação de instrumentos de gestão para o Monumento Natural Municipal da Pedra do Colégio – MNM Pedra do Colégio*", no valor de R$ 213.550,00. O Relatório Demonstrativo de Prestação de Contas, em anexo e datado em 21 de agosto de 2014, atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 37, em sua 39ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Mosaicos para a Mata Atlântica*", no valor de R$ 950.250,00. O Relatório Demonstrativo de Prestação de Contas, em anexo e datado em 29 de julho de 2016, atesta que o Projeto foi executado a contento.

3. "*O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00*";

O TCCA 03/2010 resultou do licenciamento ambiental da implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ. Foi depositado o valor de R$ 41.634.000,00 (quarenta e um milhões seiscentos e trinte e quatro mil reais), que corresponde ao percentual de 0,5% sobre o valor total declarado para o empreendimento.

Foram aprovados 12 (doze) projetos pela Câmara de Compensação Ambiental com indicação do TCCA 03/10 como fonte de financiamento. Esses projetos seguem abaixo:

- Considerando a Deliberação n. 29, em sua 32ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Sistema de Sustentabilidade da Ilha Grande e Autonomia de Custeio do Conjunto de UC Estaduais que a compõem – Sustentabilidade UCs PI Ilha Grande*", no valor de R$ 672.004,28. Sua fonte de financiamento foi retificada por meio da Deliberação n. 33 (art. 2º). Seu encerramento aconteceu em 29 de junho de 2016, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando as Deliberações n. 33 e 34, em suas 35ª e 36ª Reuniões Ordinárias, foi aprovado o "*Projeto Executivo para Trilhas e Atrativos dos Parques da Copa de 2014*", no valor de R$ 601.219,98, com posterior retificação da fonte de financiamento. Seu encerramento aconteceu em 31 de janeiro de 2017, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando as Deliberações n. 33 e 34, em suas 35ª e 36ª Reuniões Ordinárias, foi aprovado o Projeto "*Ações Prioritárias para Implantação do Parque Estadual da Costa do Sol*", no valor de R$ 1.696.575,00, com posterior retificação da fonte de financiamento. Seu encerramento aconteceu em 05 de dezembro de 2018, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 34, em sua 36ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Estruturação da Fiscalização, Combate aos Crimes Ambientais e Combate aos Incêndios nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro*", no valor de R$ 771.200,00. Seu encerramento aconteceu em 29 de julho de 2016, conforme Relatório Demonstrativo de Prestação de Contas, no qual fica registrado que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 36, em sua 38ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Obras para Implantação da Infraestrutura física da Sede do Parque Estadual da Serra da Concórdia Valença*", no valor de R$ 4.260.000,00. Seu encerramento aconteceu em 30 de abril de 2019, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 44, em sua 46ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Fortalecimento das Ações de Educação Ambiental em Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro – Fortalecimento Educação Ambiental RJ*", no valor de R$ 3.590.100,00. Seu encerramento aconteceu em 13 de julho de 2017, conforme Termo anexo, no qual fica registrado que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 44, em sua 46ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Consolidação da Gestão do Uso Público nas Unidades de Conservação Estaduais do Estado do Rio de Janeiro – Consolidação Gestão do Uso Público UC's RJ*", no valor de R$ 3.482.008,00. Seu encerramento aconteceu em 27 de novembro de 2018, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 52, em sua 53ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Gerenciamento de Projetos Arquitetônicos e Obras para Estruturação Física das Unidades de Conservação Estaduais do Estado do Rio de Janeiro – 2ª fase*", no valor de R$ 2.300.000,00. Seu encerramento aconteceu em 20 de dezembro de 2017, conforme Termo anexo, no qual fica registrado que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 52, em sua 53ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Fortalecimento do Parque Estadual da Serra da Concórdia – Obras para Implantação de Novo Acesso e Camping na Sede e Aquisição de Mobiliário, Equipamentos e Utensílios para o Centro de Visitantes – 2ª fase*", no valor de R$ 4.300.000,00. Seu encerramento aconteceu em 26 de agosto de 2019, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 51, em sua 52ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro: Análises e Estratégias para Conservação da Flora Endêmica Ameaçada – Conservação da Flora Endêmica Ameaçada*", no valor de R$ 1.997.489,00. Esse projeto teve a execução físico-financeira concluída e se encontra em processo de validação da prestação de contas final. A SEAS compromete-se a enviar a documentação restante assim que estiver disponível.

- Considerando a Deliberação n. 52, em sua 53ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Obras Civis destinadas à Implantação de Infraestrutura das Trilhas e Atrativos do Parque Estadual da Serra da Tiririca – PE Serra da Tiririca – Obras para Implantação de Trilhas*", no valor de R$ 2.426.172,14. O

projeto encontra-se suspenso, conforme registrado na ata da 73ª Reunião Ordinária do Colegiado e nas documentações enviadas por *e-mail* aos Conselheiros.

- Considerando a Deliberação n. 52, em sua 53ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Fortalecimento da Estrutura Institucional para o Combate aos Incêndios Florestais nas Unidades de Conservação no ERJ*", no valor de R$ 1.565.000,00. Seu encerramento aconteceu em 30 de setembro de 2019, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 58, em sua 58ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Fortalecimento Operacional das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro*", no valor de R$ 6.746.230,56. Aqui vale destacar que, pela natureza dos serviços contínuos previstos no escopo do projeto, ele foi sendo aditado ao longo do tempo, seguindo as normas da Câmara de Compensação Ambiental, e seu valor final é bastante superior ao inicialmente aprovado. Seu encerramento aconteceu em 21 de outubro de 2019, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando as Deliberações n. 28 (art. 8º) e 44 (art. 4º), em suas 31ª e 46ª Reuniões Ordinárias foram aprovados aportes para "*Provisionamento de Fundos para Regularização Fundiária*", no valor de R$ 5.000.000,00 em cada aporte. O projeto já havia sido originalmente aprovado por meio da Deliberação n. 10, sem relação direta com o TCCA 03/2010. Seu encerramento aconteceu em 30 de setembro de 2019, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi realizado a contento.

4. "*O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compromisso de compensação ambiental TCCA Nº 10/2012, correspondente à implantação do Píer e Via Especial de Acesso para Transporte dos Grandes Equipamentos do COMPERJ (Via UHOS);*

O TCCA 10/2012 resultou do licenciamento ambiental do píer e da via especial de acesso para transporte dos grandes equipamentos do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro. Foi depositado o valor de R$ 1.415.862,48 (um milhão quatrocentos e quinze mil oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos), que corresponde ao percentual de 0,5% sobre o valor total declarado para o empreendimento.

Foram aprovados 02 (dois) projetos pela Câmara de Compensação Ambiental com indicação do TCCA 10/2012 como fonte de recursos. São eles:

- Considerando a Deliberação n. 55, em sua 55ª Reunião Ordinária, foi aprovado o Projeto "*Melhoria da Infraestrutura de Proteção e Implementação de Sinalização Terrestre, Marítima e Fluvial da Estação Ecológica da Guanabara, incluindo a Zona de Amortecimento Compreendida pela APA Guapi-Mirim*", no valor de R$ 349.800,00. O projeto ainda não teve início e, de acordo com as normativas da Câmara de Compensação Ambiental, poderia ser cancelado, com base nas decisões do Colegiado registradas nas Atas da 51ª e da 73ª Reuniões Ordinárias. Será explicada, ao final do documento, a mudança da legislação estadual sobre compensações ambientais e seu impacto na forma de cumprimento legal das obrigações.

- Considerando a Deliberação n. 68, em sua 12ª Reunião Extraordinária, foi aprovado o Projeto "CAR (Cadastro Ambiental Rural) nas UC's", no valor de R$4.857.153,33. O TCCA 10/2012 foi indicado como uma das fontes de financiamento. As atividades do projeto começaram a ser executadas no âmbito do Acordo de Cooperação 04/2016 entre a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). Em função dos trâmites para encerramento do Acordo de Cooperação citado, foi feito encerramento parcial do projeto em 11 de outubro de 2019, conforme Termo em anexo. A continuação dos serviços acontecerá agora no âmbito do Acordo de Cooperação 01/2017 com o Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), por meio do Contrato nº 20190920-05 com a empresa Ambientagro Engenharia LTDA.

Adicionalmente, apresentamos os seguintes esclarecimentos. Os projetos podem apresentar em seu Termo de Encerramento valor mais alto que o inicialmente aprovado na Câmara de Compensação Ambiental, em função de aditivos que ao longo do tempo foram aprovados, seguindo as normas vigentes.

Além disso, considerando a Deliberação n. 50/2014 da Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro, em sua 51ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de julho de 2014, existe a previsão de cancelamento de projetos por inércia do proponente, nos casos de "projetos aprovados cujos proponentes não firmaram Termo de Cooperação e/ou não iniciaram a execução no prazo de 6 meses, injustificadamente", conforme ata anexa.

Vale reforçar que, considerando a Deliberação n. 82/2019 da Câmara de Compensação Ambiental e o conteúdo registrado em ata da 73ª Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de maio de 2019, foi aprovado por unanimidade pelos Conselheiros da Câmara a possibilidade de suspensões e cancelamentos de projetos que, por inércia dos proponentes, não foram levados adiante, tendo como marco temporal divisor para essa ação dia 31 de dezembro de 2017.

Informamos ainda que em 2015 foi aprovada alteração na Lei Estadual 6.572/2013, resultando na nova Lei 7.061, a qual possibilitou a existência de parceria com mais de uma entidade para a gestão operacional dos recursos de compensação ambiental no estado do Rio de Janeiro. As fontes previstas na legislação são: compensação ambiental, compensações de restauração florestal, recursos oriundos de Termos de Ajustamento de Conduta, doações e outras fontes.

Um dos atos administrativos específicos sobre a questão, emitido em 16 de novembro de 2015, por meio da Resolução SEA nº 491, regulamenta que os recursos de compensação ambiental devidos pelo empreendedor que opta pelo depósito no Mecanismo de Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro, Fundo da Mata Atlântica, deverão ser destinados a uma conta em nome do Gestor Operacional do Fundo, aberta na instituição bancária com atribuição de Gestor Financeiro do mesmo Fundo.

Com isso, os recursos devidos pelos empreendedores que geram impacto ambiental significativo, a título de compensação ambiental, passaram a se concentrar em uma única subconta. Uma vez que acontece a centralização dos valores de compensação ambiental numa conta única, não há mais sentido em decidir sobre a execução de projetos de forma a vincular a fonte de recurso a um TCCA específico. Assim, eventuais saldos existentes de recursos atrelados a um TCCA passaram a compor a subconta específica para compensação ambiental após a mudança da legislação.

Ressalta-se que o controle sobre os recursos existentes e a gestão adequada desses recursos são fundamentais, já que sua destinação é pública e os impactos ambientais gerados pelos grandes empreendimentos devem ser mitigados. É importante destacar que, em que pese a centralização dos recursos de compensação ambiental em conta única, o controle dos depósitos previstos em cada TCCA continua acontecendo de forma sistemática.

Por fim, a mudança da legislação estadual trouxe uma necessidade de implantar nova forma de cumprimento legal da aplicação de recursos de compensação ambiental no estado, atentando também para a legislação federal e para decisões da Câmara de Compensação Ambiental que dizem respeito à distribuição e alocação dos recursos. Essa nova forma está explicada numa Nota Técnica disponibilizada no *site* do Fundo da Mata Atlântica, no *link* a seguir: http://fmarj.org/transparencia/governanca .

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2020.

Diego Khouri Mota

ID 5007762-7

Superintendente de Fundos de Interesse Público – SUPFIP

Subsecretaria Executiva – SUBEXEC

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2020

Documento assinado eletronicamente por **Diego Khouri Mota**, **Superintendente**, em 31/01/2020, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **2983363** e o código CRC **9AC8903E**.

Avenida Venezuela,, nº 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: - http://www.rj.gov.br/web/sea

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO CCA Nº 52/2014 **DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014**

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº 101, de 04 de maio de 2009 e conforme decisão na 53ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de outubro de 2014;

DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar os projetos abaixo discriminados, com apoio financeiro da compensação ambiental decorrente do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previsto pelo art. 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
"Adequação Ambiental da Estrada Parque Cunhambebe - RJ 149 – Subtrecho Inserido no Parque Estadual do Cunhambebe" (E-07/001.346/2014)	INEA/DIBAP	R$ 3.900.000,00	METRO LINHA 4 – CONCESSIONÁRIA RIO BARRA (TCCA 06/2012)
"Regularização Fundiária do Parque Natural Municipal Monte Azul (E-07/001.407/2014)	PREFEITURA DE RIO BONITO	R$ 550.499,66	UNIDADE PETROQUÍMICA - COMPERJ (TCCA 03/2010)
"Obras Civis Destinadas à Implantação de Infraestrutura das Trilhas e Atrativos do Parque Estadual da Serra da Tiririca" (E-07/001.484/2014)	INEA/DIBAP	R$ 2.426.172,14	UNIDADE PETROQUÍMICA - COMPERJ (TCCA 03/2010)
"Gerenciamento de Projetos Arquitetônicos e Obras para Estruturação Física das Unidades de Conservação Estaduais do ERJ – 2ª fase" (E-07/001.471/2014)	INEA/DIBAP	R$ 2.300.000,00	UNIDADE PETROQUÍMICA - COMPERJ (TCCA 03/2010)

ORIGINAL ASSINADO

"Fortalecimento do Parque Estadual da Serra da Concórdia – 2ª Fase" (E-07/001.480/2014)	INEA/DIBAP	R$ 4.300.000,00	UNIDADE PETROQUÍMICA - COMPERJ (TCCA 03/2010)
"Projeto de Fortalecimento da Estrutura Institucional para o Combate aos Incêndios Florestais nas Unidades de Conservação no ERJ" (E-07/001.514/2014)	SEA/CICCA	R$ 1.565.000,00	UNIDADE PETROQUÍMICA - COMPERJ (TCCA 03/2010)
"Projeto de Operacionalização da Gestão das Unidades de Conservação Estaduais" (E-07/001.479/2014)	INEA/DIBAP	R$ 900.000,00	Vide Artigo 2º abaixo

Art. 2º – O **"Projeto de Operacionalização da Gestão das Unidades de Conservação Estaduais" (E-07/001.479/2014)** será financiado pelo aporte conjunto do saldo integral dos seguintes TCCAs no Instrumento Financeiro Fiduciário:

TCCA	Empreendedor	Empreendimento
02/2009	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO	CTRS MACAÉ
03/2011	PRIMUS IPANEMA AGROPECUÁRIA LTDA	LOTEAMENTO INDUSTRIAL
06/2011	CENTRAL DE TRATAMENTOS DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S/A	CTR ALCÂNTARA
07/2011	HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S/A	CTR BARRA MANSA
09/2011	PONTAL DE NOVA IGUAÇU EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	VILAREJO MARAPICU
07/2012	ESTALEIRO BRASFELS	AMPLIAÇÃO DO ESTALEIRO
16/2012	COSTA VERDE PARTICIPAÇÕES LTDA 16	SISTEMA VIÁRIO DO RESORT PERÓ
17/2012	COSTA VERDE PARTICIPAÇÕES LTDA 17	ÁREA 4 E PÓRTICO DO RESORT PERÓ
18/2012	COSTA VERDE PARTICIPAÇÕES LTDA 18	ÁREA 30 E 32 E PARTE 31 DO RESORT PERÓ
19/2012	COSTA VERDE PARTICIPAÇÕES LTDA 19	ÁREA 15 E 16 DO RESORT PERÓ
20/2012	COSTA VERDE PARTICIPAÇÕES LTDA 20	ÁREA 33 DO RESORT PERÓ
21/2012	COSTA VERDE PARTICIPAÇÕES LTDA 21	ÁREA 19 E 22 DO RESORT PERÓ
10/2013	TECNOSOL COMÉRCIO E SERVIÇOS	CTR QUISSAMÃ

ORIGINAL ASSINADO

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente

COMPROVANTE DE ENTREGA DO TERMO DE QUITAÇÃO DE COMPENSAÇÃO SNUC

Eu, _____, identidade nº, _____, recebi nesta data o Termo de Quitação de Compensação SNUC referente ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº03/2010.

Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 2017.

_____

de **Petróleo Brasileiro S.A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, quanto à obrigação de compensação ambiental referente ao art. 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, em decorrência do empreendimento do licenciamento ambiental da Unidade Petroquímica Básica –UPB e áreas de Apoio Industrial e Administrativo para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - COMPERJ, para todos os devidos fins, o presente Termo de Quitação reconhece o cumprimento integral do TCCA nº 03/2010, conforme previsto em sua Cláusula Quarta, e desonera a **Petróleo Brasileiro S.A** de todas as obrigações relativas a este.

Rio de Janeiro, de de 2017

Sergio Mendes
Subsecretário Adjunto de Planejamento e
Secretário-Executivo da Câmara de
Compensação Ambiental

Marcus de Almeida Lima
Presidente do INEA

de Janeiro;

(iii) a Lei nº 6.572, de 31 de outubro de 2013, alterada pela Lei 7.601, de 27 de dezembro de 2015, disciplinando no plano estadual a compensação ambiental devida pelo empreendedor, consagrou, alternativamente à obrigação de fazer do empreendedor, a possibilidade de depositar o montante de recurso fixado pelo órgão estadual competente para o licenciamento, à disposição de mecanismos operacionais e financeiros implementados pela Secretaria de Estado do Ambiente;

(iv) nos termos do §1º do art. 3º da referida lei, a partir do momento em que é integralizado o referido depósito o empreendedor responsável por compensar atividade de significativo impacto ambiental se desvincula e se desobriga da obrigação pretérita de fazer, rompendo-se, assim, o liame entre ele e os projetos a serem realizados para efetivo cumprimento das compensações/obrigações ambientais;

(v) de acordo com o TCCA em epígrafe, o valor estabelecido no mesmo deverá ser aplicado em projetos a serem definidos pela Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro;

(vi) para fins de cumprimento da alternativa prevista no artigo 3º da Lei nº 6.572/2013, Petróleo Brasileiro S.A depositou em conta bancária indicada pela SEA, vinculada a execução da compensação ambiental em referência ao licenciamento ambiental da Unidade Petroquímica Básica –UPB e áreas de Apoio Industrial e Administrativo para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - COMPERJ, no Banco do Brasil, Agência nº 1569-5, Conta Corrente nº 21929-0, o valor total de R$ 41.634.000,00 (quarenta e um milhões, seiscentos e trinta e quatro mil reais);

RESOLVEM:

Com base nos termos acima, a SEA e o INEA reconhecem a plena, rasa e irrevogável quitação

TERMO DE QUITAÇÃO DE COMPENSAÇÃO SNUC

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**, doravante denominada **SEA**, com sede na Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, neste ato representada pelo Sr. Subsecretário Adjunto de Planejamento e Secretário-Executivo da Câmara de Compensação Ambiental - CCA, Sergio Mendes, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 014254157-50, e portador da carteira de identidade nº 426465;

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, doravante denominado **INEA**, com sede na Avenida Venezuela, nº 110, 2º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, representado por seu Presidente, Marcus de Almeida Lima, brasileiro, divorciado, advogado, portador da carteira de identidade nº 069927960, expedida pelo IFP, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.921.407-63;

CONSIDERANDO QUE:

(i) foi celebrado o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA nº 03/2010 entre a SEA, o INEA e a empresa Petróleo Brasileiro S.A, com objetivo de estabelecer medidas de compensação ambiental previstas no art. 36 da Lei Federal nº 9985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), regulamentada pelo Decreto Federal nº 4340/02, em referência ao licenciamento ambiental da Unidade Petroquímica Básica –UPB e áreas de Apoio Industrial e Administrativo para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - COMPERJ;

(ii) por força do TCCA acima referido, a Petróleo Brasileiro S.A depositou o valor de R$ 41.634.000,00(quarenta e um milhões, seiscentos e trinta e quatro reais), pagos em 20(vinte) parcelas iguais no Banco do Brasil, Agência nº 1569-5, Conta Corrente nº 21929-0, conforme cálculo de gradação de impactos efetuado pelo INEA, a ser utilizado especificamente para fins de compensação ambiental aprovada pela Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio

Projeto Sustentabilidade UCs Ilha Grande: A Deliberação da CCA nº 41, de 20 de agosto de 2013, estabeleceu o acréscimo de R$ 134.400,85 no valor do projeto, o qual passou a apresentar o valor total de R$ 806.405,13.

Projeto Obras Infra. PE Concórdia: A Deliberação da CCA nº 45, de 04 de abril de 2014, estabeleceu o acréscimo de R$ 989.818,47 no valor do projeto, o qual passou a apresentar o valor total de R$ 5.249.818,47.

Projeto Gerencia. Proj. e Obras para Ucs Estaduais - 2ª fase: Este projeto teve um aditivo de acréscimo de valor de R$ 343.161,60 conforme Ofício SEA/SAP nº 21/2016 datado em 28/06/2016. O valor total alocado para este projeto passou a ser de R$ 2.643.161,60.

Projeto Fortalecimento Operacional UCs ERJ: Este projeto teve 3 aditivos de valor conforme Ofícios SEA/SAP números 49/2016; 75/2016 e 76/2016. O valor total alocado para este projeto após acréscimo de valores passou a ser de R$ 9.598.172,86.

Projeto Consolidação Gestão do Uso Público UC's RJ: Este projeto teve um aditivo de acréscimo de valor conforme Ofícios SEA/SAP números 89/2016 e Deliberação CCA nº 63/2016. O valor total alocado para este projeto passou a ser de R$ 4.300.565,51.

Provisionamento de Fundo para Regularização Fundiária - INEA: Foi alocado o valor de R$ 5.000.000,00 conforme ATA da CCA nº 31, de 20 de abril de 2011, e Deliberação da CCA nº 28, de julho de 2011 e aprovado um novo aporte de recurso no valor de R$ 5.000.000,00, conforme Deliberação da CCA nº 44/2014, de 02 de janeiro de 2014.

- Os seguintes projetos foram finalizados, de acordo com o estabelecido pela CCA/RJ:

Projeto Sustentabilidade UCs Ilha Grande: O valor total alocado para este projeto foi de R$ 806.405,13, sendo que R$ 806.108,84 foram executados. O saldo de R$ 296,29 foi devolvido para a conta do TCCA e encontra-se como saldo livre. A aprovação da prestação de contas e a cópia do Termo de Encerramento do Projeto foram encaminhadas pelo OFÍCIO/INEA/DIBAP nº 162/2016, de 14 de julho de 2016.

Estrut. Fisc., Combate Crimes Amb. e Incêndios nos Ucs do ERJ: O valor total alocado para este projeto foi de R$ 771.210,00, sendo que R$ 771.200,00 foram executados. O saldo de R$ 10,00 foi devolvido para a conta do TCCA e encontra-se como saldo livre. A aprovação da prestação de contas e a cópia do Termo de Encerramento do Projeto foram encaminhadas pelo OFÍCIO/SAP nº 092/2016, de 24 de agosto de 2016.

- O seguinte projeto foi cancelado, de acordo com o estabelecido pela CCA/RJ:

Projeto Elab. SIG e PM Rio Macacu: Este projeto foi cancelado de acordo com a Deliberação da CCA n° 51/2014, de 11 de setembro de 2014. O valor total alocado para este projeto foi de R$ 229.970,00, o qual voltou para a conta relativa ao empreendimento como saldo livre disponível para ser alocado em outros projetos.

- Os seguintes projetos foram aditados, de acordo com o estabelecido pela CCA/RJ:

12	Projeto de Fortalecimento da Estrutura Institucional para o Combate ais Incêndios Florestais nas Unidades de Conservação ERJ - **Estrut. Para Combate aos Incêndios nas UCs ERJ**	SEA	R$ 1.565.000,00	R$ 712.200,00	R$ 852.800,00	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 52 de 07/11/2014 Migrado para o Acordo 04/2016 Em andamento
13	Fortalecimento Operacional das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro - **Fortalecimento Operacional UCs ERJ**	INEA	R$ 9.598.172,02	R$ 730.130,77	R$ 8.868.041,25	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 58 de 10/08/2015 Migrado para o Acordo 04/2016 Em andamento
14	Ampliação do Fortalecimento das Ações de Educação Ambiental em UCs do ERJ - **Protetores do Parque**	INEA	R$ 1.923.019,59	R$ -	R$ 1.923.019,59	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 61 de 16/05/2016 Migrado para o Acordo 04/2016 Suspenso por força do 1º Termo aditivo ao Acordo 04/2016
Projetos - Subtotal			**R$ 41.468.601,55**	**R$ 18.924.492,26**	**R$ 22.544.109,29**	
13	Provisionamento de Fundos para Regularização Fundiária	INEA	R$ 10.000.000,00	R$ 5.960.209,01	R$ 4.039.790,99	Migrado para o Acordo 04/2016 Em andamento
TOTAL (até 14/11/2016)			**R$ 51.468.601,55**	**R$ 24.884.701,27**	**R$ 26.583.900,28**	

Seguem informações adicionais sobre essa tabela:

8	Gerenciamento de Projetos Arquitetônicos e Obras para Estruturação Física das Unidades de Conservação Estaduais do Estado do Rio de Janeiro - 2ª fase - **Gerencia. Proj. e Obras para Ucs Estaduais - 2ª fase**	INEA	R$ 2.643.161,00	R$ 2.312.766,40	R$ 330.394,60	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 52 de 07/11/2015 Migrado para o Acordo 04/2016 Em andamento
9	Fortalecimento do Parque Estadual da Serra da Concórdia - Obras para Implantação de Novo Acesso e Camping na Sede e Aquisição de Mobiliário, Equipamentos e Utensílios para o Centro de Visitantes - 2ª Fase - **PE Serra da Concórdia - Obras e Aquisições - 2ª Fase**	INEA	R$ 4.300.000,00	R$ 141.779,65	R$ 4.158.220,35	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 52 de 07/11/2014 Migrado para o Acordo 04/2016 Em andamento
10	Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro: Análises e Estratégias para Conservação da Flora Endêmica Ameaçada - **Conservação da Flora Endêmica Ameaçada**	SEA	R$ 1.997.489,00	R$ 1.834.257,09	R$ 163.231,91	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 51 de 11/09/2014 Migrado para o Acordo 04/2016 Em andamento
11	Obras Civis Destinadas à Implantação da Infraetrutura das Trilhas e Atrativos do Parque Estadual da Serra da Tiririca - **PE Serra da Tiririca - Obras para Implantação de Trilhas**	INEA	R$ 2.426.172,14	R$ -	R$ 2.426.172,14	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 52 de 07/11/2016 Migrado para o Acordo 04/2016 Suspenso por força do 1º Termo aditivo ao Acordo 04/2016

						Suspenso por força do 1º Termo aditivo ao Acordo 04/2016
4	Estruturação da Fiscalização, Combate aos Crimes Ambientais e Combate aos Incêndios nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro - **Estrut. Fisc., Combate Crimes Amb. e Incêndios nos Ucs do ERJ**	SEA	R$ 771.200,00	R$ 771.200,00	R$ -	Finalizado
5	Obras para Implantação da Infraestrutura Física da Sede do Parque Estadual da Serra da Concórdia Valença - **Obras Infra. PE Concórdia**	INEA	R$ 5.249.818,47	R$ 5.138.356,96	R$ 111.461,51	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 36 de 17/08/2012 Migrado para o Acordo 04/2016 Em andamento
6	Fortalecimentos das Ações de Educação Ambiental em Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro - **Fortalecimento Educação Ambiental RJ**	INEA	R$ 3.590.100,00	R$ 1.739.860,65	R$ 1.850.239,35	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 44 de 02/01/2014 Migrado para o Acordo 04/2016 Suspenso por força do 1º Termo aditivo ao Acordo 04/2016
7	Consolidação da Gestão do Uso Público nas Unidades de Conservação Estaduais do Estado do Rio de Janeiro - **Consolidação Gestão do Uso Público UC's RJ**	INEA	R$ 4.300.565,51	R$ 3.000.165,80	R$ 1.300.399,71	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 44 de 02/01/2014 Migrado para o Acordo 04/2016 Em andamento

3.2 Projetos e valores investidos com recursos do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental para COMPERJ até 14 de novembro de 2016, no âmbito do Convênio SEA/RJ 03/2009.

FMA - RJ COMPERJ (Petrobrás) TCCA 03/2010						
	Projetos aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro - CCA	**Instituição responsável**	**Valor alocado nos Projetos**	**Valor executado**	**Valor a executar**	**Situação**
1	Sistema de Sustentabilidade da Ilha Grande e Autonomia de Custeio do Conjunto de UC Estaduais que a compõem - **Sustentabilidade UCs PI Ilha Grande**	INEA	R$ 806.108,84	R$ 806.108,84	R$ -	Finalizado
2	Projetos Executivos para trilhas e atrativos dos Parques da Copa 2014 - **Exec. Trilhas Parques Copa 2014**	INEA	R$ 601.219,98	R$ 597.916,18	R$ 3.303,80	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 33 de 08/11/2011 Migrado para o Acordo 04/2016 Suspenso por força do 1º Termo aditivo ao Acordo 04/2016
3	Ações Prioritárias para a implantação do Parque Estadual Costa do Sol - **Ações Implant. PE Costa do Sol**	INEA	R$ 1.696.575,00	R$ 1.139.749,92	R$ 556.825,08	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 33 de 08/11/2011 Migrado para o Acordo 04/2016

	LTDA	
15/2013	VILLA AZUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE2 LTDA	LOTEAMENTO ALPHAVILLE RESENDE 2

Art. 3º – Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2014.

CARLOS PORTINHO
Presidente

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL Nº. 03/2010

O **Estado do Rio de Janeiro**, por intermédio da **Secretaria de Estado do Ambiente**, doravante denominada **SEA**, com sede na Avenida Venezuela nº. 110, 5º andar, Saúde, Rio de Janeiro – RJ, representada por sua Secretária de Estado do Ambiente Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da carteira de identidade nº. 130676414, expedida pelo IFP, inscrito no CPF sob o nº. 742.396.357-72, e o **Instituto Estadual do Ambiente**, doravante denominado **INEA**, com sede na Avenida Venezuela nº. 110, Saúde, Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº. 10.598.957/0001-35, representado por seu Presidente Luiz Firmino Martins Pereira, brasileiro, casado, arquiteto, portador da carteira de identidade nº. 054174636, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF sob o nº. 775.932.867-20, e seu Vice-Presidente Paulo Schiavo Júnior, brasileiro, casado, engenheiro florestal, portador da carteira de identidade nº. 83101835-7, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF sob o nº. 797.046.627-34, em conjunto designadas **Compromitentes**, e, de outro lado, **PETROLEO BRASILEIRO S/A**, doravante denominada **PETROBRAS** ou **Compromissada**, com sede na Avenida Chile, 65, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ nº 33.000.167/0001-01, neste ato representada por seu Diretor de Abastecimento, Paulo Roberto Costa, brasileiro, portador da carteira de identidade n.º 843718 expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 302.612.879-15.

Considerando o disposto no art. 36 e parágrafos da Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, segundo o qual nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ao meio ambiente, conforme avaliação do órgão licenciador responsável, e com fundamento em EIA/RIMA, fica o empreendedor obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação.

Considerando que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituído pela Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, foi regulamentado pelo Decreto Federal nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, com as complementações do Decreto nº. 6.848 de 14 de maio de 2009.

Considerando a Resolução CONAMA nº. 371, de 05 de abril de 2006, que estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle dos gastos de recursos advindos de compensação ambiental, bem como o art. 5º, cujo § 2º estabelece que a fixação do valor da compensação e a celebração do termo de compromisso correspondente deverão ocorrer no momento da emissão da Licença de Instalação.

Considerando a decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal - STF, cujo acórdão foi publicado em 20.06.2008, que julgou parcialmente procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº. 3.378-6, pendente do julgamento dos Embargos de Declaração, bem como a Reclamação promovida contra do Decreto Federal n. 6848/2009 junto ao STF.

Considerando que a Petrobras, sociedade de economia mista federal, entende que está adstrita à aplicação do Decreto Federal nº. 6.848, de 14 de maio de 2009, que limita a 0,5% o grau de impacto nos ecossistemas, para fins de aferição do Valor da Compensação Ambiental.

AE-PGE/COMPERJ

Considerando que a posição do INEA e da Secretaria de Estado de Ambiente - SEA é no sentido da aplicação da Deliberação CECA/CN n°. 4.888, de 02 de outubro de 2007, que prevê a gradação de impacto ambiental para fins de compensação ambiental, enquanto não transitar em julgado a decisão da ADI nº. 3378.

Considerando a divergência entre entendimentos entre o Estado do Rio de Janeiro e a União Federal no que diz respeito ao percentual da compensação ambiental devida pela implantação de empreendimentos de significativo impacto ambiental prevista no art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Considerando a importância do COMPERJ, empreendimento que trará inúmeros benefícios sócio-econômicos para o Estado do Rio de Janeiro, de interesse social e que foi declarado de utilidade pública pelo Decreto Presidencial s/n°, de 13 de junho de 2006.

Considerando o Convênio nº. 003/2009 celebrado entre a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro – SEA e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, em 29 de dezembro de 2009, publicado em extrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 12 de janeiro de 2010, que estabelece a operação, manutenção e controle do Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro e perante o qual o FUNBIO é instituição gestora de recursos da compensação ambiental para a execução dos projetos destinados a unidades de conservação aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental do Rio de Janeiro no âmbito do Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade.

Considerando os termos do OFICIO INEA/DILAM nº. 093/10, bem como a manifestação da Petrobras S/A, Correspondência AB-PGI-COMPERJ 0004-2010, datada de 09 de abril de 2010, optando em depositar os recursos da compensação ambiental referentes ao licenciamento ambiental da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, no Mecanismo para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro.

Considerando todas as informações constantes no licenciamento ambiental a que se refere o processo E-07/500.056/2009.

RESOLVEM:

Celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL** com força de Título Executivo Extrajudicial, mediante as seguintes cláusulas, condições e combinações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto estabelecer medida de compensação ambiental prevista no art. 36 da Lei Federal nº. 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), regulamentada pelos Decretos nº. 4.340/02 e nº. 6.848/09, em face da implantação da Unidade Petroquímica Básica - UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - COMPERJ,

AB-PGI/COMPERJ

94

especificamente no que diz respeito a investir em unidades de conservação ambiental, o valor de R$ 41.634.000,00 (quarenta e um milhões, seiscentos e trinta e quatro mil reais), que corresponde ao percentual de 0,5 % sobre o valor total declarado para o empreendimento, já deduzidos os abatimentos previstos na legislação referida, conforme o Cronograma de Depósito anexo a este Termo.

1.1 - O valor da compensação ambiental acima referido inclui o valor relativo à implantação dos canteiros para a construção e montagem da UPB do COMPERJ, que serão objeto de Licença(s) de Instalação(ões) específica(s).

1.2 - O valor de compensação ambiental previsto na condicionante 29 da LP nº. FE013990 fica revisto para 0,5%, especificamente para a LI da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ na vigência do Decreto 6.848, de 14 de maio de 2009, em decorrência da submissão da Petrobras à legislação federal.

1.3 - Os valores previstos no *caput* desta Cláusula deverão ser aplicados em projetos a serem definidos pela Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, respeitados os critérios previstos no art. 36 da Lei nº. 9.985/00, no art. 33 do Decreto nº. 4.340/02, nos procedimentos de consulta e de definição de unidades de conservação a serem contempladas, conforme estabelecido no art. 8º e seguintes da Resolução CONAMA nº. 371/06, e na ordem de prioridades estabelecida na Resolução SEA nº. 25/07.

1.4 - O valor devido a título de compensação ambiental poderá ser revisto em face da decisão final, com efeitos retroativos, na ADI – Ação Direita de Inconstitucionalidade 3378-6 e na Reclamação promovida contra o Decreto Federal nº. 6848/2009, que vier a ser prolatada pelo Supremo Tribunal Federal – STF.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo de vigência deste termo é de 1.825 (hum mil, oitocentos e vinte e cinco) dias, a contar da data de sua assinatura, podendo ser alterado mediante termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSADA

3.1 - Depositar em conta bancária específica do Fundo Brasileiro para Biodiversidade – FUNBIO do Banco do Brasil, Agência nº 1569-5, Conta nº 21929-0, o valor de R$ 41.634.000,00 (quarenta e um milhões, seiscentos e trinta e quatro mil reais) dividido em 20 (vinte) parcelas iguais, trimestrais e sucessivas no valor de R$ 2.081.700,00 (dois milhões, oitenta e um mil e setecentos reais) cada uma, corrigidas de acordo com o IPCA, devendo a primeira ser depositada em até 60 (sessenta) dias da concessão da Licença de Instalação, valor este a ser utilizado especificamente para fins de compensação ambiental de acordo com o aprovado pela Câmara de Compensação Ambiental.

3.2 - Enviar ao INEA, no prazo de cinco dias úteis, após cada depósito, cópia do comprovante do depósito efetuado.

3.3 - Caso a Licença de Operação esteja apta a ser expedida antes do término previsto para o depósito total do valor da compensação ambiental, a Compromissada pode optar entre manter o cronograma original de depósito ou antecipar as parcelas vincendas.

3.4 - Caso este Termo venha a ser rescindido por iniciativa da Compromissada, esta estará obrigada a efetuar, apenas, os contingenciamentos que estejam vencidos.

3.5 - Os valores da compensação ambiental efetivamente utilizados pelos projetos aprovados pela CCA não serão devolvidos.

CLÁUSULA QUARTA – DA QUITAÇÃO

4 - As COMPROMITENTES se obrigam a:

4.1 - Enviar à COMPROMISSADA, trimestralmente, relatório físico-financeiro de acompanhamento da execução dos projetos pelo FUNBIO, previamente aprovados pelas Compromitentes, relativo à aplicação dos recursos objeto deste Termo de Compromisso de Compensação Ambiental.

4.2 - Emitir Termo de Quitação Parcial em favor da COMPROMISSADA, no prazo de 30 (trinta) dias úteis após o último depósito referido no item 3.1 da Cláusula Terceira.

4.3 - Emitir Termo de Quitação Definitivo em favor da COMPROMISSADA, no prazo de 30 (trinta) dias úteis após a execução final dos projetos aprovados pela CCA, pertinente à plena e rasa quitação de toda e qualquer obrigação referente ao art. 36 da Lei nº. 9.985/00, e demais obrigações previstas neste Termo de Compromisso de Compensação Ambiental.

4.4 - Acordar formalmente com o FUNBIO para que este aplique os valores dos depósitos referidos no item 3.1 da Cláusula Terceira somente fundos conservadores.

Parágrafo único - As Partes, de comum acordo, verificando o não cumprimento pelo FUNBIO da execução do(s) projeto(s) conforme plano(s) de trabalho(s) aprovado(s) pela CCA, poderão suspender a execução deste Termo de Compromisso, até a sua devida regularização ou substituição do executor indicado pelos Compromitentes por novo, não podendo esta hipótese ser impeditiva da expedição da Licença de Operação, em sendo o caso.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 - O atraso no cumprimento das obrigações assumidas no presente Termo de Compromisso implicará na cobrança da(s) parcela(s) inadimplida(s) corrigida(s) monetariamente pela variação da Unidade Fiscal de Referência do Estado do Rio de Janeiro (UFIR-RJ), acrescida(s) de multa de 1% ao mês ou fração de mês.

5.2 - As penalidades previstas nesta cláusula poderão ser objeto de recurso na forma da legislação estadual vigente.

AB-PGE/COMPERJ

95

5.3 - A cobrança da multa de mora prevista nesta Cláusula não prejudica a propositura de ação judicial cabível.

5.4 - A notificação das multas aplicadas será remetida ao endereço da Compromissada, Gerência Geral de Implantação do COMPERJ, sita na Avenida Rio Branco 1, 20º. andar, sala 2005, Centro, Rio de Janeiro/RJ e será considerada válida pela sua simples entrega.

5.5 - Depois do recebimento da comunicação prevista no item anterior, a Compromissada terá 10 (dez) dias úteis para o recolhimento da multa ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM.

5.6 - Após decorrido o procedimento referido no item 5.2 supra, e não tendo sido a multa recolhida na forma e no prazo estipulado nesta cláusula, considerar-se-á rescindido o presente Termo, que será executado em consonância com as disposições do Código de Processo Civil, sem prejuízo da imposição autônoma das sanções administrativas pertinentes ao não cumprimento de condição integrante do processo de licenciamento ambiental e das sanções penais aplicáveis.

5.7 - As multas previstas na presente cláusula não têm caráter compensatório e, assim, o seu pagamento não eximirá a Compromissada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes de infrações a este Termo ou à legislação ambiental.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 - O presente instrumento é celebrado nos termos da legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº. 9.985/00, o Decreto Federal nº. 4.340/02, alterado pelo Decreto Federal nº. 6.848/2009, e a Resolução SEA nº. 25/07, e vale, entre as partes e seus sucessores, como ato jurídico perfeito e somente poderá ser alterado por escrito, mediante a celebração de termo aditivo.

6.2 - A fiscalização do cumprimento das obrigações assumidas no presente Termo, no que se refere ao depósito, será realizada pelo INEA.

6.3 - As obrigações assumidas e previstas neste instrumento são exigíveis nos modos e prazos nele convencionados, independentemente de qualquer notificação ou aviso preliminar, judicial ou extrajudicial.

6.4 - Acompanha o presente Termo de Compromisso, o Cronograma de Depósito com as devidas especificações.

6.5 - O INEA, sob sua responsabilidade, tomará todas as medidas de caráter judicial e administrativo, necessárias ao cumprimento deste Termo, no que se refere ao depósito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

7.1 - A Compromissada providenciará a publicação do extrato do presente TERMO no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, conforme gabarito apresentado pelo INEA.

inea instituto estadual do ambiente

PGE/COMPERJ

7.2 - A Compromissada deverá enviar ao INEA, no prazo de cinco dias úteis, após a publicação, comprovante da publicação especificada no item acima.

7.3 - O INEA remeterá cópia deste Termo ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro após a publicação especificada no item acima, consoante o que preceitua a Deliberação TCE 244, de 18 de dezembro de 2007.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Termo.

Assim ajustadas, assinam o presente em 4 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se a fazê-lo firme e valioso por si e seus eventuais sucessores.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2010

MARILENE O. RAMOS MÚRIAS DOS SANTOS
Secretária de Estado do Ambiente

PAULO ROBERTO COSTA
Diretor de Abastecimento da PETROBRAS

LUIZ FIRMINO MARTINS PEREIRA
Presidente

PAULO SCHIAVO JÚNIOR
Vice-Presidente

Testemunhas:

Nome:
CPF

Nome:
CPF

96

ANEXO – CRONOGRAMA DE DEPÓSITO
TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL Nº 03/2010
DA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

DATA (Vide Nota 1)	VALOR (Vide Nota 2)
16/junho/2010	R$ 2.081.700,00
16/setembro/2010	R$ 2.081.700,00
16/dezembro/2010	R$ 2.081.700,00
16/março/2011	R$ 2.081.700,00
16/junho/2011	R$ 2.081.700,00
16/setembro/2011	R$ 2.081.700,00
16/dezembro/2011	R$ 2.081.700,00
16/março/2012	R$ 2.081.700,00
16/junho/2012	R$ 2.081.700,00
16/setembro/2012	R$ 2.081.700,00
16/dezembro/2012	R$ 2.081.700,00
16/março/2013	R$ 2.081.700,00
16/junho/2013	R$ 2.081.700,00
16/setembro/2013	R$ 2.081.700,00
16/dezembro/2013	R$ 2.081.700,00
16/março/2014	R$ 2.081.700,00
16/junho/2014	R$ 2.081.700,00
16/setembro/2014	R$ 2.081.700,00
16/dezembro/2014	R$ 2.081.700,00
16/março/2015	R$ 2.081.700,00

VALOR TOTAL DA COMPENSAÇÃO RELATIVO À FASE DE IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE PETROQUÍMICA BÁSICA (UPB) E ÁREAS DE APOIO INDUSTRIAL E ADMINISTRATIVO PARA O COMPLEXO PETROQUÍMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ)

R$ 41.634.000,00 (quarenta e um milhões e seiscentos e trinta e quatro mil reais)

Notas:

1 – A primeira parcela será depositada em até 60 (sessenta) dias da concessão da Licença de Instalação e as subseqüentes trimestralmente a partir desta.

2 – As parcelas serão corrigidas de acordo com o IPCA, a partir da data da emissão da Licença de Instalação.

PGE/COMPERJ

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo N.º E07/000691/2011
Data: 05/12/16 Fls. 97
Rubrica: 97

TERMO DE ENCERRAMENTO

SISTEMA DE SUSTENTABILIDADE DA ILHA GRANDE E AUTONOMIA DA ILHA GRANDE E AUTONOMIA DE CUSTEIO DO CONJUNTO DE UC ESTADUAIS QUE A COMPÕEM

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto Sistema de Sustentabilidade da Ilha Grande e Autonomia de Custeio do Conjunto de UC Estaduais que a Compõem, no valor de R$ 806.405,13 (oitocentos e seis mil, quatrocentos e cinco reais e treze centavos), aprovado pela 32ª. Reunião da Câmara de Compensação Ambiental do Rio de Janeiro, atestando que todas as especificações foram plenamente atendidas, conforme notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E-07/506.691/2011 volumes I e II.

Informamos que o saldo remanescente de R$ 296,29 (duzentos e noventa e seis reais e vinte nove centavos) permanece na conta corrente cujo empreendedor é a COMPERJ – Petrobrás.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2016.

Paulo Schiavo
Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo Nº E-07/5[illegible] / 11
Data: 1 / 09 / 12 Fls. 38
Rubrica

TERMO DE ENCERRAMENTO

PROJETO EXECUTIVO PARA TRILHAS E ATRATIVOS DOS PARQUES DA COPA 2014

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto Executivo para Trilhas e Atrativos dos Parques da Copa 2014, no valor de R$ 601.219,98 (seiscentos e um mil, duzentos e dezenove reais e noventa e oito centavos), aprovado na 35ª Reunião Ordinária da Câmara de Compensação Ambiental, em 21 de setembro de 2011, e na 36ª Reunião da Câmara de Compensação Ambiental, em 02 de dezembro de 2011.

Atestamos que todas as especificações foram plenamente atendidas, conforme notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E-07/511.424/2011.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2017.

Paulo Schiavo
Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA - SSE

RELATÓRIO DEMONSTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Conforme previsto na cláusula 2°, inciso I, alínea "I", do Convênio nº 03/2009, examinamos a prestação de contas dos gastos do Projeto Estruturação da Fiscalização, Combate aos Crimes Ambientais e Combate aos Incêndios nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro (E-07/000.720/2011), aprovado na 36ª Reunião da Câmara de Compensação Ambiental, financiado pelo TCCA nº 03/2010 – Unidade Petroquímica Básica - COMPERJ.

O teto orçamentário aprovado pela CCA para o projeto foi de R$771.210,00 (setecentos e setenta e um mil, duzentos e dez reais). A seguir apresentamos o demonstrativo financeiro dos recursos executados:

MÊS/ANO	NF	FORNECEDOR	TOTAL
mai/12	137	Tecnoagro Projetos e Representações Ltda.	104.900,00
jul/12	143	Tecnoagro Projetos e Representações Ltda.	6.300,00
ago/12	273	RPC Importação e Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda.	231.000,00
out/12	273	RPC Importação e Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda.	99.000,00
dez/12	273	RPC Importação e Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda.	66.000,00
jun/13	273	RPC Importação e Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda.	264.000,00
Total Geral			**771.200,00**

Verificamos que foram executados R$771.200,00 (setecentos e setenta e um mil, e duzentos reais), restando saldo de R$10,00 (dez reais), que ficará novamente disponível no balanço para alocação de outros projetos na Câmara de Compensação Ambiental.

Da análise do processo de prestação de contas em epígrafe constatou-se a presença de todos os elementos e formalidades exigidos pela legislação vigente. Quanto aos documentos apresentados, entende-se que os mesmos comprovam adequadamente a aplicação dos recursos. Sendo assim, recomenda-se a aprovação em forma e conteúdo a presente prestação de contas.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2016.

MARCELO ARAÚJO
Matr. 50066846

Conforme recomendação da área técnica, aprovamos a presente prestação de contas final do projeto Estruturação da Fiscalização, Combate aos Crimes Ambientais e Combate aos Incêndios nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro (E-07/000.720/2011).

FERNANDO MATIAS
ID 4372234-2

PAULO SCHIAVO
ID 2146285-2

JULIANA LIMA
ID 5073601-9

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
DIRETORIA DE BIODIVERSIDADE, ÁREAS PROTEGIDAS E ECOSSISTEMAS – DIBAPE

TERMO DE ENCERRAMENTO 002/19

OBRA PARA IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DA SEDE DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA CONCÓRDIA

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto "Obra para Implantação da Infraestrutura Física da Sede do Parque Estadual da Serra da Concórdia", no valor de R$ 5.249.818,47 (cinco milhões, duzentos e quarenta e nove mil, oitocentos e dezoito reais e quarenta e sete centavos), com saldo remanescente de R$ 111.461,51 (cento e onze mil, quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta e um centavos).

Atestamos que as especificações constantes no Termo de Referência Nº 2012.1121.1043.33138 foram atendidas, conforme pareceres técnicos, termos de recebimento e aceite e notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E-07/509993/2012.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2019.

Tiago Rangel
Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas - INEA
ID: 5097670-2

Tiago Rangel
Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Proc. E-07/
Data / / Fls.
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

TERMO DE ENCERRAMENTO 006/18

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto "Ações Prioritárias para a Implantação do Parque Estadual da Costa do Sol", no valor de R$ 1.696.575,00 (um milhão, seiscentos e noventa e seis mil, quinhentos e setenta e cinco reais), com saldo remanescente de R$ 556.825,08 (quinhentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e vinte e cinco reais e oito centavos).

Atestamos que as especificações constantes nos Termos de Referência Nº 2012.0913.1347.34122 e 2013.0319.1027.37122 foram parcialmente atendidas, conforme pareceres técnicos, termos de recebimento e aceite e notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E-07/511421/2011.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2018.

Paulo Schiavo
Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

SERVIÇO PUBLICO ESTADUAL
Processo N.º E07/002.2234/16
Data: 19/12/17 Fls. 30
Rubrica.

TERMO DE ENCERRAMENTO

PROJETO

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto de Fortalecimento das Ações de Educação Ambiental em Unidades de Conservação, no valor de R$ 3.590.100,00 (três milhões e quinhentos e noventa mil e cem reais), aprovado na ___ Reunião Ordinária da Câmara de Compensação Ambiental, em ___ de _____ de _____.

Atestamos que todas as especificações foram plenamente atendidas, conforme notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E07/002.2234/2016.

Rio de Janeiro, 13 de Julho de 2017

Ana Paula Costa
ID. 556617-7
Coordenadora Sociambiental

Paulo Schiavo Junior
ID. 2046253-0
Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas e Ecossistemas

GOVERNO DO Rio de Janeiro SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

inea instituto estadual do ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Fls. 220

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

TERMO DE ENCERRAMENTO 004/18

CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO DO USO PÚBLICO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto "Consolidação da Gestão do Uso Público nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro", no valor de R$ 4.352.565,51 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), com saldo remanescente de R$ 126.890,41 (cento e vinte e seis mil, oitocentos e noventa reais e quarenta e um centavos).

Atestamos que todas as especificações constantes no Termo de Referência Nº 2014.0926.1749.37177 foram plenamente atendidas, conforme pareceres técnicos, termos de recebimento e aceite e notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E-07/002.990/2014.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2018.

Paulo Schiavo Junior
Diretor de Biodiversidade,
Áreas Protegidas e Ecossistemas
DIBAPE - INEA
ID: 2046253-0

Paulo Schiavo
Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Proc. E-07/
Data / / Fls.
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

TERMO DE ENCERRAMENTO

PROJETO GERENCIAMENTO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E OBRAS PARA ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UCS ESTADUAIS DO ESTADO DO RJ – 2ª FASE

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto Gerenciamento de Projetos Arquitetônicos e Obras para Estruturação Física das UCs Estaduais do Estado do RJ – 2ª FASE, no valor de R$ 2.643.161,62 (dois milhões seiscentos e quarenta e três mil cento e sessenta e um reais e sessenta e dois centavos).
Atestamos que todas as especificações foram plenamente atendidas, conforme notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E-07/001.471/2014.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2017.

Paulo Schiavo
Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

Ruy Vaz
Diretor de Recuperação Ambiental

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Proc. E-07/ 002 / 0347 / 15
Data 1 / 10 / 19 Fls. 15 e 2
Rubrica ID 4437557-3

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

TERMO DE ENCERRAMENTO

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto "PROJETO: FORTALECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA CONCÓRDIA, OBRAS PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVO ACESSO E CAMPING – 2ª FASE", no valor de R$ 5.242.054,35 (Cinco milhões, duzentos e quarenta e dois mil, cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), com saldo remanescente de R$ 633.530,49 (Seiscentos e trinta e três mil, quinhentos e trinta reais e quarenta e nove centavos).

Atestamos que todas as especificações constantes no Termo de Referência nº 2015102811451818-2, foram plenamente atendidas, conforme pareceres técnico, termos de recebimento, aceite e notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E-07/002.0347/2015.

Rio de janeiro, 26 de agosto de 2019.

Renato Correia de Medeiros
DIRAM/INEA/ID: 4437557-3

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Proc. E-07/
Data / /
Fls.
Rubrica

TERMO DE ENCERRAMENTO

Projeto de fortalecimento da estrutura institucional para o combate aos incêndios florestais nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro.

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto de fortalecimento da estrutura institucional para o combate aos incêndios florestais nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro, no valor de R$ 1.956.250,00 (um milhão novecentos e cinquenta e seis mil duzentos e cinquenta Reais), com saldo remanescente de R$ 280.026,25 (duzentos e oitenta mil e vinte e seis Reais e vinte e cinco Centavos).

Atestamos que todas as especificações constantes no Termo de Referência Nº 2015.11101.547461-86 foram plenamente atendidas, conforme pareceres técnicos, termos de recebimento e aceite e notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E-07/001.514/2014.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2019.

Fabio Villela De Pinho
Superintendente/SICCA
ID: 2175883-2

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº: E-07/002.7544/15
Data: 30/05/15 Fls. 1459
Rubrica:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
DIRETORIA DE BIODIVERSIDADE, ÁREAS PROTEGIDAS E ECOSSISTEMAS – DIBAPE

TERMO DE ENCERRAMENTO 027/19

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto "**Fortalecimento Operacional das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro**", no valor de R$ 21.279.142,65 (vinte e um milhões duzentos e setenta e nove mil e cento e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), com saldo remanescente de R$ 2.185.870,88 (dois milhões cento e oitenta e cinco mil e oitocentos e setenta reais e oitenta e oito centavos).

Atestamos que as especificações constantes nos respectivos termos de referência foram atendidas, conforme pareceres técnicos, termos de recebimento e aceite e notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E-07/002.7544/2015.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2019.

Márcio de Azevedo Beranger
Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Proc. E-07/
Data
Fls.
Rubrica

TERMO DE ENCERRAMENTO 022/19

Pelo presente Termo, damos por encerrado o Projeto "**Provisionamento de Fundo para Regularização Fundiária das UCs de Proteção Integral Estaduais**", no valor de R$ 32.574.642,31 (trinta e dois milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais e trinta e um centavos), com saldo remanescente de R$ 4.757.601,15 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e um reais e quinze centavos).

Atestamos que a utilização dos recursos viabilizou o cumprimento dos objetivos do projeto, através da desapropriação de áreas estratégicas para a DIBAPE, conforme termos de recebimento e aceite e pareceres técnicos constantes no Processo Administrativo nº E-07/502.168/2011.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2019.

Márcio de Azevedo Beranger
Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO CCA Nº 36/2012 **DE 17 DE AGOSTO DE 2012**

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº 101, de 04 de maio de 2009 e conforme decisão na 38ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de Julho de 2012.

DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar os projetos abaixo discriminados, com apoio financeiro da compensação ambiental decorrente do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previstas pelo art. 36 da Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Federal Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Chico Mendes (E-07/000.288/2012)	Prefeitura do Rio de Janeiro	R$ 276.112,60	Transoeste - Trecho 4 (TCCA 08/2010)
Núcleo de RPPNs – Fase 3 (E-07/000.379/2012)	INEA	R$ 1.905.102,97	OSX – Unidade de Construção Naval do Açú (TCCA 05/2011)
Núcleo de Regularização Fundiária – Fase 3 (E-07/000.378/2012)	INEA	R$ 2.689.199,35	LLX – Pátio Logístico (TCCA 12/2009)
Prospecção Arqueológica na Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (E-07/000.374/2012)	INEA	R$ 87.000,00	Quitumba Angra Resort (TCCA 04/2012)
Infraestrutura física da sede do Parque Estadual do Cunhambebe (E-07/000.376/2012)	INEA	R$ 3.425.000,00	UTE Baixada Fluminense (TCCA 11/2011)
Infraestrutura física da sede do Parque Estadual da Serra da Concórdia – Valença – 1ª Etapa (E-07/000.375/2012)	INEA	R$ 4.260.000,00	COMPERJ – UPB (TCCA 03/2010)

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Levantamento topográfico e obras para regularização do Uso Público Religioso no PN da Tijuca (E-07/000.363/2012)	SEA	R$ 460.000,00	Infraero (TCCA 13/2009)

Art. 2º – Aprovar o projeto "**Torre/Mirante de vigilância e visitação turística no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba"** (E-07/000.380/2012), apresentado pelo Instituto Chico Mendes, no valor de R$577.500,00, para compor banco de projetos.

Art. 3º - Aprovar o encerramento do projeto **"RAMSAR II"** (E-07/000.353/09), com saldo remanescente de R$ 522,03.

Art. 4º - Aprovar o encerramento do projeto **"Projeto de Requalificação da Ligação Terrestre entre Abraão e Dois Rios na Ilha Grande"** (E-07/000.036/10), com saldo remanescente de R$ 1.398,16.

Art. 5º - Cancelar o projeto **"Construção de sede, guarita e cercamento da sub-sede Vale da Revolta do PETP"** (E-07/000.319/10).

Art. 6º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de Agosto de 2012

CARLOS MINC
Presidente

ORIGINAL ASSINADO

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE VISTA

Nesta data, faço vista deste procedimento ao Excelentíssimo Promotor de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, Doutor Tiago Gonçalves Veras Gomes.

Itaboraí 12 de fevereiro de 2020

Renata Simões da Silva
Matr. 3182

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 14/02/2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

105

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXEC SEI Nº70 Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2020

Exmo. Sr.
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício 2ª PJTC nº 1790/19.
PA 210/2019 - MPRJ 2019.00978560.

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos do ofício em epígrafe, informamos que foi solicitado o encaminhamento de informações e documentos pelos setores competentes para atendimento à obrigação descrita na comunicação mencionada.

Em resposta, foi apresentada manifestação pela Superintendência de Fundos de Interesse Público – SUPFIP/SEAS informando as ações realizadas a partir da quitação do TCCA nº 03/2010 e também foram apresentadas documentações comprobatórias, as quais seguem em anexo.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

EDUARDO PIRES GAMELEIRO
Subsecretário Executivo
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
ID. Funcional 3219466-8

Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Pires Gameleiro, Subsecretário de Estado,** em 10/02/2020, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3101137** e o código CRC **6AB4D8D0**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-07/026/004515/2019 SEI nº 3101137

https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3748026&infra... 1/1

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL
ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 30 de julho de 2014

As quatorze horas do dia trinta de julho de dois mil e quatorze, na sala de reuniões do 5° andar da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), sita à Av. Venezuela, nº 110, na capital do Estado, sob a presidência do Secretário de Estado do Ambiente, Sr. **Carlos Portinho** e secretaria-executiva do Sr. **Rafael Ferreira**, Subsecretário-Executivo da SEA, reuniu-se em caráter ordinário a Câmara de Compensação Ambiental, de agora em diante denominada CCA, na forma instituída pela Resolução SEA nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA nº 101, de 04 de maio de 2009, estando presentes os seguintes conselheiros: **Guido Gelli**, representando a Diretoria de Biodiversidade de Áreas Protegidas do INEA (INEA/DIBAP); **Marcela De Biase**, representando a Diretoria de Licenciamento Ambiental (/INEA/DILAM); **Luiz Felipe de Luca de Souza**, representando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); **Pedro Couto**, representando Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN); **Carlos Alberto Mesquita**, representando a Rede de ONGs (RMA); **Janete Abrahão**, representando a Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro (AEMERJ); e **Sergio Bonecker**, representando a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Participaram também como convidados: Patrícia Figueiredo, Daniella Albuquerque, Manuela Tambellini, Alexandre Reis, Claudio Kuhnert Filho, Roberta Guagliardi, Marcelo Felippe e Alexandre Pedroso (INEA/DIBAP); Denise Rambaldi (SEA/SBF); Renata Tavares (SEA/SSEEV); Bruno de Hollanda (SEA/GAB); Ana Claudia Contarini (SEA/DGAF). **I – ABERTURA**: Abrindo os trabalhos, foi aprovada a ata da 50ª reunião ordinária da CCA, sendo assinada por todos os representantes presentes. **II – FMA – RESSARCIMENTO DE CUSTOS:** De acordo com o Convênio SEA 03/2009, e a proposta do Convenente decorrente dos valores executados por TCCA no período, foi aprovado o reembolso dos custos operacionais do Convenente no valor de R$ 105.103,43 (cento e cinco mil, cento e três reais e quarenta e três centavos), relativos ao mês de março de 2014, a ser debitado das seguintes contas: PORTO DO AÇU - LLX (TCCA 12/2009): R$24.790,16 (vinte e quatro mil, setecentos e noventa reais e dezesseis centavos); GASDUC III (TCCA 12/2008): R$23.970,17 (vinte e três mil, novecentos e setenta reais e dezessete centavos); UTE BAIXADA (TCCA 11/2011): R$19.583,69 (dezenove mil, quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e nove centavos); COMPERJ - UPB (TCCA 03/2010): R$13.009,12 (treze mil, nove reais e doze centavos); OSX (TCCA 05/2011): R$12.470,88 (doze mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e oito centavos); GASJAP (TCCA 13/2007): R$6.974,57 (seis mil novecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos); e R$110.905,33 (cento e dez mil, novecentos e cinco reais e trinta e três centavos), relativos ao mês de abril de 2014, a ser debitado das seguintes contas: PORTO DO AÇU – LLX (TCCA 12/2009): R$54.712,36 (cinquenta e quatro mil, setecentos e doze reais e trinta e seis centavos); VIA PRINCIPAL – COMPERJ (TCCA 01/2001) R$28.026,91 (vinte e oito mil, vinte e seis reais e noventa e um centavos); GASDUC III (TCCA 12/2008): R$9.826,74 (nove mil, oitocentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos); ILHA GUAÍBA – VALE TCCA (12/2012): R$7.764,36 (sete mil, setecentos e sessenta e quatro reais e trinta e seis centavos); CSA (11/2007) R$5.655,35 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos); GASJAP (TCCA 13/2007): R$4.795,79 (quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos); OSX (TCCA 05/2011) R$123,82 (cento e vinte e três reais e oitenta e dois centavos). **III – NORMAS E PROCEDIMENTOS CCA:** Foram reavaliados e discutidos os critérios de elegibilidade e procedimentos atuais da CCA, bem como trazidos para discussão novas questões pela secretaria-executiva (Secex/CCA) e pelos conselheiros, ficando definido: i) os critérios de elegibilidade passam a ser critérios de prioridade, ressalvados os critérios de elegibilidade estabelecidos em leis e decretos; ii) novos projetos devem ser enviados à Secex/CCA, em meio digital, com 15 dias úteis de antecedência à reunião subsequente da CCA para pré-análise; iii) a pré-análise será realizada pela Superintendência de Biodiversidade e Florestas da SEA, que emitirá parecer técnico e de habilitação sobre cada projeto em até 7 dias úteis de seu recebimento; iv) projetos

ORIGINAL ASSINADO

apresentados pela SEA terão relator nomeado pela CCA para realizar a pré-análise; v) o parecer de pré-análise será encaminhado ao proponente do projeto para eventuais ajustes; vi) o projeto a ser apresentado na reunião da CCA deverá ser protocolado formalmente, em meio físico e digital, na Secex/CCA, com antecedência mínima de 7 dias úteis à reunião subsequente da CCA; vii) a observância desses prazos não garante a entrada do projeto na reunião subsequente; viii) em cada reunião serão apresentados, no máximo, 6 novos projetos, cabendo à Secex/CCA reduzir esse número tendo em vista a complexidade dos projetos, bem como outros assuntos a serem tratados, a fim de que cada tópico tenha tempo de ser devidamente analisado; ix) os projetos terão no máximo 2 anos de duração, prorrogáveis por 1 ano ou igual período (o que for menor) mediante justificativa à Secex/CCA; x) projetos aprovados cujos proponentes não firmaram Termo de Cooperação e/ou não iniciaram a execução no prazo de 6 meses, injustificadamente, serão cancelados; xi) os produtos resultantes dos projetos atribuirão crédito ao beneficiário, à SEA, ao INEA, ao empreendimento licenciado (exemplo: COMPERJ/Petrobrás) e, quando for o caso, ao FMA, conforme o seguinte texto padrão: "[VEÍCULO/DOCUMENTO/MATERIAL/OBRA/REFORMA/etc.] [ADQUIRIDO (A)/ FINANCIADO (A)] COM RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL SNUC (ART. 36º, LEI FEDERAL Nº 9.985/2000) DECORRENTE DO LICENCIAMENTO DO [EMPREENDIMENTO/EMPREENDEDOR], PELO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO". Nota: a menção ao nome do empreendimento licenciado foi aprovado por maioria: votou contra o representante da Rede de ONGs, e se absteve o representante do ICMBio; xii) uma instituição com direito a voto que não se fizer representada pelos seus representantes titular ou suplente em três reuniões seguidas, terá seus representantes automaticamente destituídos; ficando suspensa das reuniões da CCA até a nomeação de novos representantes, não sendo permitida a recondução dos representantes faltosos. Nota: enquanto suspensa, a instituição não será considerada para fins de computo de quórum ou aprovação de projetos e outros pleitos; **IV - NOVO PROJETO: "Trilhas e Atrativos do Parque Estadual da Pedra Branca e Trilha Transcarioca"** (E-07/001/383/2014). Proponente: INEA/DIBAP. Valor estimado: R$ 3.399.801,54 (três milhões, trezentos e noventa e nove mil, oitocentos e um reais e cinquenta e quatro centavos). Este projeto tem como objetivo a execução de obras civis destinadas à implantação de infraestrutura das trilhas e atrativos do Parque Estadual da Pedra Branca e da Trilha Transcarioca. Serão implantadas e sinalizadas 10 (dez) trilhas e atrativos, dentre estas, uma com estruturas que atenderá portadores de deficiência física e mobilidade reduzida, no Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) – de forma que as atividades de administração, fiscalização e uso público sejam efetivamente desenvolvidas no âmbito de suas atribuições. Entre os atrativos contemplados no Parque Estadual da Pedra Branca destaca-se a Trilha Transcarioca, uma trilha de longo percurso que cruzará o Rio de Janeiro por um percurso de aproximadamente 180 km, saindo da Barra de Guaratiba até o Pão de Açúcar. Beto Mesquita (rede de ONG´s) pediu a palavra para ressaltar que este é um projeto prioritário para o Mosaico Carioca, que já vem sendo implantado pelas diversas UC´s do mesmo, e que a implementação do trecho no PEPB dará grande impulso ao mesmo. Posto em votação foi **APROVADO**, por unanimidade, conforme Art. 11, I, do Regimento Interno. Foi estabelecida como fonte orçamentária a compensação ambiental do empreendimento Corredor Transolímpico, sob responsabilidade da PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, pactuado por meio do TCCA nº 01/2013. **V – ALTERAÇÃO DE ESPECIFICAÇÃO: V.1)** Foi **APROVADA** a alteração da especificação de uma das embarcações a ser adquirida pelo projeto "**Aquisição de Embarcação para Deslocamento Marítimo e Lagunar do Parque Estadual da Serra da Tiririca, Reserva Extrativista Marinha Itaipu e Reserva Ecológica da Juatinga**" (E-07/001.835/2013), substituindo por um tipo de embarcação mais adequado às condições marítimas da região de Paraty para atender a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, a qual consiste em um modelo

ORIGINAL ASSINADO

cabinado de maior porte. **V.2)** Foi **APROVADA** a alteração da especificação técnica do veículo a ser adquirido pelo projeto "**Implementação e Fortalecimento APA Preguiça-de-Coleira**" (E-07/001.370/2013), substituindo uma pick-up 4x4 cabine dupla por um veículo utilitário esportivo (SUV) 4x4 flex, com capacidade para 5 passageiros, potência e capacidade para o circuito "off road", consumo de combustível aceitável (com média de consumo superior a 9,0 km/l, na gasolina) e com boa capacidade de carga (porta mala com capacidade superior a 390 l). **VI - ENCERRAMENTO**: Em seguida, agendei a próxima reunião da CCA para o dia 03 de setembro, às 14hs, agradeci a participação de todos e dei por encerrada a reunião. Eu, Rafael Ferreira, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por todos os representantes da Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro presentes nesta data. Rio de Janeiro, trinta de julho de dois mil e quatorze.....

ADO

RAFAEL FERREIRA
Secretário-Executivo da CCA

GUIDO GELLI
INEA / DIBAP

MARCELA DE BIASI
INEA/DILAM

LUIZ FELIPEDE SOUZA
ICMBio

PEDRO COUTO
FIRJAN

SERGIO BONECKER
UFRJ

JANETE ABRAHÃO
AEMERJ

CARLOS ALBERTO MESQUITA
Rede de ONGs

ORIG

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Câmara de Compensação Ambiental
Ata da 73ª Reunião Ordinária – 82ª Deliberação
30 de maio de 2019

Às quinze horas e trinta minutos do dia trinta de maio de dois mil e dezenove, na sala de reunião do 5° andar da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), sito à Av. Venezuela, nº 110, na capital do Estado, sob a presidência da Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, **Ana Lucia Santoro** e do Subsecretário Executivo, Sr. **José Mauro de Farias Junior**, reuniu-se em caráter ordinário a Câmara de Compensação Ambiental, de agora em diante denominada CCA, na forma instituída pela Resolução SEA nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA nº 101, de 04 de maio de 2009, modificada pela Resolução SEA Nº377, de 23 de dezembro de 2013, modificada pela Resolução SEA nº456, de 30 de março de 2015, modificada pela Resolução SEA nº 518, de 02 de junho de 2016, modificada pela Resolução SEA nº 519, de 02 de junho de 2016, modificada pela Resolução SEA nº 524, de 22 de julho de 2016 e modificada pela Resolução SEAS nº 12, de 08 de maio de 2019, estando presentes os seguintes conselheiros: **Eline Martins** representando a Subsecretaria de Conservação da Biodiversidade e Mudanças do Clima (SEAS/SUBCON); **Fabio Pinho** representando a Superintendência de Combate aos Crimes Ambientais (SEAS/CICCA); **Claudio Barcelos Dutra,** representando o Instituto Estadual do Ambiente (INEA); **Alexandre Cruz** representando a Diretoria de Licenciamento Ambiental do INEA (INEA/DILAM); **Julia Bochner** representando a Diretoria de Biodiversidade de Áreas Protegidas do INEA (INEA/DIBAP); **Jorge Chaves Junior** representando a Diretoria de Recuperação Ambiental (INEA/DIRAM); **Sergio Câmara de Souza** representando a Diretoria de Pós-Licença do INEA (INEA/DIPOS); **Nero Augusto**, representando a Coordenação Regional 8 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio); **Sergio Bonecker**, representando a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); **Pedro Couto** representando a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); **Luiz Antônio da Silva Santos** representando a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA) e **Flavio Villela Ahmed** representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio de Janeiro (OAB/RJ). Os representantes da Rede de ONGs da Mata Atlântica, Associação Comercial do Rio de Janeiro e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro não compareceram à reunião. Participaram também, como convidados: Thais Laque (SEAS/GAB); Fabio Cardoso Pereira e Marcos Gaspar (SEAS/SUBEXEC); Diego Alves, Diego Kouri, Marcio Beranger, Gabriela Campagna, Claudia Almeida, Karina Simini, Monique Rieiro e Kamilla Machado (SEAS/SUPFIP); Mariana Iguatemy, Renata Lopes, Telmo Borges e Roberta Brasileiro (SEAS/SUBCON); Thabata Paz, Celina Oliveira e Milena Alves da Silva (INEA/DIBAPE); João Vicente de Mattos (INEA/DIRAM); Edson Magalhães Araujo (INEA/DILAM); Fernando Holanda (INEA/DIGGES); Helio Vanderlei Coelho (ANAMMA); Marcus Lima (OAB); Andre Dantas e Eurico P. Bernardes (Prefeitura de Paty de Alferes); Thiago Gonçalves Pereira (Prefeitura de São Gonçalo); André Luís Marques e Arcenio Jubim Jr. (Prefeitura de Santo Antônio de Pádua); Denise Rambaldi (Prefeitura de Casimiro de Abreu); Valeria Ferro, Daniela Albuquerque e Roberta Guimarães (IDG); **I – APRESENTAÇÃO DA NOVA GESTÃO:** A secretária Ana Lucia saudou a todos os presentes, falou da importância da primeira reunião da CCA na nova gestão e de estar presidindo essa reunião e essa Câmara tão importante para os desafios ambientais do Estado. Essa é uma reunião importante de apresentação do que se propõe a nova gestão. Foi preciso um tempo para que houvesse um diagnóstico profundo do que já havia sido aprovado, visando a qualidade dos gastos e a sustentabilidade do Fundo como um todo. Foi feito todo esse diagnóstico pela Subsecretaria Executiva coordenada pelo Mauro para que hoje se pudesse mostrar o que foi encontrado e o que se pensa com relação a esse Fundo. Disse que queria que essa reunião de hoje fosse uma reunião emblemática. A Secretaria está com algumas pautas prioritárias, como por exemplo, a restauração florestal que terá agora, com a nova gestão, um avanço significativo. Isso vem a ser um legado pessoal da Secretária e se pretende discutir aqui tendo a visão dos conselheiros para aprovarem projetos e efetivamente avançar com

a pauta do reflorestamento no Estado. A restauração é uma pauta transversal a todos os desafios ambientais do Estado e por isso é prioritária. Se pretende trazer esse avanço para a CCA e estreitar a conversa com os municípios que são quem conhecem os desafios locais. Se tem buscado uma parceria muito estreita, através da ANAMMA, com os Secretários Municipais de Meio Ambiente. Diante disso, o Subsecretário Mauro apresentou um pouco dos números do FMA e a preocupação com a sustentabilidade do mesmo, que é tão importante para promover esses avanços, otimizar e acelerar as intenções com relação aos desafios ambientais do Estado. Ele abriu a sessão se colocando inteiramente à disposição de todos e solicitou que os conselheiros se apresentassem. Após a apresentação dos conselheiros, Mauro colocou que esperava conseguir passar a percepção que se tem do mecanismo, o que pode ser melhorado, aquilo que pode ser aperfeiçoado e o que se pode dialogar com a sociedade civil aqui representada pelos senhores conselheiros presentes. **II – APROVAÇÃO DA ATA**: Foi aprovada a ata da 72ª Reunião Ordinária da CCA, sendo assinada pelos Conselheiros presentes na última reunião. Pedro Couto comentou que a ata da última reunião está bem resumida não espelhando com fidelidade o que realmente aconteceu. Foi uma apresentação ampla de todo o trabalho da última gestão e gostaria, a título de registro, parabenizar a gestão anterior pela apresentação que foi feita no Museu do Amanhã. Espera que a partir de agora, tenhamos este mesmo resultado. **III – ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO FMA**: o Subsecretário Mauro iniciou dizendo que foi encontrado um cenário que deve ter sido exposto na última reunião do ano passado, de muitas coisas empreendidas e muitos ganhos ambientais na gestão anterior. Foi feito um estudo mais aprofundado caso a caso, projeto a projeto, conversando com praticamente todos os proponentes. Fez-se questão de se aproximar dos proponentes até para respeitar o caráter democrático da decisão da Câmara. A pauta do reflorestamento, tamanha sua importância, foi trazida para dentro da CCA. Foram feitas algumas alterações na composição da CCA acreditando ter sido dada uma paridade, uma multidisciplinaridade para a Câmara. Após a deliberação de aprovação na CCA, o projeto é encaixado numa das carteiras que existe no mecanismo, que opera os recursos oriundos da compensação ambiental e são destinados à gestão dos projetos pelos gestores operacionais ficando a parte da gestão financeira por conta do Bradesco. A nova gestão da SEAS encontrou dois gestores operacionais contratados; e sendo assim, elaborou uma análise crítica do volume que era empreitado junto a esses gestores operacionais, bem como o ressarcimento mensal que, em tese, seria a maneira de como remunerar essas instituições. Mauro apontou que após conversa da SEAS com os dois gestores operacionais, o Funbio declarou que entendeu que seria o momento oportuno, até em função da nova gestão sobre esses recursos, de interromper esse ciclo que tinha com a SEAS de forma amigável. Hoje está se passando por uma fase de migração, de transição dos projetos que estavam no Funbio para o outro gestor operacional que é o IDG. Ainda se tem a relação contratual através do Acordo com o Funbio, mas em breve vai estar se encerrando. Foi sinalizado que há pautas principalmente na área de restauração florestal, que vão trazer um volume atípico de recursos para a carteira de restauração e talvez, se tenha que qualificar um outro gestor operacional especializado em determinado tema. **III – CENÁRIO FINANCEIRO DO FMA:** o Subsecretário Mauro apresentou o slide relacionado ao cenário inicial dos projetos onde se tem 27 projetos aprovados e não enviados aos gestores operacionais; 55 projetos aprovados, enviados aos gestores operacionais e em execução; 17 projetos aprovados, enviados aos gestores operacionais e não iniciados e 08 projetos ainda em revisão e não submetidos à CCA. No slide de dados e estimativas 2019, foi apresentado o saldo dos instrumentos por conta: compensação ambiental, regularização fundiária, instrumento fiduciário, restauração florestal, instrumento TAC, compensação ambiental federal e outras fontes, perfazendo um total de R$ 241.195.387 milhões. Os ressarcimentos previstos anteriormente montariam um valor de 6 milhões e quatrocentos mil. Após conversa com o Funbio e o próprio IDG se pode observar que o ressarcimento vem caindo mês a mês. Conseguiu-se dar

uma racionalidade a como esse dinheiro de ressarcimento era empregado dentro dos gestores operacionais. Estima-se que se terá um decréscimo desse valor de praticamente 50% gerando uma economia. Acredita-se que o Estado deva retomar um ambiente de confiabilidade, que o empreendedor voltará a empreender e com isso se tenha um aumento na celebração de TCCAs. **IV– STATUS DOS PROJETOS APROVADOS E PROPOSTAS DE ADEQUAÇÃO:** o Subsecretário Mauro explicou que a equipe se preparou para esse dia porque a decisão da Câmara é soberana para esse momento. Tomou-se como medida imediata a suspensão de 13 projetos, totalizando R$ 26 milhões, que haviam sido aprovados e não haviam sido enviados ao gestor operacional. Vai ser preciso readequar, conversar com o proponente, para que seja uma coisa factível e que se adapte bem ao plano de recuperação da saúde financeira do Fundo. Foi apresentado o cancelamento de 13 projetos, totalizando R$ 14 milhões, que haviam sido deliberados, aprovados e por desinteresse do proponente não foram levados adiante. O marco temporal divisor para essa ação foi 31 de dezembro de 2017. Pedro Couto colocou que, como esses projetos foram aprovados na Câmara, seria interessante trazê-los para se tomar conhecimento de quais são e porque ficaram parados. A mesma analogia foi feita com os projetos que já estavam com os gestores em execução e aqueles aprovados que tinham sido enviados aos gestores operacionais e não iniciados. Foi realizada a suspensão de 16 projetos, totalizando R$ 46 milhões; o cancelamento de 22 projetos, totalizando R$ 53 milhões; a execução de 31 projetos, totalizando R$ 133 milhões e a redução de 03 projetos, totalizando R$ 7 milhões. Nesse grupo de suspensão tem diversos projetos da DIBAPE e do próprio INEA. Outra medida proposta foi revogar os efeitos do art. 3º, da Deliberação CCA nº 26/2010, que destinou o limite de 15% (quinze por cento) do total das compensações ambientais para utilização por Municípios e RPPNs. Foi sinalizado que essa vinculação nesse momento talvez pudesse ser contraproducente. Pedro Couto salientou que tem que se ter um certo cuidado com relação a isso. As vezes a vinculação teve um objetivo de evitar uma desvinculação futura ou evitar um problema futuro. José Mauro argumentou que entendia a preocupação do Pedro e poderia refletir a respeito, sensibilizados com o cenário financeiro, buscando fazer a coisa com mais parcimônia, mais calma e tomar essa decisão mais à frente. Talvez em vez de revogar, que é um ato que vai trazer efeitos imediatos, se poderia suspender a validade desse ato durante algum tempo. Só não gostaria de fazer nada contrário a decisão tomada pelo colegiado. Ponderou-se que hoje o Estado tem uma enxurrada de ações que arrestam dinheiro, ações civis públicas em diversas áreas, justamente por não poder fugir da desvinculação legal. Isso lhe traz um conforto administrativo e jurídico inclusive. Decidiu-se então pela suspensão. Flavio Ahmed se manifestou dizendo que gostaria de louvar a iniciativa. Acha muito nobre a posição tomada em relação a projetos que foram aprovados e não iniciaram a execução durante 1 ano. Pedro lembrou que 90% dos projetos apresentados aqui são do próprio Estado e 10% dos municípios. Mauro informou que o próprio Estado fez uma revisão e o proponente está fazendo uma redução. Não vê nenhum problema desde que os conselheiros tivessem ciência de quais foram as reduções. A sua sugestão é que esses projetos fossem mandados por e-mail para que todos tomassem ciência, fossem relacionados os projetos suspensos e votariam aqui de forma coletiva para todos os projetos. Nero Augusto se manifestou achando que os projetos que estão parados poderiam sim ser cancelados por não haver interesse do proponente. Deve-se lembrar também, que as vezes há falha com relação ao encaminhamento de alguns projetos. Mauro esclareceu que todos aqueles projetos em que houve pendência da subsecretaria, não estão cancelados, mas no máximo suspensos. Afirmou ainda, que a gestão de hoje, sem nenhuma crítica às gestões anteriores, tem o compromisso com a celeridade. Foi feita uma projeção, idealizando alguns cenários sem antes conversar com nenhum proponente, para se entender até aonde o mecanismo sobreviveria. Constatou-se que, na melhor das hipóteses, em 2023 o Fundo acabaria. O cancelamento, segundo Mauro, já é unanimidade. O que se está conversando é a suspensão. A

suspensão é uma garantia da decisão da câmara. Nada mais legitimo do que conversar com o proponente e isso será registrado com uma carta de anuência do proponente para que se tenha documentado que o proponente foi ouvido e concordou com essa redução. Sergio Bonecker colocou que no seu entendimento, vai ser respeitado aquilo que foi aprovado pela Câmara e que os projetos que serão executados serão decididos com os proponentes. Pedro salientou que o papel da Câmara não é discutir a qualidade do projeto nem a prioridade do processo dentro da política pública estabelecida pelo Estado. Tem que se avaliar se o projeto está dentro dos critérios técnicos, dentro dos parâmetros legais e encaixado dentro do plano estratégico que foi definido. Inclusive foi apresentado aqui na Câmara, um plano estratégico por solicitação dos conselheiros. Mauro informou que um dos enfrentamentos que se teve com os gestores operacionais foi o caso de um projeto aprovado de 2 milhões, que no momento do processo de contratação no gestor operacional, o processo caiu para 1 milhão e duzentos mil. Se o projeto fosse de execução de 2 anos, esse saldo de 800 mil ficaria bloqueado. Os gestores operacionais entendiam que esse saldo ficava bloqueado e não poderia ser utilizado. Explicou-se ao gestor que não faz sentido ter essa reserva de contingência e que se deveria liberar o recurso para ser destinado a outra empreitada. Hélio Vanderlei disse que o Estado fez o dever de casa efetivamente. Mas existe uma lista de municípios com projetos aprovados, projetos em andamento, e seria importante que os municípios fizessem também o dever de casa. Mauro explicou que já está sendo feito contato com as prefeituras municipais cujos projetos tinham o valor que impactava no fluxo, para negociação. Eles se encontram na categoria de suspensos. Como exemplo, o município de Carmo. O prefeito esteve aqui e já aceitou uma redução do projeto. Ficou sensibilizado e entendeu que o projeto dele vai custar 30% do valor que havia sido aprovado aqui. Essa decisão será comunicada à CCA. Nero colocou que, quando o Mauro deu exemplo de um projeto de uma casa aprovada de 3 quartos e o proponente disse que 1 quarto estaria bom, o projeto teria que voltar à Câmara, uma vez que os conselheiros aprovaram 3 quartos. Mauro esclareceu que a finalidade e a pertinência temática são as mesmas. Não se está trocando uma casa por um carro. Isso não vai ser aceito. Se ele distorcer o projeto, se irá propor aos senhores que se cancele e que ele apresente um novo projeto de tamanho menor. Luiz Antônio Santos solicitou que num momento futuro a questão dos municípios fosse vista com mais atenção e que se definisse as prioridades. Mauro esclareceu que uma das pautas da Secretária é o apoio aos municípios. Propôs então votarem a aprovação dos cancelamentos, reduções e supressões dos projetos, sendo aprovado por unanimidade. Pedro reforçou que todos esses projetos fossem encaminhados por e-mail aos conselheiros. Colocou em votação para que os projetos que foram colocados na categoria suspensão, assim que fossem revisados pelos proponentes, fossem retomados com parcial ou total execução, com comunicação à CCA na reunião subsequente. Foi aprovado por unanimidade. Colocou em votação a suspensão dos efeitos do art. 3º, da Deliberação CCA nº 26/2010 que vinculou a destinação de 15% do recurso de compensação ambiental para utilização por municípios e RPPN, para avaliação em tempo futuro, em face do cenário financeiro do mecanismo. Foi aprovado por unanimidade. Mauro informou que novos projetos serão apreciados, não necessariamente serão aprovados. Julia Bochner complementou que a DIBAPE tem trabalhado também na questão dos patrocínios. Hoje já estão elaborando uma minuta de Resolução, de regulamentação para fomentar a questão do patrocínio que entraria num dos instrumentos do FMA. Esse instrumento seria o Outras Fontes. Claudio Dutra informou que existe um mecanismo dentro do FMA que é o mecanismo da doação e nunca foi utilizado. Um trabalho está sendo feito para se fazer algum tipo de divulgação, implementação disso junto a alguns empreendedores, que além da obrigatoriedade que eles teriam dos seus empreendimentos, também pudessem fazer doações de maneira voluntária. Mauro aproveitou para colocar que hoje já se iniciou conversa com o IDG, para fazer uma interlocução junto ao BID para tentar conseguir recursos do BID para entrar em paridade com os recursos do Fundo em projetos

de conservação. Pedro colocou que, olhando a Resolução nº 12/19, viu que existem algumas questões como por exemplo, a aprovação do Regimento Interno da Câmara. A Câmara já tem seu regimento e precisará ser aprovado um novo Regimento. Acha que já se poderia marcar uma reunião extraordinária para se ter um esqueleto e se começar a discutir. Mauro esclareceu que a ideia era que fosse discutido previamente um esqueleto do regimento por e-mail, com diversas colocações e que fosse submetido a assessoria jurídica da SEAS também. Quando se chegasse a um consenso, e se houvesse divergência se traria para votação. Se não houvesse divergência seria aprovado por unanimidade. Outro assunto levantado pelo Pedro, ainda em relação à Resolução nº 12/19, foi sobre o parágrafo 1º, do artigo 2º, que repete a ordem de prioridade de investimento do Decreto 4340/2002 e coloca que deve observar a ordem de prioridade dos recursos em conformidade com o Decreto 4340/2002. Acha que é importante deixar claro que essa ordem de prioridade não necessariamente deverá ser preferencialmente cumprida porque senão, só com regularização fundiária, acabaria o dinheiro do Fundo. Outra questão, tanto no parágrafo 3º quanto no parágrafo 4º, do art 3º, é dito que todos os projetos terão como lastro um parecer técnico das áreas correspondentes. Somente 1 projeto foi encaminhado para os conselheiros com o respectivo parecer, que no seu entendimento, não é um parecer que ele esperava. Ele não trata dos aspectos relacionados ao art 17 da Lei 11.428, que é o investimento. Somente foi citado no parecer que o projeto é de relevância ecológica. Espera que os pareceres tenham como fundamento o art 36, da Lei do SNUC ou o art 17, da Lei 11.428/06 e, tendo esses dois elementos, se poderá saber se o projeto é cabível ou não. Esses pareceres são fundamentais. **V - NOVOS PROJETOS: V.1) "Restauração Florestal de 13 Hectares de Mata Atlântica no Núcleo São João Batista e no Núcleo Bela Vista, Ambos Pertencentes à UC PNM da Mata Atlântica".** (E-07/026.1426/19) Proponente: Município de Santo Antônio de Pádua. Valor estimado: R$ 381.848,85 (trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta e cinco centavos). Posto em votação, foi **APROVADO** por unanimidade, conforme Art. 11, I, do Regimento Interno. Eline Martins esclareceu que a carteira de Restauração Florestal, que vem sendo construída desde 2016, nunca foi implementada. Não teve um projeto que tenha passado pela aprovação da Comissão Estadual de Restauração Florestal – CERF, que agora se uniu à CCA. Hoje é a primeira vez que se traz projetos de restauração florestal para serem implementados. Hoje se tem um recurso de 7 milhões na carteira, mas nenhum projeto tinha sido aprovado ainda. Mauro salientou que hoje é um dia histórico porque pela primeira vez o Estado do Rio de Janeiro tem a chance de aprovar o primeiro projeto de restauração florestal. A Secretária enfatizou que é muito importante, mostra um avanço muito grande nessa área, de uma carteira que estava represada e agora se pode finalmente utilizar esse recurso, numa pauta que é tão importante. Foi um trabalho da Subsecretaria da Eline em viabilizar isso, em dar esse suporte aos municípios, construir junto esses processos com todas as restrições relacionadas a utilização dessa carteira para finalmente viabilizar essa implementação. Eline colocou que se utilizará esses recursos para fitofisionomia correta e para a RH correta de acordo com a supressão que foi feita. Julia complementou que todos esses projetos passam por uma análise técnica da SUBCON e recentemente foi lançado o Atlas dos Mananciais de Abastecimento Hídrico do Estado do Rio de Janeiro, onde foi mapeado, baseado em diversos critérios, as áreas consideradas como prioritárias para restauração no Estado, voltadas para a questão do abastecimento hídrico. Todas as áreas que estão sendo trazidas hoje pelos municípios, passaram pelo crivo para saber se estão dentro da área mapeada como prioritária. **V.2) "Restauração Florestal de 05 Hectares de Mata Atlântica na Área de Proteção Ambiental de Palmares"** (E-07/001.402/17). Proponente: Município Paty do Alferes. Valor estimado: R$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais). A Subsecretária Eline explicou que, como a CCA juntou com a CERF, foi utilizado o modelo de CFF e apresentação de projeto da CCA. SEAS e INEA estão discutindo a reformulação de apresentação de projetos de restauração florestal.

Mauro informou que se está em vias de, após longos 3, 4 anos de conversa entre Ministério Público, a Petrobras e o Estado, se deva retomar o licenciamento do COMPERJ. Só aí há a previsão de 350 milhões de reais em restauração florestal. Posto em votação, foi **APROVADO** por unanimidade, conforme Art. 11, I, do Regimento Interno. **V.3) "Restauração da Área de Preservação Permanente do Rio Indaiaçu – 1° Distrito de Casimiro de Abreu"** - (E-07/026.1424/19) Proponente: Município de Casimiro de Abreu. Valor estimado: R$ 437.889,55 (quatrocentos e trinta e sete mil, oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos). Denise Rambaldi fez a apresentação e colocou uma preocupação quanto a suspensão da deliberação que vinculava 15% dos recursos da Câmara para os municípios. Posto em votação, foi **APROVADO** por unanimidade, conforme Art. 11, I, do Regimento Interno. **V.4) "Apoio Técnico à Implantação de Infraestrutura das Unidades de Conservação do Estado do RJ"** – (E-07/026.1418/2019) Proponente: INEA/DIRAM. Valor estimado: R$ 4.588.461,60 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos). Posto em votação, foi **APROVADO** por unanimidade, conforme Art. 11, I, do Regimento Interno. **V.5) "Restauração Florestal de Mata Atlântica nas Áreas de Atuação do Projeto Conexão Mata Atlântica na Região Norte Noroeste do Estado do RJ"** – (E-07/026.1428/2019) Proponente: SEAS/SUBCON. Valor estimado: R$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais). A Secretária colocou que esse projeto, além de ser o primeiro, foi um desafio para essa gestão que tinha que viabilizar o orçamento represado da restauração florestal. Parabenizou toda a equipe da Subsecretária Eline pelo esforço. Pedro perguntou porque um projeto tão importante ser só de 5 hectares. Aline respondeu que é um projeto piloto e que o recurso só dava para fazer 5 hectares. Posto em votação, foi **APROVADO** por unanimidade, conforme Art. 11, I, do Regimento Interno. **V.6) "Olho no Verde - Monitoramento e Detecção de Mudança de Cobertura Florestal – 4ª Fase"** - E-07/026.1457/2019 Proponente: SEAS/SUBCON. Valor estimado: R$ 1.712.644,88 (um milhão, setecentos e doze mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos). Posto em votação, foi **APROVADO** por unanimidade, conforme Art. 11, I, do Regimento Interno. **SOLICITAÇÃO DE ADITIVOS: VI.1)** Foi aprovado a solicitação de aditivo de valor e de prazo proposto pela SEAS/SUBCON, ao Projeto **"Olho no Verde" – Monitoramento e Detecção de Mudança de Cobertura Florestal – 3ª Fase"**, (E-07/001.384/17), no valor de R$ 890.039,00 (oitocentos e noventa mil e trinta e nove reais) e prazo de 06 meses. Mauro explicou que a estratégia seria aprovar o aditivo de 06 meses para gerar um conforto e já deixar previamente aprovado o orçamento para 1 ano após esses 06 meses. Todavia seria um compromisso da Secretaria fazer um esforço para contemplar esse projeto em outra fonte orçamentária para não precisar contratar dentro do mecanismo. **VI.2)** - Foi aprovado a solicitação de aditivo de valor e de prazo, proposto pelo **INEA**/DIRAM, ao Projeto "**Apoio Técnico à Implantação de Infraestrutura das Unidades de Conservação do Estado do RJ – Fase 3**" (E-07/001.416/16), no valor de R$ 1.529.487,20 (um milhão, quinhentos e vinte e nove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte centavos) e prazo de 04 meses. **VII - ENCERRAMENTO**: Agradeci a equipe da SUPFIP e da SUBEXE, bem como a participação de todos e dei por encerrada a reunião. Eu, José Mauro de Farias Jr, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por todos os representantes da Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro presentes nesta data. Rio de Janeiro, 30 de maio de dois mil e dezenove.

ANA LUCIA SANTORO SEAS	**MAURO FARIAS** SEAS/SUBEXEC	**SERGIO BONECKER** UFRJ
JULIA BOCHNER INEA/ DIBAPE	**CLAUDIO DUTRA** INEA	**NERO AUGUSTO** ICMBio
JORGE CHAVES INEA/DIRAM	**PEDRO COUTO** FIRJAN	**SERGIO CÂMARA** INEA/DIPOS
FABIO PINHO CICCA	**FLAVIO AHMED** OAB	**DOUGLAS NASCIMENTO** INEA/DILAM
ELINE MARTINS SEAS/SUBCON	**LUIZ ANTONIO SANTOS** ANAMMA	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO CCA Nº 28/2011 DE DE JULHO DE 2011

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº 101, de 04 de maio de 2009 e conforme decisão na 31ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de abril de 2011.

DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar os projetos abaixo discriminados, com apoio financeiro das medidas compensatórias, decorrentes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previstas pelo art. 36 da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
"Elaboração de Sistema de Informações Geográficas e Plano de Manejo da APA da Bacia do Rio Macacu" (E-07/000.211/11)	INEA/DIBAP	R$229.970,00	COMPERJ (E-07/500.056/2009)
"Estruturação para a Gestão e uso público do Parque Natural Municipal de Petrópolis" (E-07/000.306/10)	Prefeitura Municipal de Petrópolis	R$1.297.349,09	Arco Metropolitano - segmento C (E-07/507.106/2009)

Art. 2º - Aprovar o encerramento do projeto **"Programa Estadual de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) – Fase I"** (E-07/000.069/08), com saldo remanescente de R$202.559,64 (duzentos e dois mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 3º - Aprovar o encerramento do projeto **"Estruturação do Núcleo de Regularização Fundiária (NUREF) – Fase I"** (E-07/000.068/08), com saldo remanescente de R$96.842,30 (noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e dois reais e trinta centavos).

Art. 4º - Aprovar a alteração do valor do projeto **"Uma Área Natural Protegida de Mata Atlântica Acessível aos Portadores de Necessidades Especiais – REBIO**

ORIGINAL ASSINADO

União" (E-07/000.191/2008) para R$311.778,92 (trezentos e onze mil, setecentos e setenta e oito reais e noventa e dois centavos).

Art. 5º – Aprovar como fonte de financiamento do projeto **"Obras civis para implantação da sede da Estação Ecológica Estadual da Guaxindiba"** (E-07/000.601/10), a compensação ambiental do empreendimento "Pátio Logístico e Operações Portuárias no Porto do Açu" (E-07/ 505.928/09), pactuada por meio do TCCA nº12/2009, sob responsabilidade da empresa LLX Açu Operações Portuárias S.A.

Art. 6º – Aprovar o aporte inicial de R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) no Instrumento Financeiro Fiduciário do Mecanismo para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro, com a seguinte composição: R$7.000.000,00 (sete milhões de reais) da compensação ambiental do empreendimento COMPERJ, sob responsabilidade da empresa Petrobrás, pactuada por meio do TCCA nº03/2010 (E-07/500.056/2009); R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) da compensação ambiental do empreendimento GASDUC III e Estação de Compressão de Campos Elíseos, sob responsabilidade da empresa Transportadora Associada de Gás, pactuado por meio do TCCA nº12/2008 (E-07/200.186/2007); R$3.000.000,00 (três milhões de reais) da compensação ambiental do empreendimento Porto do Açu, sob responsabilidade da empresa LLX Açu Operações Portuárias S.A., pactuado por meio do TCCA nº12/2009 (E-07/505.928/09).

Art. 7º – Cancelar o projeto "**Reconhecimento Fundiário da APA Guandu**" (E-07/000.054/2008).

Art. 8º – Aprovar o aporte adicional de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ao projeto **Provisionamento de Fundos para Regularização Fundiária** de UCs de Proteção Integral Estaduais (E-07/000.161/08) contemplando todas as UCs de proteção integral sob gestão do INEA, com recursos da compensação ambiental do empreendimento COMPERJ, sob responsabilidade da empresa Petrobrás, pactuada por meio do TCCA nº03/2010 (E-07/500.056/2009).

Art. 9º - Aprovar o limite de 20% (vinte por cento) para remanejamento de recursos pelo gerente de cada projeto, sem aumento de despesas, sem mudança de escopo, e sem necessidade de retornar à CCA.

Art. 10º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, de julho de 2011

CARLOS MINC
Presidente

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO CCA Nº 29/2011 DE DE JULHO DE 2011

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº 101, de 04 de maio de 2009 e conforme decisão na 32ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de maio de 2011.

DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar os projetos abaixo discriminados, com apoio financeiro das medidas compensatórias, decorrentes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previstas pelo art. 36 da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
"Cercamento, sinalização e aquisição de viaturas para o Parque Estadual da Pedra Branca" (E-07/000.272/11)	INEA/DIBAP	R$1.905.534,78	Transoeste - trecho 4 do Anel Viário da cidade (E-07/501.764/2010) TCCA nº08/2010
"Sistema de sustentabilidade das UCs de proteção Integral da Ilha Grande" (E-07/000.258/11)	INEA/DIBAP	R$672.004,28	COMPERJ (E-07/500.056/2009) TCCA nº02/2010

Art. 2º - Retificar o valor aprovado para o projeto **"Estruturação do Núcleo de Regularização Fundiária (NUREF) – Fase I"** (E-07/000.068/08) para R$1.135.764,19 (um milhão, cento e trinta e cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e dezenove centavos).

Art. 3º - Aprovar o aporte adicional de R$120.000,00 (cento e vinte mil reais) da compensação ambiental do empreendimento Companhia Siderúrgica do Atlântico, sob responsabilidade da empresa THYSSENKRUPP CSA COMPANHIA SIDERÚRGICA, pactuada por meio do TCCA nº11/2007, para elaboração dos Termos de Referência para contratação dos projetos executivos do projeto **"Implantação do Plano de Manejo do Parque Municipal de Nova Iguaçú"** (E-07/000.128/08).

Art. 4º - Aprovar a revisão do orçamento e plano de trabalho do projeto **"Elaboração de Projetos Executivos de Reforma e Construção de Infraestruturas para as Sedes do Parque Estadual da Serra da Concórdia, da Reserva Biológica e Arqueológica**

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

de Guaratiba e da Reserva Biológica de Araras" (E-07/000.232/2010) passando para o teto orçamentário de R$535.000,00 (quinhentos e trinta e cinco mil reais) mantendo como fonte orçamentária a compensação ambiental do empreendimento Companhia Siderúrgica do Atlântico, sob responsabilidade da empresa THYSSENKRUPP CSA COMPANHIA SIDERÚRGICA, pactuada por meio do TCCA nº11/2007.

Art. 5º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, de julho de 2011

CARLOS MINC
Presidente

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO CCA Nº 33/2011 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº 101, de 04 de maio de 2009 e conforme decisão na 35ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de setembro de 2011.

DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar os projetos abaixo discriminados, com apoio financeiro da compensação ambiental decorrente do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previstas pelo art. 36 da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
Plano de Manejo do Monumento Natural da Pedra do Colégio (E-07/000.539/11)	Prefeitura de Cachoeiras de Macacu	R$ 213.550,00	Acesso Rodoviário ao COMPERJ (E-07/502.034/2011) TCCA nº01/2011
Projeto Executivo para Implantação do Núcleo Babilônia no Parque Estadual do Desengano (E-07/000.576/11)	INEA	R$ 340.000,00	Pátio Logístico e Operações Portuárias no Porto do Açu (E-07/505.928/2009) TCCA nº12/2009
Projetos executivos para trilhas e atrativos dos parques da copa 2014 (E-07/000.573/11)	INEA	R$ 601.219,98	COMPERJ – infra-estrutura de urbanização (E-07/204.068/2006) TCCA nº07/2008
Ações prioritárias para implantação do Parque Estadual da Costa do Sol (E-07/000.575/11)	INEA	R$ 1.696.575,00	COMPERJ – infra-estrutura de urbanização (E-07/204.068/2006) TCCA nº07/2008
Implantação de rede de comunicação operacional via radio nas UCs (E-07/000.574/11)	INEA	R$ 1.080.028,80	Porto do Açu (E-07/200.239/2007) TCCA nº01/2009
Gerenciamento de projetos e obras em UCs estaduais de proteção integral (E-07/000.665/11)	INEA	R$ 1.500.000,00	Pátio Logístico e Operações Portuárias no Porto do Açu (E-07/505.928/2009) TCCA nº12/2009

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art. 2º - Retificar o Art. 1º da Deliberação CCA nº 29/2011 para corrigir a numeração atribuída ao TCCA por meio do qual foi pactuada a compensação ambiental do COMPERJ (E-07/500.056/2009), passando de TCCA nº02/2010 para TCCA nº03/2010.

Art. 3º - Aprovar a revisão orçamentária do projeto **"Implantação do Plano de Manejo do Parque Municipal de Nova Iguaçú"** (E-07/000.128/08), passando a ter teto orçamentário total de R$ 1.628.773,35 (um milhão, seiscentos e vinte e oito mil, setecentos e setenta e três reais e trinta e cinco centavos), a ser financiado pela compensação ambiental do empreendimento Companhia Siderúrgica do Atlântico, sob responsabilidade da empresa THYSSENKRUPP CSA COMPANHIA SIDERÚRGICA, pactuada por meio do TCCA nº11/2007.

Art. 4º - Aprovar a revisão orçamentária do projeto **"Obras civis para implantação da sede da Estação Ecológica Estadual da Guaxindiba"** (E-07/000.601/10), passando a ter teto orçamentário total de R$ 2.897.426,01 (dois milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e vinte e seis reais e um centavo), a ser financiado pela compensação ambiental do empreendimento "Pátio Logístico e Operações Portuárias no Porto do Açu" (E-07/ 505.928/09), pactuada por meio do TCCA nº12/2009, sob responsabilidade da empresa LLX Açu Operações Portuárias S.A.

Art. 5º - Aprovar a destinação de R$7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais) da compensação ambiental do empreendimento "TAIC, TAIR e dutos GLP" (E-07/200.199/2007), pactuada por meio do TCCA nº16/2008, sob responsabilidade da PETROBRÁS, para o projeto **"Regularização Fundiária do Parque Natural Municipal de Grumari"** (E-07/000.088/11), apresentado pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Parágrafo Único – O saldo remanescente dos valores previstos no TCCA nº16/2008, incluindo multas e juros, será depositado no Instrumento Financeiro Fiduciário do FMA.

Art. 6º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ORIGINAL ASSINADO

Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2011

CARLOS MINC
Presidente

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO CCA Nº 34/2011 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº 101, de 04 de maio de 2009 e conforme decisão na 36ª Reunião Ordinária, realizada em 02 de dezembro de 2011.

DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar os projetos abaixo discriminados, com apoio financeiro da compensação ambiental decorrente do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previstas pelo art. 36 da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
Estruturação do Parque Natural Municipal do Curió: 1º etapa – projetos executivos (E-07/000.354/2010)	Prefeitura de Paracambi	R$135.000,00	Berço de Atracação e Carregadeira – Vale do Rio Doce (E-07/202.751/2007) TCCA nº27/2008
Implantação e Fortalecimento do Refúgio da Vida Silvestre da Ventania (E-07/000.726/11)	Prefeitura de Miracema	R$497.508,00	Pátio Logístico e Operações Portuárias no Porto do Açu (E-07/505.928/2009) TCCA nº12/2009
Fortalecimento e Implementação da Gestão do Uso Público para Incremento da Visitação nos Parques Estaduais do ERJ (E-07/000.714/11)	INEA	R$ 4.375.600,00	GASDUC III e Estação de Compressão de Campos Elíseos (E-07/200.186/2007) TCCA nº12/2008
Elaboração do Primeiro Censo da Mata Atlântica do ERJ como Subsídio à Criação, Avaliação e Monitoramento das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro (E-07/000.707/11)	SEA	R$2.800.000,00	Porto do Açu (E-07/200.239/2007) TCCA nº01/2009
Programa Estadual de Controle, Monitoramento e/ou Erradicação de Espécies Exóticas Invasoras em	SEA/INEA	R$175.000,00	Porto do Açu (E-07/200.239/2007) TCCA nº01/2009

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Unidades de Conservação (E-07/000.709/11)			
Estruturação da Fiscalização, Combate aos Crimes Ambientais e Incêndios nas UCs do ERJ (E-07/000.720/11)	SEA	R$771.210,00	COMPERJ – Unidade Petroquímica Básica (E-07/500.056/2009) TCCA nº03/2010

Art. 2º – Aprovar o aporte adicional de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ao projeto **Provisionamento de Fundos para Regularização Fundiária** de UCs de Proteção Integral Estaduais (E-07/000.161/08) contemplando todas as UCs de proteção integral sob gestão do INEA, com recursos da compensação ambiental do empreendimento "Unidade de Construção Naval do Açu", sob responsabilidade da empresa OSX Construção Naval S.A., pactuada por meio do TCCA nº05/2011 (E-07/503.375/2011).

Art. 3º - Aprovar a destinação do saldo remanescente da compensação ambiental do empreendimento "Porto do Açu", sob responsabilidade das empresas Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. e LLX Minas-Rio Logística Comercial, pactuado por meio do TCCA nº01/2009 (E-07/200.239/2007), para o Instrumento Financeiro Fiduciário do FMA.

Art. 4º - Retificar o Art. 1º da Deliberação CCA nº 33/2011 para corrigir a fonte de financiamento dos projetos "**Projetos executivos para trilhas e atrativos dos parques da copa 2014**" (E-07/000.573/11) e "**Ações prioritárias para implantação do Parque Estadual da Costa do Sol**" (E-07/000.575/11), passando do TCCA nº07/2008 para o TCCA nº03/2010, sob responsabilidade da empresa Petrobrás, referente ao licenciamento do empreendimento "COMPERJ – Unidade Petroquímica Básica" (E-07/500.056/2009).

Art. 5º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ORIGINAL ASSINADO

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2011

CARLOS MINC
Presidente

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO CCA Nº 05 **DE 20 DE FEVEREIRO DE 2008**

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, e conforme decisão na 10ª Reunião, realizada em caráter ordinário, em 20 de fevereiro de 2008.

DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar o projeto abaixo discriminado, com apoio financeiro das medidas compensatórias, decorrentes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previstas pelo art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

PROJETO	VALOR (R$)
Projeto para Provisionamento de Fundos para Regularização Fundiária das Unidades de Conservação de Projeto Integral Estaduais	R$ 5.000.000,00

Art. 2º - Altera a fonte de financiamento do Projeto de Implementação de Guaritas e Pórtico para o Parque Estadual dos Três Picos, de Guascor (atual AES Rio PCH Ltda.)

Art. 3º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2008.

CARLOS MINC
Presidente

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO CCA Nº 36/2012 DE 17 DE AGOSTO DE 2012

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº 101, de 04 de maio de 2009 e conforme decisão na 38ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de Julho de 2012.

DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar os projetos abaixo discriminados, com apoio financeiro da compensação ambiental decorrente do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previstas pelo art. 36 da Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Federal Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Chico Mendes (E-07/000.288/2012)	Prefeitura do Rio de Janeiro	R$ 276.112,60	Transoeste - Trecho 4 (TCCA 08/2010)
Núcleo de RPPNs – Fase 3 (E-07/000.379/2012)	INEA	R$ 1.905.102,97	OSX – Unidade de Construção Naval do Açú (TCCA 05/2011)
Núcleo de Regularização Fundiária – Fase 3 (E-07/000.378/2012)	INEA	R$ 2.689.199,35	LLX – Pátio Logístico (TCCA 12/2009)
Prospecção Arqueológica na Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (E-07/000.374/2012)	INEA	R$ 87.000,00	Quitumba Angra Resort (TCCA 04/2012)
Infraestrutura física da sede do Parque Estadual do Cunhambebe (E-07/000.376/2012)	INEA	R$ 3.425.000,00	UTE Baixada Fluminense (TCCA 11/2011)
Infraestrutura física da sede do Parque Estadual da Serra da Concórdia – Valença – 1ª Etapa (E-07/000.375/2012)	INEA	R$ 4.260.000,00	COMPERJ – UPB (TCCA 03/2010)

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Levantamento topográfico e obras para regularização do Uso Público Religioso no PN da Tijuca (E-07/000.363/2012)	SEA	R$ 460.000,00	Infraero (TCCA 13/2009)

Art. 2º – Aprovar o projeto **"Torre/Mirante de vigilância e visitação turística no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba"** (E-07/000.380/2012), apresentado pelo Instituto Chico Mendes, no valor de R$577.500,00, para compor banco de projetos.

Art. 3º - Aprovar o encerramento do projeto **"RAMSAR II"** (E-07/000.353/09), com saldo remanescente de R$ 522,03.

Art. 4º - Aprovar o encerramento do projeto **"Projeto de Requalificação da Ligação Terrestre entre Abraão e Dois Rios na Ilha Grande"** (E-07/000.036/10), com saldo remanescente de R$ 1.398,16.

Art. 5º - Cancelar o projeto **"Construção de sede, guarita e cercamento da sub-sede Vale da Revolta do PETP"** (E-07/000.319/10).

Art. 6º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de Agosto de 2012

CARLOS MINC
Presidente

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO CCA Nº 44/2014 **DE 02 DE JANEIRO DE 2014**

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº 101, de 04 de maio de 2009 e conforme decisão na 46ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de dezembro de 2013;

DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar os projetos abaixo discriminados, com apoio financeiro da compensação ambiental decorrente do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previstas pelo art. 36 da Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Federal Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
"Aquisição de Embarcação para Deslocamento Marítimo e Lagunar do Parque Estadual da Serra da Tiririca, Reserva Extrativista Marinha de Itaipu e Reserva Ecológica da Juatinga" (E-07/001/835/2013)	INEA/DIBAP	R$ 606.320,00	LINHA DE TRANFERÊNCIA - TRANSPETRO (TCCA 10/2011)
"Consolidação da Gestão do Uso Público nas Unidades de Conservação Estaduais do Estado do Rio de Janeiro" (E-07/001/834/2013)	INEA/DIBAP	R$ 3.482.080,00	UNIDADE PETROQUÍMICA - COMPERJ (TCCA 03/2010)
"Fortalecimento das Ações de Educação Ambiental em Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro" (E-07/001/833/2013)	INEA/DIBAP	R$ 3.590.100,00	UNIDADE PETROQUÍMICA - COMPERJ (TCCA 03/2010)
"Ação Prioritária para a Melhoria de Gestão da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macacu – Aquisição de Veículo" (E-07/001/839/2013)	INEA/DIBAP	R$ 150.683,00	INFRAESTRUTURA - COMPERJ (TCCA 08/2012)
"Ação Prioritária para a Melhoria de Gestão da Área de Proteção Ambiental do Alto	INEA/DIBAP	R$ 150.683,00	CORREDOR TRANSOLÍMPICO

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Iguaçu – Aquisição de Veículo" (E-07/001/838/2013)			(TCCA 01/2013)
"Melhoria da Estrutura de Uso Público do Parque Nacional do Itatiaia" (E-07/001/828/2013)	ICMBio	R$ 343.051,50	AÇOS LONGOS - CSN (TCCA 15/2012)

Art. 2º – Aprovar o encerramento do projeto **"Infraestrutura EEE Paraíso"** (E-07/000/035/2010).

Art. 3º – Aprovar o encerramento do projeto **"Cercamento e Sinalização RBG"** (E-07/000/234/2010).

Art. 4º – Aprovar aporte adicional de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ao projeto **Provisionamento de Fundos para Regularização Fundiária** de UCs de Proteção Integral Estaduais (E-07/000/161/08) contemplando todas as UCs de Proteção Integral sob gestão do INEA, com recursos da compensação ambiental do empreendimento "Unidade Petroquímica - COMPERJ", sob responsabilidade da empresa Petrobrás S.A., pactuada por meio do TCCA nº 03/2010.

Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 2014.

CARLOS MINC
Presidente

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO CCA Nº 51/2014 **DE 11 DE SETEMBRO DE 2014**

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº 101, de 04 de maio de 2009 e conforme decisão na 52ª Reunião Ordinária, realizada em 03 de setembro de 2014;

DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar o projeto abaixo discriminado, com apoio financeiro da compensação ambiental decorrente do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previsto pelo art. 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
"Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro: Análises e Estratégias para Conservação da Flora Endêmica Ameaçada" (E-07/001.428/2014)	SEA/SBF	R$ 1.997.489,00	COMPERJ (TCCA 03/2010)

Art. 2º – Aprovar, de acordo com o Convênio SEA 03/2009, o reembolso dos custos operacionais do Convenente no valor de R$227.837,69 (duzentos e vinte e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais e sessenta e nove centavos) relativos aos meses de maio e junho de 2014, a ser debitado das seguintes contas:

a) COMPERJ - UPB (TCCA 03/2010): R$86.499,57 (oitenta e seis mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos);
b) PORTO DO AÇU - LLX (TCCA 12/2009): R$55.573,02 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e setenta e três reais e dois centavos);
c) UTE BAIXADA (TCCA 11/2011): R$32.720,99 (trinta e dois mil, setecentos e vinte reais e noventa e nove centavos);
d) OSX (TCCA 05/2011): R$14.379,17 (quatorze mil, trezentos e setenta e nove reais e dezessete centavos);
e) INFRAESTRUTURA URBANIZAÇÃO COMPERJ (TCCA 08/2012): R$11.612,77 (onze mil, seiscentos e doze reais e setenta e sete centavos);

ORIGINAL ASSINADO

f) TRANSOLÍMPICA (TCCA 01/2013): R$11.612,77 (onze mil, seiscentos e doze reais e setenta e sete centavos);
g) VIA PRINCIPAL - COMPERJ (TCCA 01/2011): R$8.235,10 (oito mil, duzentos e trinta e cinco reais e dez centavos);
h) GROTA FUNDA (TCCA 08/2010): R$5.847,66 (cinco mil, oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos);
i) TERMINAL MARÍTIMO DA ILHA GUAÍBA (TCCA 12/2012): R$1.140,70 (um mil, cento e quarenta reais e setenta centavos);
j) GASDUC III (TCCA 12/2008); R$140,84 (cento e quarenta reais e oitenta e quatro centavos);
k) CSA (TCCA 11/2007) R$57,77 (cinquenta e sete reais e setenta e sete centavos);
l) GASJAP (TCCA 13/2007) R$17,33 (dezessete reais e trinta e três centavos)

Art. 3º – Aprovar o encerramento do projeto **"Realização de Levantamento Topográfico e Obras para Regularização do Uso Público Religioso de Áreas Estratégicas do Parque Nacional da Tijuca"** (E-07/000.363/12), com saldo remanescente de R$ 92.773,14 (noventa e dois mil, setecentos e setenta e três reais e quatorze centavos).

Art. 4º – Aprovar o encerramento do projeto **"Plano de Manejo Monumento Natural Municipal Pedra do Colégio"** (E-07/000.539/11), com saldo remanescente no valor de R$10.011,70 (dez mil, onze reais e setenta centavos).

Art. 5º – Aprovar o encerramento do projeto **"Estruturação de Instrumentos de Gestão para o Parque Natural Municipal da Prainha e Parque Natural Municipal de Grumari, através da Elaboração dos Planos de Manejo"** (E-07/000.370/10).

Art. 6º – Aprovar o encerramento do projeto **"Estruturação de Instrumentos de Gestão para o Parque Natural Municipal do Mendanha através da Elaboração do Plano de Manejo"** (E-07/000.344/10).

Art. 7º – Aprovar o encerramento do projeto **"Estruturação de Instrumentos de Gestão para o Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca através da Elaboração do Plano de Manejo"** (E-07/000.369/10).

Art. 8º - Aprovar a retificação do valor do projeto **"Aquisição de Mobiliários, Equipamentos, Utensílios e Veículos para a Sede do Parque Estadual Cunhambebe"**, passando o valor de R$ 565.578,31 (quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e setenta e oito reais e trinta e um centavos) para R$ 573.201,31 (quinhentos e setenta e três mil, duzentos e um reais e trinta e um centavos).

Art. 9º - aprovar o cancelamento do projeto **"Elaboração de SIG e Plano de Manejo da APA da Bacia do Rio Macacu"** (E-07/001.297/2014).

Art. 10º - Autorizar aditivo de 12 (doze) meses no prazo de execução do projeto **"Estruturação do Programa de Unidades de Polícia Ambiental – UPAm, nos Parques Estaduais do Rio de Janeiro"** (E-07/001.578/2013).

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art. 11º – Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11de setembro de 2014.

CARLOS PORTINHO
Presidente

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO CCA Nº 52/2014 **DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014**

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº 101, de 04 de maio de 2009 e conforme decisão na 53ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de outubro de 2014;

DELIBERA:

Art. 1º - Aprovar os projetos abaixo discriminados, com apoio financeiro da compensação ambiental decorrente do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previsto pelo art. 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
"Adequação Ambiental da Estrada Parque Cunhambebe - RJ 149 – Subtrecho Inserido no Parque Estadual do Cunhambebe" (E-07/001.346/2014)	INEA/DIBAP	R$ 3.900.000,00	METRO LINHA 4 – CONCESSIONÁRIA RIO BARRA (TCCA 06/2012)
"Regularização Fundiária do Parque Natural Municipal Monte Azul (E-07/001.407/2014)	PREFEITURA DE RIO BONITO	R$ 550.499,66	UNIDADE PETROQUÍMICA - COMPERJ (TCCA 03/2010)
"Obras Civis Destinadas à Implantação de Infraestrutura das Trilhas e Atrativos do Parque Estadual da Serra da Tiririca" (E-07/001.484/2014)	INEA/DIBAP	R$ 2.426.172,14	UNIDADE PETROQUÍMICA - COMPERJ (TCCA 03/2010)
"Gerenciamento de Projetos Arquitetônicos e Obras para Estruturação Física das Unidades de Conservação Estaduais do ERJ – 2ª fase" (E-07/001.471/2014)	INEA/DIBAP	R$ 2.300.000,00	UNIDADE PETROQUÍMICA - COMPERJ (TCCA 03/2010)

ORIGINAL ASSINADO

"Fortalecimento do Parque Estadual da Serra da Concórdia – 2ª Fase" (E-07/001.480/2014)	INEA/DIBAP	R$ 4.300.000,00	UNIDADE PETROQUÍMICA - COMPERJ (TCCA 03/2010)
"Projeto de Fortalecimento da Estrutura Institucional para o Combate aos Incêndios Florestais nas Unidades de Conservação no ERJ" (E-07/001.514/2014)	SEA/CICCA	R$ 1.565.000,00	UNIDADE PETROQUÍMICA - COMPERJ (TCCA 03/2010)
"Projeto de Operacionalização da Gestão das Unidades de Conservação Estaduais" (E-07/001.479/2014)	INEA/DIBAP	R$ 900.000,00	Vide Artigo 2º abaixo

Art. 2º – O **"Projeto de Operacionalização da Gestão das Unidades de Conservação Estaduais" (E-07/001.479/2014)** será financiado pelo aporte conjunto do saldo integral dos seguintes TCCAs no Instrumento Financeiro Fiduciário:

TCCA	Empreendedor	Empreendimento
02/2009	CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO	CTRS MACAÉ
03/2011	PRIMUS IPANEMA AGROPECUÁRIA LTDA	LOTEAMENTO INDUSTRIAL
06/2011	CENTRAL DE TRATAMENTOS DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S/A	CTR ALCÂNTARA
07/2011	HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S/A	CTR BARRA MANSA
09/2011	PONTAL DE NOVA IGUAÇU EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	VILAREJO MARAPICU
07/2012	ESTALEIRO BRASFELS	AMPLIAÇÃO DO ESTALEIRO
16/2012	COSTA VERDE PARTICIPAÇÕES LTDA 16	SISTEMA VIÁRIO DO RESORT PERÓ
17/2012	COSTA VERDE PARTICIPAÇÕES LTDA 17	ÁREA 4 E PÓRTICO DO RESORT PERÓ
18/2012	COSTA VERDE PARTICIPAÇÕES LTDA 18	ÁREA 30 E 32 E PARTE 31 DO RESORT PERÓ
19/2012	COSTA VERDE PARTICIPAÇÕES LTDA 19	ÁREA 15 E 16 DO RESORT PERÓ
20/2012	COSTA VERDE PARTICIPAÇÕES LTDA 20	ÁREA 33 DO RESORT PERÓ
21/2012	COSTA VERDE PARTICIPAÇÕES LTDA 21	ÁREA 19 E 22 DO RESORT PERÓ
10/2013	TECNOSOL COMÉRCIO E SERVIÇOS	CTR QUISSAMÃ

ORIGINAL ASSINADO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

	LTDA	
15/2013	VILLA AZUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE2 LTDA	LOTEAMENTO ALPHAVILLE RESENDE 2

Art. 3º – Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2014.

CARLOS PORTINHO
Presidente

ORIGINAL ASSINADO

123

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente
Câmara de Compensação Ambiental

DELIBERAÇÃO CCA Nº 58/2015 **DE 10 DE AGOSTO DE 2015.**

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº377, de 23 de dezembro de 2013, modificada pela Resolução SEA nº456, de 30 de março de 2015, e conforme decisão na 58ª Reunião Ordinária, realizada em 05 de agosto de 2015;

DELIBERA:

Art. 1º – Aprovar o projeto abaixo discriminado, com apoio financeiro da compensação ambiental decorrente do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previsto pelo art. 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
"Projeto de Fortalecimento Operacional das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro" (E-07/001.248/2015)	INEA/DIBAP	R$6.746.230,56	UNIDADE PETROQUÍMICA - COMPERJ (TCCA 03/2010)

Art. 2º – Autorizar a Secretaria-Executiva a definir destinação para o saldo residual da compensatória Ampliação REDUC (TCCA 15/07 repactuado pelo TCCA 12/11), atualmente em R$16.048,19.

Art. 3º - Aprovar, de acordo com o Convênio SEA 03/2009, o reembolso dos custos operacionais do Convenente no valor R$201.714,75 (duzentos e um mil, setecentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos) relativos ao mês de maio de 2015, a ser debitado das seguintes contas:

a) COMPERJ (TCCA 03/2010): R$71.420,23 (setenta e um mil, quatrocentos e vinte reais e vinte e três centavos);
b) TECAR (TCCA 15/2012): R$69.855,95 (sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e cinco centavos);
c) PCH PARACAMBI (TCCA 28/2008): R$30.348,28 (trinta mil, trezentos e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos);
d) URB COMPERJ (TCCA 08/2012): R$22.455,43 (vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos);
e) CSA (TCCA 11/2007): R$5.364,02 (cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais e dois centavos);
f) GASJAP (TCCA 13/2007): R$1.142,23 (um mil, centos e quarenta e dois reais e vinte e três centavos);

ORIGINAL ASSINADO

g) PORTO DO AÇU (TCCA 12/2009): R$889,51 (oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e um centavos);
h) OSX (TCCA 05/2011) R$239,10 (duzentos e trinta e nove reais e dez centavos);

Art. 4º – O Projeto **"Unidade de Polícia Ambiental"** (E-07/001.158/2015) passa a ser custeado pelos seguintes TCCAs, distribuído da forma descrita abaixo:

a) AMPLIAÇÃO DA VIA LIGHT LOTE 1 / DER-RJ (TCCA 01/2014): R$189.767,09
b) NOVO JOÁ / Fundação Instituto de Geotécnica (TCCA 02/2014): R$372.520,18
c) CORREDOR TRANSOLÍMPICO/ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (TCCA 01/2013): R$2.195.887,48
d) TRANSOCEÂNICA/ Prefeitura Municipal de Niterói (TCCA 01/2015): R$ 193.225,25

Art. 5º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2015.

ISAURA FREGA
Presidente

ORIGINAL ASSINADO

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente
Câmara de Compensação Ambiental

DELIBERAÇÃO CCA Nº 61/2016 **DE 16 DE MAIO DE 2016.**

APROVA PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da atribuição que lhe é conferida na Resolução SEA Nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA Nº377, de 23 de dezembro de 2013, modificada pela Resolução SEA nº456, de 30 de março de 2015, e conforme decisão na 61ª Reunião Ordinária, realizada em 05 de maio de 2016;

DELIBERA:

Art. 1º – Aprovar os projetos abaixo discriminados, com apoio financeiro da compensação ambiental decorrente do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental, conforme previsto pelo art. 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no art. 31 do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002:

Projeto	Proponente	Teto Orçamentário	Fonte de Financiamento
"UCs do Estado do RJ: Análises e Estratégias para Conservação da Flora Endêmica Ameaçada - Projeto Complementar para Consolidação de Dados sobre a Flora do Estado, em Especial em UCs Estaduais" (E-07/001.053/2016)	SEA/SUPBIO	R$1.312.820,00	COMPERJ PEROBRÁS (TCCA 07/2013)
"Fortalecimento Operacional das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro" (E-07/001.189/16)	INEA/DIBAP	R$ 6.600.000,00	TERMINAL SUL LLX AÇU OPERAÇÕES PORTUÁRIAS (TCCA 11/2012)
"Revalorização do Rio Carioca no Parque Nacional da Tijuca: Restauração dos Reservatórios da Mãe D'água, recuperação de vazão e interpretação ambiental" (E-07/001.161/16)	SEA/SUBSEGS	R$ 10.800.000,00	COMPERJ PETROBRÁS (TCCA 03/2010)
"Adequação Ambiental da Estrada Parque Capelinha-Mauá, trecho da RJ-163, no PE da Pedra Selada – FASE II"	INEA/DIBAP	R$1.900.000,00	Diversos TCCAs Nos termos do art. 2º

ORIGINAL ASSINADO

(E-07/001.179/2016)			
"Aquisição de Uniformes, Equipamentos e Viaturas para o Serviço de Guarda-Parques do INEA" (E-07/001.190/16)	INEA/DIBAP	R$ 4.290.609,00	AUMENTO DE RECEBIMENTO DE MINÉRIO PORTO SUDESTE (TCCA 06/2015) TERMINAL FLEXÍVEL DE GNL PETROBRÁS (TCCA 07/2015) IMPLANTAÇÃO TRANSOESTE PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO (TCCA 08/2010) Nos termos do art. 3º
"Ampliação do Fortalecimento das Ações de Educação Ambiental em UCs do ERJ - Protetores do Parque" (E-07/001.165/16)	INEA/DISAM	R$ 5.224.009,06	INTERLIGAÇÃO LINHA 4 (TCCA 06/2012(CONCESSIONÁRIA RIO BARRA S/A. (TCCA 06/2012) Nos termos do art. 4º

Art. 2º – O projeto **"Adequação Ambiental da Estrada Parque Capelinha-Mauá, trecho da RJ-163, no PE da Pedra Selada – FASE II"** (E-07/001.179/2016) será custeado pelos seguintes TCCAs, até o teto orçamentário de R$1.900.000,00:

a) DUPLICAÇÃO BR116 / CCR NOVA DUTRA. (TCCA 06/2013) – R$1.721.358,19
b) CTR SANTA ROSA / CERB SANEAMENTO E ENERGA RENOVÁVEL (TCCA 02/2010) – R$46.562,08
c) GRUPAMENTO DE EDIFICAÇÕES / QUITUMBA ANGRA RESORT (TCCA 04/2012) – R$37.288,40
d) EXPANSÃO DO TERMINAL II DE CONTAINER DO PORTO DO RJ / MULTI-RIO OPERAÇÕES PORTUÁRIAS (TCCA 05/2013) – R$58.433,13
e) AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DA UTE SANTA CRUZ / FURNA CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. (TCCA 06/2014) – R$36.359,20

Art. 3º – O projeto **"Aquisição de Uniformes, Equipamentos e Viaturas para o Serviço de Guarda-Parques do INEA"** (E-07/001.190/16) será custeado pelos seguintes TCCAs, até o teto orçamentário de R$ 4.290.609,00:

a) AUMENTO DE RECEBIMENTO DE MINÉRIO / PORTO SUDESTE. (TCCA 06/2015) – R$ 2.076.393,36
b) TERMINAL FLEXÍVEL DE GNL / PETROBRÁS. (TCCA 07/2015) – R$1.765.218,70
c) IMPLANTAÇÃO TRANSOESTE / PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO (TCCA 08/2010) – R$448.996,94

Art. 4º – O projeto **"Ampliação do Fortalecimento das Ações de Educação Ambiental em UCs do ERJ - Protetores do Parque"** (E-07/001.165/16), será custeado pelos seguintes TCCAs, até o teto orçamentário de R$ 5.224.009,06:

ORIGINAL ASSINADO

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente
Câmara de Compensação Ambiental

a) INTERLIGAÇÃO LINHA 4 / CONCESSIONÁRIA RIO BARRA S/A. (TCCA 06/2012) – R$ 3.300.989,47
b) RESIDUAL DO PROJETO "Fortalecimento das Ações de Educação Ambiental em UCs do Estado do Rio de Janeiro" (E07/001.833/13) (TCCA 03/2010) – R$ 1.923.019,59

Art. 5º - Aprovar, de acordo com o Convênio SEA 03/2009, o reembolso dos custos operacionais do Convenente no valor de R$203.000.46 (duzentos e três mil e quarenta e seis centavos) relativos ao mês de **outubro** de 2015, a ser debitado das seguintes contas:

a) OSX (TCCA 05/2011): R$96.685,10 (noventa e seis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e dez centavos)
b) COMPERJ (TCCA 03/2010): R$47.877,32 (quarenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais trinta e dois centavos);
c) CSN (TCCA 13/2010): R$19.745,11 (dezenove mil, setecentos e quarenta e cinco reais e onze centavos);
d) UTE BAIXADA FLUMINENSE (TCCA 11/2011): R$12.808,87 (doze mil, oitocentos e oito reais e oitenta e sete centavos);
e) URB COMPERJ (TCCA 08/2012): R$12.778,32 (doze mil, setecentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos);
f) TECAR (TCCA 15/2012): R$11.779,24 (onze mil, setecentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos);
g) CSA (TCCA 11/2007): R$1.217,93 (um mil, duzentos e dezessete reais e noventa e três centavos);
h) PORTO DO AÇU (TCCA 12/2009): R$55,45 (cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos);
i) PCH PARACAMBI (TCCA 28/2008): R$31,63 (trinta e um reais e sessenta e três centavos);
j) TRANSPETRO – COMPERJ (TCCA 10/2011): R$21,49 (vinte e um reais e quarenta e nove centavos).

Art. 6º - Aprovar, de acordo com o Convênio SEA 03/2009, o reembolso dos custos operacionais do Convenente no valor de R$207.480,55 (duzentos e sete mil, quatrocentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos) relativos ao mês de **novembro** de 2015, a ser debitado das seguintes contas:

a) COMPERJ (TCCA 03/2010): R$130.097,73 (cento e trinta mil, noventa e sete reais e setenta e três centavos);
b) OSX (TCCA 05/2011): R$71.067,53 (setenta e um mil e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos);
c) CSN (TCCA 13/2012): R$5.697,78 (cinco mil, seiscentos e noventa e sete reais e setenta e oito centavos);
d) INFRA URB (TCCA 08/2012): R$309,50 (trezentos e nove reais e cinquenta centavos);
e) TECAR (TCCA 15/2012): R$216,38 (duzentos e dezesseis reais e trinta e oito centavos);
f) PCH PARACAMBI (TCCA 28/2008): R$49,17 (quarenta e nove reais e dezessete centavos);
g) LLX (TCCA 12/2009): R$42,46 (quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos).

Art. 7º - Aprovar, de acordo com o Convênio SEA 03/2009, o reembolso dos custos operacionais do Convenente no valor de R$203.159,93 (duzentos e três mil, cento e cinquenta nove reais e

ORIGINAL ASSINADO

noventa e três centavos) relativos ao mês de **dezembro** de 2015, a ser debitado das seguintes contas:

a) COMPERJ (TCCA 03/2010): R$96.934,55 (noventa e seis mil, novecentos trinta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos);
b) OSX (TCCA 05/2011): R$56.943,70 (cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e três reais e setenta centavos);
c) METRO (TCCA 06/2012): R$24.192,49 (vinte e quatro mil, cento e noventa e dois reais e quarenta e nove centavos);
d) INFRA URB (TCCA 08/2012): R$10.919,92 (dez mil, novecentos e dezenove reais e noventa e dois centavos);
e) CSN (TCCA 13/2012): R$5.817,53 (cinco mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos);
f) CSA (TCCA 11/2007): R$4.074,49 (quatro mil, setenta e quatro reais e quarenta e nove centavos).
g) TECAR (TCCA 15/2012): R$3.561,71 (três mil, quinhentos e sessenta e um reais e setenta e um centavos)
h) UTE BAIXADA (TCCA 11/2011): R$290,33 (duzentos e noventa reais e trinta e três centavos)
i) TRANSOLIMPICA (TCCA 01/2013): R$250,49 (duzentos e cinquenta reais e quarenta e nove centavos)
j) PCH PARACAMBI (TCCA 28/2008): R$146,02 (cento e quarenta e seis reais e dois centavos)
k) LLX (TCCA 12/2009): R$16,33 (dezesseis reais e trinta e três centavos)
l) VIA PRINCIPAL COMPERJ (TCCA 01/2011): R$12,37 (doze reais e trinta e sete centavos)

Art. 8º - Aprovar, de acordo com o Convênio SEA 03/2009, o reembolso dos custos operacionais do Convenente no valor de R$196.935,70 (cento e noventa e seis mil, novecentos e trinta e cinco reais e setenta centavos) relativos ao mês de **janeiro** de 2016, a ser debitado das seguintes contas:

a) COMPERJ (TCCA 03/2010): R$140.450,61 (cento e quarenta mil, quatrocentos e cinquenta reais e sessenta e um centavos);
b) INFRA URB (TCCA 08/2012): R$24.117,79 (vinte e quatro mil, cento e dezessete reais e setenta e nove centavos);
c) TECAR (TCCA 15/2012): R$12.636,27 (doze mil, seiscentos e trinta e seis reais e vinte e sete centavos);
d) METRO (TCCA 06/2012): R$5.457,63 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e três centavos);
e) OSX (TCCA 05/2001): R$5.164,94 (cinco mil, cento e sessenta e quatro reais e noventa e quatro centavos);
f) CSN (TCCA 13/2012): R$3.874,28 (três mil, oitocentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos);
g) UTE BAIXADA (TCCA 11/2011): R$2.843,32 (dois mil, oitocentos e quarenta e três reais e trinta e dois centavos);
h) CSA (TCCA 11/2007): R$1.977,00 (hum mil, novecentos e setenta e sete reais);
i) PCH PARACAMBI (TCCA 28/2008): R$312,83 (trezentos e doze reais e oitenta e três centavos);
j) LLX (TCCA 12/2009): R$101,03 (cento e um reais e três centavos);

ORIGINAL ASSINADO

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente
Câmara de Compensação Ambiental

Art. 9º - Aprovar, de acordo com o Convênio SEA 03/2009, o reembolso dos custos operacionais do Convenente no valor de R$192.973,70 (cento e noventa e dois mil, novecentos e setenta e três reais e setenta centavos) relativos ao mês de **fevereiro** de 2016, a ser debitado das seguintes contas:

a) COMPERJ (TCCA 03/2010): R$143.078,97 (cento e quarenta e três mil, setenta e oito reais e noventa e sete centavos);
b) OSX (TCCA 05/2011): R$21.095,40 (vinte e um mil, noventa e cinco reais e quarenta centavos);
c) INFRA URB (TCCA 08/2012): R$13.430,46 (treze mil, quatrocentos e trinta reais e quarenta e seis centavos);
d) TCAR (TCCA 15/2012): R$7.087,33 (sete mil, oitenta e sete reais e trinta e três centavos);
e) LLX (TCCA 12/2009): R$4.306,23 (quatro mil, trezentos e seis reais e vinte e três centavos);
f) UTE BAIXADA (TCCA 11/2011): R$2.291,72 (dois mil, duzentos e noventa e um reais e setenta e dois centavos);
g) GASDUC III (TCCA 12/2008): R$767,39 (setecentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos);
h) CSN (TCCA 13/2012): R$632,71 (seiscentos e trinta e dois reais e setenta e um centavos);
i) PCH PARACAMBI (TCCA 28/2008): R$283,49 (duzentos e oitenta e três reais e quarenta e nove centavos).

Art. 10º - Aprovar a mudança de fonte orçamentária do Projeto "Mirante de Vigilância e Visitação Turística do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (E-07/000.380/2012), passando do TCCA nº 04 /2011 (Prefeitura de Quissamã – Reabilitação Ambiental), para o TCCA nº 02/2013 (PETROBRÁS – Emissário Terrestre e Submarino COMPERJ).

Art. 11º - Aprovar o provisionamento de recursos financeiros para cobertura de riscos trabalhistas do gestor operacional junto ao Projeto "Fortalecimento Operacional das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro" (E-07/002.7544/15), no valor total de R$ 956.181,60, representando 20% do valor das contratações de empresas especializadas em serviços gerais e de jardinagem para as Unidades de Conservação.

Art. 12º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2016.

Rafael Ferreira
Presidente

ORIGINAL ASSINADO

3.2 Projetos e valores investidos com recursos do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental para COMPERJ até 14 de novembro de 2016, no âmbito do Convênio SEA/RJ 03/2009.

FMA - RJ COMPERJ (Petrobrás) TCCA 03/2010						
Projetos aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro - CCA		**Instituição responsável**	**Valor alocado nos Projetos**	**Valor executado**	**Valor a executar**	**Situação**
1	Sistema de Sustentabilidade da Ilha Grande e Autonomia de Custeio do Conjunto de UC Estaduais que a compõem - **Sustentabilidade UCs PI Ilha Grande**	INEA	R$ 806.108,84	R$ 806.108,84	R$ -	Finalizado
2	Projetos Executivos para trilhas e atrativos dos Parques da Copa 2014 - **Exec. Trilhas Parques Copa 2014**	INEA	R$ 601.219,98	R$ 597.916,18	R$ 3.303,80	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 33 de 08/11/2011 Migrado para o Acordo 04/2016 Suspenso por força do 1º Termo aditivo ao Acordo 04/2016
3	Ações Prioritárias para a implantação do Parque Estadual Costa do Sol - **Ações Implant. PE Costa do Sol**	INEA	R$ 1.696.575,00	R$ 1.139.749,92	R$ 556.825,08	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 33 de 08/11/2011 Migrado para o Acordo 04/2016

						Suspenso por força do 1º Termo aditivo ao Acordo 04/2016
4	Estruturação da Fiscalização, Combate aos Crimes Ambientais e Combate aos Incêndios nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro - **Estrut. Fisc., Combate Crimes Amb. e Incêndios nos Ucs do ERJ**	SEA	R$ 771.200,00	R$ 771.200,00	R$ -	Finalizado
5	Obras para Implantação da Infraestrutura Física da Sede do Parque Estadual da Serra da Concórdia Valença - **Obras Infra. PE Concórdia**	INEA	R$ 5.249.818,47	R$ 5.138.356,96	R$ 111.461,51	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 36 de 17/08/2012 Migrado para o Acordo 04/2016 Em andamento
6	Fortalecimentos das Ações de Educação Ambiental em Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro - **Fortalecimento Educação Ambiental RJ**	INEA	R$ 3.590.100,00	R$ 1.739.860,65	R$ 1.850.239,35	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 44 de 02/01/2014 Migrado para o Acordo 04/2016 Suspenso por força do 1º Termo aditivo ao Acordo 04/2016
7	Consolidação da Gestão do Uso Público nas Unidades de Conservação Estaduais do Estado do Rio de Janeiro - **Consolidação Gestão do Uso Público UC's RJ**	INEA	R$ 4.300.565,51	R$ 3.000.165,80	R$ 1.300.399,71	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 44 de 02/01/2014 Migrado para o Acordo 04/2016 Em andamento

8	Gerenciamento de Projetos Arquitetônicos e Obras para Estruturação Física das Unidades de Conservação Estaduais do Estado do Rio de Janeiro - 2ª fase - **Gerencia. Proj. e Obras para Ucs Estaduais - 2ª fase**	INEA	R$ 2.643.161,00	R$ 2.312.766,40	R$ 330.394,60	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 52 de 07/11/2015 Migrado para o Acordo 04/2016 Em andamento
9	Fortalecimento do Parque Estadual da Serra da Concórdia - Obras para Implantação de Novo Acesso e Camping na Sede e Aquisição de Mobiliário, Equipamentos e Utensílios para o Centro de Visitantes - 2ª Fase - **PE Serra da Concórdia - Obras e Aquisições - 2ª Fase**	INEA	R$ 4.300.000,00	R$ 141.779,65	R$ 4.158.220,35	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 52 de 07/11/2014 Migrado para o Acordo 04/2016 Em andamento
10	Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro: Análises e Estratégias para Conservação da Flora Endêmica Ameaçada - **Conservação da Flora Endêmica Ameaçada**	SEA	R$ 1.997.489,00	R$ 1.834.257,09	R$ 163.231,91	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 51 de 11/09/2014 Migrado para o Acordo 04/2016 Em andamento
11	Obras Civis Destinadas à Implantação da Infraetrutura das Trilhas e Atrativos do Parque Estadual da Serra da Tiririca - **PE Serra da Tiririca - Obras para Implantação de Trilhas**	INEA	R$ 2.426.172,14	R$ -	R$ 2.426.172,14	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 52 de 07/11/2016 Migrado para o Acordo 04/2016 Suspenso por força do 1º Termo aditivo ao Acordo 04/2016

12	Projeto de Fortalecimento da Estrutura Institucional para o Combate ais Incêndios Florestais nas Unidades de Conservação ERJ - **Estrut. Para Combate aos Incêndios nas UCs ERJ**	SEA	R$ 1.565.000,00	R$ 712.200,00	R$ 852.800,00	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 52 de 07/11/2014 Migrado para o Acordo 04/2016 Em andamento
13	Fortalecimento Operacional das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro - **Fortalecimento Operacional UCs ERJ**	INEA	R$ 9.598.172,02	R$ 730.130,77	R$ 8.868.041,25	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 58 de 10/08/2015 Migrado para o Acordo 04/2016 Em andamento
14	Ampliação do Fortalecimento das Ações de Educação Ambiental em UCs do ERJ - **Protetores do Parque**	INEA	R$ 1.923.019,59	R$ -	R$ 1.923.019,59	Aprovado pela Deliberação CCA/RJ nº 61 de 16/05/2016 Migrado para o Acordo 04/2016 Suspenso por força do 1º Termo aditivo ao Acordo 04/2016
Projetos - Subtotal			**R$ 41.468.601,55**	**R$ 18.924.492,26**	**R$ 22.544.109,29**	
13	Provisionamento de Fundos para Regularização Fundiária	INEA	R$ 10.000.000,00	R$ 5.960.209,01	R$ 4.039.790,99	Migrado para o Acordo 04/2016 Em andamento
TOTAL (até 14/11/2016)			**R$ 51.468.601,55**	**R$ 24.884.701,27**	**R$ 26.583.900,28**	

Seguem informações adicionais sobre essa tabela:

Provisionamento de Fundo para Regularização Fundiária - INEA: Foi alocado o valor de R$ 5.000.000,00 conforme ATA da CCA nº 31, de 20 de abril de 2011, e Deliberação da CCA nº 28, de julho de 2011 e aprovado um novo aporte de recurso no valor de R$ 5.000.000,00, conforme Deliberação da CCA nº 44/2014, de 02 de janeiro de 2014.

- Os seguintes projetos foram finalizados, de acordo com o estabelecido pela CCA/RJ:

Projeto Sustentabilidade UCs Ilha Grande: O valor total alocado para este projeto foi de R$ 806.405,13, sendo que R$ 806.108,84 foram executados. O saldo de R$ 296,29 foi devolvido para a conta do TCCA e encontra-se como saldo livre. A aprovação da prestação de contas e a cópia do Termo de Encerramento do Projeto foram encaminhadas pelo OFÍCIO/INEA/DIBAP nº 162/2016, de 14 de julho de 2016.

Estrut. Fisc., Combate Crimes Amb. e Incêndios nos Ucs do ERJ: O valor total alocado para este projeto foi de R$ 771.210,00, sendo que R$ 771.200,00 foram executados. O saldo de R$ 10,00 foi devolvido para a conta do TCCA e encontra-se como saldo livre. A aprovação da prestação de contas e a cópia do Termo de Encerramento do Projeto foram encaminhadas pelo OFÍCIO/SAP nº 092/2016, de 24 de agosto de 2016.

- O seguinte projeto foi cancelado, de acordo com o estabelecido pela CCA/RJ:

Projeto Elab. SIG e PM Rio Macacu: Este projeto foi cancelado de acordo com a Deliberação da CCA n° 51/2014, de 11 de setembro de 2014. O valor total alocado para este projeto foi de R$ 229.970,00, o qual voltou para a conta relativa ao empreendimento como saldo livre disponível para ser alocado em outros projetos.

- Os seguintes projetos foram aditados, de acordo com o estabelecido pela CCA/RJ:

Projeto Sustentabilidade UCs Ilha Grande: A Deliberação da CCA nº 41, de 20 de agosto de 2013, estabeleceu o acréscimo de R$ 134.400,85 no valor do projeto, o qual passou a apresentar o valor total de R$ 806.405,13.

Projeto Obras Infra. PE Concórdia: A Deliberação da CCA nº 45, de 04 de abril de 2014, estabeleceu o acréscimo de R$ 989.818,47 no valor do projeto, o qual passou a apresentar o valor total de R$ 5.249.818,47.

Projeto Gerencia. Proj. e Obras para Ucs Estaduais - 2ª fase: Este projeto teve um aditivo de acréscimo de valor de R$ 343.161,60 conforme Ofício SEA/SAP nº 21/2016 datado em 28/06/2016. O valor total alocado para este projeto passou a ser de R$ 2.643.161,60.

Projeto Fortalecimento Operacional UCs ERJ: Este projeto teve 3 aditivos de valor conforme Ofícios SEA/SAP números 49/2016; 75/2016 e 76/2016. O valor total alocado para este projeto após acréscimo de valores passou a ser de R$ 9.598.172,86.

Projeto Consolidação Gestão do Uso Público UC's RJ: Este projeto teve um aditivo de acréscimo de valor conforme Ofícios SEA/SAP números 89/2016 e Deliberação CCA nº 63/2016. O valor total alocado para este projeto passou a ser de R$ 4.300.565,51.

139

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

À ASPPAM/SEAS,

Encaminhamos informações relativas aos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCAs) mencionados nas cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta do COMPERJ, ressaltando que as informações sobre os quatro TCCAs serão inseridas em todos os processos administrativos relacionados ao tema. Solicitamos que a Assessoria de Planejamento em Políticas Ambientais submeta os esclarecimentos prestados abaixo a quem julgar necessário.

1. "*O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA nº 07/2008, correspondente à fase de implantação da Infraestrutura e Urbanização do COMPERJ, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00*";

O TCCA 07/2008 foi celebrado em 28 de março de 2008, com vigência inicial de três anos, expirada em 28 de março de 2011, sem que houvesse tempo hábil para celebração de Termo Aditivo para cumprimento de seu item 3.5. Assim, optou-se por celebrar novo TCCA, recebendo a numeração 08/2012. Esse Termo de Compromisso de Compensação Ambiental teve por objeto estabelecer as condições para efetivação da compensação ambiental previamente acordada no âmbito do TCCA 07/2008, em face do licenciamento do empreendimento denominado "Infraestrutura de urbanização do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ". O valor do novo TCCA foi fixado em R$ 9.350.000,00 (nove milhões trezentos e cinquenta mil reais), que corresponde ao percentual de 0,5% em relação ao valor total declarado para o empreendimento, seguindo a forma de cálculo prevista.

A utilização dos recursos de compensação ambiental provenientes de obrigações definidas pela Lei Federal nº 9.985/2000 deve respeitar decisões da Câmara de Compensação Ambiental (CCA), colegiado que delibera sobre aprovação de projetos e complementações financeiras direcionados a Unidades de Conservação. Os registros da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) indicam que, ao longo do tempo, foram aprovados 06 (seis) projetos pela CCA cuja fonte de recursos apontada foi o TCCA 08/2012, os quais elencamos abaixo:

- Considerando as Deliberações n. 37 e 38 da Câmara de Compensação Ambiental, em suas 39ª e 40ª Reuniões Ordinárias, respectivamente, foi aprovado o "*Projeto de Ações Prioritárias para Implantação do Parque Estadual da Pedra Selada*", no valor de R$ 1.664.481,86. Seu encerramento aconteceu em 10 de setembro de 2019, conforme Termo em anexo, por meio do qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 40 da Câmara de Compensação Ambiental, em sua 42ª Reunião Ordinária foi aprovado o "*Projeto de Reforma e Manutenção das Edificações dos Núcleos Piraquara e Camorim do Parque Estadual da Pedra Branca*", no valor de R$ 950.000,00. Seu encerramento aconteceu em 30 de abril de 2019, conforme Termo anexo, por meio do qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 49, em sua 50ª Reunião Ordinária foi aprovado o "*Projeto de Regularização Fundiária das UCs Estaduais – SERF*", no valor de R$ 3.422.741,43. Seu encerramento aconteceu em 28 de agosto de 2019, conforme Termo anexo, por meio do qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 49, em sua 50ª Reunião Ordinária foi aprovado o "*Projeto Programa Estadual de Reservas Particulares do Patrimônio Particular (SERPPN)*", no valor de R$ 2.577.741,43. Seu encerramento aconteceu em 23 de agosto de 2019, conforme Termo anexo, por meio do qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 40, em sua 42ª Reunião Ordinária foi aprovado o "*Projeto de Elaboração de Projetos Executivos de Implantação da Infraestrutura da Nova Sede do Parque Estadual da Serra da Tiririca*", no valor de R$ 400.000,00. O projeto encontra-se suspenso, conforme registrado na ata da 73ª Reunião Ordinária do Colegiado e nas documentações enviadas por *e-mail* aos Conselheiros.

- Considerando a Deliberação n. 44, em sua 46ª Reunião Ordinária, foi aprovado o "*Projeto Ação Prioritária para a melhoria da Gestão da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macacu*", no valor de R$ 150.683,00. Seu encerramento aconteceu em 07 de março de 2016, conforme Termo anexo, por meio do qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

2. "*O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA n° 01/2011 correspondente à construção da Estrada de Acesso Principal, relativo à aplicação de R$ 1.093.116,71, em 200 (duzentos) dias, em medidas compensatórias, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei n° 9.985, de 18.07.00*";

O TCCA 01/2011 foi celebrado por conta do licenciamento ambiental da via principal de acesso rodoviário ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, com 7,8 quilômetros de extensão, interligando o complexo à BR-493. Foi depositado o valor de R$ 1.093.116,71 (um milhão noventa e três mil cento e dezesseis reais e setenta e um centavos), que corresponde ao percentual de 0,5% sobre o valor total declarado para o empreendimento.

Esse Termo de Compromisso de Compensação Ambiental foi alocado como fonte de recursos para dois projetos na Câmara de Compensação Ambiental, os quais elencamos abaixo:

- Considerando a Deliberação n. 33, em sua 35ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Elaboração do Plano de Manejo com vistas a estruturação e dotação de instrumentos de gestão para o Monumento Natural Municipal da Pedra do Colégio – MNM Pedra do Colégio*", no valor de R$ 213.550,00. O Relatório Demonstrativo de Prestação de Contas em anexo e datado em 21 de agosto de 2014, atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 37, em sua 39ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Mosaicos para a Mata Atlântica*", no valor de R$ 950.250,00. O Relatório Demonstrativo de Prestação de Contas, em anexo e datado em 29 de julho de 2016, atesta que o Projeto foi executado a contento.

3. "*O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA N° 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei n° 9.985, de 18.07.00*";

O TCCA 03/2010 resultou do licenciamento ambiental da implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ. Foi depositado o valor de R$ 41.634.000,00 (quarenta e um milhões seiscentos e trinte e quatro mil reais), que corresponde ao percentual de 0,5% sobre o valor total declarado para o empreendimento.

Foram aprovados 12 (doze) projetos pela Câmara de Compensação Ambiental com indicação do TCCA 03/10 como fonte de financiamento. Esses projetos seguem abaixo:

- Considerando a Deliberação n. 29, em sua 32ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Sistema de Sustentabilidade da Ilha Grande e Autonomia de Custeio do Conjunto de UC Estaduais que a compõem – Sustentabilidade UCs PI Ilha Grande*", no valor de R$ 672.004,28. Sua fonte de financiamento foi retificada por meio da Deliberação n. 33 (art. 2º). Seu encerramento aconteceu em 29 de junho de 2016, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando as Deliberações n. 33 e 34, em suas 35ª e 36ª Reuniões Ordinárias, foi aprovado o "*Projeto Executivo para Trilhas e Atrativos dos Parques da Copa de 2014*", no valor de R$ 601.219,98, com posterior retificação da fonte de financiamento. Seu encerramento aconteceu em 31 de janeiro de 2017, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando as Deliberações n. 33 e 34, em suas 35ª e 36ª Reuniões Ordinárias, foi aprovado o Projeto "*Ações Prioritárias para Implantação do Parque Estadual da Costa do Sol*", no valor de R$ 1.696.575,00, com posterior retificação da fonte de financiamento. Seu encerramento aconteceu em 05 de dezembro de 2018, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 34, em sua 36ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Estruturação da Fiscalização, Combate aos Crimes Ambientais e Combate aos Incêndios nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro*", no valor de R$ 771.200,00. Seu encerramento aconteceu em 29 de julho de 2016, conforme Relatório Demonstrativo de Prestação de Contas, no qual fica registrado que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 36, em sua 38ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Obras para Implantação da Infraestrutura física da Sede do Parque Estadual da Serra da Concórdia Valença*", no valor de R$ 4.260.000,00. Seu encerramento aconteceu em 30 de abril de 2019, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 44, em sua 46ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Fortalecimento das Ações de Educação Ambiental em Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro – Fortalecimento Educação Ambiental RJ*", no valor de R$ 3.590.100,00. Seu encerramento aconteceu em 13 de julho de 2017, conforme Termo anexo, no qual fica registrado que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 44, em sua 46ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Consolidação da Gestão do Uso Público nas Unidades de Conservação Estaduais do Estado do Rio de Janeiro – Consolidação Gestão do Uso Público UC's RJ*", no valor de R$ 3.482.008,00. Seu encerramento aconteceu em 27 de novembro de 2018, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 52, em sua 53ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Gerenciamento de Projetos Arquitetônicos e Obras para Estruturação Física das Unidades de Conservação Estaduais do Estado do Rio de Janeiro – 2ª fase*", no valor de R$ 2.300.000,00. Seu encerramento aconteceu em 20 de dezembro de 2017, conforme Termo anexo, no qual fica registrado que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 52, em sua 53ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Fortalecimento do Parque Estadual da Serra da Concórdia – Obras para Implantação de Novo Acesso e Camping na Sede e Aquisição de Mobiliário, Equipamentos e Utensílios para o Centro de Visitantes – 2ª fase*", no valor de R$ 4.300.000,00. Seu encerramento aconteceu em 26 de agosto de 2019, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 51, em sua 52ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro: Análises e Estratégias para Conservação da Flora Endêmica Ameaçada – Conservação da Flora Endêmica Ameaçada*", no valor de R$ 1.997.489,00. Esse projeto teve a execução físico-financeira concluída e se encontra em processo de validação da prestação de contas final. A SEAS compromete-se a enviar a documentação restante assim que estiver disponível.

- Considerando a Deliberação n. 52, em sua 53ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Obras Civis destinadas à Implantação de Infraestrutura das Trilhas e Atrativos do Parque Estadual da Serra da Tiririca – PE Serra da Tiririca – Obras para Implantação de Trilhas*", no valor de R$ 2.426.172,14. O projeto encontra-se suspenso, conforme registrado na ata da 73ª Reunião Ordinária do Colegiado e nas documentações enviadas por *e-mail* aos Conselheiros.

- Considerando a Deliberação n. 52, em sua 53ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Fortalecimento da Estrutura Institucional para o Combate aos Incêndios Florestais nas Unidades de Conservação no ERJ*", no valor de R$ 1.565.000,00. Seu encerramento aconteceu em 30 de setembro de 2019, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 58, em sua 58ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Fortalecimento Operacional das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro*", no valor de R$ 6.746.230,56. Aqui vale destacar que, pela natureza dos serviços contínuos previstos no escopo do projeto, ele foi sendo aditado ao longo do tempo, seguindo as normas da Câmara de Compensação Ambiental, e seu valor final é bastante superior ao inicialmente aprovado. Seu encerramento aconteceu em 21 de outubro de 2019, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando as Deliberações n. 28 (art. 8º) e 44 (art. 4º), em suas 31ª e 46ª Reuniões Ordinárias foram aprovados aportes para "*Provisionamento de Fundos para Regularização Fundiária*", no valor de R$ 5.000.000,00 em cada aporte. O projeto já havia sido originalmente aprovado por meio da Deliberação n. 10, sem relação direta com o TCCA 03/2010. Seu encerramento aconteceu em 30 de setembro de 2019, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi realizado a contento.

4. "*O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compromisso de compensação ambiental TCCA Nº 10/2012, correspondente à implantação do Píer e Via Especial de Acesso para Transporte dos Grandes Equipamentos do COMPERJ (Via UHOS);*

O TCCA 10/2012 resultou do licenciamento ambiental do píer e da via especial de acesso para transporte dos grandes equipamentos do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro. Foi depositado o valor de R$ 1.415.862,48 (um milhão quatrocentos e quinze mil oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos), que corresponde ao percentual de 0,5% sobre o valor total declarado para o empreendimento.

Foram aprovados 02 (dois) projetos pela Câmara de Compensação Ambiental com indicação do TCCA 10/2012 como fonte de recursos. São eles:

- Considerando a Deliberação n. 55, em sua 55ª Reunião Ordinária, foi aprovado o Projeto "*Melhoria da Infraestrutura de Proteção e Implementação de Sinalização Terrestre, Marítima e Fluvial da Estação Ecológica da Guanabara, incluindo a Zona de Amortecimento Compreendida pela APA Guapi-Mirim*", no valor de R$ 349.800,00. O projeto ainda não teve início e, de acordo com as normativas da Câmara de Compensação Ambiental, poderia ser cancelado, com base nas decisões do Colegiado registradas nas Atas da 51ª e da 73ª Reuniões Ordinárias. Será explicada, ao final do documento, a mudança da legislação estadual sobre compensações ambientais e seu impacto na forma de cumprimento legal das obrigações.

- Considerando a Deliberação n. 68, em sua 12ª Reunião Extraordinária, foi aprovado o Projeto "CAR (Cadastro Ambiental Rural) nas UC's", no valor de R$4.857.153,33. O TCCA 10/2012 foi indicado como uma das fontes de financiamento. As atividades do projeto começaram a ser executadas no âmbito do Acordo de Cooperação 04/2016 entre a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). Em função dos trâmites para encerramento do Acordo de Cooperação citado, foi feito encerramento parcial do projeto em 11 de outubro de 2019, conforme Termo em anexo. A continuação dos serviços acontecerá agora no âmbito do Acordo de Cooperação 01/2017 com o Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), por meio do Contrato nº 20190920-05 com a empresa Ambientagro Engenharia LTDA.

Adicionalmente, apresentamos os seguintes esclarecimentos. Os projetos podem apresentar em seu Termo de Encerramento valor mais alto que o inicialmente aprovado na Câmara de Compensação Ambiental, em função de aditivos que ao longo do tempo foram aprovados, seguindo as normas vigentes.

Além disso, considerando a Deliberação n. 50/2014 da Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro, em sua 51ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de julho de 2014, existe a previsão de cancelamento de projetos por inércia do proponente, nos casos de "projetos aprovados cujos proponentes não firmaram Termo de Cooperação e/ou não iniciaram a execução no prazo de 6 meses, injustificadamente", conforme ata anexa.

Vale reforçar que, considerando a Deliberação n. 82/2019 da Câmara de Compensação Ambiental e o conteúdo registrado em ata da 73ª Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de maio de 2019, foi aprovado por unanimidade pelos Conselheiros da Câmara a possibilidade de suspensões e cancelamentos de projetos que, por inércia dos proponentes, não foram levados adiante, tendo como marco temporal divisor para essa ação dia 31 de dezembro de 2017.

Informamos ainda que em 2015 foi aprovada alteração na Lei Estadual 6.572/2013, resultando na nova Lei 7.061, a qual possibilitou a existência de parceria com mais de uma entidade para a gestão operacional dos recursos de compensação ambiental no estado do Rio de Janeiro. As fontes previstas na legislação são: compensação ambiental, compensações de restauração florestal, recursos oriundos de Termos de Ajustamento de Conduta, doações e outras fontes.

Um dos atos administrativos específicos sobre a questão, emitido em 16 de novembro de 2015, por meio da Resolução SEA nº 491, regulamenta que os recursos de compensação ambiental devidos pelo empreendedor que opta pelo depósito no Mecanismo de Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro, Fundo da Mata Atlântica, deverão ser destinados a uma conta em nome do Gestor Operacional do Fundo, aberta na instituição bancária com atribuição de Gestor Financeiro do mesmo Fundo.

Com isso, os recursos devidos pelos empreendedores que geram impacto ambiental significativo, a título de compensação ambiental, passaram a se concentrar em uma única subconta. Uma vez que acontece a centralização dos valores de compensação ambiental numa conta única, não há mais sentido em decidir sobre a execução de projetos de forma a vincular a fonte de recurso a um TCCA específico. Assim, eventuais saldos existentes de recursos atrelados a um TCCA passaram a compor a subconta específica para compensação ambiental após a mudança da legislação.

Ressalta-se que o controle sobre os recursos existentes e a gestão adequada desses recursos são fundamentais, já que sua destinação é pública e os impactos ambientais gerados pelos grandes empreendimentos devem ser mitigados. É importante destacar que, em que pese a centralização dos recursos de compensação ambiental em conta única, o controle dos depósitos previstos em cada TCCA continua acontecendo de forma sistemática.

Por fim, a mudança da legislação estadual trouxe uma necessidade de implantar nova forma de cumprimento legal da aplicação de recursos de compensação ambiental no estado, atentando também para a legislação federal e para decisões da Câmara de Compensação Ambiental que dizem respeito à distribuição e alocação dos recursos. Essa nova forma está explicada numa Nota Técnica disponibilizada no *site* do Fundo da Mata Atlântica, no *link* a seguir: http://fmarj.org/transparencia/governanca .

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2020.

Diego Khouri Mota

ID 5007762-7

Superintendente de Fundos de Interesse Público – SUPFIP

Subsecretaria Executiva – SUBEXEC

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2020

Documento assinado eletronicamente por **Diego Khouri Mota, Superintendente**, em 31/01/2020, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **2983363** e o código CRC **9AC8903E**.

Referência: Processo nº SEI-07/026/004515/2019 SEI nº 2983363

Avenida Venezuela,, nº 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: - http://www.rj.gov.br/web/sea

Criado por diegokm, versão 2 por diegokm em 31/01/2020 13:56:11.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL Nº. 03/2010

O **Estado do Rio de Janeiro**, por intermédio da **Secretaria de Estado do Ambiente**, doravante denominada **SEA**, com sede na Avenida Venezuela nº. 110, 5º andar, Saúde, Rio de Janeiro – RJ, representada por sua Secretária de Estado do Ambiente Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da carteira de identidade nº. 130676414, expedida pelo IFP, inscrito no CPF sob o nº. 742.396.357-72, e o **Instituto Estadual do Ambiente**, doravante denominado **INEA**, com sede na Avenida Venezuela nº. 110, Saúde, Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº. 10.598.957/0001-35, representado por seu Presidente Luiz Firmino Martins Pereira, brasileiro, casado, arquiteto, portador da carteira de identidade nº. 054174636, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF sob o nº. 775.932.867-20, e seu Vice-Presidente Paulo Schiavo Júnior, brasileiro, casado, engenheiro florestal, portador da carteira de identidade nº. 83101835-7, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF sob o nº. 797.046.627-34, em conjunto designadas **Compromitentes**, e, de outro lado, **PETROLEO BRASILEIRO S/A**, doravante denominada **PETROBRAS** ou **Compromissada**, com sede na Avenida Chile, 65, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ nº 33.000.167/0001-01, neste ato representada por seu Diretor de Abastecimento, Paulo Roberto Costa, brasileiro, portador da carteira de identidade n.º 843718 expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 302.612.879-15.

Considerando o disposto no art. 36 e parágrafos da Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, segundo o qual nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ao meio ambiente, conforme avaliação do órgão licenciador responsável, e com fundamento em EIA/RIMA, fica o empreendedor obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação.

Considerando que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituído pela Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, foi regulamentado pelo Decreto Federal nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, com as complementações do Decreto nº. 6.848 de 14 de maio de 2009.

Considerando a Resolução CONAMA nº. 371, de 05 de abril de 2006, que estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle dos gastos de recursos advindos de compensação ambiental, bem como o art. 5º, cujo § 2º estabelece que a fixação do valor da compensação e a celebração do termo de compromisso correspondente deverão ocorrer no momento da emissão da Licença de Instalação.

Considerando a decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal - STF, cujo acórdão foi publicado em 20.06.2008, que julgou parcialmente procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº. 3.378-6, pendente do julgamento dos Embargos de Declaração, bem como a Reclamação promovida contra do Decreto Federal n. 6848/2009 junto ao STF.

Considerando que a Petrobras, sociedade de economia mista federal, entende que está adstrita à aplicação do Decreto Federal nº. 6.848, de 14 de maio de 2009, que limita a 0,5% o grau de impacto nos ecossistemas, para fins de aferição do Valor da Compensação Ambiental.

PGE/COMPERJ

Considerando que a posição do INEA e da Secretaria de Estado de Ambiente - SEA é no sentido da aplicação da Deliberação CECA/CN n°. 4.888, de 02 de outubro de 2007, que prevê a gradação de impacto ambiental para fins de compensação ambiental, enquanto não transitar em julgado a decisão da ADI nº. 3378.

Considerando a divergência entre entendimentos entre o Estado do Rio de Janeiro e a União Federal no que diz respeito ao percentual da compensação ambiental devida pela implantação de empreendimentos de significativo impacto ambiental prevista no art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Considerando a importância do COMPERJ, empreendimento que trará inúmeros benefícios sócio-econômicos para o Estado do Rio de Janeiro, de interesse social e que foi declarado de utilidade pública pelo Decreto Presidencial s/n°, de 13 de junho de 2006.

Considerando o Convênio n°. 003/2009 celebrado entre a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro – SEA e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, em 29 de dezembro de 2009, publicado em extrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 12 de janeiro de 2010, que estabelece a operação, manutenção e controle do Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro e perante o qual o FUNBIO é instituição gestora de recursos da compensação ambiental para a execução dos projetos destinados a unidades de conservação aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental do Rio de Janeiro no âmbito do Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade.

Considerando os termos do OFICIO INEA/DILAM n°. 093/10, bem como a manifestação da Petrobras S/A, Correspondência AB-PGI-COMPERJ 0004-2010, datada de 09 de abril de 2010, optando em depositar os recursos da compensação ambiental referentes ao licenciamento ambiental da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, no Mecanismo para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro.

Considerando todas as informações constantes no licenciamento ambiental a que se refere o processo E-07/500.056/2009.

RESOLVEM:

Celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL** com força de Título Executivo Extrajudicial, mediante as seguintes cláusulas, condições e combinações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto estabelecer medida de compensação ambiental prevista no art. 36 da Lei Federal nº. 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), regulamentada pelos Decretos nº. 4.340/02 e nº. 6.848/09, em face da implantação da Unidade Petroquímica Básica - UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - COMPERJ,

AB-PGI/COMPERJ

134

especificamente no que diz respeito a investir em unidades de conservação ambiental, o valor de R$ 41.634.000,00 (quarenta e um milhões, seiscentos e trinta e quatro mil reais), que corresponde ao percentual de 0,5 % sobre o valor total declarado para o empreendimento, já deduzidos os abatimentos previstos na legislação referida, conforme o Cronograma de Depósito anexo a este Termo.

1.1 - O valor da compensação ambiental acima referido inclui o valor relativo à implantação dos canteiros para a construção e montagem da UPB do COMPERJ, que serão objeto de Licença(s) de Instalação(ões) específica(s).

1.2 - O valor de compensação ambiental previsto na condicionante 29 da LP nº. FE013990 fica revisto para 0,5%, especificamente para a LI da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ na vigência do Decreto 6.848, de 14 de maio de 2009, em decorrência da submissão da Petrobras à legislação federal.

1.3 - Os valores previstos no *caput* desta Cláusula deverão ser aplicados em projetos a serem definidos pela Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, respeitados os critérios previstos no art. 36 da Lei nº. 9.985/00, no art. 33 do Decreto nº. 4.340/02, nos procedimentos de consulta e de definição de unidades de conservação a serem contempladas, conforme estabelecido no art. 8º e seguintes da Resolução CONAMA nº. 371/06, e na ordem de prioridades estabelecida na Resolução SEA nº. 25/07.

1.4 - O valor devido a título de compensação ambiental poderá ser revisto em face da decisão final, com efeitos retroativos, na ADI – Ação Direita de Inconstitucionalidade 3378-6 e na Reclamação promovida contra o Decreto Federal nº. 6848/2009, que vier a ser prolatada pelo Supremo Tribunal Federal – STF.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo de vigência deste termo é de 1.825 (hum mil, oitocentos e vinte e cinco) dias, a contar da data de sua assinatura, podendo ser alterado mediante termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSADA

3.1 - Depositar em conta bancária específica do Fundo Brasileiro para Biodiversidade – FUNBIO do Banco do Brasil, Agência nº 1569-5, Conta nº 21929-0, o valor de R$ 41.634.000,00 (quarenta e um milhões, seiscentos e trinta e quatro mil reais) dividido em 20 (vinte) parcelas iguais, trimestrais e sucessivas no valor de R$ 2.081.700,00 (dois milhões, oitenta e um mil e setecentos reais) cada uma, corrigidas de acordo com o IPCA, devendo a primeira ser depositada em até 60 (sessenta) dias da concessão da Licença de Instalação, valor este a ser utilizado especificamente para fins de compensação ambiental de acordo com o aprovado pela Câmara de Compensação Ambiental.

3.2 - Enviar ao INEA, no prazo de cinco dias úteis, após cada depósito, cópia do comprovante do depósito efetuado.

PGE/COMPERJ

3.3 - Caso a Licença de Operação esteja apta a ser expedida antes do término previsto para o depósito total do valor da compensação ambiental, a Compromissada pode optar entre manter o cronograma original de depósito ou antecipar as parcelas vincendas.

3.4 - Caso este Termo venha a ser rescindido por iniciativa da Compromissada, esta estará obrigada a efetuar, apenas, os contingenciamentos que estejam vencidos.

3.5 - Os valores da compensação ambiental efetivamente utilizados pelos projetos aprovados pela CCA não serão devolvidos.

CLÁUSULA QUARTA – DA QUITAÇÃO

4 - As COMPROMITENTES se obrigam a:

4.1 - Enviar à COMPROMISSADA, trimestralmente, relatório físico-financeiro de acompanhamento da execução dos projetos pelo FUNBIO, previamente aprovados pelas Compromitentes, relativo à aplicação dos recursos objeto deste Termo de Compromisso de Compensação Ambiental.

4.2 - Emitir Termo de Quitação Parcial em favor da COMPROMISSADA, no prazo de 30 (trinta) dias úteis após o último depósito referido no item 3.1 da Cláusula Terceira.

4.3 - Emitir Termo de Quitação Definitivo em favor da COMPROMISSADA, no prazo de 30 (trinta) dias úteis após a execução final dos projetos aprovados pela CCA, pertinente à plena e rasa quitação de toda e qualquer obrigação referente ao art. 36 da Lei nº. 9.985/00, e demais obrigações previstas neste Termo de Compromisso de Compensação Ambiental.

4.4 - Acordar formalmente com o FUNBIO para que este aplique os valores dos depósitos referidos no item 3.1 da Cláusula Terceira somente fundos conservadores.

Parágrafo único - As Partes, de comum acordo, verificando o não cumprimento pelo FUNBIO da execução do(s) projeto(s) conforme plano(s) de trabalho(s) aprovado(s) pela CCA, poderão suspender a execução deste Termo de Compromisso, até a sua devida regularização ou substituição do executor indicado pelos Compromitentes por novo, não podendo esta hipótese ser impeditiva da expedição da Licença de Operação, em sendo o caso.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 - O atraso no cumprimento das obrigações assumidas no presente Termo de Compromisso implicará na cobrança da(s) parcela(s) inadimplida(s) corrigida(s) monetariamente pela variação da Unidade Fiscal de Referência do Estado do Rio de Janeiro (UFIR-RJ), acrescida(s) de multa de 1% ao mês ou fração de mês.

5.2 - As penalidades previstas nesta cláusula poderão ser objeto de recurso na forma da legislação estadual vigente.

PGE-PGJ/COMPERJ

135

5.3 - A cobrança da multa de mora prevista nesta Cláusula não prejudica a propositura de ação judicial cabível.

5.4 - A notificação das multas aplicadas será remetida ao endereço da Compromissada, Gerência Geral de Implantação do COMPERJ, sita na Avenida Rio Branco 1, 20º. andar, sala 2005, Centro, Rio de Janeiro/RJ e será considerada válida pela sua simples entrega.

5.5 - Depois do recebimento da comunicação prevista no item anterior, a Compromissada terá 10 (dez) dias úteis para o recolhimento da multa ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM.

5.6 - Após decorrido o procedimento referido no item 5.2 supra, e não tendo sido a multa recolhida na forma e no prazo estipulado nesta cláusula, considerar-se-á rescindido o presente Termo, que será executado em consonância com as disposições do Código de Processo Civil, sem prejuízo da imposição autônoma das sanções administrativas pertinentes ao não cumprimento de condição integrante do processo de licenciamento ambiental e das sanções penais aplicáveis.

5.7 - As multas previstas na presente cláusula não têm caráter compensatório e, assim, o seu pagamento não eximirá a Compromissada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes de infrações a este Termo ou à legislação ambiental.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 - O presente instrumento é celebrado nos termos da legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº. 9.985/00, o Decreto Federal nº. 4.340/02, alterado pelo Decreto Federal nº. 6.848/2009, e a Resolução SEA nº. 25/07, e vale, entre as partes e seus sucessores, como ato jurídico perfeito e somente poderá ser alterado por escrito, mediante a celebração de termo aditivo.

6.2 - A fiscalização do cumprimento das obrigações assumidas no presente Termo, no que se refere ao depósito, será realizada pelo INEA.

6.3 - As obrigações assumidas e previstas neste instrumento são exigíveis nos modos e prazos nele convencionados, independentemente de qualquer notificação ou aviso preliminar, judicial ou extrajudicial.

6.4 - Acompanha o presente Termo de Compromisso, o Cronograma de Depósito com as devidas especificações.

6.5 - O INEA, sob sua responsabilidade, tomará todas as medidas de caráter judicial e administrativo, necessárias ao cumprimento deste Termo, no que se refere ao depósito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

7.1 - A Compromissada providenciará a publicação do extrato do presente TERMO no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, conforme gabarito apresentado pelo INEA.

PGJ/COMPERJ

7.2 - A Compromissada deverá enviar ao INEA, no prazo de cinco dias úteis, após a publicação, comprovante da publicação especificada no item acima.

7.3 - O INEA remeterá cópia deste Termo ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro após a publicação especificada no item acima, consoante o que preceitua a Deliberação TCE 244, de 18 de dezembro de 2007.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Termo.

Assim ajustadas, assinam o presente em 4 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se a fazê-lo firme e valioso por si e seus eventuais sucessores.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2010

MARILENE O. RAMOS MÚRIAS DOS SANTOS
Secretária de Estado do Ambiente

PAULO ROBERTO COSTA
Diretor de Abastecimento da PETROBRAS

LUIZ FIRMINO MARTINS PEREIRA
Presidente

PAULO SCHIAVO JÚNIOR
Vice-Presidente

Testemunhas:

Nome:
CPF

Nome:
CPF

PGE/COMPERJ

136

ANEXO – CRONOGRAMA DE DEPÓSITO
TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL Nº 03/2010
DA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

DATA (Vide Nota 1)	VALOR (Vide Nota 2)
16/junho/2010	R$ 2.081.700,00
16/setembro/2010	R$ 2.081.700,00
16/dezembro/2010	R$ 2.081.700,00
16/março/2011	R$ 2.081.700,00
16/junho/2011	R$ 2.081.700,00
16/setembro/2011	R$ 2.081.700,00
16/dezembro/2011	R$ 2.081.700,00
16/março/2012	R$ 2.081.700,00
16/junho/2012	R$ 2.081.700,00
16/setembro/2012	R$ 2.081.700,00
16/dezembro/2012	R$ 2.081.700,00
16/março/2013	R$ 2.081.700,00
16/junho/2013	R$ 2.081.700,00
16/setembro/2013	R$ 2.081.700,00
16/dezembro/2013	R$ 2.081.700,00
16/março/2014	R$ 2.081.700,00
16/junho/2014	R$ 2.081.700,00
16/setembro/2014	R$ 2.081.700,00
16/dezembro/2014	R$ 2.081.700,00
16/março/2015	R$ 2.081.700,00

VALOR TOTAL DA COMPENSAÇÃO RELATIVO À FASE DE IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE PETROQUÍMICA BÁSICA (UPB) E ÁREAS DE APOIO INDUSTRIAL E ADMINISTRATIVO PARA O COMPLEXO PETROQUÍMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ)

R$ 41.634.000,00 (quarenta e um milhões e seiscentos e trinta e quatro mil reais)

Notas:

1 – A primeira parcela será depositada em até 60 (sessenta) dias da concessão da Licença de Instalação e as subseqüentes trimestralmente a partir desta.

2 – As parcelas serão corrigidas de acordo com o IPCA, a partir da data da emissão da Licença de Instalação.

PGE/COMPERJ

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA

TERMO DE QUITAÇÃO DE COMPENSAÇÃO SNUC

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**, doravante denominada **SEA**, com sede na Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, neste ato representada pelo Sr. Subsecretário Adjunto de Planejamento e Secretário-Executivo da Câmara de Compensação Ambiental - CCA, Sergio Mendes, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 014254157-50, e portador da carteira de identidade nº 426465;

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, doravante denominado **INEA**, com sede na Avenida Venezuela, nº 110, 2º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, representado por seu Presidente, Marcus de Almeida Lima, brasileiro, divorciado, advogado, portador da carteira de identidade nº 069927960, expedida pelo IFP, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.921.407-63;

CONSIDERANDO QUE:

(i) foi celebrado o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA nº 03/2010 entre a SEA, o INEA e a empresa Petróleo Brasileiro S.A, com objetivo de estabelecer medidas de compensação ambiental previstas no art. 36 da Lei Federal nº 9985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), regulamentada pelo Decreto Federal nº 4340/02, em referência ao licenciamento ambiental da Unidade Petroquímica Básica –UPB e áreas de Apoio Industrial e Administrativo para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - COMPERJ;

(ii) por força do TCCA acima referido, a Petróleo Brasileiro S.A depositou o valor de R$ 41.634.000,00(quarenta e um milhões, seiscentos e trinta e quatro reais), pagos em 20(vinte) parcelas iguais no Banco do Brasil, Agência nº 1569-5, Conta Corrente nº 21929-0, conforme cálculo de gradação de impactos efetuado pelo INEA, a ser utilizado especificamente para fins de compensação ambiental aprovada pela Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio

de Janeiro;

(iii) a Lei nº 6.572, de 31 de outubro de 2013, alterada pela Lei 7.601, de 27 de dezembro de 2015, disciplinando no plano estadual a compensação ambiental devida pelo empreendedor, consagrou, alternativamente à obrigação de fazer do empreendedor, a possibilidade de depositar o montante de recurso fixado pelo órgão estadual competente para o licenciamento, à disposição de mecanismos operacionais e financeiros implementados pela Secretaria de Estado do Ambiente;

(iv) nos termos do §1º do art. 3º da referida lei, a partir do momento em que é integralizado o referido depósito o empreendedor responsável por compensar atividade de significativo impacto ambiental se desvincula e se desobriga da obrigação pretérita de fazer, rompendo-se, assim, o liame entre ele e os projetos a serem realizados para efetivo cumprimento das compensações/obrigações ambientais;

(v) de acordo com o TCCA em epígrafe, o valor estabelecido no mesmo deverá ser aplicado em projetos a serem definidos pela Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro;

(vi) para fins de cumprimento da alternativa prevista no artigo 3º da Lei nº 6.572/2013, Petróleo Brasileiro S.A depositou em conta bancária indicada pela SEA, vinculada a execução da compensação ambiental em referência ao licenciamento ambiental da Unidade Petroquímica Básica –UPB e áreas de Apoio Industrial e Administrativo para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - COMPERJ, no Banco do Brasil, Agência nº 1569-5, Conta Corrente nº 21929-0, o valor total de R$ 41.634.000,00 (quarenta e um milhões, seiscentos e trinta e quatro mil reais);

RESOLVEM:

Com base nos termos acima, a SEA e o INEA reconhecem a plena, rasa e irrevogável quitação

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA

de **Petróleo Brasileiro S.A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, quanto à obrigação de compensação ambiental referente ao art. 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, em decorrência do empreendimento do licenciamento ambiental da Unidade Petroquímica Básica –UPB e áreas de Apoio Industrial e Administrativo para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - COMPERJ, para todos os devidos fins, o presente Termo de Quitação reconhece o cumprimento integral do TCCA nº 03/2010, conforme previsto em sua Cláusula Quarta, e desonera a **Petróleo Brasileiro S.A** de todas as obrigações relativas a este.

Rio de Janeiro, de de 2017

Sergio Mendes
Subsecretário Adjunto de Planejamento e Secretário-Executivo da Câmara de Compensação Ambiental

Marcus de Almeida Lima
Presidente do INEA

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente

COMPROVANTE DE ENTREGA DO TERMO DE QUITAÇÃO DE COMPENSAÇÃO SNUC

Eu, _____, identidade nº, _____, recebi nesta data o Termo de Quitação de Compensação SNUC referente ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº03/2010.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2017.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo N.º E-07/506.691/2011 Fls. 439
Data: 05/12/16
Rubrica:

TERMO DE ENCERRAMENTO

SISTEMA DE SUSTENTABILIDADE DA ILHA GRANDE E AUTONOMIA DA ILHA GRANDE E AUTONOMIA DE CUSTEIO DO CONJUNTO DE UC ESTADUAIS QUE A COMPÕEM

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto Sistema de Sustentabilidade da Ilha Grande e Autonomia de Custeio do Conjunto de UC Estaduais que a Compõem, no valor de R$ 806.405,13 (oitocentos e seis mil, quatrocentos e cinco reais e treze centavos), aprovado pela 32ª. Reunião da Câmara de Compensação Ambiental do Rio de Janeiro, atestando que todas as especificações foram plenamente atendidas, conforme notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E-07/506.691/2011 volumes I e II.

Informamos que o saldo remanescente de R$ 296,29 (duzentos e noventa e seis reais e vinte nove centavos) permanece na conta corrente cujo empreendedor é a COMPERJ – Petrobrás.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2016.

Paulo Schiavo
Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo Nº E-07/523 / 11
Fls. 52

TERMO DE ENCERRAMENTO

PROJETO EXECUTIVO PARA TRILHAS E ATRATIVOS DOS PARQUES DA COPA 2014

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto Executivo para Trilhas e Atrativos dos Parques da Copa 2014, no valor de R$ 601.219,98 (seiscentos e um mil, duzentos e dezenove reais e noventa e oito centavos), aprovado na 35ª Reunião Ordinária da Câmara de Compensação Ambiental, em 21 de setembro de 2011, e na 36ª Reunião da Câmara de Compensação Ambiental, em 02 de dezembro de 2011.

Atestamos que todas as especificações foram plenamente atendidas, conforme notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E-07/511.424/2011.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2017.

Paulo Schiavo
Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA - SSE

RELATÓRIO DEMONSTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Conforme previsto na cláusula 2º, inciso I, alínea "I", do Convênio nº 03/2009, examinamos a prestação de contas dos gastos do Projeto Estruturação da Fiscalização, Combate aos Crimes Ambientais e Combate aos Incêndios nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro (E-07/000.720/2011), aprovado na 36ª Reunião da Câmara de Compensação Ambiental, financiado pelo TCCA nº 03/2010 – Unidade Petroquímica Básica - COMPERJ.

O teto orçamentário aprovado pela CCA para o projeto foi de R$771.210,00 (setecentos e setenta e um mil, duzentos e dez reais). A seguir apresentamos o demonstrativo financeiro dos recursos executados:

MÊS/ANO	NF	FORNECEDOR	TOTAL
mai/12	137	Tecnoagro Projetos e Representações Ltda.	104.900,00
jul/12	143	Tecnoagro Projetos e Representações Ltda.	6.300,00
ago/12	273	RPC Importação e Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda.	231.000,00
out/12	273	RPC Importação e Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda.	99.000,00
dez/12	273	RPC Importação e Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda.	66.000,00
jun/13	273	RPC Importação e Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda.	264.000,00
Total Geral			**771.200,00**

Verificamos que foram executados R$771.200,00 (setecentos e setenta e um mil, e duzentos reais), restando saldo de R$10,00 (dez reais), que ficará novamente disponível no balanço para alocação de outros projetos na Câmara de Compensação Ambiental.

Da análise do processo de prestação de contas em epígrafe constatou-se a presença de todos os elementos e formalidades exigidos pela legislação vigente. Quanto aos documentos apresentados, entende-se que os mesmos comprovam adequadamente a aplicação dos recursos. Sendo assim, recomenda-se a aprovação em forma e conteúdo a presente prestação de contas.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2016.

MARCELO ARAÚJO
Matr. 50066846

Conforme recomendação da área técnica, aprovamos a presente prestação de contas final do projeto Estruturação da Fiscalização, Combate aos Crimes Ambientais e Combate aos Incêndios nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro (E-07/000.720/2011).

FERNANDO MATIAS
ID 4372234-2

PAULO SCHIAVO
ID 2146285-2

JULIANA LIMA
ID 5073601-9

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
DIRETORIA DE BIODIVERSIDADE, ÁREAS PROTEGIDAS E ECOSSISTEMAS – DIBAPE

TERMO DE ENCERRAMENTO 002/19

OBRA PARA IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DA SEDE DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA CONCÓRDIA

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto "Obra para Implantação da Infraestrutura Física da Sede do Parque Estadual da Serra da Concórdia", no valor de R$ 5.249.818,47 (cinco milhões, duzentos e quarenta e nove mil, oitocentos e dezoito reais e quarenta e sete centavos), com saldo remanescente de R$ 111.461,51 (cento e onze mil, quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta e um centavos).

Atestamos que as especificações constantes no Termo de Referência Nº 2012.1121.1043.33138 foram atendidas, conforme pareceres técnicos, termos de recebimento e aceite e notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E-07/509993/2012.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2019.

Tiago Rangel
Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas - INEA
ID: 5097670-2

Tiago Rangel
Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Proc. E-07/
Data / / Fls.
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

TERMO DE ENCERRAMENTO 006/18

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto "Ações Prioritárias para a Implantação do Parque Estadual da Costa do Sol", no valor de R$ 1.696.575,00 (um milhão, seiscentos e noventa e seis mil, quinhentos e setenta e cinco reais), com saldo remanescente de R$ 556.825,08 (quinhentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e vinte e cinco reais e oito centavos).

Atestamos que as especificações constantes nos Termos de Referência Nº 2012.0913.1347.34122 e 2013.0319.1027.37122 foram parcialmente atendidas, conforme pareceres técnicos, termos de recebimento e aceite e notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E-07/511421/2011.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2018.

Paulo Schiavo
Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

SERVIÇO PUBLICO ESTADUAL
Processo N.º 007/000.233/13
Data: 19/12/17 Fls. 94
Rubrica.

TERMO DE ENCERRAMENTO

PROJETO

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto de Fortalecimento das Ações de Educação Ambiental em Unidades de Conservação, no valor de R$ 3.590.100,00 (três milhões e quinhentos e noventa mil e cem reais), aprovado na ___ Reunião Ordinária da Câmara de Compensação Ambiental, em ___ de _____ de _____.

Atestamos que todas as especificações foram plenamente atendidas, conforme notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E07/002.2234/2016.

Rio de Janeiro, 13 de Julho de 2017

Ana Paula Costa
ID. 556617-7
Coordenadora Sociambiental

Paulo Schiavo Junior
ID. 2046253-0
Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas e Ecossistemas

GOVERNO DO Rio de Janeiro
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

inea instituto estadual do ambiente

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Fls. 120

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

TERMO DE ENCERRAMENTO 004/18

CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO DO USO PÚBLICO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto "Consolidação da Gestão do Uso Público nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro", no valor de R$ 4.352.565,51 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), com saldo remanescente de R$ 126.890,41 (cento e vinte e seis mil, oitocentos e noventa reais e quarenta e um centavos).

Atestamos que todas as especificações constantes no Termo de Referência Nº 2014.0926.1749.37177 foram plenamente atendidas, conforme pareceres técnicos, termos de recebimento e aceite e notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E-07/002.990/2014.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2018.

Paulo Schiavo Junior
Diretor de Biodiversidade,
Áreas Protegidas e Ecossistemas
DIBAPE - INEA
ID: 2046253-0

Paulo Schiavo
Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Proc. E-07/
Data / / Fls
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

TERMO DE ENCERRAMENTO

PROJETO GERENCIAMENTO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E OBRAS PARA ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DAS UCS ESTADUAIS DO ESTADO DO RJ – 2ª FASE

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto Gerenciamento de Projetos Arquitetônicos e Obras para Estruturação Física das UCs Estaduais do Estado do RJ – 2ª FASE, no valor de R$ 2.643.161,62 (dois milhões seiscentos e quarenta e três mil cento e sessenta e um reais e sessenta e dois centavos).
Atestamos que todas as especificações foram plenamente atendidas, conforme notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E-07/001.471/2014.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2017.

Paulo Schiavo
Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

Ruy Vaz
Diretor de Recuperação Ambiental

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Proc. E-07/ 002.0347/2015
Data 1 / 10 / 19 Fls. 123
Rubrica ID-307.792

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

TERMO DE ENCERRAMENTO

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto "PROJETO: FORTALECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DA CONCÓRDIA, OBRAS PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVO ACESSO E CAMPING – 2ª FASE", no valor de R$ 5.242.054,35 (Cinco milhões, duzentos e quarenta e dois mil, cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), com saldo remanescente de R$ 633.530,49 (Seiscentos e trinta e três mil, quinhentos e trinta reais e quarenta e nove centavos).

Atestamos que todas as especificações constantes no Termo de Referência nº 2015102811451818-2, foram plenamente atendidas, conforme pareceres técnico, termos de recebimento, aceite e notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E-07/002.0347/2015.

Rio de janeiro, 26 de agosto de 2019.

Renato Correia de Medeiros
DIRAM/INEA/ID: 4437557-3

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Proc. E-07/
Data 1/10/19 Fls. 07
Rubrica ID 2175883-2

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS
SUPERINTENDÊNCIA INTEGRADA DE COMBATES AOS CRIMES AMBIENTAIS

TERMO DE ENCERRAMENTO

Projeto de fortalecimento da estrutura institucional para o combate aos incêndios florestais nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro.

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto de fortalecimento da estrutura institucional para o combate aos incêndios florestais nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro, no valor de R$ 1.956.250,00 (um milhão novecentos e cinquenta e seis mil duzentos e cinquenta Reais), com saldo remanescente de R$ 280.026,25 (duzentos e oitenta mil e vinte e seis Reais e vinte e cinco Centavos).

Atestamos que todas as especificações constantes no Termo de Referência Nº 2015.11101.547461-86 foram plenamente atendidas, conforme pareceres técnicos, termos de recebimento e aceite e notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E-07/001.514/2014.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2019.

Fabio Villela De Pinho
Superintendente/SICCA
ID: 2175883-2

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº: E-07/002.7544/15
Data: 22/OUT/19 Fls. 1434
Rubrica:

TERMO DE ENCERRAMENTO 027/19

Pelo presente Termo damos por encerrado o Projeto "**Fortalecimento Operacional das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro**", no valor de R$ 21.279.142,65 (vinte e um milhões duzentos e setenta e nove mil e cento e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), com saldo remanescente de R$ 2.185.870,88 (dois milhões cento e oitenta e cinco mil e oitocentos e setenta reais e oitenta e oito centavos).

Atestamos que as especificações constantes nos respectivos termos de referência foram atendidas, conforme pareceres técnicos, termos de recebimento e aceite e notas fiscais constantes no Processo Administrativo nº E-07/002.7544/2015.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2019.

Márcio de Azevedo Beranger
Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Proc. E-07/
Data
Fls
Rubrica

TERMO DE ENCERRAMENTO 022/19

Pelo presente Termo, damos por encerrado o Projeto "**Provisionamento de Fundo para Regularização Fundiária das UCs de Proteção Integral Estaduais**", no valor de R$ 32.574.642,31 (trinta e dois milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais e trinta e um centavos), com saldo remanescente de R$ 4.757.601,15 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e um reais e quinze centavos).

Atestamos que a utilização dos recursos viabilizou o cumprimento dos objetivos do projeto, através da desapropriação de áreas estratégicas para a DIBAPE, conforme termos de recebimento e aceite e pareceres técnicos constantes no Processo Administrativo nº E-07/502.168/2011.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2019.

Márcio de Azevedo Beranger
Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

Ref.: Procedimento Administrativo nº. 210/2019 (MPRJ n. 2019.00978560)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Ciente** do acrescido de fls. 61/103;

2- **Cumpra-se** o item III de fl. 03-v;

3- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 14 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos, às fls. 146/147, despacho do GATE.

Em 13 / 11 / 20

7787

146

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO

REF.: MPRJ 2019.00978560 – SEI n° 20.22.0001.0015511.2020-74

Trata-se de expediente administrativo oriundo da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí, referente ao MPRJ 2019.00978560, o qual apura o cumprimento da obrigação contida no item 6.5 da cláusula terceira, do TAC pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública n°0009919-12.2018.8.19.0023, por meio do qual o INEA se obrigou a: apresentar no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA n° 03/2010, relativo à LI da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei n° 9.985, de 18.07.00.

Com efeito, a atuação deste órgão técnico é pautada pela Resolução GPGJ 2.197/2018 e pela Ordem de Serviço n° 001/2017, que regulamenta o sistema de atendimento das solicitações de análises pelo GATE.

Na hipótese vertente, às fls. 65/67 do doc. anexo 0223551, o INEA indica ter havido o cumprimento do item 6.5 supra, consistente no depósito da quantia de R$ 41.634.000,00 (quarenta e um milhões seiscentos e trinta e quatro mil reais), correspondente ao percentual de 0,5% sobre o valor total declarado para o empreendimento.

imagem no PDF_ANEXO

Em relação aos projetos executados com recursos oriundos do TCCA 03/2010, o INEA prestou as informações abaixo, em atendimento ao item 6.5:

imagem no PDF_ANEXO

Assim, dentre os documentos encaminhados no SEI n° 20.22.0001.0015511.2020-74 consta manifestação do INEA indicando o cumprimento da obrigação referente às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA n° 03/2010, bem como os projetos executados com recursos oriundos do termo citado, conforme demonstra a imagem acima.

Dessa forma, se afigura inviável, ao menos por ora, a realização pelo GATE de Informação Técnica do objeto em questão, uma vez que não se vislumbra conteúdo de natureza técnica em relação a essas cláusulas específicas do TAC que justificassem a necessidade de avaliação por meio deste grupo de apoio.

Destarte, estando o GATE, ao menos por ora, impossibilitado de encetar a análise solicitada, procede-se à devolução do presente ao órgão de origem, instruindo-o com presente despacho, para as providências cabíveis.

COORDENAÇÃO GERAL DO GATE

Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE DE CARVALHO PEREIRA**, **Promotor de Justiça**, em 10/11/2020, às 20:06, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0351902** e o código CRC **7DC322B9**.

REF.: MPRJ 2019.00978560 – SEI n° 20.22.0001.0015511.2020-74

Trata-se de expediente administrativo oriundo da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí, referente ao MPRJ 2019.00978560, o qual apura o cumprimento da obrigação contida no item 6.5 da cláusula terceira, do TAC pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública n°0009919-12.2018.8.19.0023, por meio do qual o INEA se obrigou a: apresentar no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA n° 03/2010, relativo à LI da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei n° 9.985, de 18.07.00.

Com efeito, a atuação deste órgão técnico é pautada pela Resolução GPGJ 2.197/2018 e pela Ordem de Serviço n° 001/2017, que regulamenta o sistema de atendimento das solicitações de análises pelo GATE.

Na hipótese vertente, à fls. 65/67 do doc. anexo 0223551, o INEA indica ter havido o cumprimento do item 6.5 supra, consistente no depósito da quantia de R$ 41.634.000,00 (quarenta e um milhões seiscentos e trinta e quatro mil reais), correspondente ao percentual de 0,5% sobre o valor total declarado para o empreendimento.

3. *"O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA N° 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei n° 9.985, de 18.07.00";*

O TCCA 03/2010 resultou do licenciamento ambiental da implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo para o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ. Foi depositado o valor de R$ 41.634.000,00 (quarenta e um milhões seiscentos e trinte e quatro mil reais), que corresponde ao percentual de 0,5% sobre o valor total declarado para o empreendimento.

Em relação aos projetos executados com recursos oriundos do TCCA 03/2010, o INEA prestou as informações abaixo, em atendimento ao item 6.5:

Foram aprovados 12 (doze) projetos pela Câmara de Compensação Ambiental com indicação do TCCA 03/10 como fonte de financiamento. Esses projetos seguem abaixo:

- Considerando a Deliberação n. 29, em sua 32ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Sistema de Sustentabilidade da Ilha Grande e Autonomia de Custeio do Conjunto de UC Estaduais que a: compõem – Sustentabilidade UCs PI Ilha Grande*", no valor de R$ 672.004,28. Sua fonte de financiamento foi retificada por meio da Deliberação n. 33 (art. 2º). Seu encerramento aconteceu em 29 de junho de 2016, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando as Deliberações n. 33 e 34, em suas 35ª e 36ª Reuniões Ordinárias, foi aprovado o "*Projeto Executivo para Trilhas e Atrativos dos Parques da Copa de 2014*", no valor de R$ 601.219,98, com posterior retificação da fonte de financiamento. Seu encerramento aconteceu em 31 de janeiro de 2017, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando as Deliberações n. 33 e 34, em suas 35ª e 36ª Reuniões Ordinárias, foi aprovado o Projeto "*Ações Prioritárias para Implantação do Parque Estadual da Costa do Sol*", no valor de R$ 1.696.575,00, com posterior retificação da fonte de financiamento. Seu encerramento aconteceu em 05 de dezembro de 2018, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 34, em sua 36ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Estruturação da Fiscalização, Combate aos Crimes Ambientais e Combate aos Incêndios nas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro*", no valor de R$ 771.200,00. Seu encerramento aconteceu em 29 de julho de 2016, conforme Relatório Demonstrativo de Prestação de Contas, no qual fica registrado que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 36, em sua 38ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Obras para Implantação da Infraestrutura física da Sede do Parque Estadual da Serra da Concórdia Valença*", no valor de R$ 4.260.000,00. Seu encerramento aconteceu em 30 de abril de 2019, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 44, em sua 46ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Fortalecimento das Ações de Educação Ambiental em Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro – Fortalecimento Educação Ambiental RJ*", no valor de R$ 3.590.100,00. Seu encerramento aconteceu em 13 de julho de 2017, conforme Termo anexo, no qual fica registrado que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 44, em sua 46ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Consolidação da Gestão do Uso Público nas Unidades de Conservação Estaduais do Estado do Rio de Janeiro – Consolidação Gestão do Uso Público UC's RJ*", no valor de R$ 3.482.008,00. Seu encerramento aconteceu em 27 de novembro de 2018, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 52, em sua 53ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Gerenciamento de Projetos Arquitetônicos e Obras para Estruturação Física das Unidades de Conservação Estaduais do Estado do Rio de Janeiro – 2ª fase*", no valor de R$ 2.300.000,00. Seu encerramento aconteceu em 20 de dezembro de 2017, conforme Termo anexo, no qual fica registrado que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 52, em sua 53ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Fortalecimento do Parque Estadual da Serra da Concórdia – Obras para Implantação de Novo Acesso e Camping na Sede e Aquisição de Mobiliário, Equipamentos e Utensílios para o Centro de Visitantes – 2ª fase*", no valor de R$ 4.300.000,00. Seu encerramento aconteceu em 26 de agosto de 2019, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 51, em sua 52ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro: Análises e Estratégias para Conservação da Flora Endêmica Ameaçada – Conservação da Flora Endêmica Ameaçada*", no valor de R$ 1.997.489,00. Esse projeto teve a execução físico-financeira concluída e se encontra em processo de validação da prestação de contas final. A SEAS compromete-se a enviar a documentação restante assim que estiver disponível.

- Considerando a Deliberação n. 52, em sua 53ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Obras Civis destinadas à Implantação de Infraestrutura das Trilhas e Atrativos do Parque Estadual da Serra da Tiririca – PE Serra da Tiririca – Obras para Implantação de Trilhas*", no valor de R$ 2.426.172,14. O projeto encontra-se suspenso, conforme registrado na ata da 73ª Reunião Ordinária do Colegiado e nas documentações enviadas por *e-mail* aos Conselheiros.

- Considerando a Deliberação n. 52, em sua 53ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Fortalecimento da Estrutura Institucional para o Combate aos Incêndios Florestais nas Unidades de Conservação no ERJ*", no valor de R$ 1.565.000,00. Seu encerramento aconteceu em 30 de setembro de 2019, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando a Deliberação n. 58, em sua 58ª Reunião Ordinária foi aprovado o Projeto "*Fortalecimento Operacional das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro*", no valor de R$ 6.746.230,56. Aqui vale destacar que, pela natureza dos serviços contínuos previstos no escopo do projeto, ele foi sendo aditado ao longo do tempo, seguindo as normas da Câmara de Compensação Ambiental, e seu valor final é bastante superior ao inicialmente aprovado. Seu encerramento aconteceu em 21 de outubro de 2019, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi executado a contento.

- Considerando as Deliberações n. 28 (art. 8º) e 44 (art. 4º), em suas 31ª e 46ª Reuniões Ordinárias foram aprovados aportes para "*Provisionamento de Fundos para Regularização Fundiária*", no valor de R$ 5.000.000,00 em cada aporte. O projeto já havia sido originalmente aprovado por meio da Deliberação n. 10, sem relação direta com o TCCA 03/2010. Seu encerramento aconteceu em 30 de setembro de 2019, conforme Termo anexo, no qual o proponente atesta que o Projeto foi realizado a contento.

Assim, dentre os documentos encaminhados no SEI n° 20.22.0001.0015511.2020-74 consta manifestação do INEA indicando o cumprimento da obrigação referente às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA n° 03/2010, bem como os projetos executados com recursos oriundos do termo citado, conforme demonstra a imagem acima.

Dessa forma, se afigura inviável, ao menos por ora, a realização pelo GATE de Informação Técnica do objeto em questão, uma vez que não se vislumbra conteúdo de natureza técnica em relação a essas cláusulas específicas do TAC que justificassem a necessidade de avaliação por meio deste grupo de apoio.

Destarte, estando o GATE, ao menos por ora, impossibilitado de encetar a análise solicitada, procede-se à devolução do presente ao órgão de origem, instruindo-o com presente despacho, para as providências cabíveis.

COORDENAÇÃO GERAL DO GATE

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos
ao(ao) Exmo. Promotor de Justiça
Em 18 / 11 / 20
7787

Promoção em separado, impressa em 02 lauda (s).

Itaboraí, 27 /11 /2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Ref.: Procedimento Administrativo n. 210/2019 (MPRJ n. 2019.00978560)

PROMOÇÃO DE PRORROGAÇÃO NA TRAMITAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.5 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. O INEA, no item 6.5 da cláusula terceira, obrigou-se a *"(...)O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00;*

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o relatório de investigação às fls. 02-v/03-v, instruído de fls. 04/32-v.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 40/41.

Ofício do INEA às fls. 39/60, solicitando dilação de prazo.

Ofício do INEA à fl. 61, encaminhando a manifestação do Superintendente de Fundos de Interesse Público – SUPFIP/SUBEXEC/SEAS, com as informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do TCCA nº 03/2010, e documentações comprobatórias das informações de fls. 62/103-v.

Ofício da SEAS à fl. 105, encaminhando a manifestação do Superintendente de Fundos de Interesse Público – SUPFIP/SUBEXEC/SEAS, com as informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do TCCA nº 03/2010, e documentações comprobatórias das informações de fls. 106/144-v.

Despacho do GATE às fls. 146/148, informando que dentre os documentos encaminhados consta manifestação do INEA indicando o cumprimento da obrigação referente às ações realizadas a partir da quitação do Termo de Compensação Ambiental TCCA nº 03/2010, bem como os projetos executados com recursos oriundos do referido termo. Dessa forma, se afigura inviável, ao menos por ora, a realização pelo GATE de Informação Técnica do objeto em questão, uma vez que não se vislumbra conteúdo de natureza técnica em relação a essas cláusulas específicas do TAC que justificassem a necessidade de avaliação por meio deste grupo de apoio.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 25 dispõe que: "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de um (01) ano, **que poderá ser prorrogado quantas vezes forem necessárias**, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação*", sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)"*, nos termos do parágrafo único;

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano,* ***prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias****, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão*";

O Promotor de Justiça Titular deste órgão de execução, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste inquérito civil, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1- **Junte-se** o ofício expedido em abril ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ;

2- **Desentranhar** fls. 35/39 e 46/56 para juntá-las no PA 213/2019, abra-se imediatamente nova vista;

3- **Ciente** do acrescido às fls. 61/103-v, 105/144-v e 146/148;

4- **Remeter o feito ao GATE, via SEI**, solicitando analisar a regularidade na utilização da verba, isto é, se atendeu tecnicamente ao escopo TCCA nº 03/2010 considerando a pertinência temática dos danos ambientais causados pela fase da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00, com a compensação ambiental que deveria ter sido feita;

5- Obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 26 de novembro de 2020.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.11.27 16:10:40 -03'00'

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 04/12/2020

149-A

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC nº 812/2020 *Itaboraí*, 27 de abril de 2019.

Ref: **Relação de Inquéritos Civis que tramitam há mais de um ano na 2ª Promotoria de Justiça do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os procedimentos que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, 331 (trezentos e trinta e um) feitos, conforme planilha em anexo, em atenção ao art. 9º, da Resolução nº 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ nº 1769/12 e art. 61, §4º, do Regimento Interno desse CSMP/RJ.

Ressalta-se que todos os procedimentos em anexo estão aguardando resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na última promoção lançada em cada procedimento, que pode ser consultada pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

(assinado eletronicamente)

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710 Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710 Dados: 2020.04.28 11:57:30 -03'00'

AO
EXMO. SR.
DR. JOSÉ EDUARDO CIOTOLA GUSSEM
PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Av. Marechal Câmara, nº 370 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20020-080

Solicitação de análise técnica ao GATE - 0420513

INFORMAÇÕES DO ÓRGÃO SOLICITANTE

Órgão de Execução:
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

Telefone:
(21)2645-6950

Celular:
(21)98285-7730

Membro Solicitante:
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

Matrícula:
3226

Secretário(a):
MICIELE DA SILVA MARINS

E-mail:
MICIELE.MARINS@MPRJ.MP.BR

Deseja receber atualização da movimentação via sistema push?
Não

DADOS DO PROCEDIMENTO

Nº MPRJ:
201900978560

1. Trata-se de complementação de Análise realizada anteriormente pelo GATE?
Não

2. Trata-se de avaliação em saúde mental?
Não

* Caso a resposta seja positiva, preencher Anexo I - Identificação Individual

3. Trata-se de procedimento sujeito à prescrição para a propositura da ação judicial prevista na Lei no 8.429/92?
Não

***Caso a resposta seja positiva, indique o mês e o ano do termo final:**
-

4. Trata-se de apoio na elaboração de quesitos em processo judicial?
Não

5. Trata-se de nomeação de técnico pericial para atuar como assistente técnico em processo judicial, acompanhando diligências ou elaborando laudo complementar?
Não

6. Trata-se de solicitação com tramitação prioritária?
Não

* Caso a resposta seja positiva, assinale a hipótese adequada.

6.1 Existe risco iminente de perecimento do direito;:
Não

***Caso a resposta 6.1 seja marcada, descreva:**

-

6.2 Prioridades fixadas em lei, tais como, Estatuto do Idoso, ECA, Lei Brasileira de Inclusão e outros diplomas legais.
Não

6.3 Está em curso prazo processual;:
Não

Indicar prazo Processual caso marque a hipóteses 6.3:
-

6.4 Oriunda dos Grupos de Atuação Especializada existentes na estrutura do Ministério Público.
Não

7. Trata-se de pedido de apoio técnico destinado a constatar a inexistência ou cessação de danos a direitos transindividuais ou regularização da prestação de serviços públicos ou atividades ilegais?
Não

8. É necessária alguma inspeção ou vistoria?
Não

* Caso a resposta seja positiva, preencher Anexo II - Endereço para Edificações

A dúvida técnica deve ser indicada por meio: i) da escolha dos serviços técnicos pretendidos, conforme portfólio de serviços disponível na página do GATE na intranet;ii) da elaboração de quesitos específicos e não jurídicos ou, ainda;iii)da descrição livre.

* Para serviços de análises de economicidade de contratos em aquisições, prestações de serviços ou obras, avaliação de imóveis (economicidade em aquisições ou aluguéis de imóveis) e prestação de contas ou congêneres - Consultar o Anexo III - Tabela de Quadro de Anexos.

INDIQUE SUA DÚVIDA TÉCNICA:
Remeter o feito ao GATE, via SEI, solicitando analisar a regularidade na utilização da verba, isto é, se atendeu tecnicamente ao escopo TCCA nº 03/2010 considerando a pertinência temática dos danos ambientais causados pela fase da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00, com a compensação ambiental que deveria ter sido feita.

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 15/12/2020, às 15:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0420513** e o código CRC **2470AF55**.

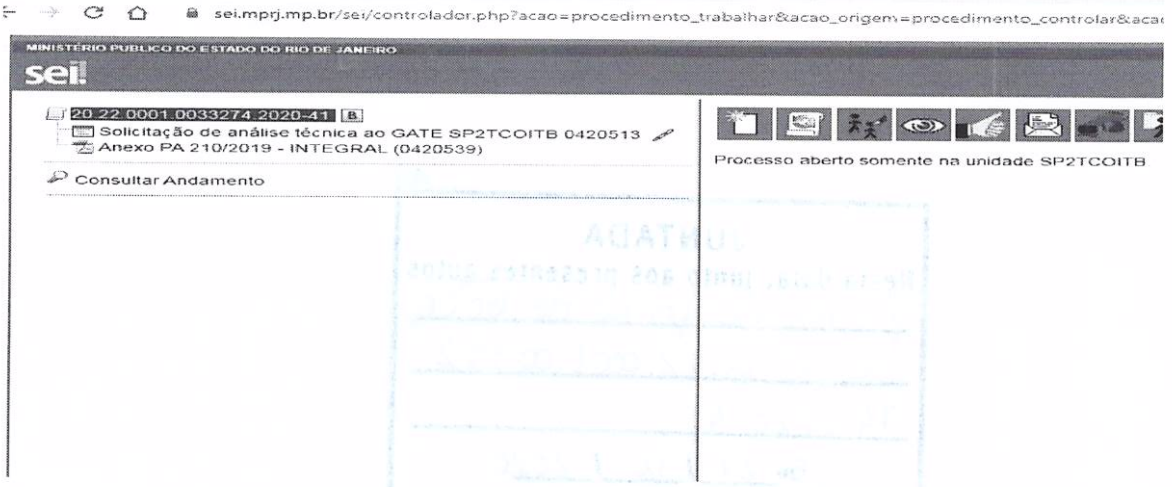
PROCESSO SEI: 20.22.001.0039274.2020-41

151

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Certidão 295/2020
PA 210/2019 – MPRJ 2019.00978560

Certifico, nesta data, em cumprimento ao determinado à fl. 149, item 04, o encaminhamento de Solicitação de Análise Técnica ao GATE, via SEI (Processo 20.22.0001.0033274.2020-41), na forma abaixo.



Certifico conforme determinado à fl. 149, item 02, o desentranhamento de fls. 35/39 e 46/56 para juntá-las no PA 213/2019.

Itaboraí, 15 de dezembro de 2020.

Miciele da Silva Marins
Matrícula 62081323

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos
PJ. 152, Despacho de Gestão,
OEi nº 20.22.0001.00332
44.2020-41

Em 29 / 12 / 2020
Matrícula 6208123

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO

REF.: MPRJ 2019.00978560 – SEI n° 20.22.0001.0033274.2020-41

Trata-se de expediente administrativo oriundo da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí, referente ao MPRJ 2019.00978560, o qual apura o cumprimento da obrigação contida no item 6.5 da cláusula terceira, do TAC pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública n°0009919-12.2018.8.19.0023, por meio do qual o INEA se obrigou a: apresentar no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA n° 03/2010, relativo à LI da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei n° 9.985, de 18.07.00.

Com efeito, a atuação deste órgão técnico é pautada pela Resolução GPGJ 2.197/2018 e pela Ordem de Serviço nº 001/2017, que regulamenta o sistema de atendimento das solicitações de análises pelo GATE.

Na hipótese vertente, consta manifestação do INEA indicando o cumprimento da obrigação da Petrobras em depositar o valor estipulado, bem como apresentando esclarecimentos quanto à destinação dos recursos. Ademais, vale destacar que às fls. 141/144 o Termo de Quitação de Compensação SNUC, emitido pela Secretaria de Estado do Ambiente, reconhece o cumprimento integral do TCCA n° 03/2010 quanto à obrigação de compensação ambiental referente ao art. 36 da Lei Federal n° 9.985/2000.

Assim, reiteramos o despacho 0351902 anexado ao SEI n° 20.22.0001.0015511.2020-74, devolvido à Promotoria de Justiça em 11 de novembro de 2020, no sentido da momentânea inviabilidade de análise técnica, destacando que a presente deliberação é tomada em consonância com o ajustado após debates com a equipe técnica que atua nos casos do COMPERJ, a qual sinalizou à Coordenação a impossibilidade de atendimento da SAT ora reencaminhada.

Destarte, estando o GATE impossibilitado de encetar a análise solicitada, procede-se à devolução do presente ao órgão de origem, instruindo-o com presente despacho, para as providências cabíveis.

COORDENAÇÃO GERAL DO GATE

Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE DE CARVALHO PEREIRA**, **Promotor de Justiça**, em 18/12/2020, às 19:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0428752** e o código CRC **5A1614F8**.

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos
à(ao) Exmo. Dr. Tiago Veras
Em 12/01/2021
Matrícula 6208328

Promoção de arquivamento em separado, impressa em 03 laudas.

Itaboraí, 18/02/2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Ref.: Procedimento Administrativo n.º 210/2019 (MPRJ n. 2019.00978560)

EMENTA: Meio Ambiente. Procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.5 da cláusula terceira do TAC I pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023, que consiste na apresentação pelo INEA de informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00. O INEA e a SEAS comprovaram o cumprimento integral da obrigação contida no item 6.5 da cláusula terceira do TAC I COMPERJ. ARQUIVAMENTO com fulcro no enunciado nº 16/07, do egrégio Conselho Superior do Ministério Público, ante o cumprimento integral da obrigação contida no 6.5 da cláusula terceira do TAC I COMPERJ.

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de Procedimento Administrativo instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.5 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. O INEA, no item 6.5 da cláusula terceira, obrigou-se a *"(...)O INEA apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00*;

Portaria de instauração de PA à fl. 02, com o Relatório de Investigação às fls. 02v/03-v.

Termo de Ajustamento de Conduta às fls. 04/27.

Sentenças de homologação do TAC à fl. 28.

Ofício do INEA à fl. 61, instruído de fls. 62/103-v.

Ofício da SEAS à fl. 105, instruído de fls. 106/144-v.

Despacho do GATE às fls. 146/148.

Despacho do GATE à fl. 152.

É o relatório.

Após a celebração dos TAC's I e II do COMPERJ, que foram homologados por sentença judicial, esta Promotoria instaurou **125 procedimentos administrativos** para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, ERJ e INEA. É que incumbe ao MPRJ, na forma do art. 8º, I, da Resolução CNMP n.º 174/17 e do art. 35, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.º 2.227/18, acompanhar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes nos acordos, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entendeu por bem instaurar um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas).

Analisando os presentes autos, verifica-se que foram realizadas diligências investigativas com o intuito de se apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.5 da cláusula terceira do TAC I pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº 0009010-12.2018.8.19.0023

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO 64/2021

PA 210/2019 - MPRJ 2019.00978560

Certifico o efetivo cumprimento da promoção ministerial de folhas 153/154 com a afixação de cópia da promoção de arquivamento no quadro de aviso desta Promotoria de Justiça, conforme artigo 18 da Resolução 1.769/2012, art. 10, da Resolução nº 23/2007 do CNMP e §1º, artigo 27 da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Certifico, ainda, que deixo de notificar o representante, tendo em vista a instauração de ofício.

Itaboraí, 25 de dezembro de 2021.

João Victor Cavalcante Marcelo
Matrícula 62093261

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail. 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

156

Ofício 2ª PJTC n° 360/2021
Ref: **PA 210/2019 – MPRJ 201900978560**
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 25 de fevereiro de 2021.

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela Promotora de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 6.5 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. O INEA, no item 6.5 da cláusula terceira, obrigou-se a "*(...)O INEA apresentará, **no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC**, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00.*"

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça encaminhar cópia da promoção de arquivamento do presente Procedimento Administrativo para fins de ciência.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

Luisa Thury Mosqueira de Azevedo
PROMOTORA DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

Expedido em
26/02/21
Q 6209326
Servidor
VIA EMAIL

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

157

Ofício 2ª PJTC n° 361/2021

Itaboraí, 25 de fevereiro de 2021.

Ref: **PA 210/2019 – MPRJ 2019.00978560**
(Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela Promotora de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 6.5 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023**. O INEA, no item 6.5 da cláusula terceira, obrigou-se a "*(...)O INEA apresentará,* ***no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC,*** *informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do termo de compensação ambiental TCCA Nº 03/2010, relativo à Licença de Instalação da fase de implantação da Unidade Petroquímica Básica – UPB e Áreas de Apoio Industrial e Administrativo, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00.*"

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça encaminhar cópia da promoção de arquivamento do presente Procedimento Administrativo para fins de ciência.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

Luisa Thury Mosqueira de Azevedo

PROMOTORA DE JUSTIÇA

Expedido em
26/02/21
Ø 6209326
Servidor
VIA E-MAIL

AO SENHOR PRESIDENTE
PETROBRAS- PETRÓLEO BRASILEIRO S/A NO RIO DE JANEIRO
Avenida República do Chile, nº 65, Centro - RJ
CEP: 20031-912

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

158

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 369/2021 *Itaboraí*, 25 de fevereiro de 2021.
Ref: **PA 210/2019 MPRJ 2019.00978560**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência cópia da portaria de instauração e da promoção de arquivamento referente ao procedimento em epígrafe, para fins do disposto no artigo 12 da Resolução CNMP nº 174/2017 e nos artigos 36 e 37 da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Luisa Thury Mosqueira de Azevedo
PROMOTORA DE JUSTIÇA

MPRJSP2ITCOITB 202100155119 260221 13:26:56

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 159
RJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

NÚMERO:	**2021.00155119 - SEI 20.22.0001.0008933.2021-70**
ORIGEM:	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE ITABORAÍ
RELATOR:	Sumaya Therezinha Helayel

DESPACHO

Ciente da comunicação, nos termos da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2021.

SUMAYA THEREZINHA HELAYEL:76238822791

Assinado de forma digital por SUMAYA THEREZINHA HELAYEL:76238822791
Dados: 2021.03.09 14:42:05 -03'00'

Sumaya Therezinha Helayel
Procuradora de Justiça
Conselheira Relatora

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 160 RJ

INFORMAÇÃO

Em atenção ao despacho 0556048, informo que devolvi o MPRJ nº 2021.00155119 à Secretaria da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, através da Guia de Remessa MGP nº 202101057977.

Helga Ravagnani Prado
Matrícula 7907

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **HELGA RAVAGNANI PRADO**, **Servidor**, em 09/03/2021, às 15:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0556146** e o código CRC **370CBBA8**.

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 161 RJ

CERTIDÃO 87/2021

PA 210/2019 MPRJ 2019.00978560

Certifico que não houve interposição de recurso em face da promoção de arquivamento até a presente data. Assim sendo, procedo ao arquivamento dos presentes autos, conforme determinado as fls.153 e 154.

Itaboraí, 12 de março de 2021.

João Victor Cavalcante Marcelo
Matrícula 62093261

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail. 2pjtcoitb@mprj.mp.br